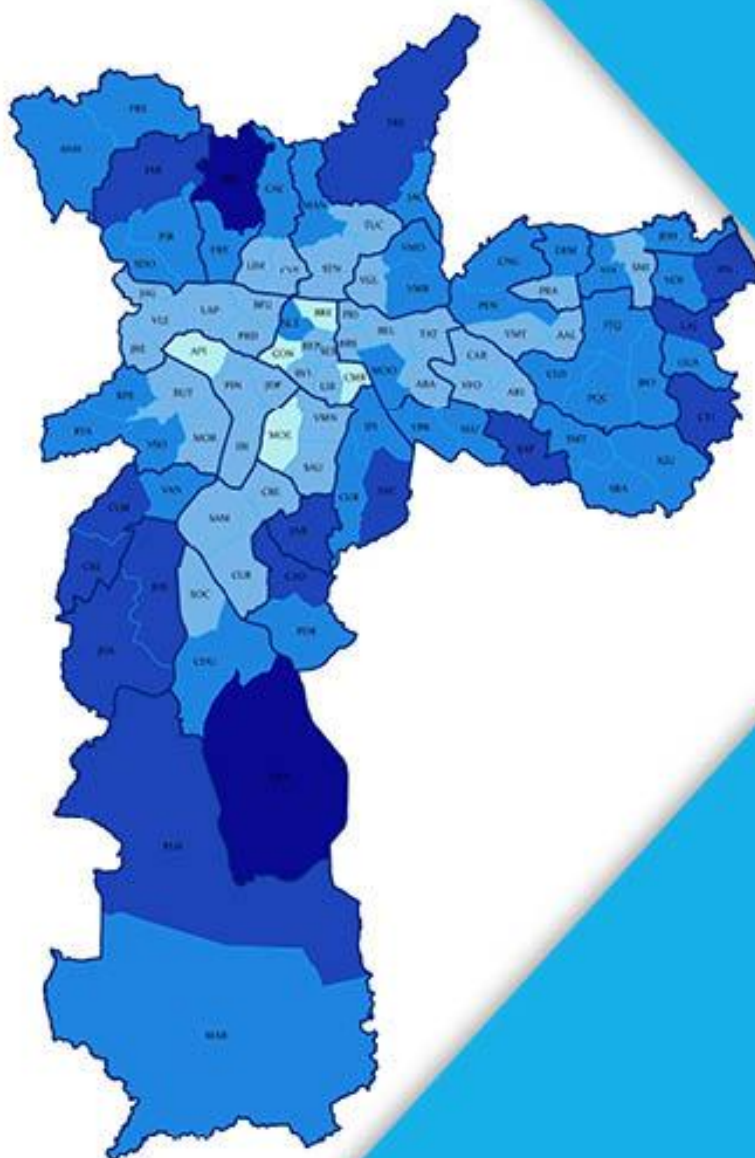


PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

PDMASp 2016-2026



O SUAS nos
96 distritos de São Paulo





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

2016 - 2026

Fernando Haddad
Prefeito

Luciana Temer
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Cordeiro
Secretária-adjunta

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento
Chefe de Gabinete

Carlos Nambu
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Consultores UNESCO - Profa. Dra. Aldaíza Sposati – **Coordenadora**
Prof. Ms. José Maestro de Queirós
Prof. Ms. Paula Leão

Equipe de Elaboração do PDMASsp da SMADS

Comissão Central - Sandra Vanderci Ramos - **Coordenadora**
Roberval Ribeiro de Carvalho
Luiz Fernando Francisquini
Isabel Cristina Bueno da Silva
Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi
Rosane da Silva Bertahud
Maria Christina Mostaço da Mata
Paulo de Souza Filho
Eliana Maria Ribeiro Garrafa

Comissões Regionais:

Comissão Macrorregional 1

Santana	Rosana Nicoli Prandi	Viviam C. Soares Garcia	Marie Neusa D. da Silva
Pirituba	Silvia Rejani	Bruna Carolina M. Fabbro	Maria Isabel O. Capinam
V Maria e Guilherme	Jeronimo de Souza Andrade	Francisco Roberto Coelho	Mirtes M. F. Alves
Jaçanã/Tremembé	Adelaide Bidin Pavan	Mariana A. Mata Ugolini	Aparecida Eliane Nicoletti
C. Verde/ Cachoeirinha	Marcia Regina V.J. dos Santos	Ednéia Izidorio Ximenes	Mirela Ferraz
Perus	Rosa Maria Tome Telis	Vanessa Solange Gimenez	Adeli França Beloux
Freguesia do Ó	Irma de Cassia L.Araujo	Priscila Aparecida Jurema	Lidiane de Fátima Borges

Comissão Macrorregional 2

Sé	Sueli de Paula Santos	Michele Chiccola Neto	Fatima Ramos Gouveia
Penha	Marcia do Nascimento Seles	Elaine Ap. G. Oliveira	Daniel Pregnotatto Maia
Aricanduva	Débora Ramos N. Monteiro	Ana Maria Paula Martin	Denise Stankevic Bueno
Vila Prudente	Juliana do Espírito Santo	Marcia N. Daher	Ethiene Borbely
Mooca	Simone Nazaré Moreira	Sheila Monjardim Santos	Kelly Margareth S. Cunha
Sapopemba	Deborah A. D. Rocca Napoleão	Márcia M. Maertinez	Danielle Mendes Altoé

Comissão Macrorregional 3

Ipiranga	Edmundo Barboza Silva	Ana Maria Capitani	Lourdes Elizabeth Ress
Vila Mariana	Roseli Gomes Arrifano Venturi	Roseane Alves dos Anjos	Claudio Macedo Pires
Jabaquara	Maria Hercilia de Carvalho Moreira	Eliane Fernandes Loureiro Victoriano	Isabel Francisca de Almeida
Lapa	Cleide Leonel Mendes	Maria das Candeias Vieira	Erika Ribeiro de Mendonça
Butantã	Maxilene Sales Barbosa Ferrari	Dirce M.de Jesus Barbosa	Ariene Oliveira Lopes
Pinheiros	Antonio Carlos Moura	Zilah Daijô Kuroki	Marly de Souza Gouvêa

Comissão Macrorregional 4

Campo Limpo	Genice Leite dos Santos	Leticia Almeida Barbosa Pereira	Vanessa Lopes de Almeida
Cidade Ademar	Regina Lea Gabel Gebrim	Helena Silveira Boen	Rosalina Alves Ferreira
M'Boi Mirim	Vilma Jose do Nascimento Chaves	Elaine Carolina Rodrigues	Vanessa Helvécio
Parelheiros	Adriana Rezende da Silva Telles	Gerlani Bento da Silva Falcão	Luciana de Almeida Dantas
Capela Socorro	Fabiana de Gouveia Pereira	Estefani C. da Rocha	Maria Izabel M. Manesco
Santo Amaro	Ana Maria de Almeida Evangelista	Maria Antonia A de Oliveira	Wesley Ribeiro C. Pimenta

Comissão Macrorregional 5

Itaim Paulista	Maria Lucia Tavares	Linda Ferreira Alvim	Marilene Santos Souza
S. Miguel Paulista	Maria Aparecida Ribeiro Pavão	Beatriz F. Santos	Marli Lourenço
Guaianases	Vania Maria Ferreira de Freitas	Kátia Regina Marques	Cledioneide A. Rodrigues
São Mateus	Rosangela Medina L.F. Pinto	Wilson Pordeus Dedis	Marilda Maria da Fonseca
Itaquera	Soely Aparecida Samora	Gislaine Bagio de Souza	René Ribeiro Silva
Ermelino Matarazzo	Surama Cattarina B. Pereira	Débora Cristina R. Pantani	Maria Izabel R. de Souza
Cidade Tiradentes	Angela Regina de Oliveira	Ivete Santos Pereira	Patricia L. Leite de Godoi

OITIVAS PRESENCIAIS E COLETIVAS DE USUÁRIOS: de Serviços de convivência com jovens intergeracionais e Serviços de atenção integral a família na região norte e na região sul.

OITIVA DIGITAL Individuais de 1922 trabalhadores do SUAS

APOIADORES: Prof. Ms. Gisele Bovolenta
 Prof. Dra. Abigail Torres
 Psic. Lucia Helena Nilson
 Psic. Roberta Amaral-
 Ms Psic. Natália Noguchi
 Psic. Fernanda Ghiringhello Sato
 Soc. Vergilio Alfredo dos Santos
 Psic. Tatiana Lemos Sandim
 Prof. Marlene Merisse
 Prof. Ms. Rosemary Ferreira de Souza Pereira

Período de realização - julho a dezembro de 2016

Agradecimentos a todos que fizeram de sua presença, participação e contribuição a concretude do Plano Decenal de Assistência Social e do Suas na cidade de São Paulo.

Sumário

1 - O primeiro plano decenal para o Sistema Único de Assistência Social –SUAS na cidade de São Paulo.....	09
2 - Diversidade do Suas em São Paulo: o SUAS das 96 cidades.....	14
2.1 - Atributo: porte populacional.....	18
2.2 - Atributo: área geográfica.....	23
2.3 - Atributo: densidade demográfica.....	24
2.4 - Atributo: distrito de fronteira.....	28
2.5 - Atributo: área rural.....	31
2.6 - Atributo: área urbana não urbanizada.....	34
2.7 - Atributo assentamento de grupos específicos aos distritos paulistanos.....	37
2.8 - População que compõem grupos tradicionais conforme caracterização Nacional.....	47
2.9 - Classificação dos 96 distritos pelas incidências de sua área e ocupação.....	49
3 - Universalidade da atenção do SUAS em São Paulo.....	55
3.1 - Universo de famílias nos distritos.....	58
4 - Governança do SUAS em São Paulo.....	64
4.1 - Governança do Suas na PMSP.....	69
4.2 - Governança intersetorial do SUAS.....	75
4.3 - Governança interinstitucional do SUAS.....	77
4.4 - Governança do SUAS com organizações da sociedade civil.....	79
4.5 - Governança do trabalho no SUAS em São Paulo.....	84
4.5.1 - Escolaridade dos trabalhadores.....	91
4.6 - Governança de Finanças e Orçamento.....	108
4.7 - Governança das funções da política de assistência social em São Paulo.....	122
4.7.1 - Função vigilância socioassistencial.....	122
4.7.2 - Função defesa de direitos.....	125
4.7.3 - Função proteção social.....	132
5 - Diretrizes do Plano Decenal de São Paulo.....	164
6 - Objetivos do Plano Decenal de Assistência Social de São Paulo.....	167
7 - Metas para o PDMASsp.....	168
8 - Avaliação e monitoramento.....	189
Referências.....	191
Listagem de quadros, figuras, gráficos, mapas, e tabelas.....	192
Anexo I - As oitivas realizadas.....	198
Anexo II - Desproteções da proteção social especial e seus protocolos.....	205
Anexo III - Índice geral de discrepância interdistrital e cobertura do CAD. ÚNICO por região.....	212
Anexo IV – Incidência de famílias inscritas no CAD.Único com renda até 1/2 SM e mais de meio salário mínimo, por distrito e CRAS.....	218

***São Paulo metrópole de 96 cidades.
Seus distritos, chão da diversidade de sua geografia, trajetória
e topografia social, são ponto de partida para pensar seu
futuro.
A cidade não é soma de distritos, mas circuitos de vidas em
que cada assentamento é parte das características do sentido
de cidade e cidadania na metrópole paulistana.
Pensar a cidade para o presente e futuro sob o olhar da
assistência social significa ajustar as lentes do olhar sob o
filtro da dignidade humana.***

1 - O primeiro plano decenal para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS na cidade de São Paulo

Propor-se a objetivar o plano decenal de assistência social de uma cidade¹ exige que se alterem no mínimo três hábitos do senso comum. Primeiro, é preciso admitir que ao planejar a assistência social afirma-se que ela tem racionalidade objetiva e pública, pois é uma responsabilidade laica, estatal e temporal. Segundo, que ela pode ser examinada por lentes científicas da previsão, estimando e dimensionando suas demandas e avaliando os efeitos de suas repostas. Terceiro, que ela contém e produz conhecimentos sobre seguranças sociais desejadas e necessárias à proteção social do cidadão na (com) vivência do complexo mundo social.²

Planejar a assistência social, significa tornar objetiva a utopia que se quer alcançar para o futuro da proteção social para os habitantes dos 96 distritos de São Paulo. Esta é uma tarefa que exige conhecimentos, racionalidades, experiência, capacidades de conhecer, projetar, levantar caminhos, decidir. Trata-se de um empreendimento coletivo que exige forte disposição em pesquisar, ouvir, submeter o que se ouve, vê e lê a outros olhos, ouvidos e vozes para que sintonizado com a frequência dos que são envolvidos o plano de saída dê seu primeiro passo para o futuro: credibilidade.

Planejar na assistência social, significa romper com a tradicional cultura política baseada na arbitragem individual e introduzir novas concepções como as de prever ações, quantificar, qualificar e territorializar demandas, construir análise

¹ O Plano Decenal apresentado pelo ente gestor é exigência da V Conferência Nacional de Assistência Social de 2005, que deliberou por: *Construir Plano Decenal de Assistência Social em todas as esferas de gestão, seguido de planos anuais com ele coerentes, e de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF... (IN: Deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social. Meta 8c. Brasília. CNAS/SNAS/MDS 2005 p.070)*. A exigência de plano decenal pelo ente federativo voltou a ser instada como deliberação da X Conferência Nacional de Assistência Social de dezembro de 2015 e, antes dela, como deliberação da XI Conferência Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo.

² Planejar, neste caso, exige ultrapassar o modo de ver, e entender, a assistência social como campo do imediato, do emergencial, da manifestação de sentimento, da bondade, da prática de religiosidade, da benemerência com o próximo. Planejar é contrapor-se as formas de ação por urgências, eventuais pontuais, sazonais ou reativas. Trata-se de antecipar o futuro para que ele possa ser melhor do que o presente.

da cobertura de serviços, apresentar metas, produzir unidades de custos de serviços e de benefícios, desenvolver ações em escala, dimensionar gastos e receitas, desenvolver conhecimento sobre o trabalho a ser desenvolvido e seus trabalhadores a serem capacitados. Tudo isto sob um modelo de governança monitorado, avaliado, submetido ao controle social, democrático, participativo, territorializado, operado sob pacto federativo com instâncias reguladoras.

Esse movimento é uma engenharia estratégica de relações e ações que fortalecem a assistência social como política pública de seguridade social conforme estabelece a Constituição de 1988³. É nesse momento que essa área, que desde os primeiros orçamentos públicos era considerada despesa institucional governamental sem, contudo, indicar um dado órgão por ela responsável, foi convocada em todo território nacional a adotar os ditames da gestão pública sob a égide democrática do Estado de Direito. Instalada sob o céu de visibilidade, rompe, em lei, com modelos de gestão fundados em relações patrimoniais, e se vê obrigada a instalar conselhos paritários – estado e sociedade – em sua gestão pública. A presença do controle social exigiu que a gestão da política passasse a ser planejada e comprometida com metas e orçamentação aprovadas pelo conselho gestor.

Espraiou-se para todo ente federativo modelo de gestão racional e democrática considerada desde então requisito para pactos federativos que incluíam recursos orçamentários. Municípios a partir do cumprimento dos requisitos foram classificados em gestão básica, plena o que lhes atribuía vantagens em valores de transferências financeiras.

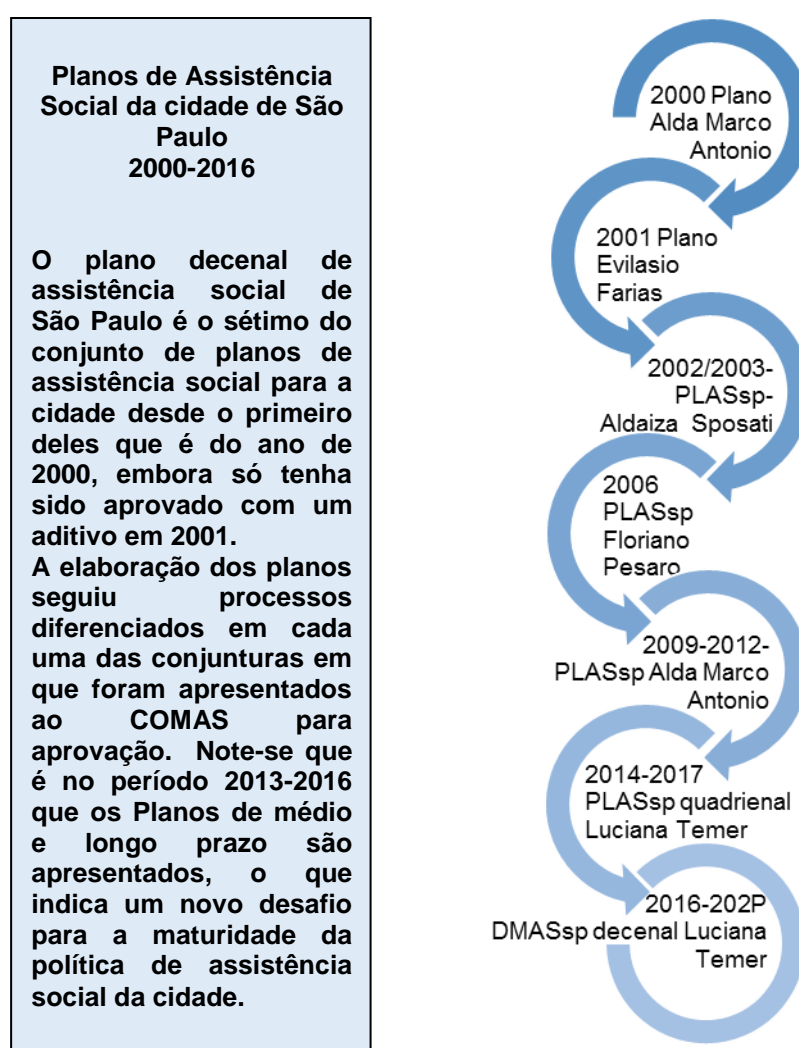
Produzir um Plano Decenal significa construir uma proposta de futuro, participativa e territorializada, para a política de assistência social na cidade de São Paulo que seja capaz de realizar a ultrapassagem da correção de equívocos

³ A organicidade pública da política de assistência social no interior dos entes federativos do Estado brasileiro pós CF-88 foi regulada pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742 de 1993, reformulada pela Lei 12.435/2011. Essa legislação determinou ao ente federativo instalar no órgão gestor da política de assistência social, um conselho gestor de composição paritária, um fundo público para gestão dos recursos financeiros de forma transparente e adotar o plano de assistência social. Foi reconhecida como a fase CPF da assistência social; Conselho, Fundo e Plano.

existentes no presente, e apontar um novo futuro que vá além do equilíbrio do presente.

A implementação do disposto pela Loas na cidade de São Paulo foi tardia. Os governos da cidade no período 1993 a 2000, não aceitaram os ditames federais da LOAS. Em contraponto e ao final de 1993, a Sociedade Civil da cidade de São Paulo tomou a decisão de criar o Fórum de Assistência Social, em data pouco anterior a aprovação da LOAS.

FIGURA 1 - PLANOS MUNICIPAIS. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS. PMSp. 2016.



Esse Fórum permanece atuante, registrando 23 anos de atuação, e é um dos interlocutores deste Plano Decenal de Assistência Social. Em setembro de 1994 ocorreu a primeira Conferência Municipal de Assistência Social da cidade de

São Paulo, sob convocação da Sociedade Civil, e pouco depois de um ano é que acontece a primeira Conferência Nacional de 1995.

A primeira Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, foi formada em 2000, por decreto municipal. A cidade de São Paulo, apresentou seu primeiro plano municipal em 2000, plenamente aprovado em 2001 após proposta aditiva. Assim se manifestou o COMAS em 2001 quando da aprovação do primeiro Plano:

*“O COMAS **APROVA** o documento ‘Assistência Social no Município de São Paulo- Política e Plano’, com o respectivo aditivo acima referido. Ao mesmo tempo, recomenda que a Secretaria Municipal de Assistência Social:*

Mantenha em 2001 os programas, projetos e serviços existentes, ampliando o atendimento conforme definido no plano de metas;

Elabore as novas diretrizes e proposta orçamentária para 2002, por meio de processo participativo;

Defina proposta metodológica que estabeleça estratégias de ação para as realidades locais, de forma articulada com as demais políticas sociais”. (Plenária do COMAS em 23de abril de 2001)

A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS-04), todos os entes federativos passam a operar sob nova unidade nacional de conteúdo da política. Essa inflexão transparece nos Planos da cidade de São Paulo. Em 2002, de forma inaugural, ainda que se antecipando a PNAS-04, o PLASsp 2002-03 reconhece as funções e as demandas da política. A esse seguiram-se planos bienais, trienais e quadrienais, pois a gestão nacional da política demandou construir horizonte para dar factibilidade ao SUAS-Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional.

Essa direção foi inaugurada na Conferência Nacional⁴ de 2005 que aprovou a implantação do Plano Decenal Nacional de Assistência Social, o **SUAS10**, com a meta de efetivar o SUAS no país em 10 anos. A Conferência Nacional de 2015 avaliou o SUAS no país e concluiu pela elaboração do II Plano Decenal Nacional para o período 2016-2026 - **DO SUAS QUE TEMOS PARA O SUAS**

⁴ A compreensão em 2005 era a de que o Plano Decenal fomentaria uma nova síntese no processo de consolidação da assistência social como dever de Estado e direito de cidadania projetando estrategicamente, condições e exigências para que a assistência social desenvolvesse sua capacidade propositiva como política de direitos. Nesse contexto, o Plano Decenal Nacional de 2005-2010 apresentou-se como um documento referência e, ao mesmo tempo uma estratégia de pactuação catalizadora de esforços e iniciativas para a concretização de resultados para a política.

QUE QUEREMOS, aprovado em maio de 2016. Uma das metas desse Plano é disseminar a elaboração de Planos Decenais em todos os entes gestores estaduais e municipais, tornando-os força coletiva e racional que articula sob uma mesma direção, o futuro da consolidação do SUAS no país.

A gestão da assistência social na cidade de São Paulo no Governo Fernando Haddad 2013-2016, entendeu por partilhar da construção nacional e depositou a coordenação do plano decenal à SMADS- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sob a gestão da Secretária Municipal Luciana Temer e sua aprovação ao Conselho Municipal de Assistência social, sob a presidência da Sociedade Civil de Carlos Nambu.

Afirmar o SUAS em São Paulo para os próximos 10 anos passa necessariamente por reconhecer os esforços já realizados contidos nas deliberações de XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo de 2015, as metas quadrienais do PLASsp de 2014-2017, as deliberações da X Conferência Nacional de 2015 e as metas do Plano Decenal Nacional. Portanto diretrizes e metas do PDMASsp – Plano Decenal de Assistência Social de São Paulo são tributárias históricas de todas essas construções.

A construção do Plano Decenal foi movimentada por sucessivas oitivas, (Ver o Anexo I) caracterizadas no decorrer do texto do PDMASsp. Essas oitivas foram sistematizadas e homologadas por uma **Comissão Central do PDMASsp** - composta por representantes das unidades de gestão de SMADS, cinco **Comissões Macrorregionais** e 32 **Comissões Regionais** que desencadearam fóruns locais de debate **sobre O SUAS que temos e o SUAS que queremos em São Paulo em 2026**. Em paralelo foi desenvolvida coleta sistemática de dados e elementos sobre a dinâmica de SMADS, suas ações e relações que sistematizadas compõem a análise situacional do SUAS que temos em São Paulo.

2 - Diversidade do Suas em São Paulo: o SUAS das 96 cidades

O espalhamento dos 12 milhões de habitantes em domicílios nos 96 distritos de São Paulo e seus mais de 20 mil moradores nas ruas da cidade permitem afirmar que esta cidade equivale a um estado que agrega o conjunto de 96 cidades brasileiras de múltiplos portes⁵. Pela Contagem Populacional do IBGE de 2015, 4.951 ou 88% das cidades brasileiras têm menos de 50 mil habitantes, embora juntas somem 32% da população brasileira.

A análise dos 5.570 municípios brasileiros realizada por estudo preparatório para a X Conferência Nacional de Assistência Social sob o título: **SUAS10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas**, permitiu constatar que o avanço do SUAS só será possível se incorporar em sua gestão o princípio da diversidade, como a unidade que respeita a diferença. O estudo assinalado capta as diversidades dos municípios brasileiros e os agrega por estados e regiões do país de modo que examina se cada avizinhamento territorial é regido por semelhança ou extensão ou por diferença e ruptura. A análise do avizinhamento torna-se estratégica para que o exame da diversidade não tenha por horizonte o fracionamento ou a fragmentação, mas sim o convívio com a diferença nos fatos e em suas interpretações de modo a termos a unidade do SUAS pautada ao mesmo tempo pela igualdade, equidade, liberdade e democracia.

O primeiro movimento do PDMASsp é, portanto o de identificar expressões da diversidade partindo dos distritos da cidade. Está contida nessa escolha de caminho o entendimento que a política social se constrói efetivamente a partir do **chão onde vivem concretamente as pessoas**. Ali se expressam singularidades, história, culturas, lutas, explorações, vitórias. É no território que as necessidades transitam de individuais para coletivas passando pela mediação, no mais das vezes, de núcleos domiciliares de convívio cotidiano.

⁵ É preciso ter presente que a proteção social humana, como política social, é marcada sobretudo pela demanda de habitantes mais do que pela sua unidade administrativa territorial. São Paulo é exemplo mais gritante dessa diferença. Os dados da população de rua aqui citados referem-se à marcação deste grupo no CadÚnico que são atualizados em até 2 anos e estão disponíveis no Relatório de Informações da SAGI/MDS no sítio: <http://aplicações.mds.gov.br/sagi/RLV3/geral/relatório.php#Contato da Gestão Municipal>.

O PDMASsp considera a assistência social política de proteção social instituída pela CF-88 como componente da seguridade social brasileira. Ela é uma parte da proteção social pública, sendo responsabilidade de estado de cada ente federativo brasileiro em sua área de abrangência.

Proteção social é sempre exercida em um campo relacional, ela não é propriedade ou apropriação individual, embora o sentimento de estar protegido se apresente a cada indivíduo quando tem a certeza de que pode **contar com**. A construção do **contar** é muito mais do que acesso a materialidades como uma cesta básica ou um benefício financeiro, como se sabe, é preciso processar a integração do acesso entre a frequência ao serviço e, não só ao benefício. Mais ainda, o alcance da proteção da assistência social tenderá a se completar ao criar respostas que proporcionem, no tempo, caminhos de alcance ao cidadão, e sua família, às seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência quando da manifestação de desproteção social. Esse grau de proteção social, onde o **contar com** extrapola o tempo do imediato, mobiliza mais forças, e mais respostas, para além das que dispõem na política de assistência social. Esse entendimento estende e exige que a ação da política de assistência social se expanda para dimensões coletivas desde o avizinhamiento, a unidade de demandas e forças de grupos como de relações intersetoriais.

É parte da compreensão do campo da política de assistência social o conhecimento da característica do ciclo vital dos cidadãos que compõem uma família, uma vizinhança, ou um bairro, pois a faixa etária de zero a 16 anos e aquela acima de 60 anos, e ainda as pessoas com deficiências são reconhecidas como demandantes de suportes de proteção social, ou de um cardápio de **possibilidades de contar com**.

Uma discussão ainda incompleta diz respeito a extensão ou a continuidade da proteção de assistência social. A velha lógica emergencial tende a considerar que a permanência sob proteção de assistência social significa comportamento tutelar e não de autonomia. A relação entre CAD.Único, CRAS, CREAS, PAIF, PAEFI, serviços e benefícios não está consolidada como uma unidade que dá sentido e completude à proteção socioassistencial.

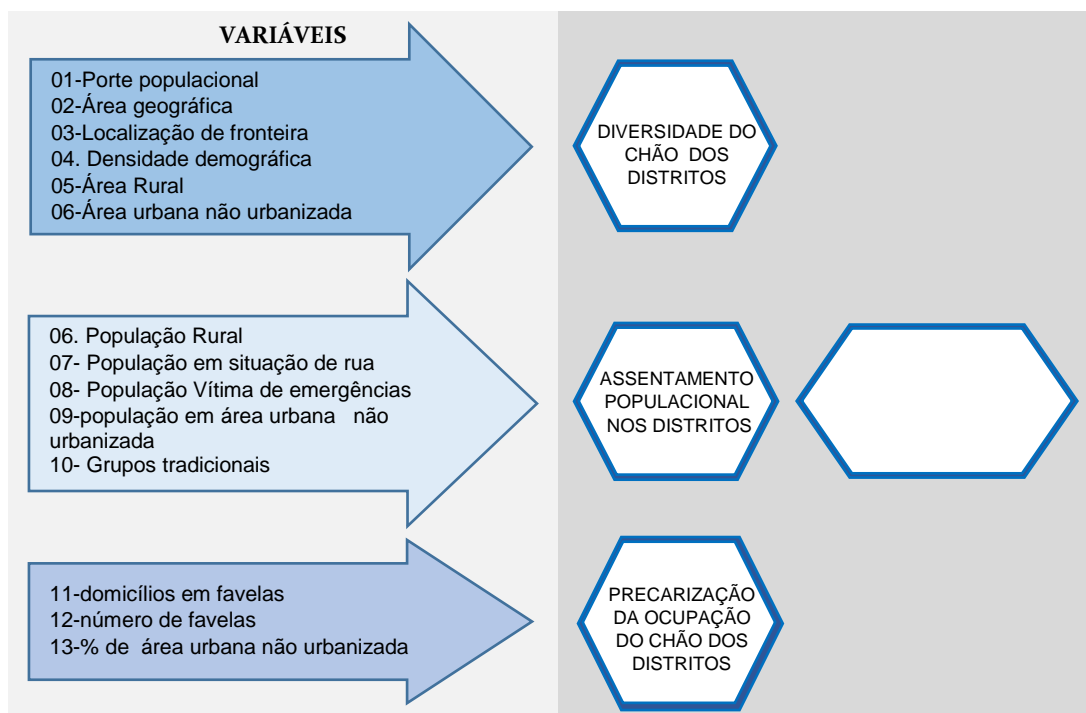
O PDMASsp se propõe a buscar elementos, ainda que não plenos, que permitam objetivar o chão e os sinais de desproteção social da população que nele se assenta e vive, pois é ali no local onde se constroem respostas concretas da política de proteção social. Não se aplica propositalmente o termo território, pois se percebe que ele vem sendo aplicado equivocadamente com o significado de região, regional, ou espaço de uma dada área geográfica da cidade. Território como ensina Milton Santos é produto histórico de forças, culturas, relações, agenciamentos, isto é, um construto histórico, ou o concreto pensado e não somente descrito. Uma área geográfica poderá ser considerada e analisada como um território quando se constrói sua leitura social, histórica e se caracteriza sua dinâmica de forças e agenciamentos. Assim, territórios de proteção social implica em construção muito mais complexa do que uma listagem de serviços ou autoridades. Ele é força em movimento.

O alcance desse olhar é muito mais amplo do que um plano decenal pudesse alcançar e possivelmente possa vir a ser uma das utopias a atingir na década quando a dinâmica da gestão da proteção social por distritos da cidade contar com a voz dos usuários organizada em núcleos gestores.

O PDMASsp ao ter como ponto de partida a diversidade dos 96 distritos de São Paulo construiu metodologia comparativa que examina os 96 distritos a partir de 13 variáveis que medem a diversidade da área geográfica do distrito, seu assentamento populacional, e de algumas expressões de precarização na ocupação do distrito. Vez por outra, utiliza-se da comparação entre os dados obtidos nos distritos, com a sua distribuição das cidades brasileiras ao modo de uma referência ampliada.

Os dados de cada distrito foram medidos por régua de discrepância para cada variável. Essa régua apresenta o intervalo da diferença de medida de uma mesma variável entre os 96 distritos. Esse intervalo foi dimensionado pela expressão dos limites numéricos dessa distância, ou de quantas vezes a maior incidência mostrava conter a menor incidência. Essa quantificação escalar é um exercício de medida real, ou não normativa, e não da distância desejável ou aceitável.

GRÁFICO 1 - VARIÁVEIS DAS DIMENSÕES DA DIVERSIDADE DOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS. PMSP. 2016.



O Gráfico 1 ilustra a combinação das 13 variáveis agregadas em três dimensões analíticas que expressam a diversidade dos distritos quanto sua área, sua população e a presença da precarização urbana.

As incidências de cada variável foram agregadas em cinco intervalos de incidência na escala de 1 a 5, entre a menor e maior incidência. Em um segundo movimento o número de localização na escala, em cada variável, foi somado indicando um novo resultado, que foi novamente submetido a cinco intervalos de classe. A posição nesse intervalo classifica cada distrito e por decorrência cada supervisão regional.

Considerado um distrito paulistano na condição de cidade, o PDMASsp inicia por caracterizar os atributos de cada uma dessas 96 cidades a partir de várias categorias e, para mais caracterizar a diversidade da cidade, por vezes

agregam-se distritos em macrorregiões. A assistência social atua a partir das condições reais de vida da população e, assim, os elementos gerais servem como pistas ou referências que podem revelar o impacto que têm na vida material dos seus moradores sobretudo como garantia de condições de segurança social/proteção social dos assentamentos populacionais. Essa condição configura a análise de dados gerais como um primeiro distanciamento da materialidade real da cidade, entre o registro do cadastro e da situação real de ocupação do solo⁶.

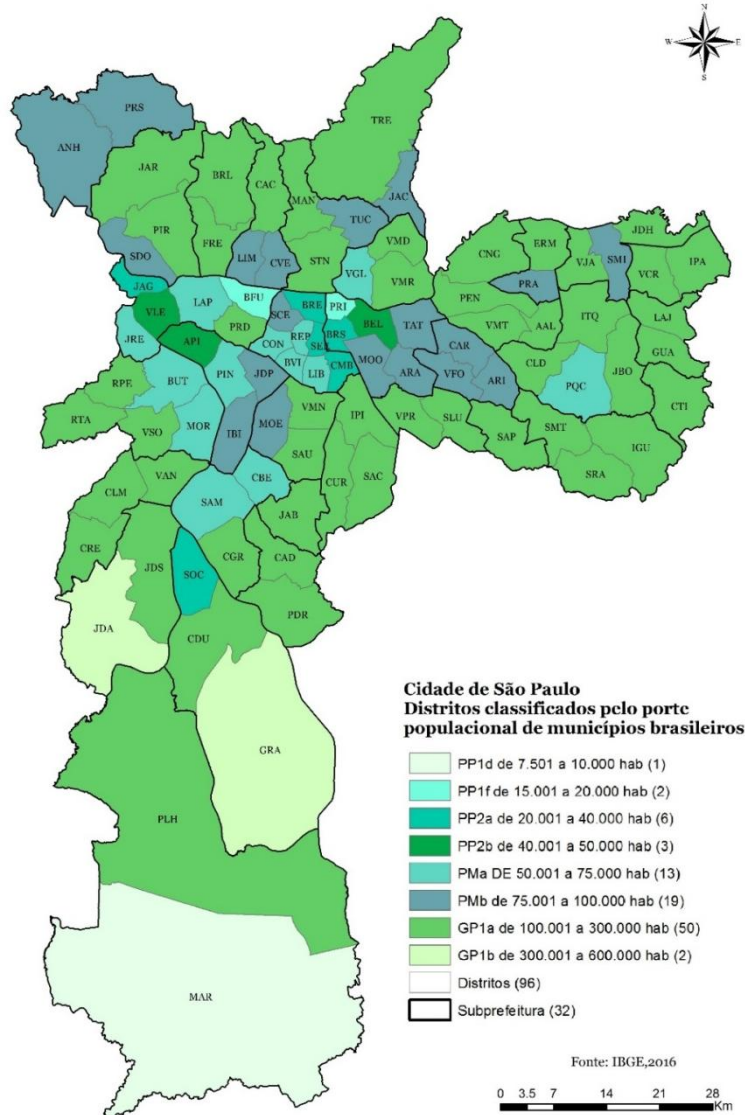
Cada variável é aqui tratada como um atributo do distrito em similitude com os atributos das cidades.

2.1 - Atributo: porte populacional

A cidade superpovoada de São Paulo registra o dobro da população do Rio de Janeiro que é a segunda entre as maiores cidades brasileiras, exige que o PDMASSp não permita que ela seja enxergada e analisada como mais um município dentre os 5.570 do país. A objetivação dessa diferença exige do PDMASSp forte engenharia de gestão territorializada e unitária na política de assistência social. Mais da metade dos distritos da cidade (54,2%) contam com população equivalente a 54 cidades brasileiras de Grande Porte 1 isto é de 100 a 600 mil habitantes.

⁶ É preciso ter presente que a existência de áreas desocupadas, indicadas nos Cadastros e Registros Gerais do município deixam invisíveis, aos olhos da análise formal, áreas ocupadas por loteamentos clandestinos, por invasões (favelas) e ou ainda por implantações urbanísticas em glebas nas quais a situação fundiária não se encontra plenamente definida quanto ao ordenamento legal municipal. Incluem-se, neste último caso, alguns conjuntos habitacionais de grande porte implantados por iniciativa do Estado ou do próprio município. Isto vale, por exemplo, para os conjuntos de interesse social situados no extremo leste da cidade de São Paulo, que abrigam dezenas de milhares de moradores e, apesar disso, estão apenas parcialmente representados nos mapas de uso do solo, uma vez que se localizam nas “zonas cegas” do cadastro. Já as favelas, localizadas frequentemente sobre áreas públicas, muitas vezes aparecem no TPCL como terrenos vagos, o que pode, numa primeira leitura, acarretar interpretação equivocada. (Fonte: Infocidade. Uso do solo urbano– Notas Técnicas. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=17&titulo=Uso%20do%20Solo%20Urbano&subtit=%20-%20Notas%20T%E9cnicas>. Acesso em 21 out.2016.

MAPA 1 - 96 DISTRITOS CLASSIFICADOS PELO PORTE POPULACIONAL COM BASE NO SUAS10. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.



Isto significa que São Paulo tem dentro dela o equivalente a 20% das 287 cidades brasileiras de Grande Porte 1. São mais 32 cidades de médio porte (entre 50 a 100mil habitantes) ou 9% das 351 cidades brasileiras nesse porte, e mais 12 cidades de pequeno porte. (SUAS 10,2015, p.22).

São Paulo se compõe por 96 cidades das quais 54% são de grande porte, o que inclina a comparação de cada distrito a uma cidade brasileira de porte populacional similar. Isto leva a propor que a cobertura da infraestrutura do SUAS em um distrito tem condição similar a uma cidade do mesmo porte.

O mapa do porte populacional dos distritos permite que se entenda o grande significado das duas maiores concentrações populacionais distritais na zona sul.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS 96 DISTRITOS DE SÃO PAULO POR PORTE POPULACIONAL SIMILAR AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NO SUAS-. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

PORTE	DISTRITO	QTDE	
Pequeno Porte 1		3	3%
PP1d de 7.501 a 10.000 hab.	Marsilac	1	1%
PP1f de 15.001 a 20.000 hab.	Barra Funda, Pari	2	2%
Pequeno Porte 2		9	9%
PP2a de 20.001 a 40.000 hab.	Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jaguará, Sé, Socorro	6	6%
PP2b de 40.001 a 50.000 hab.	Alto de Pinheiros, Belém, Vila Leopoldina	3	3%
Médio Porte		32	33%
PMA DE 50.001 a 75.000 hab.	Bela Vista, Butantã, Campo Belo, Consolação, Jaguaré, Lapa, Liberdade, Morumbi, Parque do Carmo, Pinheiros, República, Santo Amaro, Vila Guilherme	13	14%
PMB de 75.001 a 100.000 hab.	Água Rasa, Anhanguera, Aricanduva, Carrão, Casa Verde, Itaim Bibi, Jaçanã, Jardim Paulista, Limão, Moema, Mooca, Perus, Ponte Rasa, Santa Cecília, São Domingos, São Miguel, Tatuapé, Tucuruvi, Vila Formosa	19	20%
Grande Porte 1		52	54%
GP1a de 100.001 a 300.000 hab.	Artur Alvim, Brasilândia, Cachoeirinha, Campo Grande, Campo Limpo, Cangaíba, Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Cursino, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianases, Iguatemi, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaraguá, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Mandaqui, Parelheiros, Pedreira, Penha, Perdizes, Pirituba, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Sacomã, Santana, São Lucas, São Mateus, São Rafael, Sapopemba, Saúde, Tremembé, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí, Vila Maria, Vila Mariana, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia	50	52%
GP1b de 300.001 a 600.000 hab.	Grajaú, Jardim Ângela	2	2%
TOTAL		96	100%

A distribuição dos distritos de São Paulo por porte populacional se apresenta como quadro invertido dos municípios brasileiros que são, em maior quantidade, de pequeno porte. Enquanto 88,2% dos municípios do país têm até 50 mil habitantes, os distritos de São Paulo nessa mesma faixa populacional são 12,50%. Ao revés, enquanto 5,1% dos municípios do país de 100 a 900 mil habitantes em São Paulo distritos nessa mesma faixa são 54,20%.

QUADRO 2- INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS POR PORTE POPULACIONAL, EM COMPARAÇÃO COM MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

PORTE POPULACIONAL		MUNICÍPIOS		DISTRITO	
Pequeno Porte 1 (até 20.000 hab.)	Até 2.500 hab.	253	4,50%		
	De 2.501 a 5.000 hab.	984	17,70%		
	De 5.001 a 7.500 hab.	748	13,40%		
	De 7.501 a 10.000 hab.	465	8,30%	1	1,00%
	De 10.001 a 15.000 hab.	829	14,90%		
	De 15.001 a 20.000 hab.	545	9,80%	2	2,10%
Pequeno Porte 1		3.824	68,6%	3	3,10%
Pequeno Porte 2 (de 20.001 a 50.000 hab.)	De 20.001 a 40.000 hab.	922	16,6%	6	6,30%
	De 40.001 a 50.000 hab.	169	3,0%	3	3,10%
Pequeno Porte 2		1.091	19,6%	9	9,40%
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab.)	De 50.001 a 75.000 hab.	229	4,10%	13	13,5%
	De 75.001 a 100.000 hab.	122	2,20%	19	19,80%
Médio Porte		351	6,3%	32	33,30%
Grande Porte 1 (de 100.001 a 900.000 hab.)	De 100.001 a 300.000 hab.	218	3,90%	50	52,10%
	De 300.001 a 600.000 hab.	52	0,90%	2	2,10%
	De 600.001 a 900.000 hab.	17	0,30%		
Grande Porte 1		287	5,1%	52	54,20%
Grande Porte 2 (Mais de 900.001 hab.)	De 900.001 a 1.500.000 hab.	8	0,10%		
	De 1.500.001 a 2.500.000 hab.	3	0,10%		
	De 2.500.001 a 3.500.000 hab.	4	0,10%		
	De 3.500.001 a 8.000.000 hab.	1	0,00%		
	Mais de 8.000.000 hab.	1	0,00%		
Grande Porte 2		17	0,3%		
TOTAL		5.570	100%	96	100%

Há parte da população da cidade que não é contada nos Censos do IBGE. Trata-se da população em situação de rua. O Censo de 2015 localizou 15.905 pessoas nessa situação. É de se ter presente que 3.279 ou 86% dos municípios brasileiros têm população menor do que o número de moradores nas ruas de São Paulo. Identifica-se que os distritos de São Paulo considerados como portes de cidades são em sua maioria (52%) equivalentes a cidades dentre 100 a 300 mil habitantes. Exemplo disso são os distritos de Grajaú e o Jardim Ângela similares a cidades com mais de 300 mil habitantes. Indica-se com esta análise que a infraestrutura do SUAS em cada um dos distritos deve corresponder a seu porte na mesma referência que é aplicada aos municípios brasileiros.

QUADRO 3 - 96 DISTRITOS DE SÃO PAULO CLASSIFICADOS POR PORTE E QUANTIFICADOS PELA SUPERVISÃO REGIONAL A QUE PERTENCEM. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

Super visão	Nº Distrito s	Nº de portes por super visão	Pequeno Porte 1		Pequeno Porte 2		Médio Porte		Grande Porte 1	
			PP1d de 7.501 a 10.000 hab.	PP1f de 15.001 a 20.000 hab.	PP2a de 20.001 a 40.000 hab.	PP2b de 40.001 a 50.000 hab.	PMa DE 50.001 a 75.000 hab.	Pmb de 75.001 a 100.000 hab.	GP1a de 100.001 a 300.000 hab.	GP1b de 300.001 a 600.000 hab.
LA	6	5		1	1	1	2		1	
MO	6	4		1	1	1		3		
CS	3	3			1				1	1
PI	4	3				1	1	2		
SE	8	3			3		4	1		
BT	5	2					2		3	
CV	3	2						2	1	
EM	2	2						1	1	
IQ	4	2					1		3	
JT	2	2						1	1	
MB	2	2							1	1
MG	3	2					1		2	
MP	3	2						1	2	
PA	2	2	1						1	
PJ	3	2						1	2	
SA	3	2					2		1	
ST	3	2						1	2	
VM	3	2						1	2	
AD	2	1							2	
AF	3	1						3		
CL	3	1							3	
CT	1	1							1	
FO	2	1							2	
G	2	1							2	
IP	3	1							3	
IT	2	1							2	
JA	1	1							1	
PE	4	1							4	
PR	2	1						2		
SB	1	1							1	
SM	3	1							3	
VP	2	1							2	
São Paulo	96		1	2	6	3	13	19	50	2
			1%	2%	6%	3%	14%	20%	52%	2%

2.2 - Atributo: área geográfica

São Paulo tem área territorial de 1.526 km² que se distribui de forma distinta entre seus distritos: no centro há distrito com 1,7 km² e, na zona sul, na periferia, alcança a 43,4km². Embora o centro seja demarcado por pequenas áreas geográficas, ele concentra alta quantidade de população. Essa forte incidência populacional faz registrar altíssimas densidades populacionais o que, sem dúvida, enseja a presença de muito mais serviços do que em outros distritos da cidade, embora sua área territorial seja bem menor. A distribuição da área total da cidade pelas Supervisões Regionais mostra uma discrepância onde Parelheiros concentra 26 vezes a área de Sapopemba com 13,65 km².

Considerando a área territorial dos distritos, por meio da hierarquização do tamanho, chama atenção o fato de que distritos em posição extrema, no território da cidade, como Marsilac e Sé guardam uma discrepância de 96 vezes entre o primeiro com o segundo. Marsilac ocupa quase 14% (13,7%) da área do município e a Sé 2,18%. Realidades diversas e cheias de contrapontos revelam escalas de distâncias tipo centro/periferia e urbano/rural. A área do distrito de Marsilac é a maior da cidade, ocupando quase 14% do total dos 208km² de São Paulo.

A diferenciação da área ocupada em cada distrito mostra que considerar os distritos como parcelas uniformes do chão da cidade é um grande equívoco. Eles se diferenciam em área, em população, em densidade e em mais um conjunto de outros atributos. O PDMASsp mostra, em sequência, essa diversidade pelas marcas da discrepância da incidência de variáveis entres os distritos.

Outra demonstração da diversidade dos distritos se constata ao ler o assentamento populacional.

2.3 - Atributo: densidade demográfica

A expressão da relação entre população e seu assentamento na área geográfica de cada um dos 96 distritos manifesta sua concentração, ou seu espalhamento, isto devido à proximidade ou distância territorial entre as pessoas e famílias, seus avizinhamentos de forma vertical e/ou horizontal. A classificação dos 96 distritos pela densidade demográfica foi comparada à densidade dos municípios brasileiros distribuindo-os em oito faixas que se alternam em graus de densidade, de baixíssima a altíssima incidência. Dos 96 distritos somente um, Marsilac, é que tem densidade pouco alta em relação aos demais que foram classificados em altíssima densidade com incidência superior a 120 hab.km².

QUADRO 4- DISCREPÂNCIA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016

DISTRITO	POPULAÇÃO 2016	AREA KM2	DENS. DEMOG.	IDI
1 Bela Vista	71.992	0,6%	2,76 0,2%	26.084 655
2 República	60.415	0,5%	2,32 0,2%	26.041 654
3 Santa Cecília	87.120	0,7%	3,69 0,2%	23.610 593
4 Cidade Ademar	278.784	2,4%	12,25 0,8%	22.758 571
5 Sapopemba	287.816	2,5%	13,65 0,9%	21.085 529
6 Capão Redondo	285.580	2,5%	13,79 0,9%	20.709 520
7 Liberdade	71.616	0,6%	3,63 0,2%	19.729 495
8 Lajeado	170.274	1,5%	8,92 0,6%	19.089 479
9 Itaim Paulista	230.326	2,0%	12,23 0,8%	18.833 473
10 Perdizes	113.831	1,0%	6,33 0,4%	17.983 451
11 Campo Limpo	222.301	1,9%	12,59 0,8%	17.657 443
12 Sacomã	257.917	2,2%	14,67 1,0%	17.581 441
13 Vila Jacuí	144.243	1,2%	8,26 0,5%	17.463 438
14 Jabaquara	227.197	2,0%	14,06 0,9%	16.159 406
15 Vila Curuçá	151.357	1,3%	9,53 0,6%	15.882 399
16 Vila Medeiros	125.543	1,1%	7,92 0,5%	15.851 398
17 Artur Alvim	102.154	0,9%	6,55 0,4%	15.596 391
18 Vila Mariana	131.793	1,1%	8,55 0,6%	15.414 387
19 Cidade Tiradentes	225.672	1,9%	14,89 1,0%	15.156 380
20 Consolação	57.461	0,5%	3,81 0,2%	15.082 379
21 São Lucas	142.946	1,2%	9,70 0,6%	14.737 370
22 Jardim Helena	134.598	1,2%	9,17 0,6%	14.678 368
23 Vila Andrade	150.549	1,3%	10,35 0,7%	14.546 365
24 Jardim Paulista	90.185	0,8%	6,28 0,4%	14.361 360

CONTINUA

		CONTINUAÇÃO					
DISTRITO	POPULAÇÃO 2016	AREA KM2	DENS. DEMOG.	IDI			
25	Saúde	133.313	1,1%	9,30	0,6%	14.335	360
26	Itaquera	208.751	1,8%	14,71	1,0%	14.191	356
27	Ponte Rasa	91.250	0,8%	6,58	0,4%	13.868	348
28	Brasilândia	275.198	2,4%	21,20	1,4%	12.981	326
29	Rio Pequeno	121.813	1,0%	9,51	0,6%	12.809	322
30	Jaçanã	95.562	0,8%	7,48	0,5%	12.776	321
31	Freguesia do Ó	141.027	1,2%	11,10	0,7%	12.705	319
32	Aricanduva	87.128	0,7%	6,87	0,5%	12.682	318
33	Vila Formosa	94.504	0,8%	7,50	0,5%	12.601	316
34	Cidade Líder	131.970	1,1%	10,61	0,7%	12.438	312
35	Ermelino Matarazzo	116.923	1,0%	9,41	0,6%	12.425	312
36	Limão	79.469	0,7%	6,45	0,4%	12.321	309
37	São Mateus	154.973	1,3%	12,68	0,8%	12.222	307
38	Casa Verde	86.006	0,7%	7,17	0,5%	11.995	301
39	Guaianases	107.171	0,9%	8,95	0,6%	11.974	301
40	Vila Matilde	105.457	0,9%	8,93	0,6%	11.809	296
41	Sé	25.624	0,2%	2,18	0,1%	11.754	295
42	Água Rasa	83.683	0,7%	7,17	0,5%	11.671	293
43	São Rafael	153.590	1,3%	13,16	0,9%	11.671	293
44	Vila Sônia	117.078	1,0%	10,09	0,7%	11.603	291
45	Penha	128.847	1,1%	11,46	0,8%	11.243	282
46	Tatuapé	94.679	0,8%	8,49	0,6%	11.152	280
47	Vila Prudente	104.598	0,9%	9,58	0,6%	10.918	274
48	Jardim São Luís	283.890	2,4%	26,11	1,7%	10.873	273
49	Carrão	84.536	0,7%	7,82	0,5%	10.810	271
50	Cachoeirinha	144.977	1,2%	13,53	0,9%	10.715	269
51	São Miguel	89.924	0,8%	8,64	0,6%	10.408	261
52	Tucuruvi	97.348	0,8%	9,49	0,6%	10.258	257
53	Cambuci	39.438	0,3%	3,94	0,3%	10.010	251
54	Pirituba	170.041	1,5%	17,05	1,1%	9.973	250
55	Ipiranga	110.304	0,9%	11,07	0,7%	9.964	250
56	Mooca	78.993	0,7%	7,97	0,5%	9.911	249
57	Cangaíba	137.352	1,2%	13,88	0,9%	9.896	248
58	Vila Maria	113.633	1,0%	11,80	0,8%	9.630	242
59	Moema	87.647	0,8%	9,14	0,6%	9.589	241
60	Itaim Bibi	95.888	0,8%	10,07	0,7%	9.522	239
61	Cursino	112.191	1,0%	12,08	0,8%	9.287	233
62	José Bonifácio	132.199	1,1%	14,47	0,9%	9.136	229
63	Bom Retiro	37.184	0,3%	4,25	0,3%	8.749	220
64	Jardim Ângela	321.695	2,8%	36,81	2,4%	8.739	219
65	Brás	31.723	0,3%	3,63	0,2%	8.739	219
66	Santana	115.150	1,0%	13,18	0,9%	8.737	219

CONTINUA

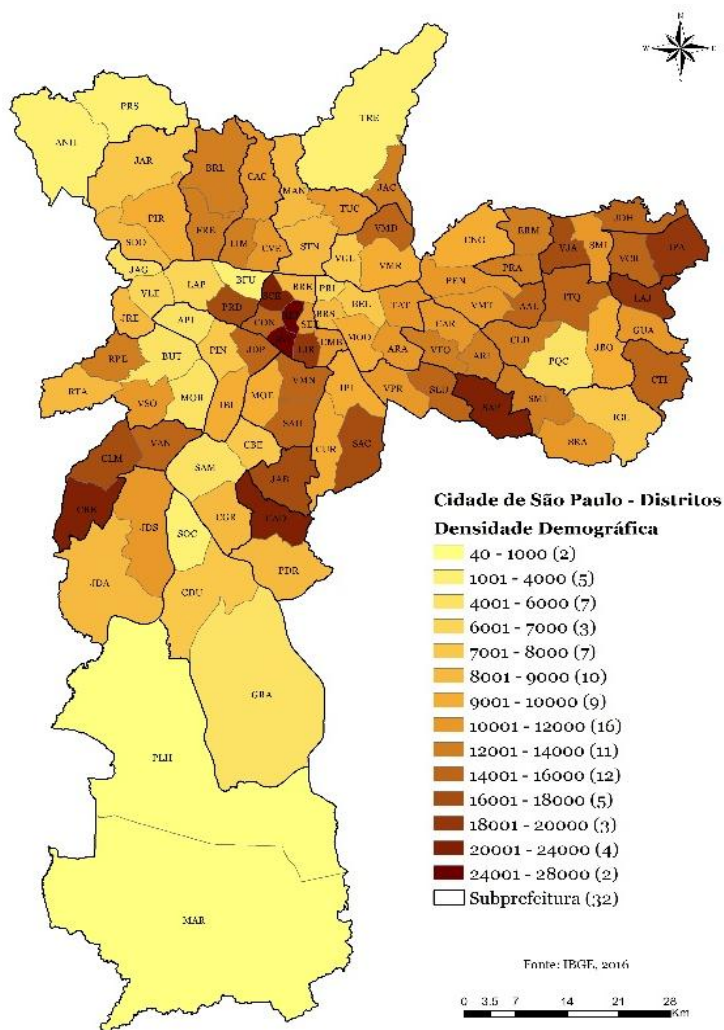
		CONTINUAÇÃO					
DISTRITO	POPULAÇÃO 2016	AREA KM2	DENS. DEMOG.	IDI			
67	Raposo Tavares	104.671	0,9%	12,27	0,8%	8.531	214
68	São Domingos	85.813	0,7%	10,11	0,7%	8.488	213
69	Pedreira	154.450	1,3%	18,41	1,2%	8.389	211
70	Jaguareé	53.227	0,5%	6,47	0,4%	8.227	206
71	Mandaqui	108.822	0,9%	13,30	0,9%	8.182	205
72	Campo Grande	104.742	0,9%	13,02	0,9%	8.045	202
73	Pinheiros	65.848	0,6%	8,30	0,5%	7.933	199
74	Belém	47.772	0,4%	6,11	0,4%	7.819	196
75	Vila Guilherme	56.142	0,5%	7,23	0,5%	7.765	195
76	Campo Belo	64.612	0,6%	8,84	0,6%	7.309	183
77	Iguatemi	141.012	1,2%	19,64	1,3%	7.180	180
78	Cidade Dutra	199.784	1,7%	28,05	1,8%	7.122	179
79	Jaraguá	202.568	1,7%	28,65	1,9%	7.070	177
80	Pari	18.438	0,2%	2,70	0,2%	6.829	171
81	Lapa	66.950	0,6%	10,28	0,7%	6.513	163
82	Vila Leopoldina	43.316	0,4%	7,02	0,5%	6.170	155
83	Alto de Pinheiros	41.882	0,4%	7,49	0,5%	5.592	140
84	Jaguara	24.312	0,2%	4,56	0,3%	5.332	134
85	Santo Amaro	73.824	0,6%	15,98	1,0%	4.620	116
86	Parque do Carmo	70.423	0,6%	15,66	1,0%	4.497	113
87	Morumbi	50.920	0,4%	11,48	0,8%	4.436	111
88	Butantã	54.100	0,5%	13,10	0,9%	4.130	104
89	Grajaú	378.370	3,3%	92,89	6,1%	4.073	102
90	Tremembé	213.683	1,8%	57,84	3,8%	3.694	93
91	Perus	85.665	0,7%	23,58	1,5%	3.633	91
92	Socorro	36.678	0,3%	11,93	0,8%	3.074	77
93	Barra Funda	15.379	0,1%	5,91	0,4%	2.602	65
94	Anhanguera	77.950	0,7%	33,42	2,2%	2.332	59
95	Parelheiros	144.736	1,2%	151,92	10,0%	953	24
96	Marsilac	8.316	0,1%	208,74	13,7%	40	1
São Paulo	1638.802	100,0%	1.526,31	100,0%	7.625		

Dentre os distritos de altíssima densidade a maior incidência está no distrito de Bela Vista alcançando 26.084 hab./km², 655 vezes mais que Marsilac. A grande concentração de pessoas no distrito supera em muito as dez maiores densidades de cidades brasileiras, chegando ao dobro de São João do Meriti (RJ), que possui a maior densidade do país. Em situação semelhante estão outros 26 distritos. A maior densidade demográfica do Estado de São Paulo está localizada em Diadema (12.519 hab./km²). Em São Paulo os distritos de Bela Vista e República têm o dobro de densidade demográfica de Diadema.

No Brasil são 3.824 cidades ou 68,6 % do total que têm até 20 mil habitantes. Em São Paulo, somente três (3,1%) dos 96 distritos se limitam a esse número de moradores: Pari, Barra Funda e Marsilac. Este tem densidade de 40 hab./km², enquanto a média dos municípios brasileiros atinge a 8,6 hab./km². No Brasil mais 1,091, (19,5%), das cidades estão no intervalo entre 20 a 50 mil habitantes, em São Paulo são nove ou 9,3% dos distritos com porte similar.

No país 6,3% das cidades (351) tem de 50 a 100 mil habitantes, em São Paulo são 32 distritos (33,3%) com esse perfil. Comparando a densidade demográfica verifica-se que enquanto em outras cidades brasileiras desse porte registram a média de 23 hab./km² em São Paulo os distritos correlatos têm mais de 8mil hab./km².

MAPA 2 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016.
SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016

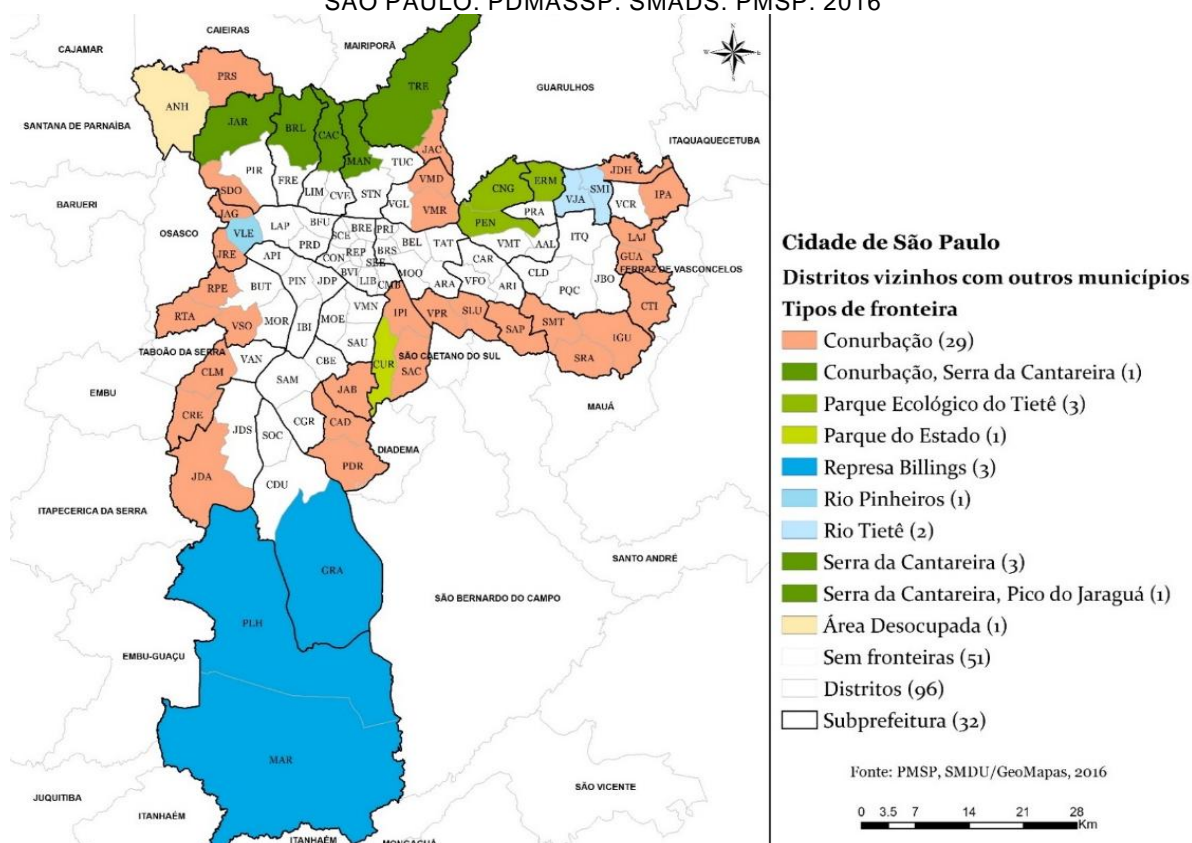


2.4 - Atributo: distrito de fronteira

O crescimento da cidade de São Paulo avançou nos espaços dos municípios vizinhos, incorporando suas fronteiras aos padrões de periferia da capital e consolidando um novo espaço de relação entre essas cidades, vinculando o adensamento populacional ao crescimento da oferta de emprego da indústria paulistana, que se assentava à beira das grandes rodovias e nos municípios vizinhos, e à especulação imobiliária que empurrava a população de menor poder aquisitivo para as regiões em torno do centro.

A expansão urbana de São Paulo dos anos 50 em diante aproximou o assentamento populacional a leste com o ABCD, ao oeste, o avanço se deu pela aproximação com as saídas e entradas na cidade pelas rodovias (Régis Bittencourt e Raposo Tavares), somando-se a industrialização da cidade de Osasco, integrando-se também às cidades de Cotia, Taboão da Serra e Embu. A expansão a norte encontrou um obstáculo natural: a Serra da Cantareira. Mas, em direção ao nordeste a vizinhança com Guarulhos não encontrou obstáculos, conformando-se com o prolongamento da periferia paulistana imbricada com o eixo da rodovia Presidente Dutra. Em direção à região sul, as ocupações ocorreram junto a Interlagos, descendo para as represas Guarapiranga e Billings. (SZMRECSÁNYI, 2004).

MAPA 3 - DISTRITOS DE FRONTEIRA E SUA TIPOLOGIA. SMDU, 2016.
SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



Pouco se distingue onde começa ou termina um ou outro município o que prenuncia a dificuldade em estimar demandas para assistência social uma vez que a população se mobiliza pela mera travessia de um lado da rua para outro.

Há que se acrescer a mobilidade intermunicipal provocada por linhas de trens da CPTM –Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Ao norte a Linha Rubi trafega entre Perus-Caieiras, Franco da Rocha, Baltazar Fidélis, Francisco Morato, Botujuru, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Jundiaí. A linha diamante, ao sudoeste, percorre Lapa, Leopoldina, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi. Essa mobilidade envolve cidadãos de diferentes municípios em busca de serviços de assistência social paulistanos, sobretudo aqueles dirigidos à juventude. Essa situação é verdadeira também ao revés. Por exemplo, o jovem morador de São Mateus trafega por ônibus elétrico em direção a cidade de Santo André para usufruir de serviços sociais.

A mobilidade no circuito de transportes interurbano é um meio de diluir fronteiras a favor da oferta de atenções da política de assistência social sobretudo aos jovens.

No conjunto dos 96 distritos, 47 deles ocupam no chão da cidade em áreas fronteiriças com outras cidades ou com outros acidentes geográficos. A partir dessa constatação identificou-se outro atributo de diversidade distrital: o tipo de avizinhamento em seus limites.

QUADRO 5 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS E DISTRITOS FRONTEIRIÇOS POR CARACTERÍSTICA DA ÁREA DE FRONTEIRA. SMDU, 2016. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016

CARACTERÍSTICA	QTDE MUNIC. VIZINHOS	QTDE DISTRITO
Conurbação	12 40,0%	28 59,6%
Acidentes	7 23,3%	12 25,5%
Serra da Cantareira	3 10,0%	5 10,6%
Represa Billings	2 6,7%	3 6,4%
Rio Tietê	1 3,3%	3 6,4%
Rio Pinheiros	1 3,3%	1 2,1%
Parques	7 23,3%	6 12,8%
Parque Ecológico do Tietê	1 3,3%	3 6,4%
Parque do Estado	1 3,3%	1 2,1%
Parque Estadual da Serra do Mar	4 13,3%	1 2,1%
Parque Pico do Jaraguá	1 3,3%	1 2,1%
Área desocupada	4 13,3%	1 2,1%
Distritos de fronteira	30 100,0%	47 100,0%

60% da população de São Paulo reside em distritos que têm fronteiras com outros municípios. Oito desses distritos com as maiores densidades concentra 16% da população: Cidade Ademar, Sapopemba, Capão Redondo, Lajeado, Itaim Paulista, Campo Limpo, Sacomã e Vila Jacuí. Com exceção do distrito Vila Jacuí, os demais são áreas de conurbação com os municípios vizinhos. A localização do distrito em área de fronteira traz preocupações particulares para a gestão da política de assistência social, sobretudo pelo movimento da população flutuante que altera o movimento nos serviços, especialmente, nos CRAS e CREAS.

2.5 - Atributo: área rural

Para o IBGE o conceito imediato entre rural e urbano é de exclusão, isto é, domicílio em área rural é definido como “aquele que se situa em área externa ao perímetro urbano de um distrito”. Estabelece as seguintes distinções:

1 – Área urbanizada de vila ou cidade - Setor urbano situado em áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana;

2 - Área não urbanizada - área não urbanizada de vila ou cidade, setor urbano situado em áreas localizadas dentro do perímetro urbano de cidades e vilas reservadas à expansão urbana ou em processo de urbanização; áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural;

3 - Área urbanizada isolada - Setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal;

4 - Área rural de extensão urbana - Setor rural situado em assentamentos situados em área externa ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão;

5 - Aglomerado rural (povoado) - Setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas;

6 - Aglomerado rural (núcleo) - Setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados;

7 - Aglomerado rural (outros) - Setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.);

8 - Rural - exclusive aglomerados rurais - Área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Existem diversidades intra e interdistritos na cidade, isso porque **28% é rural**, desse total a maior presença está na região sul. Deve-se denominar de presença de ruralidades na cidade de São Paulo como se pode observar pelos mapas que aqui destacam a ocupação rural no território da cidade.

QUADRO 6 - INCIDÊNCIA E QUANTIDADE DE ÁREA RURAL NOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

FAIXA DA ÁREA EM KM ²	Nº de distritos	%	Km ² Nº	%
5 Mais de 100 Km ²	2	2%	305,5	71,8%
4 De 10 a 100 Km ²	3	3%	76,7	18,0%
3 De 4 a 10 Km ²	4	4%	23,1	5,4%
2 De 0,01 a 4 Km ²	14	15%	20,3	4,8%
1 Sem rural	73	76%		
TOTAL	96	100%	425,5	100%

MAPA 4 - INCIDÊNCIA DE ÁREAS RURAIS NOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.



Dos 96 distritos, apenas 23 (24%) deles possuem área rural, e dois possuem, juntos, 71% de toda a área rural da cidade: Marsilac e Parelheiros. O primeiro registra 47,3% desse total. Marsilac apresenta o formato rural isolado.

A área sul de São Paulo agrega áreas de preservação ambiental como a Capivari – Monos destinada a preservação e a proteção de mananciais, contando com a presença de aldeamentos indígenas. A região sul da cidade concentra 69 vezes mais áreas rurais do que as demais regiões o que indica que ela deveria contar com um programa específico para essa população.

Em lado oposto, norte, a Aldeia Indígena do Jaraguá em proximidade com a Rodovia dos Bandeirantes apresenta forte demanda de proteção social com a incidência de uso de drogas, exploração sexual, forte desnutrição de crianças que demanda atenção a essa particularidade.

É de se registrar que o padrão de proteção social do SUAS em tais áreas deve ganhar diferenciação para que se possa, de fato, corresponder às características da população.

A tipologia dos espaços rurais pela classificação do IBGE apresenta distinções de classificação entre tipos de ruralidades como: área rural de extensão urbana; aglomerado rural isolado e zona rural, exclusive aglomerados rurais. Essa classificação permite distinguir as áreas rurais isoladas daquelas que são contíguas ou, extensão de área urbana

QUADRO 7 - DISCREPÂNCIA DA ÁREA RURAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, AGREGADOS POR SUPERVISÃO REGIONAL. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

SUPERVISÃO REGIONAL	AGLOMERADO RURAL DE EXTENSÃO URBANA		AGLOMERADO RURAL ISOLADO		ZONA RURAL, EXCLUSIVE AGLOMERADO RURAL		TOTAL ÁREA RURAL		IDI
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	
PA	0,2	1,3%	0,3	100%	305,0	75,1%	305,5	71,8%	15.275
CS	3,2	16,9%			43,9	10,8%	47,1	11,1%	2.354
PR	1,4	7,5%			20,3	5,0%	21,7	5,1%	1.087
JT	1,6	8,3%			9,9	2,4%	11,5	2,7%	573
SM	1,5	8,2%			7,2	1,8%	8,8	2,1%	439
PJ	0,3	1,6%			7,4	1,8%	7,7	1,8%	384
MB	0,1	0,6%			4,8	1,2%	4,9	1,1%	244
IP	4,4	23,5%					4,4	1,0%	222
IQ	1,0	5,3%			2,5	0,6%	3,5	0,8%	173
ST	0,7	3,9%			1,9	0,5%	2,6	0,6%	130
MP	1,7	9,1%			0,1	0,0%	1,8	0,4%	92
AD	1,4	7,5%			0,3	0,1%	1,8	0,4%	88
FO	0,3	1,8%			1,2	0,3%	1,5	0,4%	76
CT	0,0	0,2%			1,3	0,3%	1,3	0,3%	64
JA	0,8	4,2%					0,8	0,2%	40
G					0,7	0,2%	0,7	0,2%	37
CV	0,02	0,1%					0,02	0,005%	1

2.6 - Atributo: área urbana não urbanizada

72 % da área da cidade de São Paulo é urbana, mas esse total pode ser distinto pelas categorias aplicadas pelo IBGE para áreas urbanizadas. Desse total 95%, é considerada urbanizada, 3,5% não urbanizada e 1% como área urbanizada isolada. O maior volume de área não urbanizada está na região norte. Pode-se pôr em discussão o grau de urbanização diferenciado mesmo em áreas consideradas urbanizadas. Todavia, o que se quer chamar atenção para o olhar da proteção social, em específico, é a situação da existência de áreas urbanas não urbanizadas.

QUADRO 8 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELA PRESENÇA DE ÁREA URBANA NÃO-URBANIZADA. IBGE, CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

	DISTRITO	ÁREA NÃO-URBANIZADA	IDI
1	Anhanguera	7,4	21,7%
2	Tremembé	6,9	20,4%
3	Perus	5,2	15,4%
4	Cidade Tiradentes	3,0	8,8%
5	Grajaú	3,0	8,7%
6	Jardim Ângela	2,3	6,9%
7	Jaraguá	1,8	5,4%
8	Campo Grande	1,1	3,4%
9	José Bonifácio	0,8	2,5%
10	Cidade Dutra	0,7	1,9%
11	Guaianases	0,5	1,5%
12	São Domingos	0,3	1,0%
13	Brasilândia	0,3	0,9%
14	Pirituba	0,2	0,7%
15	Parelheiros	0,1	0,4%
16	Casa Verde	0,1	0,2%
17	Iguatemi	0,01	0,03%
	São Paulo	33,9	100%

A situação da concentração de **áreas urbanas não urbanizadas** é marcante na região noroeste de São Paulo nos distritos de Anhanguera, Perus e no do Tremembé a nordeste, em relação ao distrito de Iguatemi.

QUADRO 9 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS NA DIMENSÃO TERRITÓRIO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

VARIÁVEL	MAIOR	MENOR	IDI
Área Territorial (Km2)	208,74 Marsilac	2,18 Sé	96
Área Urbana (Total)	29,9 Jardim Ângela	0,7 Marsilac	43
Área Urbanizada	27,4 Jardim Ângela	0,14 Marsilac	196
Área Não Urbanizada	7,36 Anhanguera	0,01 Iguatemi	736
Área Rural (Total)	201,44 Marsilac	0,02 Cachoeirinha	10.072
Aglomerado Rural Extensão Urbana	4,44 Cursino	0,02 Cachoeirinha	222

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

VARIÁVEL	MAIOR	MENOR	IDI
Zona Rural Exclusive, Aglomerado Rural	201,14 Marsilac	0,03 Freguesia do Ó	6.705
Densidade demográfica	26.084 Bela Vista	40 Marsilac	655
Densidade demográfica nos Distritos de fronteira	22.758 Cidade Ademar	40 Marsilac	571
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 1 – de 7.500 a 10.000 hab.	40 Marsilac	40 Marsilac	-
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 1 – de 15.001 a 20.000 hab.	6.829 Pari	2.602 Barra Funda	3
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 1	6.829 Pari	40 Marsilac	171
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 2 De 20.001 a 40.000 hab.	11.754 Sé	3.074 Socorro	4
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 2 De 40.001 a 50.000 hab.	7.819 Belém	5.592 Alto de Pinheiros	1
Densidade demográfica dos distritos de Pequeno Porte 2	11.754 Sé	3.074 Socorro	4
Densidade demográfica dos distritos de Médio Porte de 50.001 a 75.000 hab.	26.084 Bela Vista	4.130 Butantã	6
Densidade demográfica dos distritos de Médio Porte De 75.001 a 100.000 hab.	23.610 Santa Cecília	2.332 Anhanguera	10
Densidade demográfica dos distritos de Médio Porte	26.084 Bela Vista	2.332 Anhanguera	11
Densidade demográfica dos distritos de Gde. Porte De 100.001 a 300.000 hab.	22.758 Cidade Ademar	953 Parelheiros	24
Densidade demográfica dos distritos de Gde. Porte De 300.001 a 600.000 hab.	8.739 Jardim Ângela	4.073 Grajau	2
Densidade demográfica dos distritos de Gde. Porte	22.758 Cidade Ademar	953 Parelheiros	24

2.7 - Atributo assentamento de grupos específicos aos distritos paulistanos

Ao objetivar atributos dos 96 distritos da cidade são aclaradas, ou tornadas visíveis, suas diversidades que determinam especificidade no modo de se dar a cobertura das atenções da política de assistência social. Os atributos dos distritos demarcam características às supervisões regionais de assistência social. Indicam, por exemplo, que a acessibilidade da população aos serviços socioassistenciais é muito mais dificultosa no distrito de Parelheiros, em relação a outros distritos. Assim ali deveria ser construída forma de acessibilidade aos usuários com características distintas de outros distritos.

O Plano Decenal Nacional 2016-2026 busca dar forma a diversidade presente no assentamento da população brasileira, entendendo que **a equidade é parte da igualdade** e, portanto, sua consideração consolida o direito à atenção da política de assistência social devendo estar prevista no SUAS. Só dessa forma se estará na próxima década caminhando em direção a universalidade do SUAS.

A primeira expressão de grupo específico que mais se destaca em São Paulo e que é demandante da atenção de assistência social é a população em situação de rua. Os censos e contagens dessa população em São Paulo têm sido realizados por SMADS que, via de regra desde o ano 2000, contrata a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Censos de quatro em quatro anos, e contagens em intervalos, distinguem essa população em dois segmentos: os acolhidos e o que permanecem nas ruas. No período de 2000/2015 houve uma variação de 4,1% no crescimento da população de rua, que alcançou em números absolutos 15.905 pessoas. Segundo os dados da FIPE, o maior crescimento se deu no período de 2000/2009, e vem crescendo o número de “acolhidos” em relação ao grupo na “rua”.

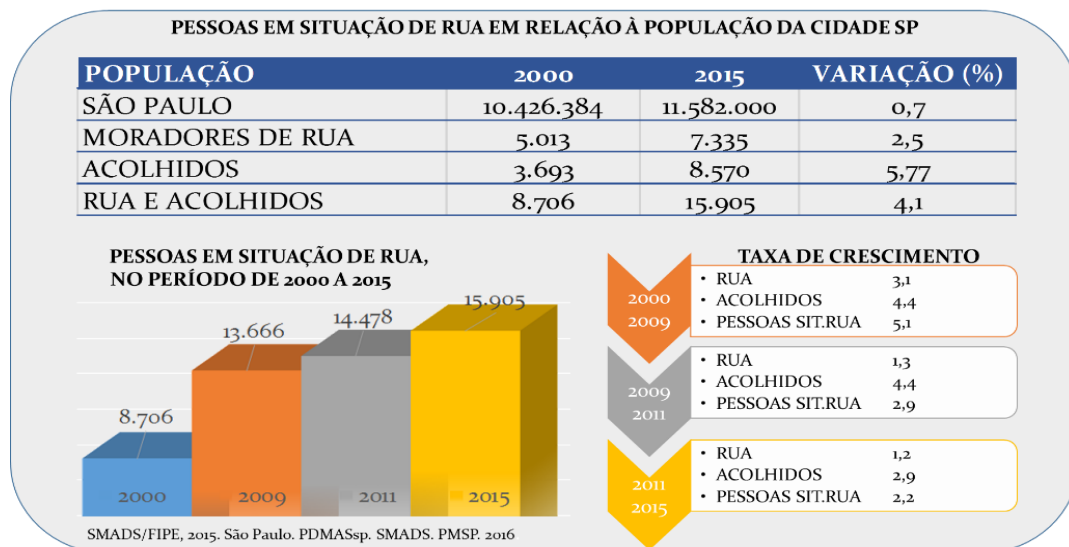
O espalhamento de pessoas em situação de rua está presente nas 32 supervisões regionais, porém com fortes diferenças. Na área de abrangência da supervisão regional da Sé é registrado 7.180 vezes mais moradores, em comparação ao registrado em Parelheiros.

A distribuição dos dados do Censo 2015 da população em situação de rua pelos distritos da cidade indica maior presença no distrito de Santa Cecília. Somando-se as pessoas “acolhidas” e as de “pernoite na rua”, encontram-se 2.706 pessoas equivalentes a 17% de toda a cidade. A presença numérica de pessoas em situação de rua no distrito de Santa Cecília é 2706 vezes maior que a presença dessa população nos distritos de Vila Sonia e Parelheiros.

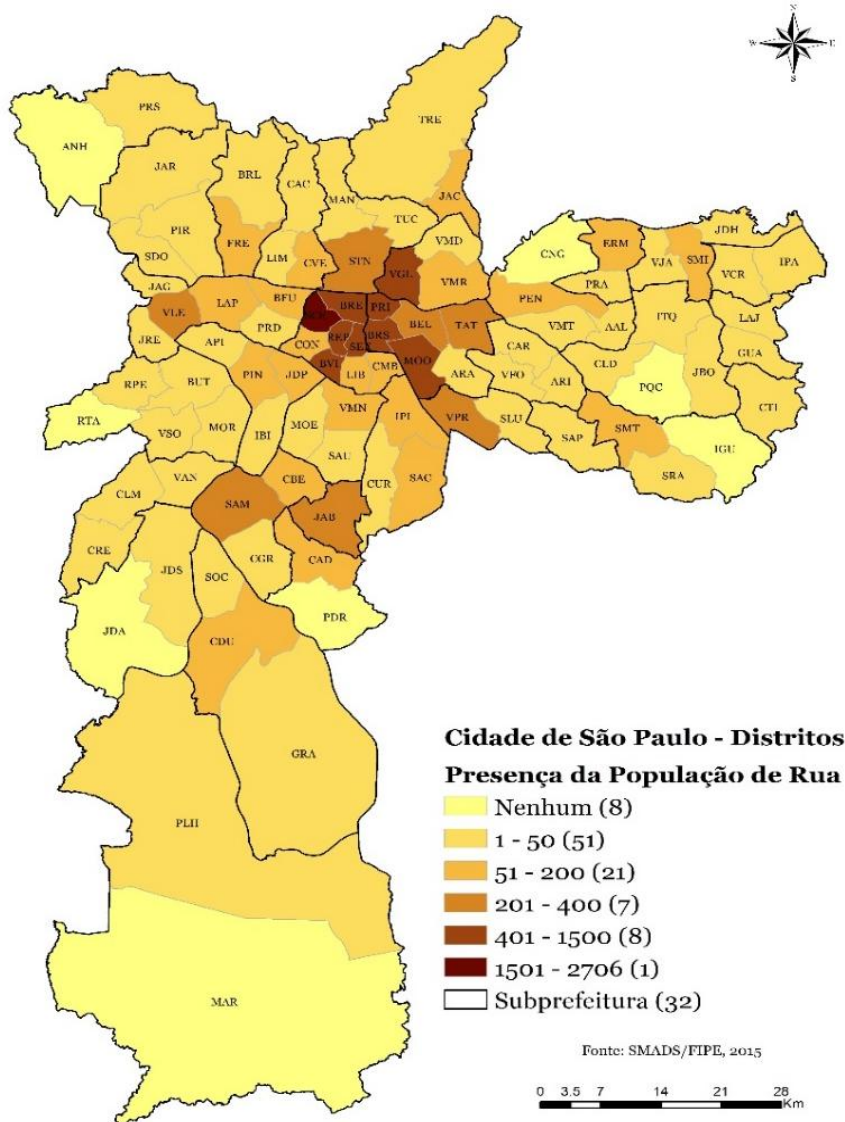
Considerando somente o número de pessoas que pernoitam na rua, a maior frequência está no distrito da Sé, com 1.311 pessoas, seguida por Santa Cecília, com 1.019. Entre as pessoas acolhidas, a maior incidência está no distrito de Santa Cecília com 1.687, ou 19,7% do total.

A região do Centro, na Supervisão Regional da Sé, registra em seus oito distritos a maior incidência tanto de acolhidos quanto de pessoas em pernoite na rua, alcançando 45,1% do total da cidade. Ela é seguida pela Supervisão Regional da Mooca com 26,05% do total. As duas supervisões Sé e Mooca, juntas, alcançam 71,1% das pessoas em situação de rua da cidade, agregando os dois segmentos: acolhidos e com pernoite na rua.

FIGURA 2 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DA CIDADE. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS. PMSP. 2016



MAPA 5 - INCIDÊNCIA DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA PELOS 96 DISTRITOS. SMADS/FIPE, 2015; SÃO PAULO. PDMASPP. PMSP. 2016.



O Censo de 2015 registra que 15.905 pessoas estão na cidade em situação de rua número que ultrapassa, a população de muitos municípios brasileiros. Em 253 cidades brasileiras a população alcança 2.500 pessoas. Considerado esse número de habitantes verifica-se que São Paulo tem número de pessoas em situação de rua equivalente a seis cidades brasileiras. Lembrando ainda que os icônicos municípios brasileiros de Borá (SP), com 836 pessoas, e Serra da Saudade (MG), com 818 habitantes fariam equivaler essa população a 19 Borás ou Serras da Saudade.

A atenção à população em situação de rua reclama diretrizes de ação distritais distintas a partir do volume de assentamento. Caminhos para trabalhar com até 50 pessoas são bem diversos a uma agregação territorial de 2.706 pessoas em um mesmo distrito.

QUADRO10 - QUANTIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA POR DISTRITOS. SMADS/FIPE/2015. PDMASPP. PMSP. SÃO PAULO.2016

PRESENÇA POP. RUA	DISTRITOS	PERNOITE NA RUA	ACOLHIDOS	TOTAL
Nenhum	8 8,3%			
De 1 a 50	51 53,1%	812 11,1%	87 1,0%	899 5,6%
De 51 a 200	21 21,8%	1.555 21,2%	981 11,4%	2.536 15,9%
De 201 a 400	7 7,2%	955 13,0%	1.066 12,4%	2.021 12,7%
De 401 a 1500	8 8,3%	2.994 40,8%	4.749 55,4%	7.743 48,6%
Mais de 1501	1 1,0%	1.019 13,9%	1.687 19,7%	2.706 17,0%
São Paulo	96 100,0%	7.335 100,0%	8.570 100%	15.905 100%

Um **segundo grupo específico dos distritos de São Paulo** é a população com assentamento rural. São 22 distritos em São Paulo que assinalam a presença da população rural, mas em um só deles (Marsilac) está assentada mais de 80% do total dessa população.

QUADRO 11 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RURAL. IBGE, 2010. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

	DISTRITO	POP. 2016	AREA (KM2)	% POP. RURAL	IDI
1	Marsilac	8.316 0,1%	208,74 13,7%	83,17%	6.308
2	Jardim Helena	134.598 1,2%	9,17 0,6%	12,41%	941
3	Parelheiros	144.736 1,2%	151,92 10,0%	10,85%	823
4	Anhanguera	77.950 0,7%	33,42 2,2%	8,28%	628
5	José Bonifácio	132.199 1,1%	14,47 0,9%	4,97%	377
6	Grajaú	378.370 3,3%	92,89 6,1%	4,09%	310
7	Iguatemi	141.012 1,2%	19,64 1,3%	3,88%	294
8	Jaraguá	202.568 1,7%	28,65 1,9%	2,52%	191
9	Pedreira	154.450 1,3%	18,41 1,2%	2,48%	188
10	Brasilândia	275.198 2,4%	21,20 1,4%	2,37%	180
11	Jardim Ângela	321.695 2,8%	36,81 2,4%	2,13%	161
12	Perus	85.665 0,7%	23,58 1,5%	2,07%	157
13	Mandaqui	108.822 0,9%	13,30 0,9%	1,90%	144
14	Tremembé	213.683 1,8%	57,84 3,8%	1,69%	128
15	São Rafael	153.590 1,3%	13,16 0,9%	1,60%	121

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

	DISTRITO	POP. 2016		AREA (KM2)		% POP. RURAL	IDI
16	Cachoeirinha	144.977	1,2%	13,53	0,9%	0,32%	24
17	Cidade Tiradentes	225.672	1,9%	14,89	1,0%	0,27%	20
18	Cidade Dutra	199.784	1,7%	28,05	1,8%	0,24%	18
19	Jabaquara	227.197	2,0%	14,06	0,9%	0,10%	7
20	Cursino	112.191	1,0%	12,08	0,8%	0,04%	3
21	Guaianases	107.171	0,9%	8,95	0,6%	0,03%	2
22	Parque do Carmo	70.423	0,6%	15,66	1,0%	0,01%	1

O **terceiro grupo específico** incidente nos distritos de São Paulo é aquele vitimizado sazonalmente ou não, por chuvas, desabamentos, calamidades e enchentes entre outros acidentes e desastres que ocorrem na cidade. Os dados de ocorrências de enchentes, deslizamentos e de desabamentos foram colhidos por regionais referenciados aos CRAS -Centros de Referência de Assistência Social que registraram atuação nessas situações, não foi possível identificar incidências por distrito, como também não foi possível identificar referências sobre as vítimas decorrentes de cada tipo de situação. A fonte de consulta que é oferecida pela SMADS, encontrava-se incompleta, nesse aspecto, entretanto está sendo alterada a forma do registro.

A maior incidência de ocorrências foi localizada no distrito de Guaianases (G), concentrando 18,5% do total com incidência em 28 ocorrências de enchentes e duas de desabamentos num total de 30 atenções das 162 ocorrências na cidade com 48.022 pessoas atendidas. Esse volume de atenções nessa região é seguido pelos distritos de Itaquera com 18, e São Miguel Paulista com 15, em geral enchentes. Na modalidade de atenção a vítimas de desabamento, o distrito de Parelheiros se destaca. Das 162 ocorrências com vítimas na cidade em 2016, 63, ou 39%, se concentraram na região leste onde Guaianazes registra a discrepância de 30 vezes mais demanda de atenção a vítimas do que outras regiões como em Vila Maria/Vila Guilherme com uma ocorrência de desabamento.

QUADRO 12 - INCIDÊNCIA DE ENCHENTES E DESABAMENTOS, POR OCORRÊNCIAS, SEGUNDO REGIÕES. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

Região	Pop. 2016		Área Km2		Enchen-tes	Desaba-mentos	Total De Ocorrências		Discrepân-cia
Leste II	2.454.656	21,1%	197,51	12,9%	78	5	83	51,2%	41,5
Sul II	2.708.311	23,3%	661,68	43,4%	14	15	29	17,9%	14,5
Leste I	1.630.626	14,0%	132,01	8,6%	19	4	23	14,2%	11,5
Norte II	1.348.714	11,6%	172,26	11,3%	14	3	17	10,5%	8,5
Norte I	925.883	8,0%	128,24	8,4%	4	1	5	3,1%	2,5
Sul I	1.060.362	9,1%	78,87	5,2%	3	0	3	1,9%	1,5
Oeste	1.059.400	9,1%	129,16	8,5%	1	1	2	1,2%	1
Centro	450.850	3,9%	26,58	1,7%	0	0	0	0,0%	0
São Paulo	11.638.802	100,0%	1.526,31	100,0%	133	29	162	100,0%	

QUADRO 13 - INCIDÊNCIA DAS SUPERVISÕES REGIONAL POR QUANTIDADE DE ENCHENTES E DESABAMENTOS. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	FREQ. SUPERVISÃO	% DISTR RELAT.	% DISTR ACUM.	POPULAÇÃO POR FAIXA	% POP. RELAT.	% POP. ACUM.
5 Mais de 28	1	3%	3%	277.445	2%	2%
4 De 14 a 21	2	6%	9%	912.108	8%	10%
3 De 7 a 14	5	16%	25%	1.431.884	12%	23%
2 De 1 a 7	18	56%	81%	6.899.648	59%	82%
1 Sem ocorrências	6	19%	100%	2.117.717	18%	100%
TOTAL	32	100%		11.638.802	100%	

O **quarto grupo específico** de alta incidência em São Paulo é a população favelada, são 1677 favelas na cidade de acordo com HABI/PMSP. Embora presente em São Paulo desde os anos 40 do século XX, o fenômeno da moradia precária, levantada com restos de materiais, em terrenos privados ou públicos, nominada pelo IBGE como moradia subnormal, em ocupação isolada ou em grupos formando uma favela. Esse tipo de moradia alcança 89% dos distritos de São Paulo exceção eventual, caso se restrinjam dessa qualidade precária as ‘barracas – iglu’ da população em situação de rua, que pode ser encontrada nos distritos de: Alto de Pinheiros, Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, República e Sé.

MAPA 6 - INCIDÊNCIA DE FAVELAS NOS DISTRITOS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



A maioria dos distritos sem favelas compõe a Supervisão Regional da Sé, confirmando a tendência de crescimento dos domicílios na periferia da cidade, e, portanto, as favelas também têm crescido nessas áreas. Considerando somente a presença nos distritos, Brasilândia e Cidade Ademar têm maior número (ambas têm 94, equivalente a 5,6% do total, que somados resultam em 11,2%). O menor número está presente nos distritos de Belém, Pari, Santa Cecília, Liberdade, Mooca, Santo Amaro, Casa Verde e Água Rasa (uma favela em cada um, totalizando 0,5%).

QUADRO 14 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELO NÚMERO DE FAVELAS E ESTIMATIVA DOS DOMÍCIOS EM FAVEAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

NÚMERO DE FAVELAS	FREQ. DISTR	% DISTR RELAT.
5 Mais de 80	4	4,2%
4 De 60 a 80	4	4,2%
3 De 25 a 60	10	10,4%
2 De 10 a 25	28	29,2%
1 Menos de 10	39	40,6%
TOTAL	85	88,5%

A região Norte II com 10 distritos, agregados em quatro supervisões regionais, registra na Freguesia do Ó, 115 favelas (no distrito da Brasilândia são 94 e na Freguesia do Ó, 21) o equivalente a 6,86% do total da cidade e 38% das existentes na região.

Outros quatro distritos (Brasilândia, Cidade Ademar, Capão Redondo e Jardim Ângela) têm mais de 80 favelas. A maior frequência é de distritos com menos de 10 favelas, 39 no total (40,6%).

QUADRO 15 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELA ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS EM FAVELAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSp. 2016.

DISTRITO	Nº Favela	Domicílios.	Favelas 2015	IDI
1 Brasilândia	94 5,6%	22.793	5,9%	1.036
2 Sacomã	28 1,7%	22.240	5,8%	1.011
3 Capão Redondo	87 5,2%	21.200	5,5%	964
4 Jardim São Luís	76 4,5%	20.811	5,4%	946
5 Vila Andrade	16 1,0%	20.045	5,2%	911
6 Jardim Ângela	84 5,0%	19.455	5,0%	884
7 Sapopemba	44 2,6%	18.253	4,7%	830
8 Grajaú	74 4,4%	17.289	4,5%	786
9 Campo Limpo	74 4,4%	17.046	4,4%	775
10 Cidade Ademar	94 5,6%	16.764	4,3%	762
11 Jabaquara	69 4,1%	13.414	3,5%	610
12 Jaraguá	45 2,7%	10.245	2,7%	466
13 Vila Sônia	14 0,8%	9.625	2,5%	438
14 Cachoeirinha	35 2,1%	9.605	2,5%	437
15 Pedreira	35 2,1%	8.846	2,3%	402
16 Rio Pequeno	25 1,5%	8.501	2,2%	386
17 Tremembé	35 2,1%	7.829	2,0%	356
18 Cidade Dutra	33 2,0%	5.628	1,5%	256
19 Jardim Helena	16 1,0%	5.208	1,3%	237
20 Lajeado	27 1,6%	4.993	1,3%	227
21 Vila Maria	23 1,4%	4.992	1,3%	227
22 Itaim Paulista	20 1,2%	4.799	1,2%	218
23 Cangaíba	16 1,0%	4.456	1,2%	203
24 São Mateus	16 1,0%	4.063	1,1%	185
25 Parelheiros	36 2,1%	4.027	1,0%	183
26 Pirituba	39 2,3%	4.001	1,0%	182
27 São Rafael	15 0,9%	3.989	1,0%	181

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DISTRITO	Nº Favela	Domicílios	Favelas 2015	IDI
28 Raposo Tavares	20 1,2%	3.976	1,0%	181
29 Parque do Carmo	19 1,1%	3.657	0,9%	166
30 São Domingos	20 1,2%	3.596	0,9%	163
31 Iguatemi	12 0,7%	3.456	0,9%	157
32 Vila Curuçá	9 0,5%	3.176	0,8%	144
33 Cidade Tiradentes	14 0,8%	3.135	0,8%	143
34 Itaquera	15 0,9%	3.045	0,8%	138
35 Ermelino Matarazzo	19 1,1%	3.005	0,8%	137
36 Perus	23 1,4%	2.975	0,8%	135
37 Cidade Líder	16 1,0%	2.942	0,8%	134
38 Penha	11 0,7%	2.618	0,7%	119
39 Artur Alvim	8 0,5%	2.558	0,7%	116
40 Morumbi	4 0,2%	2.533	0,7%	115
41 Cursino	15 0,9%	2.532	0,7%	115
42 Campo Belo	19 1,1%	2.221	0,6%	101
43 São Lucas	9 0,5%	2.165	0,6%	98
44 Limão	9 0,5%	2.161	0,6%	98
45 Vila Prudente	9 0,5%	1.960	0,5%	89
46 Freguesia do Ó	21 1,3%	1.915	0,5%	87
47 Jaçanã	19 1,1%	1.816	0,5%	83
48 Vila Jacuí	13 0,8%	1.682	0,4%	76
49 Jaguaré	9 0,5%	1.437	0,4%	65
50 Campo Grande	14 0,8%	1.434	0,4%	65
51 Ipiranga	4 0,2%	1.338	0,3%	61
52 Vila Medeiros	21 1,3%	1.204	0,3%	55
53 Mandaqui	9 0,5%	1.188	0,3%	54
54 Anhanguera	12 0,7%	1.116	0,3%	51
55 Ponte Rasa	10 0,6%	1.018	0,3%	46
56 Guaianases	18 1,1%	1.011	0,3%	46
57 São Miguel	8 0,5%	825	0,2%	38
58 Socorro	8 0,5%	769	0,2%	35
59 Vila Leopoldina	5 0,3%	753	0,2%	34
60 Carrão	10 0,6%	742	0,2%	34
61 Belém	1 0,1%	600	0,2%	27
62 José Bonifácio	8 0,5%	591	0,2%	27
63 Saúde	4 0,2%	503	0,1%	23
64 Vila Mariana	7 0,4%	474	0,1%	22
65 Tatuapé	2 0,1%	412	0,1%	19
66 Vila Guilherme	5 0,3%	406	0,1%	18
67 Santa Cecília	1 0,1%	375	0,1%	17
68 Itaim Bibi	4 0,2%	325	0,1%	15
69 Aricanduva	3 0,2%	304	0,1%	14
70 Vila Formosa	3 0,2%	292	0,1%	13

CONTINUA

CONTINUAÇÃO					
DISTRITO	Nº Favela	Domicílios	Favelas 2015	IDI	
71 Butantã	3 0,2%	259	0,1%	12	
72 Tucuruvi	4 0,2%	240	0,1%	11	
73 Vila Matilde	8 0,5%	225	0,1%	10	
74 Jaguara	3 0,2%	217	0,1%	10	
75 Lapa	2 0,1%	130	0,0%	6	
76 Pari	1 0,1%	130	0,0%	6	
77 Barra Funda	3 0,2%	122	0,0%	6	
78 Santana	4 0,2%	96	0,0%	4	
79 Liberdade	1 0,1%	88	0,0%	4	
80 Marsilac	2 0,1%	73	0,0%	3	
81 Mooca	1 0,1%	50	0,0%	2	
82 Santo Amaro	1 0,1%	44	0,0%	2	
83 Casa Verde	1 0,1%	35	0,0%	2	
84 Água Rasa	1 0,1%	30	0,0%	1	
85 Pinheiros	2 0,1%	22	0,0%	1	
São Paulo	1.677 100,0%	386.119	100,0%		

O número de favelas nos distritos deve ser balanceado com o número de domicílios em favelas que somaram em 2015 a 386.119 domicílios /barracos, isto significa aproximadamente a cerca de 1.250.000 habitantes que se distribuem desigualmente pelos distritos, a exemplo, em seis distritos estão 40% dos moradores em favelas. Há na cidade grandes favelas como Heliópolis e Paraisópolis que superam, em muito, quando comparadas a antiga e grande favela de Vila Prudente cuja nucleação decorreu da remoção de uma das primeiras favelas da cidade, a Vergueiro. Dos quatro distritos com mais de 80 favelas (Brasilândia, Cidade Ademar, Capão Redondo e Jardim Ângela) dois deles estão também entre os que tem mais domicílios em favelas. A maior frequência é de distritos com menos de 10 favelas, 39 no total (40,6%), conforme quadro 15.

QUADRO 16 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELA ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS DE FAVELAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS. PMSP. 2016.

Domicílios em Favelas	Nº Distritos	% Distritos	Nº Domicílios Favela	% Domicílios Favela	Nº Favela	% Favelas
5 Mais De 20.000	5	5,2%	107.089	27,7%	301	17,9%
4 De 10.000 A 20.000	7	7,3%	112.466	29,1%	484	28,9%
3 De 5.000 A 10.000	7	7,3%	55.242	14,3%	193	11,5%
2 De 1.000 A 5.000	37	38,5%	102.190	26,5%	593	35,4%
1 Até 1.000	29	30,2%	9.132	2,4%	106	6,3%
Sem Favelas	11	11,5%				
Total	96	100,0%	386.119	100,0%	1.677	100,0%

O conjunto destes elementos permitem que se desencadeie outro eixo de análise sobre as características dos distritos quanto às suas condições de precarização urbana. Juntam-se aqui os dados relativos às **áreas urbanas não urbanizadas**; o número de domicílios em favelas, e ainda a presença de áreas de risco, embora estas não tenham sido especificadas neste estudo que abordou somente as famílias vitimizadas.

QUADRO 17 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS NA DIMENSÃO PRECARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. SÃO PAULO. PDMASP. SMADS. PMSP. 2016.

VARIÁVEL	MAIOR	MENOR	IDI
% População em situação de rua	17,0% Santa Cecília	0,01% Parelheiros	2706
% População rural	83,17% Marsilac	0,01 Parque do Carmo	6.308
% Domicílios em favelas	22.793 Brasilândia	22 Pinheiros	1.036
% de ocorrências de enchentes e desabamentos (Subprefeitura)	18,5% Sub. Guaianases	0,01% Sub. Vila Maria/Guilherme	5.949

2.8 - População que compõem grupos tradicionais conforme caracterização nacional

Certamente é um tanto estranho indicar que em São Paulo há quebradeiras de coco, ou população ribeirinha, entre outros grupos, como mostra o Censo SUAS de SNAS. Mas SMADS realizou levantamento nos prontuários do CAD.Único de São Paulo para identificar a presença territorial de grupos tradicionais dentre os cadastrados e seu assentamento nos distritos da cidade. Identificou, para além da presença de nominados grupos tradicionais, como comunidades ribeirinhas, ciganos, pescadores artesanais, extrativista como ocorre no restante do país, mas outros grupos como agricultores familiares, beneficiários do crédito fundiário, ou mesmo aqueles que caracterizam situações urbanas como catadores de papeis, famílias expulsas por que atingidas por empreendimento imobiliários, acampadas e assentadas por reforma agrária.

Esse esforço de SMADS identifica que o **CAD.Único** é um instrumento para essa caracterização e que São Paulo embora metrópole do século XXI convive com múltiplas formas de assentamento e organização da população no processo produtivo, cultural e de sobrevivência. Esse levantamento ainda poderá receber mais contribuições, como da presença de população indígena, uma vez que dados registram que há mais de 5 mil famílias em tais características específicas, o que significa comparativamente aos municípios brasileiros um total populacional próximo aos 3800 municípios brasileiro até 20 mil habitantes. Esse conjunto de dados permitirá identificar os diversos padrões que o SUAS deverá adotar na próxima década de modo a ampliar a acessibilidade das famílias das diferentes regiões às SUAS atenções.

QUADRO 18 - INCIDÊNCIA DE GRUPOS ESPECÍFICOS NAS REGIÕES DA CIDADE. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

Supervisão	Quilombola	Indígenas	Cigana	Comum. Terreiro	Acampada	(*) assente. Reforma. Agrária	(**) empr. infraestrutura	(***) beneficío. créd. Fundiário	agric. Familiar	Extrativista	pesc. Artesanais	Ribeirinha	(****) sistema carcerário	Total	Discrepância	
Norte II	1	175	3	2	3		173		89		2	1	60	509	28%	23
Não localizados		59	2		2	1	238	1	34	1	1	1	11	351	20%	16
Sul II	5	118	11	3	10	7	16	4	92	1	4		73	344	19%	16
Leste II	1	9	6		4		10	3	54	2	6	5	79	179	10%	8
Sul I	2	1	1		2	1	71		12		1	1	40	132	7%	6
Leste I	1	2	9		5	2	3	1	17			1	69	110	6%	5
Oeste	1	3	1	1	8	1	4	3	18		2		44	86	5%	4
Norte I		3				1	1		19			1	36	61	3%	3
Centro	1	2			1		4		6		1		7	22	1%	1
São Paulo	12	372	33	6	35	13	520	12	341	4	17	10	419	1.794	100%	-

OBS.:(*) assentamento reforma agrária - famílias assentadas da reforma agrária;(**) empr. infraestrutura – famílias removidas em razão de obras de infraestrutura;(***). Programa Nacional de Credito Fundiário famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário;(****) sistema carcerário – famílias com presos no sistema carcerário.

2.9 - Classificação dos 96 distritos pelas incidências de sua área e ocupação

Para demonstrar a diversidade do chão e do assentamento da população dos distritos da cidade, cada distrito foi classificado conforme seu pertencimento, em cada variável, em cinco classificações de incidências das mais altas às mais baixas.

As altas incidências ficaram no grupo 5 e as mais baixas no grupo 1. Quanto mais próximo de 5, maior a incidência da variável e, portanto, maior possibilidade de que o chão e o assentamento da população do distrito se destaquem tornando-se uma característica, que exige ser destacada na construção local do SUAS, para que ele possa incluir a diversidade da vida da população a partir do seu lugar de vivência cotidiana.

QUADRO 19 - DIMENSÕES E VARIÁVEIS UTILIZADAS NO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016

CATEGORIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS		5	4	3	2	1
TERRITÓRIO	Área geográfica	Mais de 90 Km ²	De 17 a 58 Km ²	De 15 a 16 Km ²	De 8 a 14 Km ²	Até 8,5 Km ²
	Área urbana	Mais de 20 Km ²	De 15 a 19 Km ²	De 10 a 15 Km ²	De 5 a 10 Km ²	Menos de 5 Km ²
	Área rural	Mais de 10o Km ²	De 10 a 100 Km ²	De 4 a 10 Km ²	De 0,01 a 4 Km ²	Sem área rural
	Distritos fronteira	Mais de 17.400 hab./Km ²	De 11.600 a 17.400 hab./Km ²	De 5.800 a 11.600 hab./Km ²	De 40 a 5.800 há/Km ²	Sem áreas de fronteiras
	Densidade demográfica	Mais de 20.000 hab./km ²	De 15.000 a 20.000 hab./km ²	De 10.000 a 15.000 hab./km ²	De 5.000 a 10.000 hab./km ²	Menos de 5.000 hab./km ²
ASSENTAMENTO	População em domicílios favelados	Mais de 20.000	De 10.000 a 20.000	De 5.000 a 10.000	De 1.000 a 5.000	Até 1.000
	População rural	Mais de 80%	5 a 13%	De 2 a 5%	De 0,01 a 2%	Sem população rural
	População em situação de rua	Mais de 2.500 pessoas	De 1.000 a 1.500 pessoas	De 800 a 1.000 pessoas	De 160 a 800 pessoas	Menos de 160 pessoas

CONTINUA

CATEGORIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS		CONTINUAÇÃO				
		5	4	3	2	1
ASSENTAMENTO	Número de pessoas em grupos específicos	Mais de 800 pessoas	De 400 a 500 pessoas	De 100 a 300 pessoas	De 50 a 100 pessoas	Menos de 50 pessoas
	Número de pessoas em Catad. Mater.Recicláveis	Mais de 400 pessoas	De 300 a 400 pessoas	De 200 a 300 pessoas	De 100 a 200 pessoas	De 1 a 100 pessoas
PRECARIZAÇÃO	Pop em área não urbanizada					
	Número de favelas	Mais de 80	De 60 a 80	De 25 a 60	De 10 a 25	Menos de 10

A maior frequência dos distritos está na categoria 2 com 39,6%. Dois distritos estão na categoria 5: Brasilândia e Grajaú, a mais agravada em alta precarização do território, portanto as mais baixas condições de proteção social a partir do território. No outro extremo estão os distritos de: Alto de Pinheiros, Bom Retiro, Moema, Consolação e Cambuci que têm pouca variação entre as dimensões analisadas.

Acima da categoria 3 estão concentrados 55,2% dos municípios. São categorias em que o peso maior está na precarização do território associada com outras condições gerais como presença de população e área rurais.

QUADRO 20 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL IGDI, AGREGADOS POR CATEGORIAS. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

IDI GERAL	Freq. Distritos	% Relat.
5 (Mais de 40)	2	2,1%
4 (de 30 a 39)	14	14,6%
3 (de 20 a 29)	37	38,5%
2 (de 14 a 19)	38	39,6%
1 (até 13)	5	5,2%
Total	96	100,00%

QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS PELO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL (IGDI), AGREGADOS POR CATEGORIAS. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

REGIÃO	IGDI				
	5	4	3	2	1
Leste II		1.Cidade Tiradentes 2.Itaim Paulista 3.Lajeado	1.Cidade Líder 2.Ermelino Matarazzo 3.Guaianases 4. Iguatemi 5.Itaquera 6.Jardim Helena 7.José Bonifácio 8.Parque do Carmo 9.São Mateus 10.São Rafael 11.Vila Curuçá 12.Vila Jacuí	1. Ponte Rasa 2.São Miguel	
Leste I		1. Sapopemba	1.Cangaíba 2. Mooca 3. Penha 4. São Lucas 5. Vila Prudente	1.Água Rasa 2.Aricanduva 3.Artur Alvim 4.Belém 5.Brás 6.Carrão 7.Pari 8.Tatuapé 9.Vila Formosa 10.Vila Matilde	
Oeste			1. Raposo Tavares 2. Rio Pequeno 3. Vila Sônia	1.Barra Funda 2.Butantã 3.Itaim Bibi 4.Jaguara 5.Jaguareé 6.Jardim Paulista 7.Lapa 8.Morumbi 9.Perdizes 10.Pinheiros 11.Vila Leopoldina	1. Alto de Pinheiros
Sul II	1. Grajaú	1.Campo Limpo 2.Capão Redondo 3.Cidade Ademar 4.Jardim Ângela 5.Jardim São Luís 6. Parelheiros	1.Cidade Dutra 2.Marsilac 3.Pedreira 4.Vila Andrade	1.Campo Belo 2.Campo Grande 3.Santo Amaro 4.Socorro	
Norte II	1.Brasilândia	1.Jaraguá	1.Anhanguera 2.Cachoeirinha 3.Freguesia do Ó 4.Perus 5.Pirituba 6.São Domingos	1.Casa Verde 2.Limão	
Centro			1. Santa Cecília	1.Bela Vista 2.Liberdade 3.República 4.Sé	1.Bom Retiro 2.Cambuci 3.Consolação
Norte I		1.Tremembé	1.Jaçanã 2.Mandaqui 3.Vila Maria 4.Vila Medeiros	1.Santana 2.Tucuruvi 3.Vila Guilherme	
Sul I		1.Jabaquara 2.Sacomã	1.Cursino 2.Ipiranga	1.Saúde 2.Vila Mariana	1.Moema

Os distritos situados em regiões periféricas são os que apresentam maior variação entre as dimensões analisadas, resultando em índices maiores em torno da categoria 4. A categoria 3 está concentrada no eixo Leste-Oeste, com exceção de Marsilac que está na Região Sul. Os distritos situados na categoria 2 concentraram-se pelo centro expandido estendendo-se em direção da região leste 1 e sul 1.

QUADRO 22 - INCIDÊNCIA DO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, POR SUPERVISÃO REGIONAL. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

SUPERVISÃO	IGDI					DISTRITOS
	5	4	3	2	1	
SE			1 1,0%	4 4,2%	3 3,1%	8 8,3%
MO			1 1,0%	5 5,2%		6 6,3%
LA				6 6,3%		6 6,3%
BT			3 3,1%	2 2,1%		5 5,2%
PI				3 3,1%	1 1,0%	4 4,2%
PE			2 2,1%	2 2,1%		4 4,2%
IQ			4 4,2%			4 4,2%
VM				2 2,1%	1 1,0%	3 3,1%
CV			1 1,0%	2 2,1%		3 3,1%
IP		1 1,0%	2 2,1%			3 3,1%
PJ		1 1,0%	2 2,1%			3 3,1%
SM			3 3,1%			3 3,1%
CS	1 1,0%		1 1,0%	1 1,0%		3 3,1%
SA				3 3,1%		3 3,1%
CL		2 2,1%	1 1,0%			3 3,1%
ST			1 1,0%	2 2,1%		3 3,1%
AF				3 3,1%		3 3,1%
MP			2 2,1%	1 1,0%		3 3,1%
MG			2 2,1%	1 1,0%		3 3,1%
FO	1 1,0%		1 1,0%			2 2,1%
AD		1 1,0%	1 1,0%			2 2,1%
VP			2 2,1%			2 2,1%
PA		1 1,0%	1 1,0%			2 2,1%
MB		2 2,1%				2 2,1%
EM			1 1,0%	1 1,0%		2 2,1%
G		1 1,0%	1 1,0%			2 2,1%
IT		1 1,0%	1 1,0%			2 2,1%
PR			2 2,1%			2 2,1%
JT		1 1,0%	1 1,0%			2 2,1%
SB		1 1,0%				1 1,0%
CT		1 1,0%				1 1,0%
JA		1 1,0%				1 1,0%
São Paulo	2 2,1%	14 14,6%	37 38,5%	38 39,6%	5 5,2%	96 100,0%

A análise dos 96 distritos implicou em agregar cinco tipos de combinação de características, o que permite concluir que, para além dos portes diferenciais das 96 cidades de São Paulo há cinco tipos de características agregadas para fundear o modelo de proteção de gestão do SUAS em São Paulo a partir das características do chão da cidade e do assentamento da população.

Aqui tem-se indicação de que **as Supervisões Regionais deverão realizar trocas e discussões não só com seus vizinhos territoriais, mas também com seus vizinhos de características de demandas de proteção socioassistencial.** Cabe portanto instalar novos circuitos de relações com base nas características da realidade dos distritos.

QUADRO 23 - HOMOGENEIDADE/HETEROGENEIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DOS DISTRITOS QUE COMPÕEM CADA SUPERVISÃO REGIONAL. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

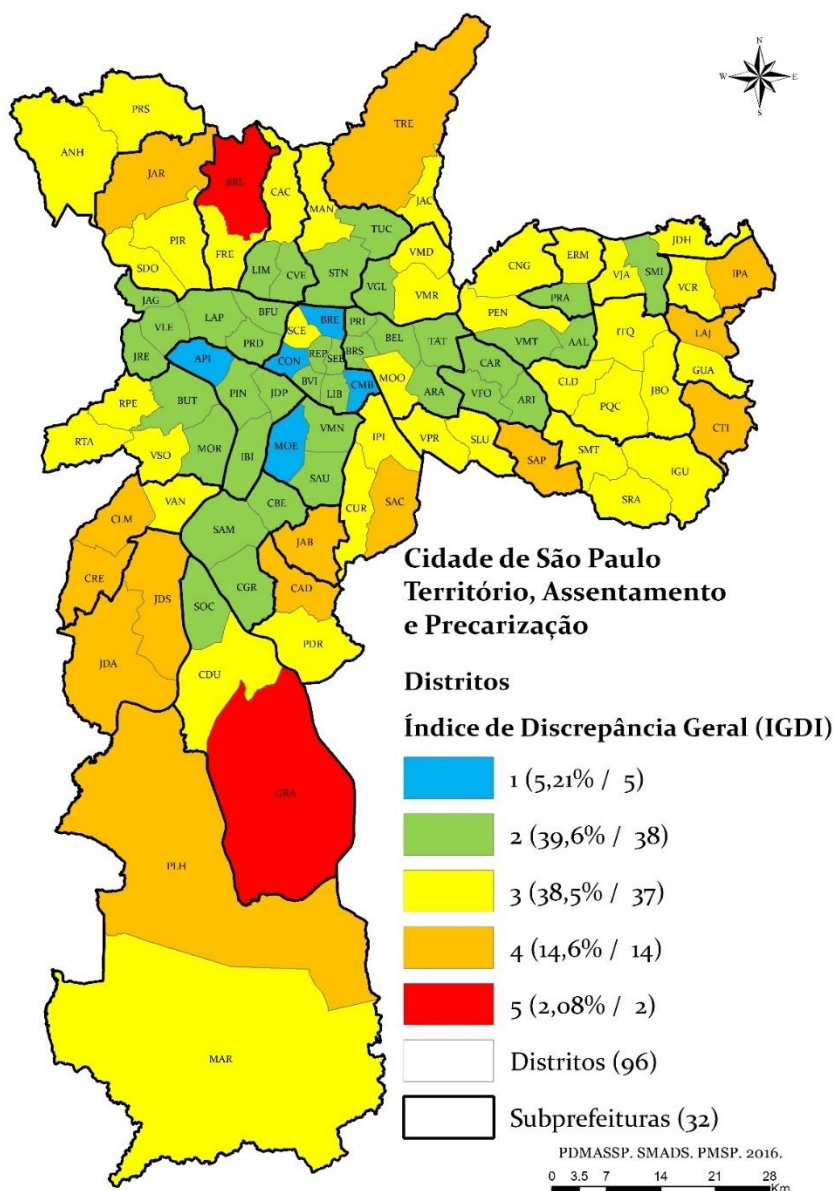
Supervisão Regional	Distritos	Graus	Homogeneidade/ Heterogeneidade
SE	8	3, 2, 1	3
MO	6	3, 2	2
LA	6	2	1
BT	5	3, 2	2
PI	4	2, 1	2
PE	4	3, 2	2
IQ	4	3	1
VM	3	2, 1	2
CV	3	3, 2	2
IP	3	4, 3	2
PJ	3	4, 3	2
SM	3	3	1
CS	3	5, 3, 2	3
SA	3	2	1
CL	3	4, 3	2
ST	3	3, 2	2
AF	3	2	1
MP	3	3, 2	2
MG	3	3, 2	2
FO	2	5, 3	2
AD	2	4, 3	2
VP	2	3	1
PA	2	4, 3	2
MB	2	4	1
EM	2	3, 2	2
G	2	4, 3	2
IT	2	4, 3	2
PR	2	3	1
JT	2	4, 3	2
SB	1	4	1
CT	1	4	1
JA	1	4	1
	96		

Note-se que no conjunto das 32 supervisões 10 delas têm distritos de um só conjunto de características, embora sua composição varie de um a quatro distritos. Em 20 delas que são compostas entre dois distritos, há uma variação entre eles de dois tipos, e ao que os dados indicam é na Supervisão da Freguesia do Ó que os distritos que a compõem são mais distantes ou heterogêneos entre si, o que sem dúvida conduz a uma peculiaridade de gestão complexa, demandando novos elementos de atenção no processo de gestão do SUAS na cidade.

Chega-se a proposta em considerar **São Paulo múltipla de 96 cidades heterogêneas** que podem ser aproximadas em cinco tipos que, embora com características próprias, poderão vir a construir a perspectiva de, em dez anos, **São Paulo contar com modelos alternativos de proteção socioassistencial articulados na unidade do SUAS de forma a responder com maior propriedade as características heterogêneas do assentamento populacional na cidade. Desta forma se estaria em rumo a diretriz nacional de alcance da acessibilidade do Suas.**

Mas para que não se caia em fragmentação o desenvolvimento de protocolos de atenção, parâmetros, fluxos de ação e decisão são essenciais. Aqui cabe propor modos de governança em SMADS que viabilizem tal concretização em 10 anos.

MAPA 7 - INCIDÊNCIA DO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, POR CATEGORIA DE DISCREPÂNCIA. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



3 - Universalidade da atenção do SUAS em São Paulo

A construção da universalidade da política de assistência social é um campo ainda coberto por polêmicas, pois de acordo com a legislação é considerado o alcance da assistência social **a quem dela necessitar**. Essa definição decorre da sua inserção na seguridade social onde a previdência social se dirige a um público definido: os trabalhadores que a ela contribuem. A saúde,

por sua vez, embora se coloque como universal, acaba por estabelecer públicos a partir de suas áreas de atenção e cobertura, se materno-infantil, se saúde mental, se assistência médica, se hospitalar, se geriátrica, se domiciliar, se para vacinação, entre outros. Parte do entendimento que é uma política universal no sentido de que não exige um requisito para que dela se tenha acesso, embora isso não signifique que ela tenha capacidade de atender a todos, em todos os locais onde vivem, ou as diversas modalidades de necessidades apresentadas.

Parte de uma concepção de saúde alargada em prevenção e atenção assistencial e hospitalar, entre um conjunto de modalidades de atenções e cuidados com e sem internação. Deve-se afirmar que toda política que não é contributiva, como a previdência, pelo fato de ser pública e estatal ela é universal ou de alcance a todo cidadão por princípio. Todavia, entre a política ser universal e ofertar respostas a todas as necessidades dos cidadãos tem-se uma grande distância. Nem todos têm necessidade de tudo, nem ao mesmo tempo, isto exige que se tome uma decisão sobre a capacidade de atenção institucional, o que vai elidir com a capacidade orçamentária, de instalações e de trabalhadores.

A quem se refere o “quem dela necessitar” na assistência social? A resposta mais frequente é: aqueles que não tem renda, ou aqueles que não tem condições de trabalho, não dispõe de emprego formal, não tem acesso um salário mínimo individual. Mas seriam essas as melhores repostas para informar quem necessita de proteção social? Com certeza transformar a necessidade na figura do necessitado não é um princípio de seguridade social o que seria incorrer em equívoco.

Por consequência, a análise da universalidade na assistência social pela caracterização de quem tem menor ganho sobretudo até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo não se compromete com proteção social, na medida em que transforma a assistência social em política social monetarizada. Nessa concepção não se dá valor aos serviços socioassistenciais.

O Plano Decenal Nacional 2016-2026 estabeleceu com grande diretriz **a assistência social acessível a todos**. Essa afirmação sublinha o sentido de

universalidade articulando-o com a capacidade de que o SUAS inclua a diversidade e a visão do usuário em manifestar caso a atenção é de fato acessível ou amigável. Infelizmente a decodificação na assistência social sobre a definição “de quem dela necessitar” tem sido mecanicamente operada e disseminada pelo traslado do conceito de necessidade para o de necessitado. Esse mecanicismo tem profundas implicações.

A concepção de quem dela necessitar supõe uma declaração do cidadão, isto é, ele é quem sente e sabe de sua necessidade. Quando ao revés é entendido que a política é para o necessitado, ou no mais das vezes para o pobre, o miserável, quem ganha pouco, quem não pode comprar, ou ser consumidor. Como um passe de mágica a política social vira política de microeconomia, e sobe à cabeça de muitos economistas que vão descrever soluções mágicas para a pobreza. Não há dúvida que pobreza é um tema da economia e sobretudo da economia política. Por decorrência propor a universalidade da política de assistência social se transforma em estimar quem ganha menos.

Esse caminho tortuoso além de não se pautar em ouvir as demandas, não tem centralidade na escuta da voz do cidadão. A noção de universalidade na assistência social passa a ser reduzida ao foco de objetivar o quanto ganha o cidadão e sua família. Fica a orientação maior da política reduzida a operar acessos monetarizados, que iniciam em uma atenção da assistência social e, de imediato, são conduzidos por processos digitais a operações bancárias⁷.

Entendeu-se que para não permanecer somente nesse olhar monetário deveríamos colocar em perspectivas outros elementos para estabelecer a universalidade da política. Optou-se então por considerar que o CAD.Único é um

⁷ De certa forma, a assistência social nesse circuito ganha foro de ator coadjuvante da Fazenda Pública, ao analisar a receita familiar para aplicar benefícios, mas não, isenções como o faz a Fazenda. Ressalte-se, porém, que nos municípios existem situações em que a assistência social confere mérito para determinados processos de isenções, todavia sempre baseada na justificativa de parca renda. Por esse raciocínio mecânico, a assistência social seria a política dos que não possuem renda para declarar. Guarda-se aqui uma distinção: o patamar da isenção de declaração de renda de quase dois mil reais por cidadão difere, em muito, do teto da assistência social fixado em acesso para renda per capita entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Entre 125 reais e 2 mil reais há uma distância de 16 vezes, isto é, para ficar no limite da isenção da declaração de renda o usuário da assistência social precisaria multiplicar sua renda em mais de 15 vezes. Os benefícios como significam o acesso direto ao Tesouro Público são submetidos a muitas análises de pertinência, com especialistas e cruzamentos de sistemas. As isenções por sua vez, são ocultadas, pois significam que o Tesouro vai deixar de receber. As isenções são operadas em valores apropriados individualmente, sem observância de teto, em contraponto ao benefício que tem valores fixos e teto.

meio de auto declaração do cidadão e não precisa ser considerado como ferramenta direcionada ao acesso a benefício, embora este venha sendo seu uso primordial.

A universalidade declarada na assistência social é composta por todos os que utilizam de seus serviços, dos três tipos de benefícios (eventual, continuado e transferência de renda), e dos cidadãos que acorrem ao CAD.Único para obter benefícios em outras políticas sociais. Para poder clarear esta direção na construção da universalidade da assistência social parte-se para objetivar o universo das famílias assentadas nos territórios pois um dos seus princípios é a matricialidade familiar, embora não se esquive de prestar atenção ao cidadão.

3.1 - Universo de famílias nos distritos

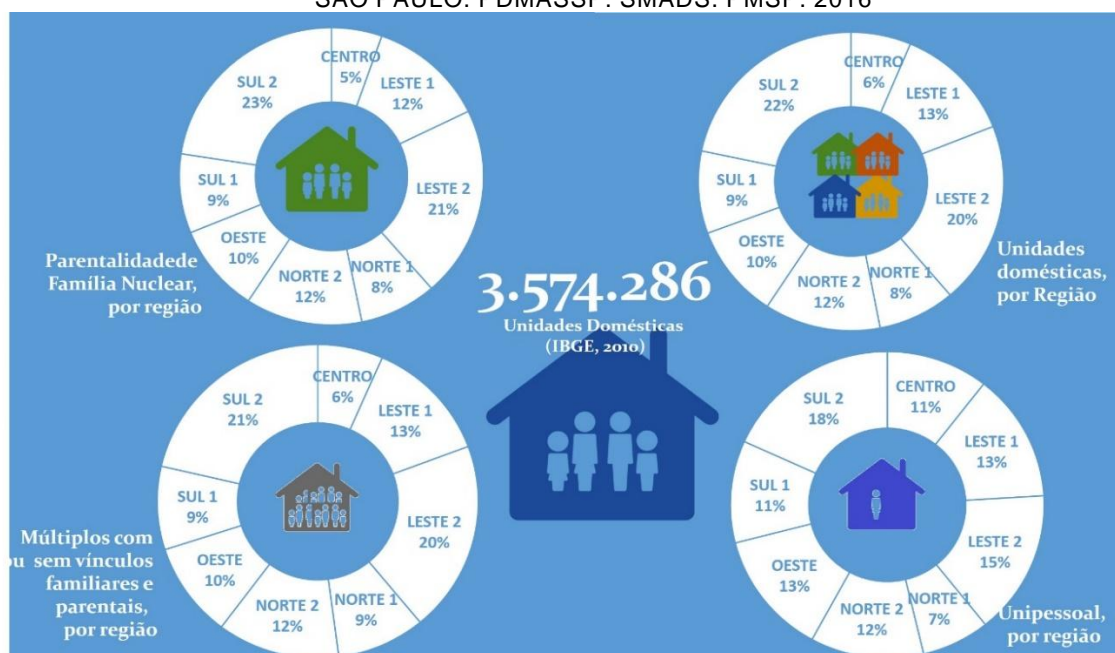
A aproximação que se tem para o estudo das famílias são as unidades domésticas apontadas nos Censos pelo IBGE ou uma derivação dos domicílios considerada sua ocupação. O total de unidades domésticas na cidade é de 3.574.286, distribuídas entre os seguintes tipos: 65,1% de famílias nucleares, consideradas as famílias compostas por casal, ou monoparental, com ou sem filhos; 20,8% de famílias com ou sem vínculos familiares e parentais, compostas por uma única família e outras pessoas relacionadas ao núcleo; por duas ou mais famílias compostas por mais pessoas relacionadas ou não às famílias, e ainda por duas ou mais pessoas relacionadas uma a outra, mas nenhuma das quais constitui-se numa família nuclear e outras não parentes; 14,1% de famílias unipessoais de composição também diversificada, sendo formada por jovens que deixaram a casa dos pais, por pessoas que se divorciaram, viúvas e viúvos, e, finalmente, também por pessoas que viveram a maior parte de suas vidas sozinhas.

QUADRO 24 - DOMICÍLIOS IDENTIFICADOS A PARTIR DAS UNIDADES DOMÉSTICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO, AGREGADAS PELOS TIPOS DE FAMÍLIAS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

TIPOS DE FAMÍLIAS	QTDE.	
Unidades Domésticas 2010	3.574.286	100,0%
Parentalidade Família Nuclear	2.326.405	65,1%
Múltiplos com ou sem vínculos familiares e parentais	743.910	20,8%
Unipessoal	503.971	14,1%

Dados do Censo 2010 permitiram identificar alguns tipos de famílias que ocupam os domicílios da cidade de São Paulo como: famílias unipessoais, famílias nucleares com convivência, famílias conviventes com ou sem vínculos parentais, ou unidades em que permanecem juntas mais de uma família.

GRÁFICO 2 - TIPOS DE UNIDADES DOMICILIARES, POR REGIÃO DA CIDADE. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016



Outra fonte de dados que foi permitido organizar diz respeito a distinção por tipo de ocupação dos 3,5 milhões de domicílios por distritos da cidade.

Marsilac é a menor agregação de unidades familiares dentre os distritos registra 2.349 das 3.574.286 unidades da cidade ou 0,1%, em contraponto, Grajaú, com 2,9% das unidades. Caso o montante das unidades familiares fosse igualmente dividido entre os 96 distritos, teríamos um total de pouco mais de 37,2

mil famílias por distrito. Note-se que Grajaú concentra 103 mil famílias, distritos que seriam padrão desse ponto de vista homogêneo seriam Rio Pequeno, Cidade Líder, José Bonifácio. Este é um cálculo que se pauta na homogeneidade revelando sua plena distância com o real.

O total de famílias cadastradas no CAD.Único em São Paulo é de 926.412, e esse número poderia ser maior se nele já estivessem cadastradas todas famílias, em que seus membros frequentam serviços, que recebem benefício eventual ou continuado, que são vitimizadas por emergências. Mesmo com esse limite o CAD.Único em São Paulo tem em seus registros 26% das unidades familiares apontadas pelo Censo de 2010 na cidade de São Paulo. Mas esse percentual se diversifica entre os distritos. A distância do percentual entre famílias inscritas no CAD.Único por distrito é extraordinária. Em Vila Mariana seu alcance é residual, com 2,6% das famílias moradoras cadastradas. Em Parelheiros, por outro lado esse número sobe para 50,9%, portanto a maioria dos moradores são inscritos.

Do total de inscritos no CAD.Único o maior percentual está no distrito do Grajaú em 4,9%, ou 45.437 famílias cadastradas. Caso se recorra ao artifício da distribuição homogênea pelos distritos teríamos cerca de 9,6 mil famílias para cada um dos 96 distritos. Embora o Grajaú tenha o maior percentual no CAD.Único, a maior relação entre famílias cadastradas e as unidades domésticas é em Marsilac, alcançando 62,2%, onde em números absolutos o total de unidades domésticas é de 2.349. O percentual de famílias cadastradas no CAD.Único de Marsilac é 101 vezes maior que Moema que possui 34.821 unidades domésticas e somente 214 famílias no Cad. Único, ou 0,6%.

Avançar esta análise implica em que se volte a construção das diversidades interdistritais a fim de verificar se há concordância entre a precariedade do chão e a cobertura da política. O que se vai notar ao fazer uma primeira análise entre o percentual de cobertura de domicílios pelo CAD.Único em cada distrito, é que a condição de maior precariedade do chão do distrito não significa maior cobertura das famílias domiciliadas no mesmo distrito pelo CAD.Único. Note-se por exemplo, que embora Grajaú e Brasilândia tenham sido classificados como em mais graves condições de volume de pessoas em

precariedade de assentamento distrital, a cobertura de CAD. Único nesses distritos é de pouco mais de 44% enquanto que em Marsilac é de 62,2% e, em São Rafael, é de 53,1%. Caso seja comparado um e outro levantamento (Diversidade e Universalidade) poderá ser constatado que o ritmo do CAD.Único não se orienta pela leitura de demandas distritais. Isto significa que adotar o CAD.Único como base para a universalidade da demanda vai exigir que seja delineada uma política territorializada da cobertura do CAD.Único em todos os distritos da cidade.

QUADRO 25 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS NA COBERTURA DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES DOMÉSTICAS. SUAS 10, MDS, SNAS, 2015. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

COBERTURA	UNIDADES DOMÉSTICAS 2010		CAD.ÚNICO 2016		% FAM CAD UN X FAM UD	DISTRITOS COM FAM EM CAD ÚN X FAM UD	
4 - ALTA COBERTURA	162.883	4,6%	84.929	9,2%	52,1%	5	5,2%
3 - MÉDIA COBERTURA	1.663.505	46,5%	621.330	67,1%	37,4%	35	36,5%
2 - BAIXA COBERTURA	1.027.402	28,7%	183.005	19,8%	17,8%	33	34,4%
1 - BAIXÍSSIMA COBERTURA	720.496	20,2%	37.148	4,0%	5,2%	23	24,0%
São Paulo	3.574.286	100,0%	926.412	100,0%	25,9%	96	100,0%

QUADRO 26 - HIERARQUIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM UNIDADES DOMÉSTICAS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

DISTRITO	UNIDADES DOMÉSTICAS 2010		CAD.ÚNICO 2016		% FAM CAD UN X FAM UD	IDI
1 Marsilac	2.349	0,1%	1.461	0,2%	62,2%	101
2 São Rafael	40.589	1,1%	21.553	2,3%	53,1%	86
3 Lajeado	46.653	1,3%	24.576	2,7%	52,7%	86
4 Iguatemi	36.151	1,0%	18.708	2,0%	51,7%	84
5 Parelheiros	37.141	1,0%	18.631	2,0%	50,2%	82
6 Jardim Helena	38.247	1,1%	18.557	2,0%	48,5%	79
7 Jardim Ângela	86.894	2,4%	40.101	4,3%	46,1%	75
8 Capão Redondo	81.033	2,3%	36.821	4,0%	45,4%	74
9 Brasilândia	76.997	2,2%	34.204	3,7%	44,4%	72
10 Grajaú	103.074	2,9%	45.437	4,9%	44,1%	72
11 Cidade Tiradentes	60.740	1,7%	26.433	2,9%	43,5%	71
12 Itaim Paulista	64.319	1,8%	27.761	3,0%	43,2%	70
13 Guaianases	30.547	0,9%	13.001	1,4%	42,6%	69
14 Parque do Carmo	20.285	0,6%	8.501	0,9%	41,9%	68
15 Perus	22.788	0,6%	9.492	1,0%	41,7%	68
16 Pedreira	42.056	1,2%	17.371	1,9%	41,3%	67
17 Vila Curuçá	43.486	1,2%	17.121	1,8%	39,4%	64
18 Anhanguera	19.437	0,5%	7.522	0,8%	38,7%	63
19 Sapopemba	84.686	2,4%	32.436	3,5%	38,3%	62
20 Cidade Ademar	80.858	2,3%	30.894	3,3%	38,2%	62
21 São Mateus	46.692	1,3%	17.448	1,9%	37,4%	61
22 Jardim São Luís	82.615	2,3%	30.359	3,3%	36,7%	60
23 Cidade Dutra	57.691	1,6%	20.217	2,2%	35,0%	57
24 Jaraguá	53.239	1,5%	18.559	2,0%	34,9%	57
25 Itaquera	60.185	1,7%	20.972	2,3%	34,8%	57
26 Campo Limpo	63.867	1,8%	22.223	2,4%	34,8%	57
27 Ermelino Matarazzo	34.029	1,0%	11.629	1,3%	34,2%	56

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

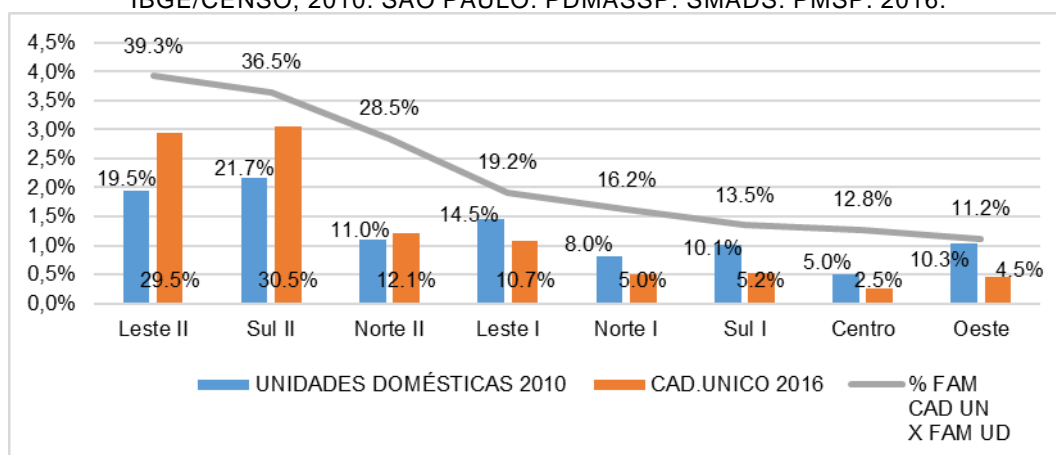
DISTRITO		UNIDADES DOMÉSTICAS 2010		CAD.ÚNICO 2016		% FAM CAD UN X FAM UD	IDI
28	Vila Jacuí	41.658	1,2%	13.750	1,5%	33,0%	54
29	Pari	5.543	0,2%	1.732	0,2%	31,2%	51
30	Cangaíba	41.250	1,2%	12.295	1,3%	29,8%	48
31	São Miguel	27.868	0,8%	8.277	0,9%	29,7%	48
32	Sé	9.098	0,3%	2.580	0,3%	28,4%	46
33	Raposo Tavares	29.865	0,8%	8.196	0,9%	27,4%	45
34	Cachoeirinha	42.683	1,2%	11.670	1,3%	27,3%	44
35	Bom Retiro	10.620	0,3%	2.874	0,3%	27,1%	44
36	Tremembé	57.372	1,6%	15.503	1,7%	27,0%	44
37	Vila Andrade	40.826	1,1%	10.896	1,2%	26,7%	43
38	José Bonifácio	37.832	1,1%	9.828	1,1%	26,0%	42
39	Cidade Líder	37.561	1,1%	9.753	1,1%	26,0%	42
40	Jaçanã	27.564	0,8%	6.917	0,7%	25,1%	41
41	Morumbi	15.448	0,4%	3.690	0,4%	23,9%	39
42	Vila Maria	35.242	1,0%	8.412	0,9%	23,9%	39
43	Sacomã	79.473	2,2%	18.632	2,0%	23,4%	38
44	Jaguara	16.390	0,5%	3.768	0,4%	23,0%	37
45	Artur Alvim	33.712	0,9%	7.669	0,8%	22,7%	37
46	Jabaquara	73.200	2,0%	16.199	1,7%	22,1%	36
47	Rio Pequeno	37.308	1,0%	7.842	0,8%	21,0%	34
48	Brás	10.110	0,3%	2.124	0,2%	21,0%	34
49	Vila Sônia	34.658	1,0%	7.154	0,8%	20,6%	34
50	Pirituba	53.342	1,5%	10.380	1,1%	19,5%	32
51	Aricanduva	27.661	0,8%	5.256	0,6%	19,0%	31
52	Ponte Rasa	28.667	0,8%	5.428	0,6%	18,9%	31
53	Santa Cecília	35.951	1,0%	6.794	0,7%	18,9%	31
54	República	26.344	0,7%	4.668	0,5%	17,7%	29
55	Belém	14.323	0,4%	2.520	0,3%	17,6%	29
56	São Domingos	26.617	0,7%	4.676	0,5%	17,6%	29
57	Limão	24.861	0,7%	4.302	0,5%	17,3%	28
58	Mooca	26.456	0,7%	4.273	0,5%	16,2%	26
59	Freguesia do Ó	45.123	1,3%	7.171	0,8%	15,9%	26
60	Vila Medeiros	39.905	1,1%	6.316	0,7%	15,8%	26
61	Socorro	12.429	0,3%	1.930	0,2%	15,5%	25
62	Ipiranga	36.572	1,0%	5.666	0,6%	15,5%	25
63	Penha	41.896	1,2%	5.971	0,6%	14,3%	23
64	São Lucas	45.770	1,3%	6.450	0,7%	14,1%	23
65	Casa Verde	27.035	0,8%	3.803	0,4%	14,1%	23
66	Barra Funda	5.623	0,2%	728	0,1%	12,9%	21
67	Vila Prudente	34.707	1,0%	4.430	0,5%	12,8%	21
68	Cursino	35.554	1,0%	4.515	0,5%	12,7%	21
69	Vila Matilde	33.491	0,9%	4.132	0,4%	12,3%	20
70	Jaguara	7.935	0,2%	957	0,1%	12,1%	20
71	Vila Formosa	30.412	0,9%	3.642	0,4%	12,0%	19
72	Butantã	18.542	0,5%	2.137	0,2%	11,5%	19
73	Cambuci	12.645	0,4%	1.370	0,1%	10,8%	18
74	Vila Guilherme	17.750	0,5%	1.711	0,2%	9,6%	16
75	Mandaqui	35.416	1,0%	3.214	0,3%	9,1%	15
76	Campo Grande	33.619	0,9%	2.820	0,3%	8,4%	14
77	Água Rasa	28.652	0,8%	2.392	0,3%	8,3%	14
78	Bela Vista	29.967	0,8%	2.494	0,3%	8,3%	14

CONTINUA

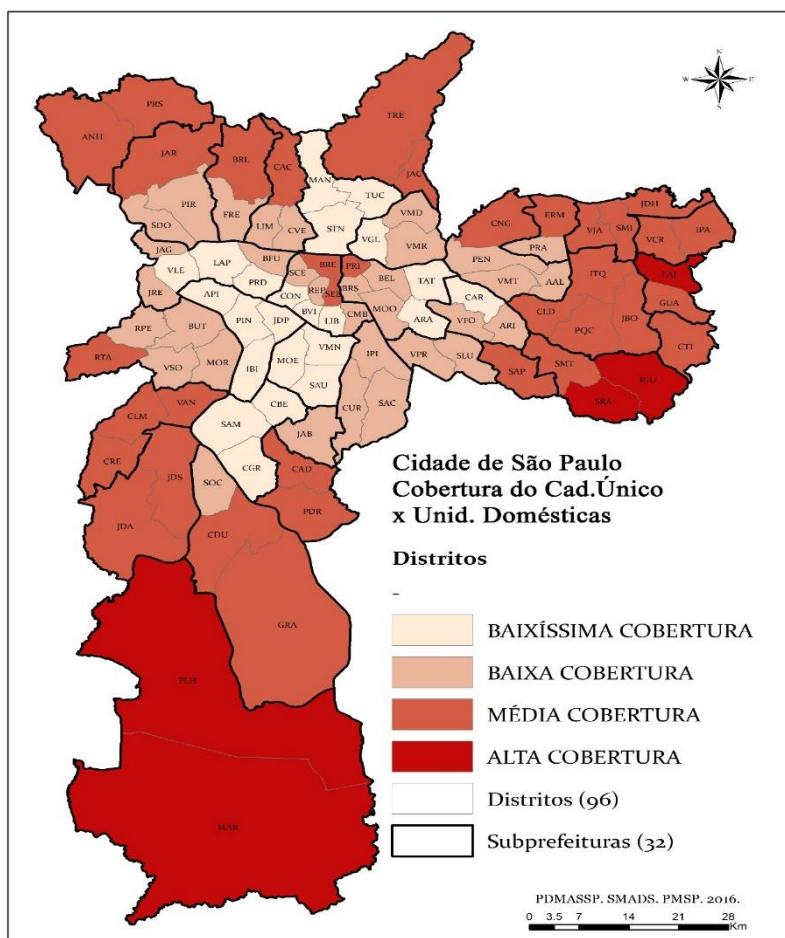
CONTINUAÇÃO

DISTRITO	UNIDADES DOMÉSTICAS 2010	CAD.ÚNICO 2016	% FAM CAD UN X FAM UD	IDI
79 Carrão	27.115 0,8%	2.135 0,2%	7,9%	13
80 Santo Amaro	25.374 0,7%	1.792 0,2%	7,1%	11
81 Campo Belo	24.049 0,7%	1.649 0,2%	6,9%	11
82 Vila Leopoldina	13.589 0,4%	926 0,1%	6,8%	11
83 Tatuapé	32.734 0,9%	2.106 0,2%	6,4%	10
84 Santana	40.975 1,1%	2.611 0,3%	6,4%	10
85 Liberdade	27.314 0,8%	1.642 0,2%	6,0%	10
86 Tucuruvi	32.540 0,9%	1.846 0,2%	5,7%	9
87 Lapa	24.085 0,7%	1.232 0,1%	5,1%	8
88 Jardim Paulista	39.701 1,1%	1.810 0,2%	4,6%	7
89 Saúde	49.278 1,4%	1.943 0,2%	3,9%	6
90 Pinheiros	27.083 0,8%	965 0,1%	3,6%	6
91 Vila Mariana	51.822 1,4%	1.429 0,2%	2,8%	4
92 Perdizes	43.635 1,2%	995 0,1%	2,3%	4
93 Alto de Pinheiros	15.408 0,4%	254 0,03%	1,6%	3
94 Itaim Bibi	39.230 1,1%	622 0,07%	1,6%	3
95 Consolação	26.339 0,7%	346 0,04%	1,3%	2
96 Moema	34.821 1,0%	214 0,02%	0,6%	1
São Paulo	3.574.286 100,0%	926.412 100,0%	25,9%	

GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM UNIDADES DOMÉSTICAS DOS DISTRITOS AGREGADOS POR REGIÃO. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.



MAPA 8 - INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DE COBERTURA DO CAD. ÚNICO PELO VOLUME DE FAMÍLIAS MORADORAS EM CADA DISTRITO. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.



4 - Governança do SUAS em São Paulo

A **LOAS/SUAS** ou a Lei federal nº 12.435/2011, que regulamentou o SUAS em todo território nacional, veio a ocorrer após 6 anos da Norma Operacional Básica de 2005, NOB-2005, que deu início às medidas de instalação do SUAS-Sistema Único de Assistência Social no país. O conteúdo da lei 12.435 foi objeto de nova norma a NOB-SUAS de 2012. Por sua vez, deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social de dezembro de 2015, estabeleceu que todos os entes federativos deveriam regular o SUAS em sua jurisdição, por meio de lei específica, movimento que deverá ser percorrido pela gestão da cidade de São Paulo, e ainda apresentar seu pano decenal.

Essas duas orientações exigem que sejam resgatadas como ponto de partida principais características que o SUAS vem assumindo na cidade desde o início de sua implantação em 2005. É de se afirmar que características atuais do órgão gestor da assistência social da Prefeitura de São Paulo tem componentes históricos enraizados em sua trajetória institucional que é marcada por algumas linhas de força:

- **Convívio dual entre atividades contínuas e sazonais** - o conteúdo de responsabilidades, para a gestão desse órgão no conjunto da gestão municipal, apresenta variação em conformidade com a ideologia do grupo político governante, o que lhe dá um traço de mutações conjunturais. A gestão da assistência social inicia na Prefeitura de em São Paulo no início da década de 50, no formato de uma Comissão sob os cuidados da esposa de Ademar de Barros então prefeito. O foco de atenção individual a pessoas instalado nessa Comissão recebeu ao final dos anos 50 e, marcadamente, na década de 60, forte mutação organizacional direcionada para um mix liberal entre o *welfare state* europeu com as experiências americanas de desenvolvimento e organização de comunidades. Esse horizonte estimulou que o órgão adquirisse centralidade no fomento de iniciativas da comunidade e secundariamente desenvolvesse atenções a usuários, pois, via de regra, era estimulado que as ações fossem operadas em instalações de organizações da sociedade civil. Uma primeira inflexão nessa ordem ocorre quando o prefeito Faria Lima decide que era necessário cuidar de crianças e adolescentes da São Paulo que se urbanizava velozmente. Entre outras medidas dá início à construção do embrião da rede de creches municipais em São Paulo a ser administrada pelo órgão de bem-estar social. Foi o primeiro conjunto de equipamentos físicos que esse órgão administrava com a presença de organizações da sociedade civil. Essa função foi exercida até 2001 quando as creches de acordo com a nova LDB foram transferidas para a educação, reduzindo os servidores do órgão que somavam por volta de 12 mil trabalhadores para algo em torno de 2500. A marca de gestor de rede de serviços deu forte significado ao órgão que foi conjunturalmente um espaço de passagem para programas como Mobral, atenção a favelas, atenção a famílias vitimizadas por calamidades (enchentes, deslizamentos, incêndios, remoção por obras públicas). Entre os anos 50 e a chegada do SUAS, no século XXI, o órgão percorreu muitos caminhos que

deixaram marcas de competência, qualidade, excelência técnica. Em suas ações foi ocorrendo a manutenção de atendimento individual com eventual concessão de benefícios em pecúnia e em bens materiais, a relação com organizações sociais da sociedade civil para a realização de atividades em parceria, com ou sem a presença de financiamento público permanente. As responsabilidades citadas foram as mais contínuas na história do órgão, ao lado de outras sazonais, e, portanto, descontínuas, incluídas pelos diversos governantes da cidade. É de se ressaltar medida adotada na gestão Jânio Quadros, prefeito desejoso de um cargo de Secretaria Municipal para a Guarda Civil Metropolitana, rebaixa o órgão novamente para uma Coordenadoria de Bem-Estar Social subordinada à Secretaria Municipal de Educação e nomina as unidades regionais como delegacias. Portanto arquitetar um Plano Decenal em um órgão com marcas de sobressalto é uma experiência inédita. Talvez, esteja sendo dado início a uma nova década, em que a credibilidade técnica do órgão volte a ser mais forte do que sua imagem pragmática como reserva de força de trabalho para operar em urgências e mazelas da cidade;

• **Mobilidade de responsabilidades, ocasionada pela descontinuidade de atividades no órgão** – incorporação, em alguns momentos, de atividades em experimentação antes de serem alocadas em outra pasta municipal, fez o órgão atuar como porta de entrada para ampliação da agenda de responsabilidades municipais deixando transparecer que a institucionalidade da assistência social não continha o rigor em ser contínua como outras pastas. Suas ações poderiam ser experimentais sendo nominadas de experiência-piloto não comprometendo o prefeito em assumir uma nova responsabilidade prevalente para todos em igual situação. Isto ocorreu na atenção à população favelada que foi atendida pelo órgão entre 1951 a 1984 (33 anos) quando finalmente passou para a gestão da Habitação; população analfabeta quando em 1970 implantou e geriu o MOBRAL, posteriormente absorvido pela Educação; a atenção em creches de 1967 a 2002 por 35 anos, após foi transferida para a Educação. Cabe aqui a analogia com a “barriga de aluguel”, pois o órgão respondeu por algumas necessidades de forma pioneira, organizando e padronizando suas respostas até que outra Secretaria assumisse a ação. Por vezes faz pensar em um processo de disciplinarização de demandas que a ação municipal impôs ao órgão ao longo do tempo. Terminadas essas longas gestações o órgão se ressentia do esvaziamento de trabalhadores,

orçamento e importância na gestão municipal, cabendo-lhe reerguer-se em novos compromissos;

- **Movimento de oposição entre territorialização, descentralização e gestão central** - o movimento “sanfona de responsabilidades” foi ampliado pelo efeito territorialização, provocada pela descentralização administrativa iniciada por Faria Lima ao final de 1965, com a instalação das Administrações Regionais –**AR’s**. Essa nova frente de trabalho nominada Equipamentos Sociais, foi instalada nas Regionais, convocando assistentes sociais concursados para nelas atuarem. Essa gestão territorializada e desejosa de descentralização da SEBES – Secretaria do Bem-Estar Social gerou dificuldades de coesão entre a gestão Central e a Regional por quase 10 anos e culminou com a extinção da SEBES sendo substituída pela COBES - Coordenadoria de Bem Estar Social, a qual se subordinaram as unidades regionais como SURSS - Supervisões Regionais de Serviço Social. Daí por diante, a cada gestão, ocorreram mutações organizacionais em duas direções. Uma foi ser, ou não, órgão do primeiro escalão de gestão como Secretaria, ou do segundo, como Coordenadoria, outra quanto ao número de unidades regionais e de sua forma de vinculação à unidade central direta ou por meio das Subprefeituras;

- **Dualismo de responsabilidades e de respostas decorrente do processo de gestão direto e mediado por organizações da sociedade civil** – a presença da gestão direta e por conveniamento com organizações da sociedade civil na produção de serviços continuados, foi sempre uma marca desse órgão. De início as creches municipais eram geridas por organizações sociais. Durante os primeiros 15 anos de CASMU e DSS, a produção de capacitações por meio de cursos de adestramento rápido de mão de obra e de educação de base eram realizadas nas organizações. As atenções habitacionais da SEBES foram realizadas por equipes próprias deslocadas no campo. As atenções para a colocação no mercado de trabalho por meio de alguns Núcleos instalados em pontos estratégico da cidade e operados por equipe própria. As creches passaram a combinar gestão direta e por dois tipos de convênios de gestão indireta (prédio municipal próprio ou alugado) e privados (prédio privado com contrato de vagas). Após o encerramento dos programas habitacionais e os da área de trabalho, só restaram as creches como gestão direta até o início dos anos 90, quando a prefeita Luiza Erundina instalou Centros de Convivência de caráter intergeracional (dos 6 aos 80 anos).

O conjunto desses movimentos duais na trajetória do órgão traz marcas em seu corpo funcional que atravessa décadas no tempo regular de exercício. As oscilações de competências, o caráter descontínuo, o afastamento do contato direto com a realidade pela gestão mediada pelas organizações termina por trazer um certo alheamento funcional que precisa ser enfrentado com firmes compromissos.

Cabe a questão: **até onde o SUAS veio ocupar a vacância de compromissos permanentes e duradouros, para o órgão na gestão da política municipal de assistência social?** Essa pergunta se torna vital quando da construção do plano decenal, que implica severamente em continuidade.

A governança da política de assistência social em São Paulo passou nos últimos quatro anos por processo de reterritorialização e descentralização. Extintas as cinco coordenadorias macrorregionais, herdadas da anterior gestão, foram instaladas 32 Supervisões Regionais com área geográfica de responsabilidade similar a das subprefeituras. A gestão dos serviços sociais continuados pela sua particularidade e especificidade não se mostrou compatível com a gestão municipal descentralizada em subprefeituras- ou prefeituras regionais - na medida em que se mantém na condição de zeladorias da infraestrutura urbana e são subordinadas a outra secretaria municipal o que as desconfiguram de plena responsabilidade territorial.

Experiência instalada em São Paulo entre 1989-1990, de caráter processual e integrador das várias áreas de ação municipal no mesmo território, nominada por NRPP - Núcleos Regionais de Planejamento Participativo não foi mais reeditada⁸. Eventualmente as atuais Subprefeituras mantém, ou não, mecanismos de encontros de Governo Regional com regularidade.

⁸ Nesse NRPP, um por Administração Regional que à época eram 20, representantes de todas as áreas municipais de ação nelas incluída a representação da educação, saúde, habitação e assistência social reuniam-se com regularidade quinzenal com a Administração Regional para articular suas ações e promover a intersetorialidade na ação municipal. Todas as áreas centrais de gestão designavam uma representação para cada uma das 20 áreas regionais.

Destaca-se essa situação histórica para poder aclarar duas particularidades para a governança da assistência social na cidade. Essa é a única área municipal no campo social em que ocorre identidade com a regionalização do município e que mantém uma Supervisão Regional para cada uma das 32 regiões em que os 96 distritos da cidade foram agregados. Por consequência, o peso das regiões torna-se mais explícito, o que exigiria da governança da assistência social forte identidade com as regiões.

Ocorre que o peso da lógica da máquina municipal de gestão, que permanece centralizado, demanda de SMADS a lógica central de gestão municipal, assim a regionalização tende a ser mais uma divisão de trabalho do que propriamente um processo de regionalização que exigiria compatibilidade territorial com as 32 subprefeituras e seus 96 distritos, compatibilidade essa que não se restringe a identidade de área de abrangência.

Apesar desses desencontros há regiões em que a assistência social atinge a condição de parceira nas decisões e ações tornando-se interlocutora em seu campo de ação. Todavia, encontros regionais nem sempre são contínuos, isto é, tendem a eventualidade e baixa efetividade.

A área de governança do SUAS de âmbito nacional está possibilitando abrir campo para o fortalecimento da governança do órgão gestor na governança do município, bem como apreciar a governança do SUAS em suas relações intersetoriais e interinstitucionais.

4.1 - Governança do Suas na PMSP

Analisar a governança do SUAS em 2016 na prefeitura de São Paulo conta com mais elementos de entendimento quando se recua um pouco no tempo, destacando as formas desse órgão na trajetória e conjunturas das gestões municipais.

A Secretaria de Bem-Estar Social, primeira forma em primeiro escalão de gestão adotada contou com Secretários (Paulo Soares Cintra, Eduardo Rosmaninho, Suzana Frank) representantes de organizações sociais. Foi Leopoldina Saraiva quem quebrou essa lógica em 1971. A trajetória do órgão desde seu início como Divisão de Serviço Social em 1955⁹, adotou como orientação o processo de fortalecimento de iniciativas comunitárias, era conhecida como a “linha do bem-estar”, que guardava distância do modelo inglês de prestação de serviços sociais estatais e se aproximava da linha americana de desenvolvimento da comunidade. Ali atuavam no período aproximadamente 20 profissionais¹⁰.

A partir de 1971 aprovada a estrutura organizacional de SEBES é que inicia a gestão direta de creches municipais como forma de serviço continuado gerido pela pasta. À época chegou a ser projetada a construção de centros comunitários dos quais somente quatro foram implantados¹¹.

A gestão direta de creches vigeu no órgão por 30 anos, ou até 2001/02, quando em obediência a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram transferidas para a gestão da Secretaria Municipal de Educação. Nesse momento, o órgão que havia crescido significativamente em número de trabalhadores, transfere 12 mil deles para atuarem na educação. Reduz-se a 1/5 de pessoal, perde importância orçamentária e precisou passar por um reordenamento institucional ocorrido em 2002¹².

⁹ A Divisão de Serviço Social foi antecedida pela CASMU- Comissão de Assistência Social do Município instalada em 1951, e dirigida pela então primeira dama municipal, Leonor Mendes de Barros.

¹⁰ Alguns serviços que nela funcionavam, como um albergue e o atendimento de casos sociais, em regime plantão, foram sendo repassados a gestão estadual ou para entidades sociais. É registrado que entre 1962/63 a DSS desinterna as crianças que mantinha sob internação em ONG. Eram 336 internos que ali permaneciam por precariedade econômica de suas famílias.

¹¹ Em 1967 a Sebes contava com 9 creches municipais, em gestão indireta por organizações da sociedade civil; 13 convênios com creches privadas; 24 convênios com organizações da sociedade civil que operavam 472 cursos de formação rápida de pedreiros, pintores; trabalho de remoção de favelas em geral para a execução de obras públicas; e nos 4 centros comunitários mantinha cursos nominados de educação de base, alfabetização, culinária, bordado, corte costura e pintura. (SPOSATI, 1988.p.271).

¹² Paulo Maluf em 1994, aprovou pela lei 11.633, 452 cargos de Diretor de Equipamento Social, ocupados mediante concurso público dentre Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos. Esse cargo era destinado a Creches, Centros de Formação Profissional, Centros de Convivência, Centros Infantis de Proteção à Saúde e Centros de Convivência Infantil. Em 1981, Reynaldo de Barros em seu programa de expansão de creches mantinha esse cargo, por interesse político, em comissão ou confiança. Concurso público para provimento desses cargos estendeu-se de 1997 até 2002, face a prorrogações.

Os núcleos de convívio infanto juvenil, emulados pela Pastoral do Menor de Dom Luciano Mendes Caldeira, na década de 1970, cresceram capilarmente, mas sempre ao abrigo de convênios em geral, com paróquias. Este é possivelmente um dos programas mais antigos que os órgãos mantêm, todavia, o acúmulo dessa experiência está dissolvido em múltiplos convênios, uma vez que não existe processo de sistematização e armazenamento de conhecimento. Assim, não se pode afirmar que esta ou aquela alternativa de trabalho mostre-se mais eficaz com crianças ou jovens desta ou daquela idade. Não há compromissos de gestão do conhecimento que fica retido em trabalhadores de organizações sociais¹³.

Paulo Maluf em sua primeira gestão como prefeito designado em 1970/71 e após, sob eleição em 1993 promoveu convênios com organizações sociais independente de sua forma de atenção, mas se valeu, para conveniar vagas de abrigos de ONGs para crianças e adolescentes, do órgão de primeira dama a que nominou de CASA - Centro de Apoio Social e Atendimento do município de São Paulo, órgão este extinto em 2002 sendo que seus 300 funcionários passaram para a atenção SAS - Secretaria de Assistência Social. Esse novo formato de atenção à criança e ao adolescente em abrigos instalou, ainda que por convênio, novo campo de atenção à criança, aquela sob risco social. Desde Faria Lima a atenção da Prefeitura para crianças e adolescentes ocorria no campo educativo e preventivo (creches, centros educacionais, escolas de educação infantil. A atenção em abrigos foi instalada em 1998 pelas mãos de Nicéa Pitta, já na vigência da LOAS e do CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente com recursos orçamentários da assistência social. A prefeitura pelo CASA instala 20 abrigos e os coloca sob gestão conveniada que apresentava custos per capita elevados. (SAS,2004. p.32-37)

¹³ Eram duas frentes programáticas que se desenvolveram no órgão nos anos 70: a assistência à infância e a habitacional. Outra frente mais oculta, que ocorreu no período decorreu da permeabilidade de SEBES ao conhecimento social que estava sendo construído em paralelo ao processo ditatorial que regia o país. Especialistas, sociólogos, economistas tratavam com as equipes de temas pouco visíveis nas rodas da burocracia. Discutia-se a marginalização social, a participação social, a ascensão dos movimentos sociais, planejamento organizacional, construção de indicadores, entre outros temas. O saber disciplinar sobre os problemas sociais ganhava espaço institucional. Foi o momento em que o saber técnico foi exponenciado em cada uma das frentes de trabalho, foram realizadas pesquisas, impressos e disseminados documentos. É nesse momento que vai se conhecer as condições de vida da população favelada na cidade de São Paulo. Os boletins produzidos por HABI vão disseminar informações que possibilitam o conhecimento dos problemas sociais da cidade. Mais ainda, o saber do órgão se torna multidisciplinar afastando-se do tradicional corporativismo.

A instalação em 1974 da Secretaria Nacional de Assistência Social no MPAS-Ministério da Previdência e Assistência social foi reconhecido no órgão paulistano como reconhecimento do foro de função pública à assistência social o que a tornava merecedora de política própria. (SPOSATI.1988, p,305). Todavia, essa alusão não se transformou em orientação municipal, até porque a nova institucionalidade da União não se apoiava em uma concepção federativa. A adoção da perspectiva federativa na assistência social só se apresentou na Constituição Federal de 1988, e em sua regulamentação pela Lei Orgânica a LOAS, aprovada em 1993¹⁴.

A partir de 1977 foi deslocada a força centralizadora do órgão para as regiões da cidade, abrindo um novo campo de relações com movimentos de base e movimentos sociais. Nesse momento o diálogo dos técnicos não se dava somente com pessoas jurídicas, mas pela relação com os movimentos de mulheres em luta por creches que dinamizaram essa relação, a elas se somando movimentos de urbanização de favelas¹⁵.

O período do órgão como Coordenadoria se estende até junho de 1982 quando o prefeito Antônio Salim Curiati, retoma a condição de Secretaria Municipal denominando-a de FABES - Secretaria da Família e Bem-Estar Social. Essa configuração permaneceu no seguinte Governo Mario Covas, sendo revogada por Jânio Quadros¹⁶ em 1986 que após 18 meses, volta atrás e reconstitui a Secretaria de Bem-Estar Social em julho de 1987. De 1987 a 2016, é alterada por três vezes¹⁷ sua nomeação permanecendo, porém, na condição de Secretaria Municipal.

¹⁴ No intervalo de 1975 a 1988 o formato e o conteúdo do órgão gestor municipal sofreu inúmeras alterações. Em 1977 na gestão Setúbal, foi unificada a ação da SEBES com a das Unidades de Desenvolvimento Comunitário das Administrações Regionais em uma Coordenadoria, a COBES, subordinada à Secretaria das Administrações Regionais.

¹⁵ Foram inúmeros os conflitos no período com o prefeito Reynaldo de Barros e o Coronel que colocou para dirigir o órgão, então considerado como tendente a favorecer a desordem social.

¹⁶ Como bola de pingue-pongue, Jânio Quadros, prefeito, recoloca o órgão como coordenadoria alocada na Secretaria de Educação com objetivo de utilizar o cargo para um Secretário da Defesa Civil. Transfere a área de Habitação do para a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbana. Nomina as unidades regionais de DRESSO-Delegacias regionais de Serviço Social, e mantém uma supervisão central dedicada a criança e ao adolescente –SUCRAD.

¹⁷ Em 1993, na gestão Maluf, Curiati como secretário, volta a nomenclatura de Família e Bem-Estar Social, que foi alterada em 1999, na gestão Pitta, pela secretaria Alda Marco Antonio para Assistência Social. Em 2005, na gestão Serra passa a ser denominada Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social título que permanece até 2016.

Marca, até então inédita no órgão, ocorreu na gestão Erundina, 1989-1992¹⁸ ao instalar serviços específicos para a atenção à população em situação de rua, o centro de serviços de ação contínua com frequência diurna. Até então, a única forma presente a essa população eram a Operação Inverno que estendia colchões no piso de quadras desportivas, e servia sopas pré-preparadas em canecas, sob controle da Guarda Metropolitana. Em 1990 é realizada a primeira contagem da população de rua desmontando a leitura de indivíduos em mendicidade, construindo a referência um fenômeno bem mais abrangente.

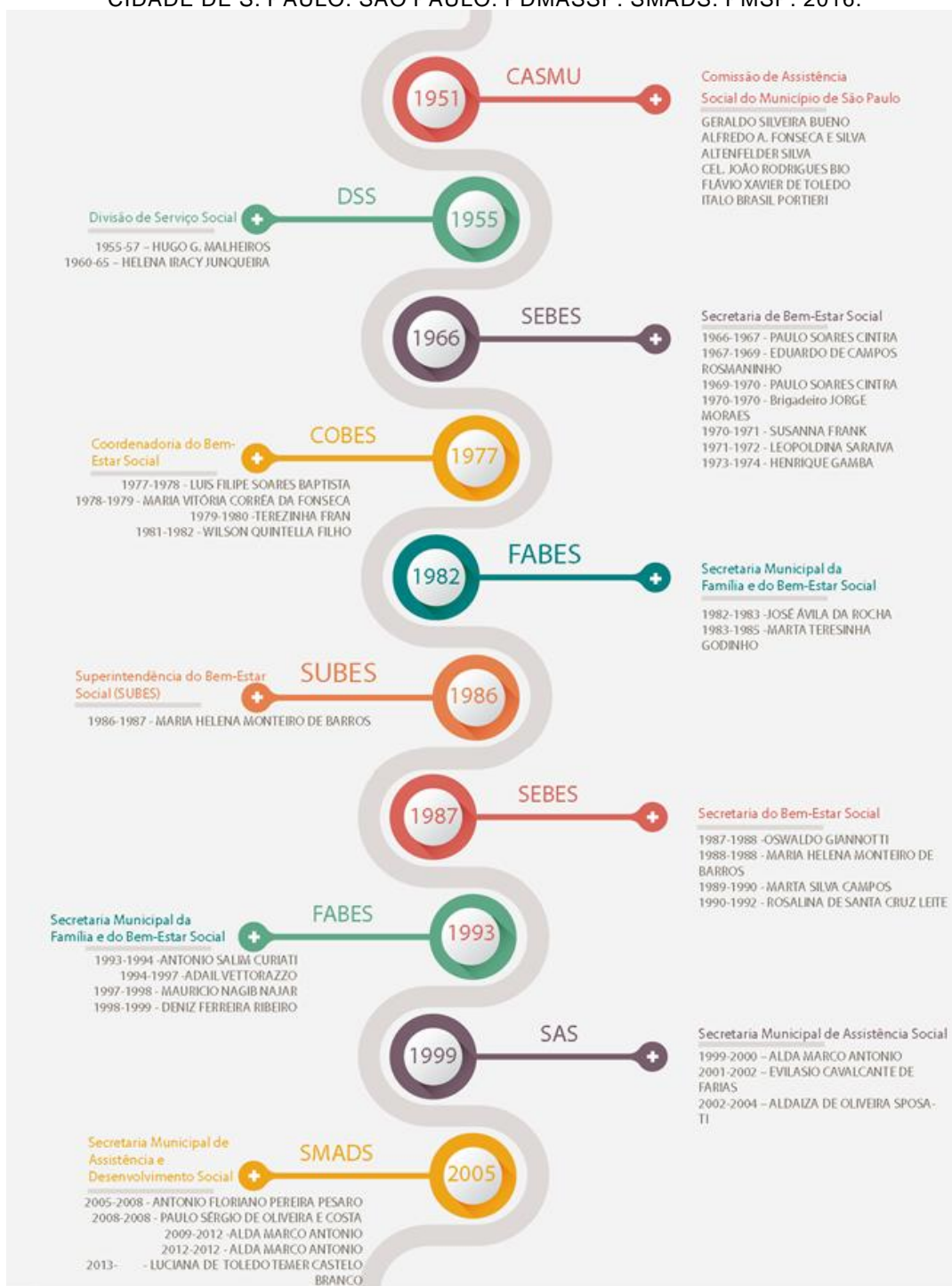
Em 2002, na gestão Marta Suplicy, é iniciada a regulação das ações do órgão orientadas por normativas nacionais configurando a sua vida institucional nos termos da LOAS, da PNAS e as NOB's que vão desembocar no SUAS.

Dentre as medidas destacadas nesse momento, além da transferência das creches para a Educação, tem-se a aprovação de nova forma de relação com as organizações da sociedade civil que operavam os serviços socioassistenciais. Outra medida ao final dessa gestão foi a transferência das Supervisões Regionais de Assistência Social para as recém-criadas Subprefeituras, ocorrendo difícil período de gestão partilhada que não renderam frutos.

A promulgação da Política Nacional de Assistência Social em novembro de 2004 fez com que sua implantação tivesse início com o Secretário Floriano Pesaro, em 2005, que renomeia a pasta como SMADS-Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social titulação que mantém até 2016. Traço marcante dessa gestão foi o de alocar em SMADS os programas de transferência de renda o que ampliou significativamente seu orçamento e campo de gestão. É nessa gestão que se deu a municipalização de serviços assistenciais mantidos pelo Estado, incluídos em SMADS sob gestão conveniada. Neste momento ocorreu a recentralização em SMADS das Supervisões Regionais, medida aplicada a todas as áreas sociais que haviam sido inseridas nas subprefeituras.

¹⁸ Luiza Erundina, realizou a construção e gestão de centros de convívio intergeracional. Esta frente constituiu nova gestão direta, para além das creches municipais, mas foi ladeada pela gestão dos OSEM, os núcleos de orientação socioeducativa para crianças e adolescentes.

GRÁFICO 4 - FORMAS INSTITUCIONAIS DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE S. PAULO. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.



Nova alteração na gestão Gilberto Kassab agrega a então Supervisões Regionais em cinco grandes coordenações regionais, e as transforma em unidades do CRAS. Aqui ocorreu a primeira prestação direta de atenção nos moldes do SUAS. São os funcionários municipais que atuam nessa unidade de referência.

A gestão 2012-2016, conduzida por Luciana Temer, voltou a instituir as Supervisões Regionais de Assistência Social, 32 atualmente. Estas são responsáveis pelos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social, pelos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social, pelos Centro Pop - Centros Especializados em População de Rua alocados em sua área de jurisdição e conduzidos por funcionários municipais. Essas unidades, para além de suas competências com a população que atendem, são as responsáveis pela supervisão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial respectivamente (exceção feita aos Centros Pop.).

Nessa gestão registra-se um forte incremento na ampliação da ação da assistência social, embora não plenamente incorporada na dinâmica do órgão sua responsabilidade por assegurar direitos sociais. A interpretação preponderante foi de campo de defesa de direitos humanos. Nesse sentido as arbitragens locais ganharam preponderância ao vínculo SUAS que a gestão deveria assegurar.

A governança da cidade dividiu as responsabilidades de SMADS com outras áreas, como de Direitos Humanos, que terminou por exercer poder perante SMADS, como na atenção à população em situação de rua.

4.2 - Governança intersetorial do SUAS

O registro mais forte nas oitavas refere-se a intersetorialidade na atenção ao idoso sobretudo com a Secretaria de Saúde, tendo presente que a Coordenadoria do Idoso foi alocada, por lei, à política de assistência social. O distrito do Jabaquara aponta avanços com o Fórum Regional de Idosos junto à Saúde e a Educação.

Registram que as parcerias são harmoniosas quando se obtém o consenso entre as partes o que nem sempre é factível. Indicam que a parceria com os conselhos tutelares é ainda uma trajetória complexa cujas dificuldades são marcadas pela heterogeneidade entre os membros dos conselhos. O acompanhamento pela Saúde nos Centros de Acolhimento é indicado como parceria positiva. Há, porém, dificuldades com a Educação no acompanhamento de famílias em transferência de renda sobretudo, quando ocorre o preenchimento equivocado no sistema de controle da frequência das crianças. Por outro lado, o Programa BPC na Escola, voltado para as crianças com deficiência beneficiárias, mostrou-se bem-sucedido.

Apesar de ser registrado que a assistência social se tornou parceira com as diversas coordenadorias de direitos humanos, não se conseguiu avanços – talvez até retrocessos – na atenção à população em situação de rua.

A gestão por SMADS do CAD. Único é um fator de frequentes trocas entre os programas municipais, todavia não se dispõe de um cartão de identificação da inserção no CAD. Único que possibilite ao cidadão ser incluído em outras atividades municipais, independente de consultas, caso a caso, ao sistema. Duas grandes questões se põem para o avanço da intersetorialidade: uma é a não formalização de protocolos que aguardam pactuação; outra é a necessidade de planejamento integrado na implantação da Jornada Ampliadas nas escolas municipais e o funcionamento dos Centros de Convivência de crianças e jovens de SMADS. Essa relação requer diálogo e negociação para que os dois tipos de atenção se complementem efetivamente.

A intersetorialidade entre as atenções das políticas sociais promovidas pelos entes federativos, é parte da responsabilidade da gestão municipal, regulada por instrumentos como a PNAS, NOB/SUAS, e de modo especial, na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. A intersetorialidade é garantia da completude da proteção social e supõe ruptura com concepções tutelares, subalternização e deve vigorar como conquista de acesso a oportunidades, serviços, condições de convívio e socialização.

4.3 - Governança interinstitucional do SUAS

Em contraponto as relações interinstitucionais de SMADS cresceram significativamente com o Judiciário, o Ministério Público e um conjunto de protocolos marcou a extensão de serviços de proteção social especial, a área que mais demanda uma reformulação e apresenta mais reclamos entre os trabalhadores em suas atenções cotidianas.

Para várias áreas da Defesa de Direitos, via de regra de alçada estadual, a presença de SMADS é essencial na cidade e, correntemente, exigem prestações de serviços, chegando por vezes a constituir o que é nominado por ‘judicialização da atenção na assistência social’. Isto ocorre sobretudo, no campo da proteção especial que é regulada por estatutos e outras normas relativas aos direitos humanos. Infelizmente não se pode afirmar o mesmo da proteção social básica. A noção de degradação da dignidade não conseguiu ainda, sair do campo da responsabilidade individual, de forma a exigir a responsabilidade estatal por zelar pela garantia de condições básicas de dignidade humana, o que por evidência previne a desproteção social¹⁹. Assim, essa área é mais sujeitada ao entendimento de programas de traço governamental e não de políticas com continuidade e segurança de direitos.

A responsabilidade da política compreende também a provisão de um conjunto de serviços básicos de proteção social básica e especial.

O Ministério Público do Rio de Janeiro²⁰ imprimiu cartilha sobre sua atuação na assistência social nela afirmando que “a Assistência Social constitui direito subjetivo do cidadão, capaz de ser tutelado de forma coletiva, já que possui

¹⁹ Vozes diversas, inclusive de autoridades no campo do Judiciário, afirmam que é preciso reduzir valores de benefícios, até mesmo daqueles que são deficientes e não tem recursos financeiros familiares para que possam ser cuidados.

²⁰ Trata-se de Cartilha de orientação acessível por meio digital sob o título O Ministério Público e o SUAS. Fiscalização do Sistema Único de Assistência Social. CAO Cidadania. MPRJ.2014.

destinatários indeterminados ligados por uma relação de fato, consistente na situação de vulnerabilidade social “ (MPRJ. 2014, p.60).

E continua adiante:

“A rede de assistência social deve ser tal que atenda à demanda do município e à legislação de forma geral. A fiscalização do Ministério Público, no que concerne aos serviços e unidades (públicas e privadas) de assistência social deve nortear-se pela análise do quantitativo de equipamentos, da oferta e qualidade dos serviços, já que, nesse ponto, há regras claras que devem ser seguidas pelos gestores. A adequação da rede pode ser fomentada através de reuniões, recomendações, termos de ajustamento de conduta (TAC) ou determinada por decisões judiciais, seja na execução de TAC, seja no bojo de ações de conhecimento.

“O quantitativo de equipamentos (CRAS, CREAS, instituições de acolhimento, etc.) deve estar em consonância com a demanda do município, além de obedecer aos padrões mínimos impostos pela NOB/SUAS e orientações do MDS, inclusive quanto à capacidade de atendimento das unidades. As instalações dos CRAS, CREAS e dos equipamentos a ele referenciados, assim, devem ser compatíveis com os serviços ofertados, com espaços para trabalhos em grupo, bem como ambientes específicos para a recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência, consoante determina a Lei 8.742/93 em seu artigo 6º-D. Os serviços socioassistenciais, como visto, são padronizados na forma da Resolução 109 do CNAS (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais). Essa norma traz o conteúdo, o público-alvo, os objetivos, as provisões necessárias à oferta do serviço, as aquisições que os usuários devem ter com o serviço, condições e formas de acesso dos usuários, unidade, período de funcionamento e abrangência do serviço, articulação em rede (conexão do serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações) e o impacto social esperado. A avaliação da qualidade do serviço, portanto, constitui-se na verificação de sua adequação à referida norma. As entidades e organizações de assistência social também devem cumprir os requisitos exigidos pela LOAS acima descritos e oferecer serviços na forma da Resolução 109/09 do CNAS”. (MPRJ. 2014)

Áreas como a de Saúde e Direitos Humanos reduziram a assistência social ao exercício de atividades de acolhida complementares a suas responsabilidades. Essa leitura restrita impediu que administração incorporasse o SUAS, e reduzisse a assistência social a uma ou outra atividade, destituindo-a do campo de política nacional constitucional de seguridade social.

Para além da disputa de territórios de responsabilidades se instalam disputas do chão da cidade na ocupação de terrenos municipais anteriormente destinados a implementação da política de assistência social. A prioridade pela instalação de creches municipais diretas fragilizou na implantação de CRAS/CREAS/CENTRO POP, em próprios municipais tendo que utilizar o recurso do aluguel, o que implicou em mais despesas mensais que incluem até mesmo pagar a própria prefeitura IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano.

A disputa intersetorial por reconhecimento e acesso a recursos é tão forte internamente em SMADS que em uma oitiva foi apresentado como meta: ***Formalizar os serviços que são de gestão da SMADS e não da saúde ou de direitos humanos, tais como centros de convivência do imigrante e centros dia.*** Ou ainda: ***Enfatizar as especificidades da assistência social, enquanto política de proteção social, sobretudo junto às demais políticas sociais.***

4.4 - Governança do SUAS com organizações da sociedade civil

A relação com organizações da sociedade civil na produção de atenções é uma marca genética da gestão da assistência social na cidade de São Paulo. Formas anteriores à atual nessa relação foram adotadas pelo órgão desde sua implantação em 1966.

Foi Faria Lima quem instalou naquele momento o órgão sob a nomeação de Secretaria do Bem-Estar Social. De acordo com o primeiro secretário municipal, Paulo Soares Cintra, a concepção de Faria assim se expressava:

“não quero que cresça, não quero que inche, não adianta ter funcionários em grande quantidade e fazer o programa, porque o problema social de São Paulo é tão grande que nós podemos contratar mil, dois mil, três mil funcionários que nós não vamos fazer o trabalho. É preferível ter o dobro de recursos para as entidades. Desde que seja uma entidade séria e correta nada há a temer. (SPOSATI, 1988. p.270. Depoimento de Paulo Soares Cintra, 23-6-1986).

Esse parágrafo histórico possibilita entender que a decisão de, na cidade de São Paulo, desde início, o órgão municipal responsável pela assistência social desenvolveu a cultura político-ideológica de promover a gestão social das atenções pela mediação de organizações sociais. Mesmo no início da implantação da rede de creches municipais essa foi a forma de condução do prefeito. Portanto, não se pode de forma simplificada considerar que em São Paulo a gestão da assistência social foi terceirizada, ou filantropizada. Aplicar diagnósticos pré-concebidos à gestão da assistência social em São Paulo faz correr o risco de não acertar na proposta de solução.

Em São Paulo a relação entre o “Estado” municipal e as organizações sociais é marcada por muitas ambiguidades. A tal ponto que, à primeira vista, parece que a nova regulação do MROSC não fará diferença.

Há de parte, a parte, o assentamento em cultura separatista entre serviços com gestão direta e conveniada que aparta o necessário predomínio a reger as duas formas como um único serviço público prestado à população sua usuária. Os serviços socioassistenciais não foram ainda laicizados e republicanizados na cidade, de forma a serem regidos por direitos de cidadania que torna a gestão por convênio ou direta em igualdade de responsabilidades de dever de estado e direito de cidadania. Se assim não fosse não poderíamos afirmar que temos o SUAS em São Paulo ou que se utiliza de recursos orçamentários para organizações privadas. São recursos par atender ao cidadão.

Ainda não é a clara concepção da necessidade do usuário que faz essa relação andar. Por mais que essa noção seja apontada nos discursos, nos textos, ela não é ainda a força motriz da relação dos serviços entre prefeitura e organizações sociais. A expressão técnico-entidade social, usada correntemente, como motriz dessa relação, desloca o processo real ao tomar a pessoa jurídica, uma relação hierárquica, e não, a dinâmica do serviço e seus operadores diretos com os usuários.

De fato, até este 2016, a experiência massiva de gestão de rede de serviços socioassistenciais não foi ainda incorporada no conhecimento institucional, em seu lugar desenvolveu-se fortemente a relação vertical de supervisão de entidades sociais. Interessante notar que o significado de supervisão de serviços não foi enraizado até porque não se desenvolveu a experiência direta de gestão de serviços²¹.

Há norma do CNAS, a Resolução nº6, de 13/04/2016, sob o título Parâmetros para a Supervisão Técnica no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social que regula formato da supervisão técnica no âmbito do Suas, mas infelizmente os atores do órgão não apresentam movimento em conhecer, discutir e incorporar tal norma que confere supervisão técnica, ou dos profissionais operadores dos serviços, estatuto no interior da gestão e das relações de trabalho, portanto deve ser caracterizada enquanto capacitação e educação permanente, rejeitando de parte a parte sua constituição como ato vertical, fiscalizatório e administrativo.

Nas oitivas foi caracterizado que o processo de supervisão tem se desenvolvido como um exercício maior de observação e punição, sua dimensão educativa é quase inexistente face a preponderância do papel fiscalizador de que ela tem se revestido.

De fato, a experiência massiva de gestão de rede de serviços socioassistenciais não foi incorporada no conhecimento institucional, em seu lugar se desenvolveu fortemente a relação vertical de supervisão de entidades sociais, no campo contábil e jurídico-financeiro, que de fato não incide na qualidade de atenção ao usuário.

Há demanda para que seja mais claramente especificada as funções de um servidor que exerce a supervisão. É acrescido que tais funções deveriam produzir indicadores e estes, acompanhados pelo sistema de registro de práticas.

²¹ Até mesmo atenção individual foi conveniada no que foi nominado de conveniamento de postos de Atenção a População com Problemas de Subsistência (APPS) mantidos pela Caritas Arquidiocesana em diferentes pontos da cidade.

Há, portanto, a necessidade de **repactuação institucional quanto ao conteúdo e método do processo de supervisão técnica dos serviços.**

O procedimento de registro das práticas foi particularizado nas oitavas desencadeando a proposta de que ocorra o investimento no hábito e, que os trabalhadores registem as atenções que procedem. Isto permitirá a leitura das atenções promovidas pelos registros, permitindo não só a continuidade, mas o estudo de situações assemelhadas ou diferenciadas.

A proposta é superar a noção de gestão de convênios como espaço administrativo que regula pessoas jurídicas. Há que introjetar a noção de serviço socioassistencial como campo a receber atenção particular debatendo e sistematizando métodos, pedagogias, resultados das modalidades de ações, dinâmica desenvolvida e os resultados obtidos. Os projetos de trabalho que acompanham os convênios terminam sendo peças formais burocratizadas como um documento a ser inserido em um processo administrativo ainda que contenham a dimensão técnico-operativa.

Reduzir as ações técnicas a compromissos fiscalizatórios de meios é destituir o órgão do conhecimento que o faz setorial. Inúmeros profissionais cuidam na prefeitura de prestação de contas e custos, mas, muito poucos de direitos sociais de proteção social. Esta é a finalidade do órgão que precisa tornar-se forte e visível.

A realidade da atenção social do SUAS precisa permear a relação de gestão. A questão não parece se reduzir a um debate sobre gestão direta ou sob convênio, que poderia ser confinada a um debate sobre forma da relação de trabalho estatutária ou celetista. A questão principal é a não incorporação, como parte da gestão pública, do saber advindo da dinâmica da ação e seus resultados.

Quanto a diferenciação entre trabalho e trabalhadores em serviços conveniados e nos poucos em ação direta é preciso forte alteração. Primeira, considerar do ponto de vista do SUAS que está se tratando de uma rede pública. O caráter público não advém simplesmente da forma de contratação do trabalhador,

mas dos princípios públicos que a orientam, o caráter republicano do trabalho e os direitos do cidadão usuário. Foi lembrado que o acolhimento é discutido sob corresponsabilidade de instituições.

Esta direção exige que SMADS assuma novo tipo de relação com o trabalho e com os trabalhadores que operam na rede pública conveniada. A exemplo, o processo seletivo de pessoal poderia ser público por modalidade de serviços, com especificidades de regiões de trabalho. Em uma classificação geral permitiria um banco de trabalhadores mais afinados com a especificidade de serviços. Foi ainda considerada a hipótese de que os trabalhadores dos serviços fossem selecionados coletivamente, constituindo um banco de ofertas para os diversos tipos de trabalho a exercer.

Foram indicadas outras alternativas para introdução de respostas coletivas como cooperativas de trabalho que poderiam ser articuladas com serviços de extensão de universidades e com centros de formação. Outra proposta é a constituição de Incubadoras Sociais com horas técnicas a serem acionadas para atenções que exijam saberes mais complexos e especializados sobretudo na proteção social especial.

Desde 2002, há 14 anos, portanto, a operação de conveniamento em SMADS se dá por meio de processo público e publicizado, que está sendo indicado pelo MROSC-Marco Regulatório das Relações com Organizações da Sociedade Civil. A nova legislação só vem reforçar o que já está disposto.

Percebe-se, porém, que ajustes deverão ser realizados nos termos atuais da proposta de conveniamento para melhor objetivar o que nova lei pretende dispor. Isto exigirá rever as portarias atuais sobre as matérias vigentes, adequando-as à nova legislação. Será necessário ainda adotar procedimentos de transição para evitar solução de descontinuidade, nos convênios existentes quando da vigência da nova legislação (prevista para 01/01/2017).

4.5 - Governança do trabalho no SUAS em São Paulo

O conteúdo das oitivas sobre a gestão do trabalho no Suas na cidade de São Paulo é marcado pela distância quantitativa e relacional entre trabalhadores estatutários e celetistas na prestação de serviços socioassistenciais.

A proporção de trabalhadores em serviços geridos por meio de convênios e os de gestão direta é de 30 vezes. Quando relacionada à escolaridade do trabalhador em nível universitário, essa diferença baixa para 10 vezes. Entretanto, cresce 88 vezes no nível médio e 77 vezes no nível básico. Foi desenvolvido estudo detalhado para o PDMASsp sobre o tema.

A regulação para a gestão do trabalho no SUAS tem por principal normatização a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, a NOBRH, aprovada pela Resolução nº 269/2006 do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, que aponta, em seus princípios e diretrizes, que a gestão do trabalho é estratégica para que se alcancem os objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Ressalta ainda que, para se garantir o caráter público da atenção do SUAS, é condição que o trabalho seja executado por servidores públicos, portanto trabalhadores com vínculo estatutário, submetidos a concurso público, com vistas a garantir continuidade à atenção prestada.

A NOBRH trata da quantidade de trabalhadores necessária para execução das atenções e da gestão que deve ser compatível com a demanda. Com certeza as correlações possíveis entre necessidades, demandas e trabalhadores não se esgotam na quantificação de trabalhadores, mas sua análise permite uma aproximação mais qualificada sobre o modo com que os trabalhadores estão presentes nos entes federativos municipais.

Ao tratar da quantidade de trabalhadores no SUAS, a NOBRH introduz o conceito de trabalho coletivo e/ou interprofissional na prestação de serviço ou atenção socioassistencial. Esse caráter é decodificado pelo conceito de **equipes**

de referência cuja composição em número e tipo de trabalhador deverá ser proporcional às atenções e aquisições que devem ser garantidas às famílias e indivíduos.

Entretanto, não há plena clareza ou consenso quanto ao número de trabalhadores necessários para prestar serviços socioassistenciais de qualidade, até porque as estimativas de demandas são pouco praticadas pelos órgãos gestores.

Uma das ferramentas seria o CAD.Único desde que tenha sua aplicabilidade convertida para manuseio pelos CRAS e pelas unidades de Vigilância Socioassistencial. Os esforços para objetivação de demandas das atenções da política pública de assistência social operam majoritariamente a partir de situações apresentadas pelos demandatários, o que significa ausência de previsão ou de oferta de proteção preventiva, o que traz uma leitura de uma só via, isto é, unilateral, da realidade fragmentada em indivíduos em procura espontânea da atenção, ou em menor escala atende-se pelo encaminhamento compulsório (via Justiça ou via MDS, no caso de famílias beneficiárias) ou pelo encaminhamento de complementariedade quando procedente de outros órgãos e serviços públicos.

A ausência de reconhecimento da demanda faz permanecer a inquietação quanto aos referenciais que poderiam embasar e estabelecer o volume de trabalhadores necessários para que a política de assistência social possa dimensionar e apresentar à sociedade seus possíveis resultados.

Em que pese as recomendações da NOBRH, nos últimos dez anos o caminho da consolidação do SUAS se deu pela constituição de equipes de trabalhadores com diversos tipos de vínculos profissionais instituídos legalmente de responsabilidades públicas por serem reconhecidos como agentes públicos.

A diversidade do trabalho e dos trabalhadores no SUAS na cidade de São Paulo é examinada pelo documento SUAS 10 que apoiou a elaboração do Plano Decenal Nacional: escolaridade, tipo de vínculo empregatício, predomínio de trabalhadores de nível médio em relação aos trabalhadores de nível universitário;

predomínio de vínculos empregatícios permanentes em relação à precariedade; número de trabalhadores de nível superior em relação aos beneficiários e em relação a cada 1.000 habitantes.

• *Direção do trabalho em rede pública*

A rede pública de oferta das aquisições de atenção socioassistencial e direito ao cidadão na cidade de São Paulo não se compõe exclusivamente de servidores públicos, mas sobretudo, de trabalhadores celetistas, contratados pelas organizações da sociedade civil. Assim, do ponto de vista da constituição dos quadros profissionais do SUAS na cidade de São Paulo, a heterogeneidade do universo de trabalhadores na política merece destaque, pois se conta com diversidade de formação e de acúmulo teórico-prático.

Realizar o diagnóstico dos trabalhadores do SUAS da cidade de São Paulo exige considerar como participes da mesma rede pública constituída por trabalhadores estatutários e celetistas. Importa aqui refletir sobre as condições comuns de organização do trabalho e gestão democrática que deve ser única e integrada.

Justifica-se esse entendimento por duas razões: 1) a rede socioassistencial é compreendida no âmbito da PNAS/2004 como “o conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos”; 2) os serviços socioassistenciais acessam ao fundo público, o FUMAS, e não se caracterizam como subvenções a **intenções privadas e sim um sistema público, o SUAS**. Por decorrência, se configura o caráter público do trabalho e do trabalhador que compõe a força de trabalho do SUAS, justificada pela natureza pública e continuada dos serviços.

Reconhecer a presença institucional dos trabalhadores implica em observar, ao menos quantitativamente, se essa presença é capaz de produzir a atenção necessária às demandas dos cidadãos, portanto é uma análise dependente do esforço de construção de parâmetros esse é um conteúdo a ser desenvolvido por SMADS a força de trabalho é aqui analisada por meio de

sistemas informatizados dos trabalhadores e registros administrativos. Ressalte-se que, reconhecer a limitação dos dados disponíveis é também afirmar, simultaneamente, a **necessidade de produção contínua de informações sobre o trabalho e os trabalhadores do SUAS**. Estes dados foram especialmente captados para o PDMASsp, pois não se constituem como rotina institucional essa apreensão do real. Gestão se faz com informação, condição que produz um ciclo virtuoso de explicitação de limites, ao mesmo tempo em que se estabelece o posicionamento ético-político para alargamento de garantias sociais ao cidadão.

O total de trabalhadores que atuam no SUAS da cidade de São Paulo é de 16.869, sendo que 93,4% atuam em serviços socioassistenciais conveniados 6,6% são estatutários e ocupam diversas funções de gestão.

O SUAS em São Paulo mantém seus trabalhadores sob quatro tipos de vínculos empregatícios: 93,4% são contratados sob o regime da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho; 1,5% são servidores ocupantes de cargos em comissão; 0,3% são admitidos; 4,7% são efetivos. A gestão direta de estatutários e comissionados tem 14 vezes menos trabalhadores, em relação aos celetistas que trabalham nos serviços conveniados. Caso se desenvolva um olhar mais discriminado por tipo de serviço essa diferença cresce em até 30 vezes.

• **Estabilidade dos trabalhadores da Assistência Social**

A condição contratual permite duas observações, primeiro, se a institucionalidade do SUAS na cidade caminha para a constituição de equipes de trabalhadores públicos, com estabilidade funcional e instituídos legalmente de responsabilidades por serem reconhecidos como agentes públicos, respeitando os pactos estabelecidos na NOBRH; segundo, se está constituído um processo insuficiente em que a força de trabalho no SUAS está assentada em relação de precária estabilidade de vínculos.

Adotou-se como critério de estabilidade a somatória dos trabalhadores com vínculos empregatícios como estatutários e celetistas sobre a somatória de servidores comissionados e outros vínculos, estabelecendo os padrões de

incidência de trabalhadores estáveis. Sob essa orientação a incidência da estabilidade da força de trabalho com que conta a política de assistência social na gestão da cidade, é de 96,9%, enquadrando-se como ótima estabilidade.

QUADRO 27 - INCIDÊNCIA DE TRABALHADORES PELO PADRÃO DE ESTABILIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

Categoria	Total	Trabalhadores	Estáveis	Não Estáveis	% Estabilidade
Comissionado	259	1,5%		259	100%
Admitido	52	0,3%	52	0,3%	
Efetivo	801	4,7%	801	4,8%	
Celetista	15.757	93,4%	15.757	94,9%	
Total	16.869	100,0%	16.610	98,5%	259 1,5%
					96,9%

A distribuição dos trabalhadores pelos distritos, subprefeituras e regiões, tendo por base o distrito de localização da unidade ou do estabelecimento de serviço, mostra que nos distritos de Itaquera e Jardim Ângela é registrada frequência acima de 500 trabalhadores. Na distribuição pelos distritos chama atenção Moema, que não tem nenhum trabalhador, pois não foi identificado nenhum serviço na localidade.

QUADRO 28 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

DISTRITO	CLT	EFETIVOS	ADMITIDOS	COMISSIONADOS	TOTAL	IDI
1 Itaquera	568 96,6%	17 2,9%	1 0,2%	2 0,3%	588 3,49%	294
2 Jardim Ângela	513 98,8%	5 1,0%		1 0,2%	519 3,08%	260
3 Sapopemba	486 98,4%	7 1,4%	1 0,2%		494 2,93%	247
4 Santa Cecília	482 100,0%				482 2,86%	241
5 São Mateus	419 93,7%	23 5,1%	1 0,2%	4 0,9%	447 2,65%	224
6 Bela Vista	370 98,4%	4 1,1%		2 0,5%	376 2,23%	188
7 Capão Redondo	353 96,7%	11 3,0%		1 0,3%	365 2,16%	183
8 Sé	55 15,9%	137 39,6%	15 4,3%	139 40,2%	346 2,05%	173
9 Grajaú	337 97,7%	7 2,0%		1 0,3%	345 2,05%	173
10 Cidade Ademar	307 91,6%	23 6,9%		5 1,5%	335 1,99%	168
11 Bom Retiro	316 95,2%	13 3,9%		3 0,9%	332 1,97%	166
12 Jabaquara	313 94,3%	14 4,2%		5 1,5%	332 1,97%	166
13 Cidade Dutra	318 98,8%	3 0,9%		1 0,3%	322 1,91%	161
14 Jardim São Luís	288 94,1%	16 5,2%		2 0,7%	306 1,81%	153
15 Parelheiros	283 94,3%	16 5,3%		1 0,3%	300 1,78%	150
16 Santo Amaro	275 92,0%	19 6,4%	2 0,7%	3 1,0%	299 1,77%	150
17 São Miguel	270 90,6%	23 7,7%	3 1,0%	2 0,7%	298 1,77%	149
18 Vila Maria	277 93,6%	14 4,7%	2 0,7%	3 1,0%	296 1,75%	148
19 Jaçanã	271 92,2%	21 7,1%		2 0,7%	294 1,74%	147
20 Brasilândia	272 96,5%	9 3,2%		1 0,4%	282 1,67%	141

CONTINUA

DISTRITO	CLT		EFETIVOS		ADMITIDOS		COMISSIONADOS		CONTINUAÇÃO		
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	IDI	
21 Campo Limpo	239	93,4%	15	5,9%	1	0,4%	1	0,4%	256	1,52%	128
22 Sacomã	237	94,0%	10	4,0%	1	0,4%	4	1,6%	252	1,49%	126
23 Guaianases	224	91,8%	16	6,6%			4	1,6%	244	1,45%	122
24 Itaim Paulista	210	88,6%	24	10,1%			3	1,3%	237	1,40%	119
25 São Rafael	232	100,0%							232	1,38%	116
26 Mooca	227	99,1%	1	0,4%			1	0,4%	229	1,36%	115
27 Vila Mariana	208	90,8%	11	4,8%	4	1,7%	6	2,6%	229	1,36%	115
28 Santana	226	99,1%	2	0,9%					228	1,35%	114
29 Pedreira	217	96,4%	8	3,6%					225	1,33%	113
30 Belém	213	95,9%	8	3,6%	1	0,5%			222	1,32%	111
31 Pari	220	100,0%							220	1,30%	110
32 Cidade Tiradentes	201	92,2%	12	5,5%			5	2,3%	218	1,29%	109
33 Vila Guilherme	213	98,2%	2	0,9%			2	0,9%	217	1,29%	109
34 Penha	206	97,2%	6	2,8%					212	1,26%	106
35 Ermelino Matarazzo	188	90,4%	15	7,2%	2	1,0%	3	1,4%	208	1,23%	104
36 Vila Prudente	180	87,4%	18	8,7%	1	0,5%	7	3,4%	206	1,22%	103
37 República	192	97,5%	3	1,5%			2	1,0%	197	1,17%	99
38 Jaraguá	188	96,4%	7	3,6%					195	1,16%	98
39 Butantã	186	100,0%							186	1,10%	93
40 Pinheiros	173	93,0%	10	5,4%			3	1,6%	186	1,10%	93
41 Parque do Carmo	178	100,0%							178	1,06%	89
42 Vila Jacuí	169	100,0%							169	1,00%	85
43 Lajeado	158	96,9%	5	3,1%					163	0,97%	82
44 Vila Matilde	159	98,1%	3	1,9%					162	0,96%	81
45 Vila Formosa	146	91,8%	10	6,3%	1	0,6%	2	1,3%	159	0,94%	80
46 Tremembé	138	89,6%	14	9,1%			2	1,3%	154	0,91%	77
47 Vila Curuçá	148	96,1%	6	3,9%					154	0,91%	77
48 Ipiranga	143	93,5%	9	5,9%			1	0,7%	153	0,91%	77
49 Vila Sônia	129	84,9%	20	13,2%			3	2,0%	152	0,90%	76
50 Iguatemi	143	96,6%	4	2,7%			1	0,7%	148	0,88%	74
51 Freguesia do Ó	118	80,3%	27	18,4%	2	1,4%			147	0,87%	74
52 Brás	143	100,0%							143	0,85%	72
53 Vila Andrade	134	97,1%	2	1,4%			2	1,4%	138	0,82%	69
54 Perus	115	83,9%	15	10,9%			7	5,1%	137	0,81%	69
55 Jardim Helena	129	100,0%							129	0,76%	65
56 São Lucas	128	99,2%	1	0,8%					129	0,76%	65
57 Lapa	107	84,3%	16	12,6%	1	0,8%	3	2,4%	127	0,75%	64
58 Raposo Tavares	127	100,0%							127	0,75%	64
59 Tatuapé	101	80,8%	16	12,8%	5	4,0%	3	2,4%	125	0,74%	63
60 Cidade Líder	105	86,8%	12	9,9%	1	0,8%	3	2,5%	121	0,72%	61
61 Artur Alvim	110	93,2%	7	5,9%	1	0,8%			118	0,70%	59
62 Pirituba	87	77,7%	22	19,6%	1	0,9%	2	1,8%	112	0,66%	56
63 Água Rasa	109	100,0%							109	0,65%	55
64 Cambuci	109	100,0%							109	0,65%	55
65 Casa Verde	98	90,7%	8	7,4%	2	1,9%			108	0,64%	54
66 Mandaqui	84	80,0%	15	14,3%	2	1,9%	4	3,8%	105	0,62%	53
67 José Bonifácio	93	100,0%							93	0,55%	47

CONTINUA

DISTRITO	CLT	EFETIVOS ADMITIDOS COMISSIONADOS				CONTINUAÇÃO	
		TOTAL	IDI	TOTAL	IDI		
68 São Domingos	88 100,0%				88 0,52%	44	
69 Cangaíba	87 100,0%				87 0,52%	44	
70 Vila Medeiros	80 92,0%	7 8,0%			87 0,52%	44	
71 Aricanduva	84 100,0%				84 0,50%	42	
72 Saúde	82 100,0%				82 0,49%	41	
73 Liberdade	77 100,0%				77 0,46%	39	
74 Jaguaré	69 100,0%				69 0,41%	35	
75 Anhanguera	63 92,6%	4 5,9%	1 1,5%		68 0,40%	34	
76 Perdizes	68 100,0%				68 0,40%	34	
77 Cachoeirinha	47 74,6%	13 20,6%		3 4,8%	63 0,37%	32	
78 Cursino	62 100,0%				62 0,37%	31	
79 Vila Leopoldina	60 100,0%				60 0,36%	30	
80 Campo Grande	56 100,0%				56 0,33%	28	
81 Rio Pequeno	55 100,0%				55 0,33%	28	
82 Morumbi	52 100,0%				52 0,31%	26	
83 Carrão	47 100,0%				47 0,28%	24	
84 Jaguará	42 100,0%				42 0,25%	21	
85 Ponte Rasa	42 100,0%				42 0,25%	21	
86 Consolação	41 100,0%				41 0,24%	21	
87 Barra Funda	40 100,0%				40 0,24%	20	
88 Tucuruvi	38 100,0%				38 0,23%	19	
89 Jardim Paulista	35 100,0%				35 0,21%	18	
90 Itaim Bibi	29 100,0%				29 0,17%	15	
91 Alto de Pinheiros	26 100,0%				26 0,15%	13	
92 Socorro		14 82,4%		3 17,6%	17 0,10%	9	
93 Campo Belo	15 100,0%				15 0,09%	8	
94 Limão	11 100,0%				11 0,07%	6	
95 Marsilac		1 50,0%		1 50,0%	2 0,01%	1	
96 Moema							
São Paulo	15.757 93,4%	801 4,7%	52 0,3%	259 1,5%	16.869 100,00%		

QUADRO 29 - INCIDÊNCIA NOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS. PMSP. 2016.

INTENSIDADE DE TRABALHADORES	FREQ. DIST R	% RELAT.	TRAB/FAIXA	% RELAT. TRAB
Mais de 500 trabalhadores	2	2,1%	1.107	6,6%
De 360 a 500 trabalhadores	5	5,2%	2.164	12,8%
De 160 até 360 trabalhadores	37	38,5%	9.158	54,3%
De 21 a 160 trabalhadores	47	49,0%	4.395	26,1%
Menos de 20 trabalhadores	4	4,2%	45	0,3%
Sem trabalhadores	1	1,0%		
	96	100,0%	16.869	100,0%

QUADRO 30 - DISCREPÂNCIA DO NÚMERO DE TRABALHADORES PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO, SEGUNDO A SUBPREFEITURA. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

SUPERVISÃO	CLT	EFETIVOS	ADMITIDOS	COMISSIONADOS	TOTAL
SE	1.642 83,8%	157 8,0%	15 0,8%	146 7,4%	1.960 11,62%
MO	1.013 96,7%	25 2,4%	6 0,6%	4 0,4%	1.048 6,21%
IQ	944 96,3%	29 3,0%	2 0,2%	5 0,5%	980 5,81%
SM	794 96,0%	27 3,3%	1 0,1%	5 0,6%	827 4,90%
MB	801 97,1%	21 2,5%		3 0,4%	825 4,89%
CL	726 95,7%	28 3,7%	1 0,1%	4 0,5%	759 4,50%
CS	655 95,8%	24 3,5%		5 0,7%	684 4,05%
MG	570 95,0%	23 3,8%	2 0,3%	5 0,8%	600 3,56%
MP	568 95,3%	23 3,9%	3 0,5%	2 0,3%	596 3,53%
PE	562 97,1%	16 2,8%	1 0,2%		579 3,43%
BT	549 96,0%	20 3,5%		3 0,5%	572 3,39%
AD	524 93,6%	31 5,5%		5 0,9%	560 3,32%
SB	486 98,4%	7 1,4%	1 0,2%		494 2,93%
IP	442 94,6%	19 4,1%	1 0,2%	5 1,1%	467 2,77%
JT	409 91,3%	35 7,8%		4 0,9%	448 2,66%
FO	390 90,9%	36 8,4%	2 0,5%	1 0,2%	429 2,54%
G	382 93,9%	21 5,2%		4 1,0%	407 2,41%
LA	386 95,1%	16 3,9%	1 0,2%	3 0,7%	406 2,41%
PJ	363 91,9%	29 7,3%	1 0,3%	2 0,5%	395 2,34%
IT	358 91,6%	30 7,7%		3 0,8%	391 2,32%
ST	348 93,8%	17 4,6%	2 0,5%	4 1,1%	371 2,20%
SA	346 93,5%	19 5,1%	2 0,5%	3 0,8%	370 2,19%
VP	308 91,9%	19 5,7%	1 0,3%	7 2,1%	335 1,99%
JA	313 94,3%	14 4,2%		5 1,5%	332 1,97%
VM	290 93,2%	11 3,5%	4 1,3%	6 1,9%	311 1,84%
PA	283 93,7%	17 5,6%		2 0,7%	302 1,79%
AF	277 95,5%	10 3,4%	1 0,3%	2 0,7%	290 1,72%
PI	263 95,3%	10 3,6%		3 1,1%	276 1,64%
EM	230 92,0%	15 6,0%	2 0,8%	3 1,2%	250 1,48%
CT	201 92,2%	12 5,5%		5 2,3%	218 1,29%
PR	178 86,8%	19 9,3%	1 0,5%	7 3,4%	205 1,22%
CV	156 85,7%	21 11,5%	2 1,1%	3 1,6%	182 1,08%
São Paulo	15.757 93,4%	801 4,7%	52 0,3%	259 1,5%	16.869 100,0%

4.5.1 - Escolaridade dos trabalhadores

Observa-se a presença de **trabalhadores sem** escolaridade, embora em pequeno percentual de 0,6%, presentes em serviços socioassistenciais, 15,7% com ensino fundamental ou básico; 44% de nível médio e 39,7% de nível superior.

QUADRO 31 - INCIDÊNCIA DOS TRABALHADORES PELA ESCOLARIDADE ASSOCIADA AO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

CATEGORIA	SEM ESCOLARIDADE		BÁSICO		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL TRABALHADORES	
ADMITIDO			3	5,8%	13	25,0%	36	69,2%	52	0,3%
COMISSIONADO			3	1,2%	37	14,3%	219	84,6%	259	1,5%
EFETIVO			75	9,4%	139	17,4%	587	73,3%	801	4,7%
CLT	99	0,6%	2.572	16,3%	7.235	45,9%	5.851	37,1%	15.757	93,4%
TOTAL	99	0,6%	2.653	15,7%	7.424	44,0%	6.693	39,7%	16.869	100,0%

Dados mostram que a prestação de serviços socioassistenciais é marcadamente constituída pelo nível médio, que corresponde a 45 % da totalidade de seus trabalhadores. Enquanto na gestão direta 75% dos trabalhadores são de nível superior esse percentual cai para 37% nos serviços conveniados.

A análise da escolaridade permite ainda caminhar para obter índices de discrepância quanto à:

- discrepância da presença de profissionais de nível superior em relação à população agregada por conjuntos de 1.000 habitantes do município, de cada distrito, subprefeitura e região.
- discrepância do predomínio de trabalhadores de escolaridade entre nível médio e superior;
- discrepância resultante da razão entre o total de famílias beneficiárias no município e duplas de trabalhadores de nível superior que atuam no(s) CRAS da cidade.

• **Índice: trabalhadores de nível superior (NS) para cada 1.000 habitantes**

O número de profissionais, ou a oferta de profissionais em relação à população do município em geral e por distrito, subprefeitura e região, permite comparar discrepâncias de sua distribuição entre as Supervisões Regionais de Assistência Social da cidade. São as disparidades intramunicipais do ponto de vista do cidadão e não somente do ponto de vista de cada serviço. É preciso considerar que a atenção ao usuário do SUAS está no campo não mercadorizado, o que

permite observar, a atenção enquanto a força de trabalho, com predomínio de nível médio que a cidadã e o cidadão podem contar.

O padrão de relação trabalhador/habitante ainda não está construído na assistência social, cabe inspiração na política de saúde, que estabelece, por exemplo, seguindo parâmetros mundiais, a razão de 1 médico para cada 1000 habitantes. Essa proporção é discutida no âmbito da política de Saúde por entender que é insuficiente, mas ainda assim, avaliou-se que seria um parâmetro de referência para se pensar a cobertura da Assistência Social observável até o momento.

Na média nacional (SUAS 10, p. 71)²² a relação de 1.000 habitantes para cada trabalhador de ensino superior, não alcança meio trabalhador, é de 0,4 trabalhador de nível superior. Para essa análise utilizaremos de uma escala que revele a pior e a melhor situação.

A pior situação é aquela em que a taxa na relação entre trabalhador e população alcançar menos de um trabalhador de nível superior para cada 1.000 habitantes. A melhor situação se expressa quando essa relação for maior que um trabalhador.

Na cidade de São Paulo a taxa municipal é de 0,6 trabalhador para 1.000 habitantes, pouco acima da média nacional, que é de 0,4/1.000 hab., ou seja, também não se alcançou um trabalhador/1.000 hab. Mas essa taxa não se mantém nos distritos. A maior relação encontrada está no distrito da Sé em que a taxa ficou em torno de 8,4/1.000. Ou seja, quase 9 trabalhadores para 1.000 hab. É a melhor situação encontrada em um distrito, que se distancia em 223 vezes da pior situação encontrada no Limão, onde a relação é de 0,04/1000 hab.

Entre os distritos da cidade com as melhores situações, considerando aquelas em que a relação entre trabalhador de nível superior e habitante é superior a 1, estão 17 (17,7%) distritos, com destaque para a Sé em que a relação é de 8,4 trabalhador NS/1.000 hab. A pior situação (menos de 1 trabalhador NS/1.000 hab.)

²² SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015

está presente em 79 (82,3%) distritos, nesse caso, destaca-se a situação do distrito de Moema, que não registrou nem um trabalhador.

QUADRO 32 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS NA TAXA DE TRABALHADORES NÍVEL SUPERIOR POR MIL HABITANTES. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

TRABALHADOR NS/ POR MIL HAB.	DISTRITOS	% RELAT	% ACUM	POP. POR FAIXA	% POP. RELAT	% POP ACUM.
Acima de 8 Trab. NS 1000 Hab.	1	1,0%	1,0%	25.624	0,2%	0,2%
> 2 até 4 Trab. NS para 1000 Hab.	2	2,1%	3,1%	55.622	0,5%	0,7%
> 1 até 2 Trab. NS para 1000 Hab.	15	15,6%	18,8%	1.307.181	11,2%	11,9%
> 0,5 até 1 Trab. NS para 1000 Hab.	39	40,6%	59,4%	3.583.792	30,8%	42,7%
De 0 a 0,5 Trab. NS para 1000 Hab.	39	40,6%	100,0%	6.666.583	57,3%	100,0%
	96	100,0%		11.638.802	100,0%	

• Índice predomínio de trabalhadores de nível médio

A proporcionalidade prevista na NOB RH é de 1:1, ou seja, para cada técnico de nível superior deve haver um técnico de nível médio na composição da equipe, mas é preciso, além do número caracterizar a especificidade de suas responsabilidades. Seu tipo de intervenção nos serviços socioassistenciais, nas unidades de gestão e de controle social, de modo a complementar a atuação dos trabalhadores de nível superior promovendo um trabalho de equipe.

No país o predomínio do nível médio alcança 13,3% (SUAS 10, com base no CENSO SUAS/2014). O predomínio de trabalhadores de escolaridade entre nível médio e superior será verificado nos quadros a seguir.

A incidência do predomínio do nível médio distribuída pelos distritos revelou que 52,1% dos distritos têm predomínio do nível médio sobre o nível superior abaixo de 39%. Nos demais distritos (44,8%) o predomínio é do nível superior. A maior frequência (44,8%) é de distritos com menos de 25% de predomínio de nível médio.

QUADRO 33 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELO PREDOMÍNIO DE TRABALHADORES DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A TRABALHADORES DE NÍVEL SUPERIOR. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.

DISTRITO	NÍVEL MÉDIO (NM)	NÍVEL SUPERIOR (NS)	PREDOMÍNIO NM/NS	IDI
1 Consolação	25 61,0%	9 22,0%	39,0%	126
2 Jardim Paulista	23 65,7%	10 28,6%	37,1%	120
3 Perdizes	25 36,8%	32	36,8%	119
4 Brás	79 55,2%	27 18,9%	36,4%	117
5 Pari	108 49,1%	42 19,1%	30,0%	97
6 São Miguel	164 55,0%	89 27,3%	27,8%	90
7 Belém	116 52,3%	58 26,1%	26,1%	84
8 Alto de Pinheiros	13 50,0%	7 26,9%	23,1%	75
9 Mooca	114 49,8%	62 27,1%	22,7%	73
10 Pedreira	117 52,0%	77 34,2%	17,8%	57
11 Água Rasa	52 47,7%	33 30,3%	17,4%	56
12 Cambuci	54 49,5%	35 32,1%	17,4%	56
13 Cursino	30 48,4%	20 32,3%	16,1%	52
14 Bela Vista	178 47,3%	119 31,6%	15,7%	51
15 Pinheiros	101 54,3%	59 39,7%	14,6%	47
16 Itaim Bibi	14 48,3%	10 34,5%	13,8%	45
17 São Domingos	47 53,4%	25 40,6%	12,8%	41
18 Campo Grande	22 39,3%	15 26,8%	12,5%	40
19 Itaim Paulista	114 48,1%	90 38,0%	10,1%	33
20 Parelheiros	134 44,7%	105 35,0%	9,7%	31
21 Jaraguá	90 46,2%	72 36,9%	9,2%	30
22 Cidade Tiradentes	106 48,6%	86 39,4%	9,2%	30
23 Butantã	79 42,5%	63 33,9%	8,6%	28
24 Parque do Carmo	87 48,9%	72 40,4%	8,4%	27
25 Bom Retiro	154 46,4%	128 38,6%	7,8%	25
26 Santo Amaro	140 46,8%	99 39,0%	7,8%	25
27 Santana	117 51,3%	86 43,6%	7,7%	25
28 Iguatemi	68 45,9%	57 38,5%	7,4%	24
29 Jardim Ângela	246 47,4%	208 40,1%	7,3%	24
30 Grajaú	163 47,2%	138 40,0%	7,2%	23
31 São Mateus	245 54,8%	149 47,7%	7,1%	23
32 Lapa	58 45,7%	50 39,4%	6,3%	20
33 Tucuruvi	21 55,3%	10 50,0%	5,3%	17
34 Brasilândia	126 44,7%	113 40,1%	4,6%	15
35 Carrão	21 44,7%	19 40,4%	4,3%	14
36 Santa Cecília	246 51,0%	125 47,6%	3,4%	11
37 Jaçanã	128 43,5%	118 40,1%	3,4%	11
38 Artur Alvim	54 45,8%	50 42,4%	3,4%	11
39 Penha	83 39,2%	76 35,8%	3,3%	11
40 Guaianases	111 45,5%	104 42,6%	2,9%	9
41 República	90 45,7%	65 42,9%	2,8%	9
42 Barra Funda	18 45,0%	17 42,5%	2,5%	8
43 Cidade Dutra	151 46,9%	144 44,7%	2,2%	7
44 Rio Pequeno	25 45,5%	24 43,5%	1,9%	6
45 Lajeado	71 43,6%	68 41,7%	1,8%	6
46 São Rafael	110 47,4%	96 45,7%	1,7%	6
47 Ipiranga	64 41,8%	62 40,5%	1,3%	4

CONTINUA

DISTRITO	NÍVEL MÉDIO (NM)	NÍVEL SUPERIOR (NS)	CONTINUAÇÃO	
			PREDOMÍNIO NM/NS	IDI
48 Vila Formosa	85 53,5%	58 52,8%	0,7%	2
49 Vila Guilherme	101 46,5%	54 46,2%	0,4%	1
50 Sapopemba	234 47,4%	192 47,1%	0,3%	1
51 Campo Belo	6 40,0%	6 40,0%		
52 Jaguara	19 45,2%	19 45,2%		
53 Campo Limpo	108 42,2%	110 43,0%	-0,8%	
54 Anhanguera	26 38,2%	27 39,7%	-1,5%	
55 Jabaquara	132 39,8%	138 41,6%	-1,8%	
56 José Bonifácio	40 43,0%	42 45,2%	-2,2%	
57 Jardim Helena	55 42,6%	58 45,0%	-2,3%	
58 Liberdade	31 40,3%	33 42,9%	-2,6%	
59 Ermelino Matarazzo	89 42,8%	95 45,7%	-2,9%	
60 Vila Matilde	87 53,7%	56 58,3%	-4,6%	
61 Ponte Rasa	17 40,5%	16 45,2%	-4,7%	
62 Jardim São Luís	118 38,6%	133 43,5%	-4,9%	
63 Vila Andrade	60 43,5%	54 48,9%	-5,4%	
64 Freguesia do Ó	62 42,2%	70 47,6%	-5,4%	
65 Jaguaré	23 33,3%	28 40,6%	-7,2%	
66 São Lucas	55 42,6%	48 50,0%	-7,4%	
67 Pirituba	37 33,0%	60 41,6%	-8,5%	
68 Sacomã	88 34,9%	115 43,5%	-8,5%	
69 Perus	47 34,3%	67 43,0%	-8,7%	
70 Raposo Tavares	46 36,2%	58 45,0%	-8,7%	
71 Capão Redondo	142 38,9%	174 47,7%	-8,8%	
72 Limão	2 18,2%	3 27,3%	-9,1%	
73 Tremembé	62 40,3%	67 51,4%	-11,2%	
74 Vila Jacuí	71 42,0%	62 53,2%	-11,2%	
75 Cidade Ademar	125 37,3%	164 49,0%	-11,6%	
76 Vila Leopoldina	25 41,7%	23 53,6%	-11,9%	
77 Casa Verde	40 37,0%	53 49,1%	-12,0%	
78 Cangaíba	30 34,5%	41 47,1%	-12,6%	
79 Saúde	27 32,9%	32 45,6%	-12,7%	
80 Mandaqui	40 38,1%	54 51,4%	-13,3%	
81 Vila Curuçá	55 35,7%	82 49,1%	-13,4%	
82 Vila Maria	112 37,8%	129 52,8%	-15,0%	
83 Vila Mariana	94 41,0%	88 57,1%	-16,1%	
84 Cidade Líder	39 32,2%	59 48,8%	-16,5%	
85 Tatuapé	38 30,4%	66 47,1%	-16,7%	
86 Morumbi	15 28,8%	24 46,2%	-17,3%	
87 Itaquera	209 35,5%	311 52,9%	-17,3%	
88 Vila Medeiros	38 43,7%	32 62,5%	-18,8%	
89 Sé	102 29,5%	216 49,0%	-19,5%	
90 Cachoeirinha	21 33,3%	36 57,1%	-23,8%	
91 Aricanduva	29 34,5%	49 58,3%	-23,8%	
92 Socorro	4 23,5%	12 49,1%	-25,5%	

Pouca atenção tem sido dada no que se refere à formação profissional e ascensão profissional dos trabalhadores de nível médio em comparação com os trabalhadores de nível superior, e mesmo dentre os trabalhadores de nível médio estatutários e celetistas, que nesse caso recebem atenção mais fluída. Na gestão estatutária ocorre com frequência o aproveitamento desses profissionais em cargos em comissão na coordenação regional, inclusive CRAS. Apesar de terem ingressado por concurso público em cargos de nível médio têm sido guindados a estes postos por terem formação superior compatível com o provimento desses cargos.

• Índice: relação quantitativa entre a distribuição distrital de trabalhadores e o volume de mandatários identificados,

Para o exame da distribuição dos profissionais de formação superior que atuam na proteção básica foi estabelecida a relação entre famílias beneficiárias e a existência de dupla de trabalhadores de nível superior.

a) Trabalhadores nos serviços socioassistenciais conveniados de proteção básica e especial

Os serviços de proteção social básica representam 63% dos serviços socioassistenciais, absorvendo 49% dos trabalhadores; no restante 37%, que são dos serviços de proteção social especial, estão alocados 51% de trabalhadores. A proteção social básica tem no nível médio o maior percentual alcançando 63%, e 54% no nível superior, e ao que parece muitos atuam na atenção direta a usuários, na chamada “linha de frente” do SUAS

QUADRO 34 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL GERIDOS SOB CONVÊNIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

PROTEÇÃO	SERVIÇOS	TRABALHA-DORES	SEM	NÍVEL	NÍVEL	NÍVEL						
SOCIAL			ESCOLARI-DADE	FUNDAMEN-TAL	MÉDIO	SUPERIOR						
Básica	779	63,1%	7.781	49,4%	48	63,1%	1.295	50,3%	3.255	63,1%	3.183	54,4%
Especial de Alta Complexidade	234	19,0%	5.215	33,1%	37	19,0%	1.014	39,4%	2.929	19,0%	1.235	21,1%
Especial de Média Complexidade	221	17,9%	2.761	17,5%	14	17,9%	263	10,2%	1.051	17,9%	1.433	24,5%
São Paulo	1.234	100,0%	15.757	100,0%	99	100,0%	2.572	100,0%	7.235	100,0%	5.851	100,0%

b) Trabalhadores da proteção social básica e especial nos serviços da gestão direta: CRAS e CREAS

Na cidade de São Paulo foram constituídos, até junho/2016, 54 CRAS, 28 CREAS, e 5 Centros Pop Rua. Trabalham nos CRAS 383 profissionais, o equivalente a 34,4%, considerando todos os trabalhadores dos órgãos públicos de gestão municipal da assistência social. Atuam exclusivamente em órgãos gestores, central e regionais, 50,6% dos trabalhadores públicos, outros 14,2% nos CREAS e uma pequena parcela, 0,7%, está disponibilizada para prestar serviços no COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

QUADRO 35 - INCIDÊNCIA DE TRABALHADORES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE GESTÃO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

UNIDADE	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR	TOTAL
CRAS	37 45,7%	42 22,2%	304 36,1%	383 34,4%
GESTÃO REGIONAL (SAS)	25 30,9%	70 37,0%	203 24,1%	298 26,8%
GESTÃO CENTRAL	17 21,0%	66 34,9%	182 21,6%	265 23,8%
CREAS	2 2,5%	9 4,8%	147 17,5%	158 14,2%
COMAS		2 1,1%	6 0,7%	8 0,7%
São Paulo	81 100,0%	189 100,0%	842 100,0%	1.112 100,0%

O alcance e os modos de distribuição de atenções na proteção social especial pressupõem levar em consideração os esforços e avanços de articulação e regionalização de serviços. Essa dimensão é necessária porque o conjunto de atenções de proteção social especial que não pode ser atendido apenas na escala de distrito, deve também ser promovido por meio da articulação interdistrital na estruturação de serviços regionalizados, que garantam o atendimento à população e em algumas situações também até àquela procedente dos municípios que têm relações de vizinhança, que na cidade totaliza 45 distritos, com alta densidade demográfica, principalmente nas áreas de conurbação.

A cidade já conta com 29 CREAS todavia, pela instalação recente de um deles, não se teve acesso aos seus dados, portanto as referências aqui utilizadas, se relacionam com 28.

O nível superior é a escolaridade predominante nos CREAS em 93%, dentre os quais 64,6% são Assistentes Sociais, 29,3% pertencentes a outras

formações, 3,4% Psicólogos e 2,7% Pedagogos. Trabalhadores do ensino médio são 5,7% e nível fundamental apenas 1,3%.

QUADRO 36 - INCIDÊNCIA DA ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DOS CREAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

ESCOLARIDADE	CREAS
SUPERIOR	147 93,0%
SERVIÇO SOCIAL	95 64,6%
OUTROS	43 29,3%
PSICOLOGIA	5 3,4%
PEDAGOGIA	4 2,7%
MÉDIO	9 5,7%
FUNDAMENTAL	2 1,3%
São Paulo	158 100,0%

QUADRO 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELOS CREAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

SUP	DISTRITO	CREAS	FUND.	MÉDIO	SUPERIOR	TOTAL	IDI
MO	BELÉM	CENTRO POP MO		1	8	9 5,7%	9
VP	VILA PRUDENTE	CREAS VP	1		7	8 5,1%	8
IQ	CIDADE LÍDER	CREAS IQ		2	5	7 4,4%	7
CL	CAPÃO REDONDO	CREAS CL		1	5	6 3,8%	6
MO	TATUAPÉ	CREAS MO	1	1	4	6 3,8%	6
PJ	PIRITUBA	CREAS PIR			6	6 3,8%	6
S.A.	SANTO AMARO	CREAS SA			6	6 3,8%	6
SÉ	BOM RETIRO	CREAS SÉ		1	5	6 3,8%	6
SM	SÃO MATEUS	CREAS SM			6	6 3,8%	6
VM	VILA MARIANA	CREAS VM			6	6 3,8%	6
SÉ	BELA VISTA	CREAS POP BVI			6	6 3,8%	6
BT	VILA SÔNIA	CREAS BT			5	5 3,2%	5
G	GUAIANASES	CREAS G			5	5 3,2%	5
IP	SACOMÃ	CREAS IP		1	4	5 3,2%	5
JÁ	JABAQUARA	CREAS JA			5	5 3,2%	5
SÉ	REPÚBLICA	CREAS POP BFU			5	5 3,2%	5
CS	CIDADE DUTRA	CREAS CS			4	4 2,5%	4
CT	CIDADE TIRADENTES	CREAS CT			4	4 2,5%	4
FÓ	FREGUESIA DO Ó	CREAS FO		1	3	4 2,5%	4
IT	ITAIM PAULISTA	CREAS IT			4	4 2,5%	4
LA	LAPA (*)	CREAS LA			4	4 2,5%	4
MP	SÃO MIGUEL	CREAS MP			4	4 2,5%	4
ST	MANDAQUI	CREAS ST			4	4 2,5%	4
MG	VILA GUILHERME	CENTRO POP MG			4	4 2,5%	4
AD	CIDADE ADEMAR	CREAS AD			3	3 1,9%	3
AF	VILA FORMOSA	CREAS AF			3	3 1,9%	3
CV	CASA VERDE	CREAS CV			3	3 1,9%	3
EM	ERMELINO MATARAZZO (*)	CREAS EM			3	3 1,9%	3
MB	JARDIM SÃO LUÍS	CREAS MB			3	3 1,9%	3

PE	VILA MATILDE	CREAS PE	3	3	1,9%	3
PI	PINHEIROS	CREAS PI	3	3	1,9%	3
PR	PERUS	CREAS PR	3	3	1,9%	3
MG	VILA MARIA	CREAS MG	2	2	1,3%	2
ST	SANTANA	CENTRO POP ST	1	1	2 1,3%	2
SB	SÃO LUCAS	CREAS SAPOPEMBA	1	1	0,6%	1
São Paulo			2	9	147	158

(*) Nos dados encaminhados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas/SMADS foram indicados trabalhadores para dois CREAS que não constam dentre os existentes: Ermelino Matarazzo e Lapa, mas que foram mantidos.

No que se refere aos CRAS, as orientações, sobre o quantitativo de famílias residentes em territórios precarizados pela ausência de infraestrutura e serviços públicos, é que devem orientar a instalação dessas unidades, assim como a quantidade de equipes que cada uma delas deve contar.

Ao considerar os padrões estabelecidos pela NOBRH para os CRAS um primeiro aspecto destacado é o estabelecimento da diferenciação do porte dos municípios, a quantidade de famílias referenciadas e, a partir desses indicadores, é estabelecido o número de profissionais de nível superior e médio. O importante a ser considerado é a racionalidade do trabalho coletivo, e não, a proporcionalidade entre um profissional e número de famílias a serem acompanhadas.

QUADRO 38 - EQUIPES DE REFERÊNCIA DE CRAS DEFINIDAS NA NOBRH.

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrôpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOBRH.

Acresça-se que a quantidade de trabalhadores necessária para execução das atenções e da gestão deve ser compatível com a demanda. Com certeza as correlações possíveis entre necessidades, demandas e trabalhadores permite uma

aproximação mais qualificada sobre o modo com que os trabalhadores estão presentes nos distritos do município.

A correlação possível foi realizada a partir da escolha da presença de dupla de trabalhadores de nível superior de CRAS, em proporção a famílias beneficiárias de renda (PBF+BPC) e inseridas no CAD.Único. Portanto, nessa relação é reconhecida o vínculo entre demandas e possibilidades de resposta pois é provável que o grupo de famílias do CAD.Único expressem demandas bastante significativas.

Outra questão a ser observada diz respeito às categorias profissionais, nesse sentido Assistentes Sociais e Psicólogos se constituem nas principais referências no SUAS, sendo agregadas às demais categorias previstas na Resolução 17/2011 do CNAS somente nos municípios maiores e ainda assim de forma opcional.

A escolaridade dos profissionais dos CRAS é de: 9,7% do ensino fundamental, 11% do ensino médio e 79,4% de nível superior. A maioria da formação profissional é de Assistentes Sociais (68,1%, considerando o total de nível superior), seguidos por Pedagogos (3,0%) e Psicólogos (1,6%).

QUADRO 39 - INCIDÊNCIA DA ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DOS CRAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

ESCOLARIDADE	CRAS
Fundamental	37 9,7%
Médio	42 11,0%
Superior	304 79,4%
Serviço Social	207 68,1%
Outros	79 26,0%
Pedagogia	9 3,0%
Psicologia	5 1,6%
Nutrição	2 0,7%
Direito	1 0,3%
Enfermagem	1 0,3%
TRABALHADORES CRAS	383 383

A atenção às 620.458 famílias beneficiárias (PBF e BPC) da cidade é obtida em 54 CRAS, e mostra que na média 11.490 famílias foram atendidas por um dos CRAS distribuídos em 49 dos 96 distritos de São Paulo. A média de São Paulo representa 5 vezes mais que a média nacional (2.242 famílias) atendida pelo mais de 8.000 CRAS dos 5.569 municípios restantes do país. (SUAS 10, p. 44).

A média da relação entre beneficiários por dupla de profissionais de nível superior nos CRAS da cidade incide em 4.082 famílias beneficiárias para 152 duplas. Aqui convém esclarecer que dos 49 distritos em que estão instaladas as unidades em cinco deles há dois CRAS (Jardim São Luís, Brasilândia, Itaim Paulista, Cidade Ademar, Freguesia do Ó).

Nesse caso, foi utilizado como referência o número de famílias beneficiárias do distrito, dividindo-se pelo número de duplas de nível universitário do distrito, resultante da soma de cada CRAS. A partir desse ajuste, foram encontrados 50% dos CRAS acima da média da cidade. Destacam-se nessa frequência dois distritos que possuem o dobro da média: Grajaú e Capão Redondo. Ambos possuem ainda 10 vezes mais famílias beneficiárias por duplas de profissionais de nível superior que os dois CRAS da Freguesia do Ó, onde a relação é de 5.839 para cada um, e com 11 profissionais de nível superior, resultando em 1.062 para cinco duplas.

• *Gestão do trabalho e presença de educação permanente*

As oitivas realizadas captaram que:

- Há forte preocupação com a **aposentação dos servidores**. Foi identificado que de 835 trabalhadores, 22% ou 185 irão se aposentar até 2017. Sem ter uma previsão de admissões e não só de saídas, é possível que em 2026 existam 69 trabalhadores no órgão, que pode significar redução de 92%, comparado ao quadro atual.
- O quadro de provimento de pessoal atual atende ao que é necessário para o desempenho da política de assistência social. Por decorrência, o processo de

gestão se aproveita de cargos que após ocupação são deslocados para onde se faz mais necessário.

- Aproveitamento de pessoal de nível médio com diploma, mas sem concurso na carreira, a exemplo, quatro supervisores regionais têm essa situação. Ocorre dificuldade em indicar profissionais para a coordenação de CRAS e CREAS pois a diferença salarial é pequena e o cargo de coordenador exigir mais horas de trabalho.
- Há manifestações para que SMADS possa ofertar maior segurança aos trabalhadores que operam em serviços conveniados. Ser envolvido em capacitações e processos de educação permanente são meios para que possam ter diálogo para além do interior das organizações.
- Foram realizadas três mesas de negociação em SMADS, nos anos de 2013, 2014 e 2016 com os temas: instituição do SINPE nas regionais (IT); Concursos públicos; Assédio Moral (IT). Há uma mesa de negociação regional instalada que mantém reuniões regulares).

A provisão de trabalhadores na gestão do SUAS foi uma contínua preocupação nas oitavas, demonstrando que se torna uma trava para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, não resolver essa situação de ausência de trabalhadores efetivos no órgão, significa não ter condições de efetivar o PDMASsp nos próximos 10 anos. Essa é uma questão vital.

Embora não tenha ocorrido ainda, o equacionamento de instalações para o número de CRAS e CREAS previstos pelo SUAS na cidade vem ocorrendo situação de esgotamento de capacidade nos CREAS. Há trabalhadores concursados que aguardam nomeação e a expectativa é a de que sejam alocados na proteção social especial. É estimado que a **aplicação de medidas socioeducativa demanda mais 400 novos técnicos.**

Por ser uma área de prestação de serviços cuja mediação principal é o próprio profissional (Sposati, 2006)²³, o trabalho da assistência social está estrategicamente apoiado em duas dimensões: a) conhecimento e formação teórica, técnica e política, e b) nas condições institucionais de que dispõe para

²³ SPOSATI, Aldaiza. O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.87. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

efetivar sua intervenção. A dimensão objeto dessa seção refere-se à formação teórica, técnica e política e consiste na análise da política de educação permanente destinada aos trabalhadores do SUAS na cidade.

Está em discussão no COMAS o plano de educação permanente elaborado com as SAS²⁴ e as Coordenadorias de SMADS, a partir das deliberações da X e XI Conferência Municipal de Assistência Social (2013, 2015)²⁵.

QUADRO 40 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL GERIDOS SOB CONVÊNIO. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

Proteção	Quantidade de serviços	Nº De Trabalhadores							
		Nível superior		Nível médio		Nível básico		Total	
Básica	794	1919	23%	3305	40%	2995	36%	8219	49,7%
Especial	471	2163	26%	3966	48%	2174	26%	8303	50,3%
Total	1265	4082	25%	7271	44%	5169	31%	16522	100%

NU – Nível Universitário ou Superior, NM – Nível Médio; NB – Nível Básico

QUADRO 41 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DAS UNIDADES DE REFERÊNCIA SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL COM GESTÃO DIRETA. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

Unidades	Quantidade de serviços	Nível superior	Nível médio	Nível básico	Total
Cras	54 62%	253 67%	63 17%	62 6%	378 70%
Creas	28 32%	116 85%	16 12%	4 3%	136 25%
Centro Pop	05 06%	21 81%	4 15%	1 4%	26 5%
Total	87 100%	390 72%	83 15%	67 12%	540 100%

OBS. Dados de junho/2016. Em setembro de 2016 foi inaugurado o CREAS São Miguel, passando a 29 CREAS.

²⁴ [...] foi solicitado em reuniões descentralizadas, que as Supervisoras de SAS preenchessem um instrumental com tópicos necessários, tanto à proposição de ações regionais de formação como à construção do Plano Municipal de Educação Permanente. (PMEP, p. 18).

²⁵ O plano prevê três grandes blocos Capacitação Introdutória, Capacitação de Atualização e Supervisão Técnica, com agregação temática pelas áreas da Secretaria. O documento informa que as ações de formação e capacitação foram destinadas à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas ao trabalho, mas não há explicitação dessas competências, nem das que seriam desenvolvidas ou adquiridas pelo trabalhador ao participar das ações previstas. A concepção de educação permanente no texto privilegiou lugares institucionais não provocando o envolvimento dos trabalhadores estatutários e celetistas, portanto o material em discussão demanda receber essa contribuição. A segunda constatação diz respeito a recomendação de que o processo de execução seja realizado por meio “de acordos de cooperação técnica, intercâmbio e parcerias com instituições públicas e organizações privadas [...] e a troca de experiências desenvolvidas na área social com universidades e centros de pesquisa”. Deve-se entender que essa é apenas uma das estratégias senão corre-se o risco de “terceirizar” toda a capacitação do órgão. A terceira constatação refere-se a necessidade em clarear o percurso do trabalhador ao participar das ações de capacitação que não pode se fechar a uma grade de ações.

Ocorre a fragmentação do conhecimento advindo do trabalho, sem ser incorporado à gestão pública. A inexistência de um processo de acolhida destas reflexões faz com que a assistência social somente resvale nas atribuições do “estado” municipal, mais no orçamento do que no assumir de suas responsabilidades.

É necessário que a gestão do trabalho se desenvolva sob um processo de educação permanente construído desde a ponta e que permita presença de ritmo de reflexão contínuo e registrado, que circule de forma a permitir assentamentos coletivos de entendimentos. A quantidade de trabalhadores celetistas impele a que não se possa, em absoluto, deixá-los a parte desse processo sem se esteja configurando forte discriminação.

Nas oitavas o processo de incorporação do conhecimento advindo da prática dos serviços foi entendido como significativo sendo necessário aplicação de método a ser desencadeado com tal objetivo. Por se tratar de um processo que envolve os próprios trabalhadores esta concepção foi configurada como um processo de educação permanente.

A concepção de educação permanente presume ações contínuas de discussões e aprimoramentos conjuntos o que supõe não só discutir os insumos da ação e sua aplicabilidade, mas os métodos técnico operativos e seu resultado para o usuário.

É preciso entender que a força motriz da existência de SMADS é cuidar da proteção social distributiva na cidade.

Como massivamente os serviços são prestados por celetistas não há outra forma de produzir o conhecimento da prática se não for com a presença com aqueles que estão nessa ação. Por isso, a proposta da supervisão técnica como campo de educação permanente é fundamentalmente direcionada aos trabalhadores dos serviços.

A oitiva com consultores de outras áreas reforçou a recomendação de que a gestão do trabalho, embora suponha garantias enquanto direitos trabalhistas, o que está em questão aqui é a dimensão do trabalho enquanto um processo inerente a atenção ao usuário, sua qualidade, conteúdo e resultados.

Foi identificado no convívio com os trabalhadores de SMADS que não está construída a convicção quanto ao campo específico da assistência social e por consequência do que lhe compete. Esta constatação revela, portanto, que objetivos devem estar dispersos, fragmentados e individualizados o que dificulta o resultado da ação.

A assistência social tem conteúdo próprio, mas o conhecimento deve ser estimulado. Há necessidade de formação permanente, tendo o conteúdo da assistência social como objeto de estudo. O trabalhador tem necessidade de falar do conteúdo do trabalho. Os espaços de encontro devem ser contínuos e não ocasionais. Identifica-se que os trabalhadores têm dificuldade de trabalhar no coletivo, tempo para estudar, planejar, refletir.

Considerado que nenhum profissional em sua graduação é formado na política de assistência social é preciso na gestão do trabalho exercer um esforço para que ocorra apropriação do conteúdo dessa política. Há iniciativas nessa direção, mas que não são conhecidas ou incorporadas pela gestão. Ocorre em alguns territórios estratégias de diálogo, alguns serviços têm paradas técnicas, para a formação e mobilizações sociais nos bairros. Na região da subprefeitura de M'Boi são realizadas supervisões coletivas, com associações de bairro e outras organizações.

Indicou-se que a gestão do trabalho incorpore o reconhecimento dessas iniciativas e suas pautas, pois podem ser exemplos para outras experiências nascerem. SMADS deveria contar com um processo organizado de reflexão e educação permanente a partir dos serviços para superar as dificuldades de produção conhecimentos. Este processo permitiria ofertar às equipes paradas técnicas para formação mobilizadas desde o local de trabalho.

Essa formação deve se dar em caráter contínuo para que todos os trabalhadores ultrapassem a visão conservadora que perdura na cultura institucional cultivada ao longo dos anos esse processo exige que se discuta usos e costumes tradicionais que vem se expressando no SUAS.

As funções do trabalhador de nível médio na rede de serviços não têm caráter definido. A gestão do trabalho deve ter direção para tanto é preciso que esses trabalhadores tenham oportunidades de formação no trabalho desenvolvido. Recuperar essa linha de formação é importante porque esses profissionais são a linha de frente da política de assistência social em toda a rede de serviços. Formar grupos de estudo com trabalhadores de nível médio é uma estratégia significativa que poderá instalar um espaço-identidade definida para o nível médio.

Com tal direção burocrática administrativa há um afastamento da realidade da gestão de serviços socioassistenciais e com isto permanece oculto o sentido de proteção de assistência social na sua expressão concreta. A identidade da política permanece conceituada teoricamente o que a deixa fluída e heterogênea.

Foi criado em SMADS em 2003 o ESPASO-Espaço Público do Aprender Social com a finalidade de gerar o intercâmbio de saberes produzidos nas atenções. Todavia, a experiência não permaneceu com um fluxo de iniciativas na direção de sistematizar os conhecimentos e qualificação das práticas desenvolvidas. Essa descontinuidade terminou por não exercer força positiva dentre os trabalhadores de SMADS para superar as fragilidades quanto à concepção da política, seus serviços e suas finalidades desde a rede de serviços. Predomina seu reconhecimento no campo pragmático do providencialismo o que conflita com a necessidade de configurar o caráter contínuo do SUAS.

A formação para exercer as atenções e os serviços de proteção social especial é bastante conflagrada. É reforçado que os trabalhadores nesse campo precisam ter a clareza de que todo esse trabalho está afeto ao Sistema de Garantia de Direitos e não só as atenções que se vinculam aos conselhos tutelares. É preciso desenvolver o preparo para atender a situações diversas sobretudo no público LGBT.

Outra proposta que foi incentivada é de criação da alternativa de instalar residências técnicas em serviços bem-sucedidos, cujo intercâmbio pode produzir processo intensivo de formação técnica e disseminação de conhecimento.

4.6 - Governança de Finanças e Orçamento

A assistência social é uma das espécies do gênero política social que tem por modelo de financiamento o pacto federativo na operação de um sistema único nacional. É política social, impulsionada pela CF-88, cogerida pelos três entes federativos. Tem, particularidade no conjunto da seguridade social da qual faz parte, pois opera com benefícios e com atenções providas por serviços. O financiamento de benefícios está centralizado no orçamento da União, operando pelo sistema financeiro com bancos públicos e de casas lotéricas. Os serviços socioassistenciais são de responsabilidade municipal independentemente se sua natureza é básica ou, especial de média ou alta complexidade. Os pequenos municípios devem contar com a responsabilidade dos governos estaduais ao instalar serviços de proteção especial de abrangência regional.

Há nas políticas sociais de gestão federativa a aplicação do cofinanciamento entre os três entes, que operam por meio de fundos públicos e transferências entre os fundos dos três entes. A construção orçamentária da saúde, educação, e assistência social guarda algumas complexidades por partilharem recursos federativamente.

Pelos dados providos por SMADS não se configura o financiamento tripartite da assistência social na cidade de São Paulo entre os entes federativos. O financiamento federal é menor do que o estadual na cidade de São Paulo, e ambos correspondem a 11% do gasto em serviços. São Paulo deveria estar recebendo no mínimo mais 40 milhões, ou 20 milhões do ente federativo federal e mais 20 milhões do estadual.

Para além do montante não ser equilibrado entre os entes é de se registrar que o valor de financiamento dos serviços socioassistenciais no âmbito federal e estadual não contemplam o custo real praticado nesses serviços na cidade de São Paulo.

QUADRO 42 - PARÂMETROS DO CUSTO MÉDIO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA APLICADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. ESTUDO PARA O PDMSDSP PREPARADO POR SMADS.2016

Serviço proteção básica	Referência municipal Custo médio per capita R\$			Referência federal Custo médio per capita R\$				Referência estadual Custo médio per capita R\$			
	Mês	Hora	Meta pessoas	Mês	Hora	Meta pessoas	Equivalência financeira / dia funcionamento	Mês	Hora	Meta pessoas	Equivalência financeira / dia funcionamento
Padrão funcionamento 2ª a 6ª f - 22 dias- 4h/d											
SCFC-CCA	347,67	3,95	73.100							14.200	
SCFV-CJ	378,99	4,74	7.530	50,00	0,57	16.180	3,08	68,06	0,77	1.560	4,40
SCFV-CCINTER	351,68	4,40	2.400								
SCFV-CEDESP	561,87	7,02	11.380								
SCFV- Circo	364,22	4,55	2.900								
SCFV- NCI	167,64	2,10	12.810							1.630	
SASF	58,57	0,37								11.000	
Serviço Alimentação Domiciliar Idosos	483,38		180								
Restaurante Escola	1078,86		60								

Legenda:

- 1- SCFV-CCA Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro da Juventude
- 2- SCFV-CJ Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro para Criança e Adolescente
- 3- SCFV-CCInter- Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Intergeracional
- 4- SCFV-CEDESP - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adulto
- 5- SCFV-NCI - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Idoso
- 6- SASF - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio

QUADRO 43 - PARÂMETROS DO CUSTO MÉDIO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL APLICADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. ESTUDO PARA O PDMASSP PREPARADO POR SMADS.2016

Serviço Proteção Especial	Referência Municipal			Referência Federal				Referência Estadual				
	Padrão funcionamento 2ª a 2ªf 30dias-24h/d	Custo per capita/mês	Custo per capita/hora	Meta pessoas	Custo per capita/mês	Custo per capita/hora	Meta pessoas	Equivalência financeira /dia funcionamento	Custo per capita / mês	Custo per capita /hora	Meta pessoas	Equivalência financeira /dia funcionamento
Acolhimento - Alta Complexidade												
C.Acolhida-16h	718,78	1,50	1.472	200,00	0,42	4.600	8,40	837,92				
C.Acolhida-24h	568,42	0,79	10.911	200,00	0,28		10,50					
Autonomia Foco Família Foco	1.028,65											
SAICA – 20	1.821,84			500,00	0,69	1.500	4,50					
SAICA – 15	3.422,73	4,75	2.630									
Casa Lar	4.593,38											
República Ad.	3.036,83	0,48	216									
República Jov.	345,92											
Residência Incl.	1.496,13	11,91	148	1.000,00	1,39	30	3,60					
ILPI	8.577,35	4,80	360		0,13	200	0,90					
	3.457,71			90,00								
Média Complexidade												
Padrão funcionamento 2ª a 6ªf 22dias-10h/d	Custo per capita/mês	Custo per capita/hora	Meta pessoas	Custo per capita/mês	Custo per capita/hora	Meta pessoas	Equivalência financeira /dia funcionamento	Custo per capita / mês	Custo per capita /hora	Meta pessoas	Equivalência financeira /dia funcionamento	
Centro Dia	2.679,58											
Padrão funcionamento 2ª a 6ªf 22dias-8h/d												
CDCM	281,99											
MSE-MA	525,32											
NASPD I II	580,74											
SPSCAVV	529,34											
Núcleo C. Adulto	412,11											
Padrão funcionamento 2ª a 2ªf 22dias-14h/d												
SEAS Adulto	239,22			5.000,00*				151,59				
Padrão funcionamento 2ª a 2ªf 22dias-12h/d												
SEAS Criança, Ad	447,65											
SEAS Misto	291,92											

Legenda: *Não é custo per capita. Federal paga por cada serviço de SEAS.

- 1- SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças
- 2- ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos
- 3- CDCM - Centro de Defesa e Convivência da Mulher
- 4- MSE-MA - Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- 5- NAISPD I II - Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiências
- 6- SPSCAVV - Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
- 7- SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua
- 8- O custo per capita para C Acolhida 16h com capacidade para 50 pessoas conforme a referência do MDS seria de R\$ 905,58

Os quadros preparados pela Assessoria Técnica de SMADS mostram que os valores praticados pelos entes federativos no financiamento de serviços socioassistenciais estão bem abaixo dos valores praticados em São Paulo. Para os

serviços de convívio da proteção social básica, piso/mês federal é de R\$ 50,00 e o estadual de R\$ 68,00. Como há variação de tempo dos serviços foi realizado um estudo sobre o custo hora. O custo federal é de R\$ 0,57, o estadual de R\$ 0,77, e o municipal varia de R\$ 2,10 a R\$ 7,02 a hora conforme o tipo de serviço e a idade do usuário. A discrepância de valor financiamento dos outros dois entes federativos, varia de quatro a seis vezes a menor que o custo, descaracterizando assim o caráter tripartite e apontando para a precarização da atenção.

A política de assistência social conta, como a Saúde, com as instâncias de pactuação entre órgãos gestores: a Comissão Intergestora Tripartite – CIT, composta pelo gestor federal, gestores estaduais e gestores municipais; a Comissão Intergestora Bipartite – CIB, com representação em cada estado, pelo governo estadual gestores municipais. Além das instâncias de pactuação há coletivos de representação de gestores como o Fonseas - Fórum dos Secretários Estaduais de Assistência Social: o CONGEMAS e os COEGEMAS, Colegiado Nacional (ou Estadual) de Gestores Municipais da Assistência Social. Esses colegiados indicam os representantes dos gestores na CIB e na CIT como também, a ocupação dos assentos de representação nos Conselhos Estaduais e Nacional de Assistência Social.

A partir de 2007 foi criado um novo mecanismo de pactuação denominado Pacto de Aprimoramento com incidência direta nas decisões de financiamento, pois esse pacto resulta em um protocolo entre a União e o ente federativo estadual ou municipal, cujo conteúdo estabelece metas a alcançar em três anos cuja evolução e atendimento de metas é que subsidia a decisão de transferência fundo a fundo.

Há, porém, uma característica que desde a CF-88, da LOAS 1993, ou da PNAS-04 já deveria ter sido resolvida. O orçamento da assistência social não foi renominado e reconceituado pela nomenclatura da PNAS-04. Isto bloqueia a transparência para o monitoramento dos gastos na assistência social nas seguranças de convívio, acolhida, sobrevivência. As formas de gastos com benefícios e serviços precisam ser alteradas para mostrarem com clareza a alocação de recursos.

Examinar o orçamento da assistência social da cidade de São Paulo que reúne a maior concentração quantitativa da demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais traz à tona esses elementos. Na Prefeitura de São Paulo o orçamento da assistência social ocupou de 1,8% a 2,7% do total do orçamento municipal. A análise do comportamento da aplicação dos recursos orçamentários deve ser examinada entre os recursos alocados no Fundo –FMAS e diretamente em administração de SMADS.

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO SMADS/FMAS NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. R\$ EM VALORES NOMINAIS. FONTE: SMADS SOF/ATF. DADOS DE AGOSTO DE 2016.

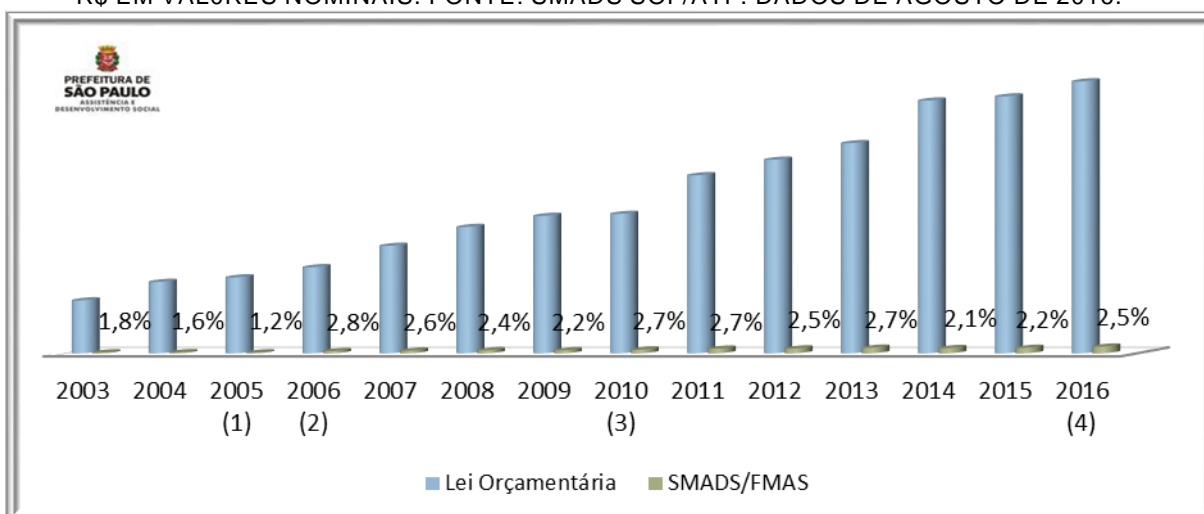


TABELA 1 - OSCILAÇÃO ANO A ANO DO MONTANTE ALOCADO NA LOA PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO (2003-2016).

Ano	Valor deflacionado = Valor Presente	Evolução Real	Provável valor da Inflação
2003	263.445.681,84		
2004	316.076.318,11	20,00%	5,34
2005	276.843.990,32	-12,40%	6,75
2006	642.795.307,94	132,20%	4,56
2007	659.471.817,81	2,60%	4,09
2008	808.637.186,72	22,60%	6,63
2009	843.920.219,43	4,40%	5,33
2010	1.218.775.216,59	44,40%	7,13
2011	1.099.969.183,27	-9,70%	5,86
2012	1.153.379.317,38	4,90%	4,39
2013	992.044.219,24	-14,00%	26,7
2014	999.888.108,42	0,80%	0
2015	1.102.377.795,36	10,30%	0
2016	1.062.552.469,69	-3,60%	0

*Valores referentes ao mês de agosto, 2016.

Fontes: ATF/ SOF; <http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/#indice-mensal&index>

Quanto à aplicação de recursos orçamentários pelo órgão percebe-se que a pior utilização ocorreu em 2005, com 37,87% dos recursos previstos empenhados, e a melhor em 2010. O orçamento de 2005 parece ter sido desastroso, pois além de valor restrito (25% do ano anterior) face aos demais, ocorreu o menor percentual de empenho pela gestão.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO (SMADS/FMAS) EM VALORES EMPENHADOS. R\$ EM VALORES NOMINAIS. FONTE: SMADS SOF/ATF. DADOS DE AGOSTO DE 2016.

Exercício	SMADS			FMAS		
	Previsto	Empenhado	% Utilização	Previsto	Empenhado	% Utilização
2003	166.265.058	111.925.853	67,32%	19.561.746	18.737.391	95,79%
2004	203.802.844	145.847.484	71,56%	18.662.585	17.900.244	95,92%
2005	53.571.594	20.287.810	37,87%	131.479.584	134.187.867	102,06%
2006	238.411.073	187.562.013	78,67%	245.036.128	178.150.119	72,70%
2007	302.797.946	188.187.835	62,15%	253.870.786	201.955.159	79,55%
2008	308.331.505	208.813.936	67,72%	310.965.806	295.460.945	95,01%
2009	292.286.331	252.870.366	86,51%	323.500.649	300.293.515	92,83%
2010	315.987.995	307.765.934	97,40%	431.923.898	530.518.884	122,83%
2011	341.673.892	242.338.363	70,93%	602.517.193	563.318.533	93,49%
2012	367.214.677	199.400.861	54,30%	616.946.032	680.738.100	110,34%
2013	337.779.633	235.636.181	69,76%	796.509.181	756.408.038	94,97%
2014	196.020.711	132.648.505	67,67%	862.951.601	867.239.603	100,50%
2015	172.846.160	156.010.899	90,26%	932.381.063	946.366.896	101,50%
2016 (4)	203.437.962	96.350.596	47,36%	1.152.955.525	966.201.873	83,80%

Em 2004, último ano da gestão 2001/2004, ocorreu um incremento de 20%. Outro incremento sensível é verificável em 2006 decorrente da transferência para o órgão da atividade transferência de renda. Ainda na gestão Kassab, em 2008, último ano da gestão há novo incremento orçamentário de quase 23%. Em 2010, incremento significativo, na gestão Alda Marco Antonio de 44,4%. Em 2015, na gestão Haddad há incremento de 10% face ao ano anterior e maneira inédita há redução no último ano de gestão, 2016, em quase 4%. Como se percebe a dinâmica da gestão orçamentária é mais importante que a alocação formal de recursos no orçamento formal. Ele pode ser congelado na gestão o que inviabiliza seu gasto.

Pela série histórica obtida, no quadro acima, o menor índice dos recursos do FMAS ocorreu em 2006 quando somente 72,70% dos recursos foi empenhado. Os melhores índices de uso dos recursos do FMAS ocorreram em 2005,2010,2012,2014,2015. Portanto na série histórica a gestão 2012-2016 apresenta maior agilidade no uso dos recursos do FMAS.

TABELA 3 - GASTOS COM CONVÊNIOS DOS ENTES FEDERATIVOS EM 2016 POR PROTEÇÃO SOCIAL. PDMASSP. SMADS.2016.

Aplicação dos Recursos	Proteção Social Básica		Proteção Social Especial		Assistência Social Geral		Emendas		Total	
	Orçado	%	Orçado	%	Orçado	%	Total	%	Total	%
2004	18.783.492	100,00					0	0,00	18.783.492	100
2004	23.995.170	96,40					887.500	3,60	24.882.670	100
2005	144.669.755	98,90					1.673.346	1,10	146.343.100	100
2006	79.949.698	41,90	89.558.103	46,90	21.315.500	11,20	-		190.823.302	100
2007	108.387.086	42,50	102.190.472	40,10	44.328.807	17,40	-		254.906.366	100
2008	122.565.416	38,20	143.472.969	44,70	53.173.894	16,60	1.980.000	0,60	321.192.278	100
2009	149.225.373	45,00	162.618.639	49,00	17.365.292	5,20	2.636.000	0,80	331.845.304	100
2010	275.751.839	51,60	226.520.707	42,40	31.471.769	5,90	228.000	0,00	533.972.316	100
2011	324.650.142	49,80	265.905.368	40,80	59.404.766	9,10	2.296.000	0,40	652.256.277	100
2012	347.318.038	47,80	302.834.185	41,70	69.575.504	9,60	7.036.000	1,00	726.763.727	100
2013	390.824.821	49,00	350.481.539	44,00	55.414.723	7,00	575.000	0,10	797.296.084	100
2014	437.571.414	48,30	404.638.446	44,70	62.809.241	6,90	509.500	0,10	905.528.601	100
2015	482.756.074	48,70	443.522.880	44,80	60.899.790	6,10	3.290.675	0,30	990.469.419	100
2016	562.568.101	48,50	537.338.666	46,30	60.127.565	5,20	970.000	0,10	1.161.004.333	100

QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROTEÇÃO SOCIAL/ FMAS. PDMASSP. SMADS. FONTE: SOF/ATF. *DADOS REFERENTES A AGOSTO/2016.

	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VAGAS	Nº	VALOR MENSAL	FONTE MUNICIPAL	FONTE ESTADUAL	FONTE FEDERAL
PROTEÇÃO BÁSICA	93.10.08.243.3013.6206.3.3.50.39.00.0x - Operação E Manutenção Dos Espaços De Convivência E Fortalecimento De Vínculos - Crianças, Adolescentes, Jovens E Idosos	99.790	674	29.603.997,64	27.362.478,59	1.459.496,65	782.022,40
	93.10.08.243.3013.6168.3.3.50.39.00.0x - Ações De Orientação Ao Mundo Do Trabalho Para Adolescentes E Jovens	11.440	57	5.335.071,33	5.335.071,33	-	-
	93.10.08.243.3013.6167.3.3.50.39.00.0x - Atendimento Em Centros Intergeneracionais Para Equiparação De Oportunidades	65900	66	4.059.044,95	3.751.051,95	307.993,00	-

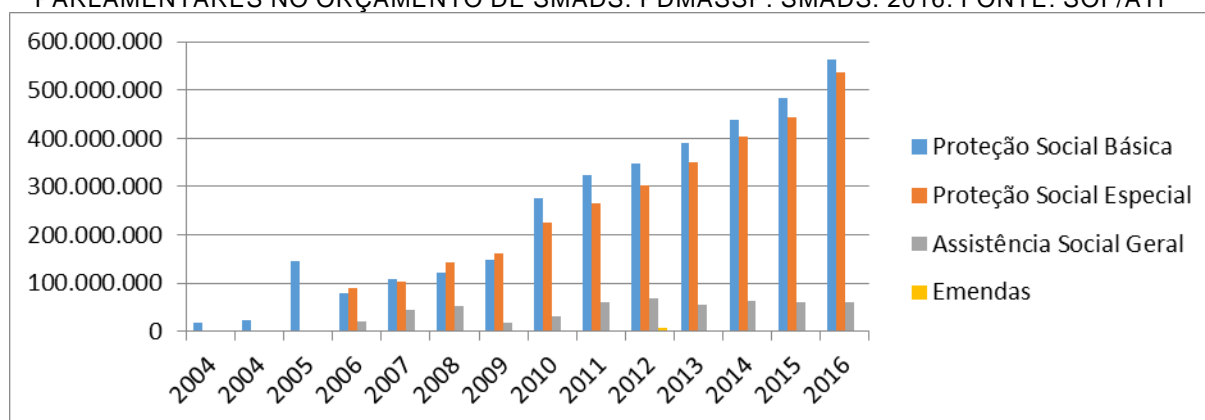
CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VAGAS	Nº	VALOR MENSAL	FONTE MUNICIPAL	FONTE ESTADUAL	FONTE FEDERAL
93.10.08.241.3007.6154.3.3.50.39.00.0x - Proteção Especial Ao Idoso - Acolhimento Em Instituições De Longa Permanência Para Idosos (ILPI)	930	24	2.171.101,64	2.061.378,61	95.795,67	13.927,36
93.10.08.242.3006.6152.3.3.50.39.00.0x - Proteção Especial Da Pessoa Com Deficiência	2.828	45	2.664.536,20	2.284.916,22	298.342,37	81.277,61
93.10.08.243.3013.6151.3.3.50.39.00.0x - Atendimento Psicossocial À Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência	1640	21	857.285,89	655.566,28	-	201.719,61
93.10.08.243.3013.6221.3.3.50.39.00.0x - Proteção Especial A Crianças Adolescentes E Jovens Em Risco Social	2711	139	10.317.481,52	8.695.114,20	970.080,98	652.286,34
93.10.08.243.3013.6226.3.3.50.39.00.0x - Proteção Social Especial A Adolescente Em Medidas Sócio Educativas - Atendimento, Orientação E Encaminhamento	6150	61	3.232.232,68	2.863.953,50	-	-
93.10.08.244.3013.6178.3.3.50.39.00.0x - Proteção Especial Às Mulheres Vítimas De Violência	1810	21	833.312,25	766.412,25	66.900,00	-
93.10.08.244.3023.6236.3.3.50.39.00.0x - Operação E Manutenção Do Centro De Referência Especializado Da Assistência Social - Creas	4720	32	988.941,69	917.617,65	-	71.324,04
93.10.08.244.3023.4308.3.3.50.39.00.0x - Proteção Especial À População Em Situação De Rua	26.556	132	13.667.983,97	11.368.378,12	634.407,05	1.665.198,80
93.10.08.244.3023.6164.3.3.50.39.00.0x - Atendimento Emergencial A Pessoas Vítimas De Situações De Calamidade Pública	-	1	184.237,82	184.237,82	-	-
	224475	1273	73.915.227,58	66.246.176,52	4.201.294,90	3.467.756,16
				89%	6%	5%

Fonte: Planilha de Custos dos Serviços - (CPC) Assessoria Gabinete-SMADS. Eliana Garrafa. Set.16

GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DE GASTOS- ANO POR TIPO DE PROTEÇÃO SOCIAL E EM EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DE SMADS. PDMASp. SMADS. 2016. FONTE: SOF/ATF



Os recursos orçamentários ano a ano por tipo de proteção social e ainda os recursos que foram envolvidos em emendas parlamentares mostram alguns

movimentos interessantes. Os anos de 2005 e de 2012 são os que marcam maior incidência percentual de emendas parlamentares. Interessante que dois dos anos seguintes a pleitos eleitorais de prefeitos da cidade. Considerando os serviços de proteção social básica de caráter preventivo, percebe-se que têm um gasto pouco superior os serviços de proteção especial, ocorre porém que os serviços de proteção social especial têm maior custo operacional pelo seu caráter especializado.

Note-se que nos serviços socioassistenciais são ofertadas 224.475 vagas de atenção e destas somente 20% é que se referem a proteção especial. A proteção básica oferta cerca de quatro vezes mais do que a especial embora o valor de gasto mensal entre uma e outra seja quase similar. Importante registrar, portanto, que a proteção especial tem um custo de quase quatro vezes maior do que a proteção social básica.

Reforça essa distância o fato de que os entes federativos estabelecem metas de vagas dos serviços a financiar. Aqui pratica-se outra disparidade para o caráter díspar quando os entes federativos estabelecem metas a financiar muito inferiores as praticadas. Como se viu são 178.310 vagas em serviços de proteção social básica, o ente estadual oferta o cofinanciamento de 28.390 vagas e o federal 16.180.

Juntos somam 44.570 vagas ou 25% das 178.310 vagas que são operadas, lembrando que em valores bem inferiores.

O financiamento federativo dos serviços de proteção social especial merece também análise. Esses serviços operam em São Paulo 15.737 vagas em proteção social especial de alta complexidade, sendo que a instância federal aponta complexidade. Há 6.330 vagas, ou 40% do instalado. Na proteção social de média complexidade os serviços da cidade mantêm 30.540 vagas, e o ente federal indica o cofinanciamento de 4.555 vagas ou 15% do existente. Estes dados mostram que se está muito distante da possibilidade efetiva de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.

Outra análise realizada foi sobre o custo percentual do trabalho no valor per capita dos convênios. Quanto mais o serviço requer a privação de liberdade, e quanto mais precede a internação, a vivência da violência maior é o percentual da presença de trabalhadores, chegando a representar 92% do valor do per capita. Tirando alimentação para a pessoa idosa cujo trabalho é o de mera entrega do alimento, o que nem se configura propriamente como uma atenção da assistência social - aqui o custo do trabalho é de 22,5% do total do serviço - nos demais serviços a incidência percentual do trabalho é de no mínimo 50%. Trata-se de política de ação relacional onde a presença do trabalho humano é essencial.

QUADRO 45 - PARÂMETRO DE GASTO COM TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL CONVENIADA. SÃO PAULO. PDMASSP.SMADS.2016

Proteção Básica		
SERVIÇO	Custo Médio Per capita	% de RH/ valor do serviço
SCFV-CCA	R\$ 347,67	55%
SCFV-CJ	R\$ 378,99	55%
SCFV-CCINTER	R\$ 351,68	50%
SCFV-CEDESP	R\$ 561,87	54%
SCFV- Circo Social	R\$ 364,22	45%
SCFV-NCI	R\$ 167,64	63%
SASF	R\$ 58,57	83%
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DOMICILIAR PARA PESSOA IDOSA	R\$ 483,38	24%
Restaurante Escola	R\$ 1.078,86	70%
Proteção Especial ACOLHIMENTO		
Centro de Acolhida I- 16h	R\$ 718,78	69%
Centro de Acolhida II- 24h	R\$ 568,42	62%
Autonomia Foco	R\$ 1.028,65	65%
Família Foco	R\$ 1.821,84	68%
SAICA - 20	R\$ 3.422,73	79%
SAICA- 15	R\$ 4.593,38	84%
Casa Lar	R\$ 3.036,83	76%
Republica Adulto	R\$ 345,92	67%
República Jovem	R\$ 1.496,13	56%
Residência Inclusiva	R\$ 8.577,35	86%
ILPI	R\$ 3.457,71	78%

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Proteção Básica CONVÍVIO		
SERVIÇO	Custo Médio Per capita	% de RH/ valor do serviço
Centro Dia	R\$ 2.679,58	83%
CDCM	R\$ 281,99	83%
MSE-MA	R\$ 525,32	84%
NAISPD I II	R\$ 580,74	73%
SPSCAVV	R\$ 529,34	92%
Núcleo Convivência Adulto	R\$ 412,11	54%
SEAS Adulto	R\$ 239,22	63%
SEAS Criança/Adolescente	R\$ 447,65	65%
SEAS Misto	R\$ 291,92	67%

Fonte: Planilha de Custos dos Serviços - (CPC) Assessoria Gabinete-SMADS. Eliana Garrafa. Set.16

LEGENDA

- SCFV-CCA Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro da Juventude
- SCFV-CJ Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Centro para Criança e Adolescente
- SCFV- C.C. Intergeracional - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Intergeracional
- SCFV-CEDESP - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade centro de desenvolvimento social e produtivo para adolescentes, jovens e adultos.
- SCFV-NCI - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo- modalidade Idoso
- SASF - serviço de assistência social à família e proteção social básica no domicílio
- SAICA - serviço de acolhimento institucional para crianças
- ILPI - instituição de longa permanência para idosos
- CDCM - centro de defesa e convivência da mulher
- MSE-MA - serviço de medidas socioeducativas em meio aberto
- NAISPD I II -núcleo de apoio à inclusão social para pessoas com deficiências
- SPSCAVV - serviço de proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violência
- SEAS - serviço especializado de abordagem social às pessoas em situação de rua

QUADRO 46 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS CONVENIADOS
SUPERVISÃO REGIONAL. PDMASSP. FONTE SMADS. 2016

REGIÃO	CRAS REGIONAL	Nº CONVÊNIOS	CAPACIDADE	VALOR MENSAL
Oeste	SAS Butantã	40	6685	R\$ 2.296.166,84
	SAS Lapa	35	4642	R\$ 1.800.138,40
	SAS Pinheiros	20	2190	R\$ 1.043.285,53
	Total Oeste	95	13517	R\$ 5.139.590,77
Centro	SAS Sé	82	19191	R\$ 7.451.027,74
	Total Centro	82	19191	R\$ 7.451.027,74
Norte	SAS C. Verde-Cachoeirinha	39	5025	R\$ 1.985.324,98
	SAS Freg.- Brasilândia	35	6040	R\$ 1.952.413,64
	SAS Perus	22	3130	R\$ 906.505,75
	SAS Pirituba / Jaraguá	31	5085	R\$ 1.576.805,31
	Total Norte II	127	19280	R\$ 6.421.049,68
	SAS Jaçanã -Tremembé	35	5865	R\$ 1.849.381,45
	SAS Santana-Tucuruvi	23	4415	R\$ 1.426.006,85
	SAS V. Maria -V. Guilherme	38	7805	R\$ 2.725.088,18
	Total Norte I	96	18085	R\$ 6.000.476,48

CONTINUA

				CONTINUAÇÃO		
REGIÃO	CRAS REGIONAL	Nº CONVÊNIOS	CAPACIDADE	VALOR MENSAL		
Leste	SAS Cidade Tiradentes	24	4360	R\$	1.099.888,59	
	SAS Ermelino Matarazzo	23	3232	R\$	1.175.086,67	
	SAS Guaianases	34	5930	R\$	1.718.018,38	
	SAS Itaim Paulista	32	7055	R\$	1.640.894,32	
	SAS Itaquera	71	11810	R\$	4.236.139,48	
	SAS São Mateus	65	10653	R\$	3.573.775,71	
	SAS São Miguel	46	10085	R\$	2.795.627,85	
	Total Leste II	295	53125	R\$	16.239.431,00	
	SAS Aricanduva-Formosa-Carrão	19	2742	R\$	1.178.132,56	
	SAS Mooca	51	9243	R\$	5.006.804,40	
	SAS Penha	40	5695	R\$	2.363.095,71	
	SAS Vila Prudente-Sapopemba	70	10440	R\$	3.410.227,70	
	Total Leste I	180	28120	R\$	11.958.260,37	
	Sul	SAS Ipiranga	37	5360	R\$	1.870.498,29
		SAS Jabaquara	23	4000	R\$	1.352.587,04
SAS Vila Mariana		22	2220	R\$	1.201.924,31	
Total Sul I		82	11580	R\$	4.425.009,64	
SAS Campo Limpo		68	13150	R\$	3.512.159,61	
SAS Capela Do Socorro		55	14030	R\$	3.008.963,29	
SAS Cidade Ademar		46	9382	R\$	2.475.957,59	
SAS M'Boi Mirim		81	15645	R\$	3.636.114,66	
SAS Parelheiros		29	6140	R\$	1.495.844,75	
SAS Santo Amaro		33	2830	R\$	1.636.848,64	
Total Sul II	312	61177	R\$	15.765.888,54		
Macro Regional	Macro Reg - Centro De Ref. Da Cidadania Do Idoso	1	400	R\$	69.163,14	
	Macro Reg - Presença Social Nas Ruas	1	100% das solicitações de abordagem atendidas	R\$	184.237,82	
	Ações Integradas de Economia Solidária	2		R\$	261.092,40	
	Total macrorregional	4	400	R\$	514.493,36	
Total		1273	224475	R \$	73.915.227,58	

A significância desses quantitativos de convênios e respectivas vagas distribuídos por região da cidade deve ser relacionada com as demandas de famílias cadastradas no CAD.Único por região. São ao todo 378 organizações envolvidas que podem ou não estar em uma mesma região, ou distrito, isto merece ser analisado na configuração da rede socioassistencial da cidade. O total é de 1.273 serviços que movimentam 224.475 vagas, e recebem por esse trabalho valor mensal de R\$ 73.915.227,58. Esse conjunto de serviços é dirigido acentuadamente

para crianças e adolescentes, isto é, 50% das vagas são para esse segmento. Outros 30% são direcionadas para famílias e os 20% restantes são distribuídos entre adultos, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e diversidade.

Outra informação diz respeito ao que se movimenta em recursos com benefícios na cidade de São Paulo ainda que parte deles seja procedente de recursos federais e estaduais além dos municipais. Como se pode ler pelos dados preparados para o PDMASsp, aos cerca de 700 milhões invertidos na cidade pelo programa federal de transferência de renda Bolsa Família, ao qual se somam aproximadamente 10 milhões do federal do Ação Jovem; cerca de 20 milhões pelo municipal Renda Mínima, e 95 milhões do estadual Renda Cidadã.

Portanto, os valores de benefícios locados na assistência social em 2016 impactam em cerca de 825 milhões ao qual se juntam os 1,152 bilhão previsto no Fundo Municipal, permitindo afirmar que o gasto de 2016 em assistência social na cidade de São Paulo é de cerca de 2 bilhões de reais, valor equivalente ao que o governo federal transfere para financiamento em serviços, para todos os municípios brasileiros.

QUADRO 47 - TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E VALOR TRANSFERIDO POR ANO. PROGRAMA RENDA MÍNIMA, BOLSA FAMÍLIA, RENDA CIDADÃ E AÇÃO JOVEM. SMADS/CGB. SÃO PAULO. PDMASsp - SETEMBRO DE 2016.

PROGRAMA RENDA MÍNIMA – MUNICIPAL		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	VALOR TRANSFERIDO
2004	179.128	R\$ 162.647.638,92
2005	146.666	R\$ 154.576.065,57
2006	118.557	R\$ 165.572.281,20
2007	108.267	R\$ 165.444.366,27
2008	112.874	R\$ 176.068.721,41
2009	120.450	R\$ 193.007.437,00
2010	119.872	R\$ 207.473.599,00
2011	99.965	R\$ 156.292.844,72
2012	90.453	R\$ 132.374.592,00
2013	87.259	R\$ 130.186.578,00
2014	29.994	R\$ 39.475.609,00
2015	34.156	R\$ 45.022.848,00
2016*	28.994	R\$ 16.504.577,00

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E VALOR TRANSFERIDO-FEDERAL		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	VALOR TRANSFERIDO
2004	**	**
2005	**	**
2006	**	**
2007	219.000	R\$ 156.951.079,00
2008	215.403	R\$ 181.703.631,00
2009	194.660	R\$ 178.942.613,00
2010	132.480	R\$ 130.556.851,00
2011	199.028	R\$ 228.251.146,00
2012	212.989	R\$ 275.451.556,00
2013	287.523	R\$ 430.243.182,00
2014	359.602	R\$ 588.403.288,00
2015	417.500	R\$ 656.614.338,00
2016*	459.657	R\$ 578.518.177,00
PROGRAMA RENDA CIDADÃ E VALOR TRANSFERIDO-ESTADUAL		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	VALOR TRANSFERIDO
2004	**	**
2005	**	**
2006	**	**
2007	**	**
2008	15.625	R\$ 11.249.700,00
2009	15.471	R\$ 11.139.420,00
2010	9.956	R\$ 8.206.810,00
2011	13.291	R\$ 12.759.280,00
2012	18.892	R\$ 18.136.260,00
2013	24.899	R\$ 23.902.720,00
2014	24.667	R\$ 23.680.640,00
2015	20.771	R\$ 19.940.160,00
2016*	11.340	R\$ 93.441.040,00

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PROGRAMA AÇÃO JOVEM E VALOR TRANSFERIDO-FEDERAL		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	VALOR TRANSFERIDO
2007	**	**
2008	17.558	R\$ 12.641.580,00
2009	18.093	R\$ 13.027.080,00
2010	11.273	R\$ 9.112.540,00
2011	3.649	R\$ 3.503.200,00
2012	3.257	R\$ 3.126.880,00
2013	7.135	R\$ 6.849.120,00
2014	10.440	R\$ 10.022.240,00
2015	11.562	R\$ 11.099.520,00
2016*	8.468	R\$ 6.097.280,00

Elaboração: SMADS/CGB - Setembro de 2016.

*Dados até setembro de 2016** Sem dados consolidados Fonte: Arquivo retirado do Site do MDS SAGI acessado em 19/09/2016/Folhas de Pagamento do Programa Renda Mínima Renda Cidadã e Ação Jovem

Elaboração: SMADS/CGB - Setembro de 2016.

4.7 - Governança das funções da política de assistência social em São Paulo

De acordo com a regulação nacional da política de assistência social a sua execução inclui três funções básicas: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

4.7.1 - Função vigilância socioassistencial

Para alguns a vigilância socioassistencial exerceria papel sazonal, isto é, retaguarda que arquiva e prepara informações. Assim, ela só seria acionada na ocorrência de preparo de um documento, um relatório. Nesta leitura sedentária da vigilância ela seria um lugar que cuida de números e não influi no qualitativo.

A função vigilância socioassistencial é na política de assistência social ao mesmo tempo estável e dinâmica. Ela deve manter relação intensa e presente em toda ação da política e não somente em momentos que antecedem ou após sua execução. O fato dela ser sistematizadora não quer dizer que não tenha dinâmica contínua. Do mesmo modo cabe afirmar que ela não tem vida própria, isto é, que pode desligar-se da dinâmica da operação da política desenvolvendo análises independentes.

A vigilância socioassistencial só é entendida quando se compreende sua dimensão política na política de assistência social. Vigilância socioassistencial é produto e não só processo, isto é, ela tem entregas na dinâmica da política que são importantes para dar visibilidade de demandas quanto a intensidade de respostas. Nessa perspectiva ela se transforma em ferramenta do controle social e mediação para ampliar o acesso democrático da sociedade aos elementos da política.

Nas formas históricas do órgão gestor da política em São Paulo uma das iniciativas inaugurais nesse campo foi o SEBES-PLAN. Um órgão técnico que mantinha um corpo de intelectuais de lastro que analisavam fundamentos das questões trabalhadas pelo órgão, disseminando textos e reflexões, cuja discussão permitiria avançar no conhecimento institucional. Essa experiência foi marcada, porém, por um certo elitismo pois não permeava a atenção à população desde onde ela se desenvolvia.

Aqui se coloca uma questão democrática bem séria e de difícil superação: como construir um circuito de informações, observações capazes de percorrer um caminho ascendente e descendente, percorrendo em duas vias, desde a ponta da ação até outras escalas e retornando em sua análise da diversidade das ocorrências. É possível instalar um modelo dialógico de gestão da vigilância socioassistencial? Aposta-se que sim e essa afirmação é tão potente que está presente nas oitavas com a frase: como acabar com o sigilo das informações, pois isso prejudica a transparência? Como possibilitar que o usuário participe da vigilância? Importante registrar que a questão do acesso é fundamental para que informações sejam função no processo.

SMADS montou um Observatório há alguns anos, inicialmente, mais direcionado para o controle do programa de transferência de renda. Ele se centrou e de forma pioneira no georreferenciamento das famílias beneficiárias e seu espalhamento nos territórios da cidade estendido em escala dos 96 distritos e seus respectivos setores censitários. A partir desse conhecimento foi acrescentando outras informações sobre os serviços socioassistenciais o que permitiu analisar os chamados “vazios assistenciais” marcados pela presença/ausência de serviços e unidades de referência como CRAS e CREAS. Esse processo vem identificando a população inscrita no CAD. Único e aplicando os dados preparados pela unidade nacional conhecida como SAGI do MDS, hoje MDSA, localizando as demandas a partir do censo do IBGE, que identificou o número de famílias com menor renda por setor censitário.

Essa análise permitiu a SMADS desenvolver estratégias de “busca ativa” e localizar quantitativamente as famílias a serem cadastradas perante a estimativa territorial de baixa renda ou do perfil bolsa família apresentado por SAGI/MDS. Esse processo foi desenvolvido e SMADS obteve como resultado, maior número de famílias cadastradas do que o estudo de SAGI indicava. Deve-se essa situação a dois conhecimentos: os dados censitários tinham por referência os dados do Censo de 2010, enquanto na realidade e, infelizmente permaneciam novas e mais famílias em precárias situações de sobrevivência até este 2016.

Esse quadro de situação foi exigindo novos estudos para analisar as condições de proteção/desproteção social para além da renda per capita familiar. Esses estudos têm fluído para o conhecimento de demandas por atenções, o que permitiu a elaboração do Atlas Social a partir do exame do CAD.Único.

Neste momento há a busca de conhecimento territorial mais disseminado o que indicou a necessidade de descentralização do Observatório para o estudo regional de cada uma das SAS e a necessidade de preparo de equipes regionais entenderem e se habilitarem ao manuseio dos dados como promover novos estudos já relacionados com os serviços socioassistenciais e o público que frequenta.

Por consequência, as oitivas foram marcadas por essa nova situação em fazer com que os conhecimentos transitem pelas regionais e possam ser desenvolvidos indicadores de resultados das atenções prestadas. Isto significa preparar toda a rede para registrar seu trabalho, e poder contar com informações sobre o trabalho desenvolvido, indicando a quantidade e qualidade da ação. Trata-se de uma nova cultura que exige nova pedagogia no desenvolvimento do trabalho e exige árduo trabalho institucional e preparo de seus trabalhadores. A forma atual de registro mostra-se insuficiente para atingir tais objetivos.

4.7.2 - Função defesa de direitos

A função defesa de direitos não tem um lugar específico na gestão que possa fomentá-la, equacioná-la. Permanece no campo subjetivo ou, não racional. É tratada como uma possível consequência, e não, como necessidade de que nela sejam investidas forças. Nesse sentido pode-se afirmar que ela é banalizada, ou algo que naturalmente decorre da atenção prestada. Há aqui um engano, pois, trata-se não só do domínio pelos gestores e técnicos do **Decálogo dos Direitos Socioassistenciais**, conforme estabeleceu a V Conferência Nacional de Assistência social de 2005, como a necessidade de promover o direito pelas ações de gestão que sejam de ciência dos usuários. É esta uma função da política e não só uma ação mecânica decorrente do que se faz.

A clareza do conteúdo dos direitos socioassistenciais encontra sempre dificuldades, pois neles repousa conteúdo que deveria ser mais consensual, do que cabe à política de assistência social e, conseqüentemente, ao SUAS, com compromissos e responsabilidades no campo da proteção social.

Ao discutir direitos socioassistenciais há que se convergir - olhar e pensamento - para o usuário das atenções dessa política, sejam essas atenções operadas por benefícios, serviços executados pela rede pública socioassistencial. Em decorrência, a defesa de direitos significa **concretizar**, como direito, o acesso do usuário ao conteúdo do que pode usufruir. Assim ele poderá **contar com** o acesso à proteção social distributiva provida pela política de assistência social. Isto

significa dar tangibilidade, concretude aos compromissos que o SUAS tem com os cidadãos na sociedade brasileira.

A discussão de alcance de direitos põe em debate, portanto, os acessos e resultados concretos da política para o cidadão, destacando a análise de suas finalidades e concretizações.

Na assistência social forma e conteúdo, bem como meios e fins, não ganharam ainda suficiente nitidez e, com grande frequência, a forma é identificada como assistencialismo ou tutela, e o conteúdo como acesso a bens materiais ou em espécie. Sob essa versão de caráter residual o campo de assistência social se afasta da Seguridade Social como direito.

A recomposição da assistência social como prática pública no campo da política social exige alteração de sua forma e conteúdo para além do ocorrido no passado, onde não deixou de ser um campo de autoajuda individual a quem o demandasse.

Forma e conteúdo são campos de ação que se interpenetram, mas que se não estiverem claramente distintos podem levar a algumas conclusões enganosas. Por exemplo, não é, imediatamente, com mais recursos financeiros que se produzirá o alcance da efetivação de direitos na assistência social, mas, ao mesmo tempo, só será com recursos financeiros que se poderá estender a atenção à demanda e viabilizar sua qualidade. Caso o conteúdo da atenção prestada tenha em sua dinâmica, equívocos e incompletudes impedindo que direitos socioassistenciais se realizem, não adianta meramente estender sua quantidade, gastar mais dinheiro, sem rever o conteúdo da ação e seus resultados.

A assistência social herdou a prática secular da ajuda ao próximo, prática esta transitável entre o campo religioso e o secular. Com isto apresenta resquícios da naturalização de um valor religioso pelo qual, qualquer ajuda ao outro, é um bem em si. Com isto a ação da política pública ou da responsabilidade institucional de um órgão estatal fica equivocadamente identificada como exercício de amor, de caridade, de doação, do não egoísmo humano ou da solidariedade. Trazer essa

discussão para o campo da política social significa construir um bem público e não, a boa conduta de um homem de bem.

Do ponto de vista do direito de cidadania qualquer ajuda **não é** um bem em si. Pelo contrário, pode ser a negação do outro como sujeito, como ser de direito de ideias, de propostas, enfim um cidadão que se relaciona e diz o que quer de si, para si, para sua família, para seus relacionados e a sociedade a que pertence. A ajuda pode ser um meio de seduzir o outro a ficar subordinado e sentir-se fraco, dependente de um favor e agradecido tendo um débito a saldar, com o doador ou com a sociedade – quiçá divina ou política – que ele representa.

A noção de ajuda não é fundada na igualdade e, sim, na desigualdade – um tem o que o outro não tem – e com isto pode facilmente tornar-se prepotência e sujeição. A **noção de direito** tem por base a igualdade e a equidade. Estas duas dimensões mudam completamente a natureza de uma relação estabelecida em um serviço ou atenção de proteção social como campo de direito.

Todos humanos **somos frágeis e vulneráveis**, ainda que em circunstâncias e graduações diferentes. Uma sociedade justa constrói condições de respostas a fragilidades e vulnerabilidades que fortaleçam e não que enfraqueçam. Apresentar o usuário, de um serviço de assistência social, como pedinte assistido, vulnerável, carente, destinatário, pobre ou miserável é um modo de imediatamente discriminá-lo pelo negativo ou mais claramente de praticar a anticidadeania.

A presença da função defesa de direitos já foi em SMADS uma área específica de uma equipe, pois ela é orgânica à atenção prestada. Não se trata do exame da aplicação de regras, normas, ou de sua interpretação. O campo da defesa de direitos trata do acesso à justiça social, da preservação da dignidade humana e da ética nas relações entre estado e sociedade.

A defesa de direitos socioassistenciais é sem dúvida um campo de arbitragem, defensoria que exige diálogo e construção baseado em muito no Sistema de Garantias de Direitos para aqueles que tem sua vida, no mais das vezes, fortemente espoliada. A situação de desproteção apresentada é um

complexo de violações que não podem significar a justificativa para respostas menores no campo da proteção social.

Em geral, o profissional não é preparado, e nem conhece de perto as múltiplas formas de espoliação, e não sabe como pode atuar a partir da perspectiva de direitos nessas situações para que elas não se reapresentem ou não se agravem. Há um reducionismo corretivo operado pelo mercado ao considerar que melhorando a capacidade de consumo do usuário por meio de um benefício monetário já se estaria protegendo o cidadão. Dificilmente o processo desenvolvido pelos serviços socioassistenciais, ou a concessão de benefícios, está calcada em princípios éticos no desenvolvimento da ação ou atenção. Essa ausência pode fazer com que atenção se apoie em parâmetros abusivos à dignidade do outro, expressando-se por variadas formas. Sob tais circunstâncias a proteção social, ao invés de fortalecer, vai fragilizar aquele que já está vivenciando uma fragilidade.

Afinal a assistência social tem direitos próprios ou quem os promove são as demais políticas sociais? Como política de direitos a assistência social deve produzir resultados próprios como condição de direitos para além de se relacionar com outras políticas públicas que também devem provar direitos afetos a seu campo de ação? Só as demais políticas sociais é que são políticas de direito e cidadania?

Há um lugar em tensão entre essas duas afirmações – pois de fato incluem dois movimentos - que precisam ganhar luz, clareza, debate. Podem ser sintetizados em uma pergunta: O que a assistência social faz, ou tem compromisso, para garantir, como direito, que a distinga de outras áreas de ação governamental? Afinal, saúde, educação, habitação também constroem atenções, por que elas não se confundem com caridade ou com intersetorialidade? Por que a assistência social é tão referida a intersetorialidade? Ela não tem nenhuma finalidade própria a qual deve dar resolutividade? Sua resolutividade é o encaminhamento? É disso de que ela se ocupa?

A tensão entre as duas afirmações – assistência social não é caridade e assistência social só resolve se for intersetorial – tem por questão de fundo a compreensão do objeto/objetivo dessa política.

A assistência social deve se ocupar de direitos de proteção social para além daqueles direitos próprios à relação de trabalho, mas é ainda frágil essa compreensão básica. Muitos agentes institucionais e gestores ainda entendem que a finalidade da assistência social é a de vincular o cidadão ou a cidadã no mercado de trabalho. Nesse caso, ela não seria uma política com âmbito próprio, mas um campo de ação auxiliar à política de trabalho. É fato que na sociedade de mercado para ter capacidade de consumo de mercadorias para sobreviver é preciso ter renda. Mas no caso isso não seria função da assistência social, mas da área do trabalho. Tanto é fato que seu aparato institucional não é preparado para tal função.

A assistência social de fato se ocupa de níveis/padrões de sobrevivência como condição de proteção. Ocorre que no Brasil, há uma histórica defasagem na inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho que inicia com a escravidão. A substituição de mão-de-obra escrava pela contratualizada, somada à lei das terras, à privatização dos meios de produção, ao modelo de industrialização e à precarização da força de trabalho, e contemporaneamente a fragilização do contrato de trabalho pelos modelos flexibilizados de produção neoliberal são fatores em que pouco pode atuar a política de assistência social. No mais das vezes se insere em formas de trabalho precário, o que não é nada adequado para uma política pública estimular formas de superexploração do trabalho e do trabalhador.

A sociedade brasileira nunca viveu o pleno emprego. O mercado de trabalho informal sempre foi maior, ou no máximo equivalente ao trabalho formal. Os trabalhadores domésticos correspondem a 15% da força de trabalho ativa. A resolução dessa questão tem vínculo direto com a política econômica do trabalho. É falso afirmar ou propor que a assistência social ou outra política social possa dar resolutividade a essa questão. É preciso ter muito claro o que é uma política substitutiva ou complementar de acesso a renda, para determinadas situações que

exigem proteção social a riscos e vulnerabilidades sociais, de uma política de trabalho e/ou inclusão produtiva.

Outra relação “*bord line*” é a da relação entre a assistência social e a luta contra a indigência ou contra a pobreza. É preciso entender que a pobreza é resultante da ausência de políticas redistributivas e de modelos fortemente protetivos da acumulação de riqueza. A assistência social, como toda política social, é distributiva, pois amplia acessos sociais. Isto não significa resolutividade da produção ou reprodução da pobreza. A exemplo, o Programa Bolsa Família ampliou acessos sociais, todavia, não “mexeu” com a concentração de renda, que permanece e até se amplia para alguns setores.

Com certeza, na sociedade brasileira de mercado, os mais pobres têm mais desproteções e menos condições de desenvolver sua própria proteção social, demandando serviços e benefícios que lhes afiancem essa proteção fora da relação salarial e/ou de trabalho.

Isto não significa, porém que será a assistência social a política de resolutividade da pobreza ou a política do pobre. Entender desse modo é configurar um campo residual à assistência social - que economistas nominam de compensatório ao modelo de expropriação/acumulação.

De fato, a assistência social traz à esfera pública um conjunto de necessidades de segmentos da população – que se pode referir à preponderância das classes subalternas, expropriadas entre seus usuários que não tem sido considerada como cidadãos, isto é, com direito a ter direitos.

Esta objetivação é sem dúvida, uma constatação que a política de assistência social faz da ocorrência concreta de privações. Porém, a resolutividade de todas essas privações não é campo tão só da assistência social. Como o é específico de uma dada política social. Significa ser este o objeto ou objetivo exclusivo e único da política de assistência social. Dentre as privações/desproteções a assistência social se ocupa e deve se ocupar com qualidade da resolução de algumas delas que são afetadas as seguranças sociais a

serem garantidas por essa política, quais sejam de acolhida, convívio, sobrevivência.

O âmbito singular da proteção social de assistência social poderia ser sintetizado em:

- ampliar a capacidade protetiva da família e de seus membros, o que supõe construir respostas desde a ausência dessa proteção, sua negligência, a presença de abandono, de agressões, produzindo ações de fortalecimento de laços e de capacidade de exercício dessa proteção que insere quer benefícios como serviços;
- ampliar a densidade das relações de convívio e sociabilidade dos cidadãos desde a esfera do cotidiano até atingir os diversos momentos do ciclo de vida do cidadão e cidadã que em que ocorrem fragilidades que os tornam mais sujeitos a riscos sociais e a violação de sua dignidade.
- reduzir as fragilidades da vivência e da sobrevivência, de desenvolvimento bio-psico-social através de meios capacitadores da autonomia, das condições de dignidade humana, provocados inclusive pela ausência de renda em uma sociedade de mercado;
- reduzir e restaurar os danos de riscos sociais e de vitimizações causadas por violência, agressões, discriminações, preconceitos.

A oitava temática sobre essa função da política foi enfática quanto a necessidade em criar na institucionalidade órgão ou área de defesa de direitos socioassistenciais de caráter distinto da Assessoria Jurídico-Institucional do Gabinete da Pasta, conduzida por procuradores municipais, exercendo função jurídico administrativa face a aplicação da legislação municipal pelo gestor.

A área de defesa de Direitos Socioassistenciais é concebida em relação orgânica com a prestação de atenções pelos técnicos e demais agentes a usuários sobretudo no campo da proteção especial. Sua composição interdisciplinar deve contar com profissionais alinhados com a promoção de direitos ou de acesso à justiça em defesa da ética nas ações.

Deteria a capacidade de apoio à arbitragem do exercício do trabalho profissional junto aos diferentes segmentos abrangidos pela política. Arbitragem ainda perante natureza do trabalho no campo da assistência social que não raro é tratada, por outras instâncias, como espaço de “resolução pacificadora”, em confrontos que põe em risco a população mais fragilizada.

O debate do PDMASsp nas oitavas deixou claro que a área jurídica em SMADS precisa ser dividida em suas competências. A assessoria jurídica de um órgão público, pela natureza dos conflitos e confrontos em que suas ações se inserem e não raro geram tem forte competência jurídico-administrativa e não ético-operativa para seus funcionários e usuários quanto a suas finalidades de atenção.

SMADS deveria atender a três grandes vertentes: a jurídico-institucional; a de defesa de direitos e a de regulação dos direitos socioassistenciais. Há forte demanda por regulações no campo da assistência social. Há duas décadas ela vem se colocando no país como política unitária e de direito de cidadania. Esse novo entendimento exige mudanças culturais geracionais com o conservadorismo, além de novas bases nos saberes e conhecimentos da assistência social que impliquem e afirmem a pedagogia de ação sob direitos sociais e humanos.

As atenções da assistência social lidam com territórios socioculturais de fronteira, pois operam com diversidade, diferenças, desigualdades, heterogeneidades o que exige dos que nela trabalham contínuo aprendizado em lidar com referências paradoxais ao instituído.

4.7.3 - Função proteção social

O exercício da proteção social no interior da política de assistência social é organizado em dois processos de atenção, o de concessão de benefícios e o de acesso a serviços. Trata-se, de duplo processo de gestão que tem por intenção operar de forma integrada benefícios e serviços, mas que lida com a situação concreta em que os recursos federativos para benefícios são muito mais poderosos

(da ordem de quase seis vezes mais) do que os de serviços. Por decorrência há muito maior oferta de benefícios do que de serviços.

Outro grande fator dificultador da relação serviço-benefício é a separação da engenharia de gestão entre um e outro. Os benefícios são operados por sistema gerencial centralizado na União exercidos de forma apartada do SUAS. Isto gera afastamento entre a gestão municipal e a federal com retardo de informações e dificuldade de acessos. Em SMADS a gestão dos benefícios federais e estaduais é centralizada, em decorrência dos controles federativos que devem ser operados com regularidade. Nos CRAS de base distrital os beneficiários têm inserção coletiva em programas de atenção às famílias, e de forma pontual nas situações de turbulência com o cumprimento das condicionalidades. A decisão pela inclusão de beneficiários é federal, enquanto o processo de inclusão em vagas de serviços é municipal.

Na construção do cenário de integração entre serviços e benefícios há a intenção em gerar um fluxo integrado entre as várias pernas do SUAS na proteção social básica e especial.

Pode-se afirmar que os municípios se veem obrigados a inventar uma engenharia conciliatória de gestão para que essa integração entre benefícios e serviços seja operada. A instância federal não unificou os sistemas de inserção dos beneficiários para o BPC-benefício de prestação continuada operado pelo INSS, e do benefício de transferência de renda, do Programa Bolsa Família operado pela SENARC outra Secretaria Nacional do MDSA que não é a SNAS. Com tanta fragmentação a engenharia de diálogo entre os sistemas cedeu o lugar do saber complexo a artesanias municipais a adotar providências para inserir, caso a caso, no CAD. Único (ferramenta que se ocupa do registro do cadastro de famílias para acesso ao Bolsa Família, entre outros acessos) todos os beneficiários do BPC.

Outra engenharia a ser desenvolvida é a de cadastrar as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais no CAD. Único, georreferenciando seu assentamento no território dos distritos da cidade. É de se ter presente a imensidão

de gestão e de trabalho operativo que tudo isto significa para os municípios responsáveis pela concretização do SUAS perante aos usuários e o quanto esse desafio se multiplica para a metrópole de São Paulo.

Por terceiro é preciso uma engenharia de fluxo para a compreensão dos usuários entre as proteções do SUAS, mas também entre os profissionais que operam em diferentes situações, lugares e complexidades os serviços e benefícios.

Para além dos benefícios continuados há ainda, a presença do benefício eventual de gestão do município. Aqueles que os acessa deveriam ser inseridos no CAD. Único, ressalva feita à sua concessão quando em situações de calamidade onde o acesso concreto ao benefício deve ser priorizado a qualquer tratamento burocrático às vítimas.

No campo da proteção social por serviços há uma hierarquização entre dois tipos de proteção social: a básica e a especial e uma tipologia nacional de 12 serviços socioassistenciais que as concretiza em todo o território nacional.

De forma geral os serviços prestados podem ser classificados em três grandes grupos: **serviços de prontidão, serviços de referência, serviços de acolhida, serviços de convívio e serviços de defesa socioassistencial**. Essa distinção facilita a compressão da natureza dos serviços socioassistenciais.

Como **serviço de prontidão** SMADS conta com uma Central de Atendimento a situações emergenciais, a CAPE, que atua com vítimas de calamidades, como procede a pronta prestação de providências para locomoção de vítimas, localização de albergamentos, medidas para que pessoas saiam do relento e tenham paradeiro provido de um nível razoável de segurança e sobrevivência. Essa função é, durante a semana, partilhada entre a CAPE com as SAS Regionais, e à noite e ao final de semana é exercida pela CAPE. É intenção de que a CAPE precisaria se desdobrar em cinco unidades para melhor cobrir a cidade. Outro fato que dificulta sua ação é o reduzido número de trabalhadores com que conta.

Os **serviços de referência** foram instalados a partir da PNAS-04 caracterizando unidades territoriais, no caso da proteção social básica, espalhadas em pontos estratégicos a cidade onde é registrada menor presença de atenções públicas ou estatais. Estas unidades nominadas **CRAS-Centro de Referência de Assistência Social** já eram em 2015, 8088 em todo o território nacional, sendo residual dentre os 5570 municípios, aqueles que ainda não possuem uma dessas unidades de referência. Eles se caracterizam por quatro tipos: o urbano central (54%); o urbano periférico (41%), o rural 94%) e o itinerante- por embarcação (2%).

A localização dos CRAS foi sendo flexibilizada no sentido de que essas unidades passassem a garantir adequada acessibilidade em termos de meios de transporte. Em São Paulo ocorre grande dificuldade em obter nas regiões periféricas terrenos públicos disponíveis, terrenos privados legalizados, imóveis para locação regularizado e de construção sólida para instalar um serviço público. Essas condicionantes dificultam em muito, a instalação de serviços periféricos. Uma alternativa encontrada foi a de instalar CRAS em unidades de múltiplos serviços como os CEU –Centros de Educação Unificado. Ali já funcionam serviços de educação, esportes, cultura e agora em alguns deles também de assistência social. Em São Paulo estão instalados 54 CRAS. A expectativa é a de que a cidade conte com uma rede básica de 100 CRAS, ou no mínimo um em cada um dos 96 distritos.

O serviço de referência ligado ao campo da proteção especial, o **CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social**, estes em 2015 atingiam ao contingente de 2.372 unidades em todo o território nacional ou 1/3 do número de CRAS. De fato, essas unidades deverão ser em menor número e de localização mais central. Na cidade de São Paulo são 34 CREAS, sendo que cinco deles são especializados na atenção à população em situação de rua. São Paulo tem mais CREAS do que CRAS, em comparação com a proporção nacional de 1/3 aqui a proporção é de 60% sendo que a orientação é de expandir mais 4 a 5 CREAS de modo que a se instale um por subprefeitura.

Os **serviços de referência, serviços de acolhida, serviços de convívio e serviços de defesa socioassistencial** embora pertencentes à rede pública

socioassistencial são operados, há cinco décadas, por meio de conveniamento com organizações da sociedade civil. Essa forma de gestão, que já foi objeto deste texto precisa receber maior direcionamento face a seu pertencimento ao SUAS. A garantia da unidade de operação é fundamental na rede. Não é claro na cultura do órgão o fato de que um serviço ao ser conveniado deverá se manter como pertencente à rede pública e ser afiançador de direitos socioassistenciais. A gestão de um serviço por conveniamento não significa sua privatização ele permanece público e não cessam as responsabilidades do gestor estatal sobre seus resultados.

Há ainda uma certa fragilidade quanto ao entendimento mais coeso do sentido de rede, isto é, parece que ter modalidades diferenciadas de serviços é mais importante do que ter uma rede. Embora a tipologia dos serviços socioassistenciais, de acordo com a regulação nacional, seja de 12 modalidades, eles se multiplicam em muitos mais na gestão de SMADS. Parece que a lógica é muito mais de distingui-los do que tomá-los como uma rede. Talvez isso advenha da necessidade em criar novos tipos de custos, todavia não se pode subordinar o conceito de rede a essa condição sem cair na fragmentação.

Essa fragmentação é o caminho contrário à universalidade e o retorno as antigas experiências piloto desenvolvidas pelo órgão. A multiplicação de resposta pode dar aparente leitura de que ocorre a ampliação de alcance, mas de fato amplia as desigualdades pois os que vivem situação de desproteção semelhante não terão condições de serem incluídos pela baixa oferta de vagas que a diversificação produz.

Esse dilema existe em quase todas as redes de atenção social independente da política e precisa de forte diretriz de gestão sobre o assentido da universalização e suas estratégias de cobertura. Trata-se aqui do equilíbrio entre igualdade e equidade. A instalação de serviços em cada modalidade deve estar embasada em regras claras de cobertura de demanda em cada território.

Em novembro de 2009, já decorridos sete anos, a Resolução nº109 do CNAS aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

organizando-os por níveis de complexidade entre proteção social básica e especial de média e de alta complexidade.

Essa regulação dos serviços socioassistenciais de acolhida, convívio, de prontidão e do vínculo com as respectivas unidades de referência elencou doze tipos de serviços básicos.

No ano seguinte a essa regulação a secretária de SMADS, Alda Marco Antonio, promulgou a portaria 46/2010 construindo de forma singular a tipificação dos serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo agregando-os em:

- 1- Serviços de proteção básica tipificados;
- 2- Serviços de proteção especial de média e alta complexidade tipificados;
- 3- Serviço normatizado pelo COMAS;
- 4- Serviços complementares²⁶: sem tipificação no campo da proteção social básica e da especial.

A tendência desde 2010, não foi a de São Paulo aproximar-se da tipologia de serviços socioassistenciais do SUAS, mas a de diferenciar-se produzindo novas singularidades.

Pela portaria 46/10 a rede da cidade são os serviços agregados por tipologia seriam organizados em: 4 serviços estatais prestados diretamente, 13 serviços tipificados prestados de forma conveniada acrescidos de serviços normatizados pelo COMAS e não tipificados. Interessante notar que a Resolução 109 do CNAS agrega 12 tipos, mas que não conferem com a divisão apresentada na citada portaria a saber:

I – Rede Estatal de Serviços: são serviços prestados diretamente pela Pasta:

²⁶ Referem-se a serviços conveniados que não são incluídos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e são parte da rede socioassistencial de São Paulo, foram incluídos, sob essa denominação, os serviços que naquele momento estavam em processo de construção de parâmetros técnicos e de custo, e aqueles de caráter múltiplo isto é, um complexo de serviços oferecido num só local.

1. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
2. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
3. Família Acolhedora
- 4- Hospedagem para Pessoas em Situação de Rua - Foi implementada em 2003/4 e nunca após essa resolução
5. Central de Atendimento Permanente de Emergência – CAPE

II – Serviços Tipificados: são serviços conveniados caracterizados com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais,

Rede de Proteção Básica

1. Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
2. Centro para Crianças e Adolescentes - CCA **incluída a modalidade SCFV-port. 5/SMADS/2013.**
 - 2.1-Centro para Crianças de 6 a 11 anos - **portaria 25/SMADS/2013**
 - 2.2 -Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos- **portaria 25/SMADS/2013**
- 3 Centro para Juventude - CJ - **incluída a modalidade SCFV-portaria 25/SMADS/2013**
4. Núcleo de Convivência de Idoso – NCI- **incluída a modalidade SCFV-portaria 25/SMADS/2013/ e 9 e 10 de 2012**

Rede de Proteção Especial - Média Complexidade

1. Centro de Defesa e de Convivência da Mulher
2. Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência
 - 2.1. Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência I
 - 2.2. Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência II
 - 2.3. Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência III
3. Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua
4. Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ
5. Serviço de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto – MSE - MA
6. Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
7. Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua – **foi implementada nova modalidade SEAS IV**
 - 7.1. Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua
 - 7.2. Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua
 - 7.3. Serviço de Apoio à Solicitação de Atendimento à Pessoa em Situação de Rua e Apoio à Emergência

Rede de Proteção Especial - Alta Complexidade

1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
2. Casa Lar
3. Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua
 - 3.1. Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas
 - 3.2. Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas
 - 3.3. Centro de Acolhida Especial

3.3.1- Centro de Acolhida Especial para Idosos

3.3.2- Centro de Acolhida Especial para Mulheres

3.3.3- Centro de Acolhida Especial para Pessoas em Período de Convalescença

3.3.4- Centro de Acolhida Especial para Famílias –**foram implantados família em foco e autonomia em foco**

4. Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência

5. Instituição de Longa Permanência para Idosos – **foi implementado o centro dia para idosos**

6. República

6.1. República para Jovens

6.2. República para Adultos

6.3. República para Idosos

III – Serviço Normatizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS.

Rede de Proteção Básica

1. Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos – CEDESP- **Portaria de alteração nº26/SMADS/**

IV – Serviços Complementares.

Rede de Proteção Básica

1. Restaurante Escola

2. Centro de Referência do Idoso

3. Centro de Referência da Diversidade – CRD- **passou a compor a rede PSE**

4. Núcleo do Migrante

5. Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa

6. Serviços de Convivência Municipalizados:

Clube da Turma- **serviços estaduais municipalizados, alguns em funcionamento em 60 meses serão transformados em C.C. Intergeracional. Portaria -SMADS 41/2015**

Leide das Neves; **passou para Clube da Turma em 1/01/2014.**

Enturmando Circo Escola; **há convênios em vigência como Circo Social port. SMADS 42/2015.**

SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania convênio rescindido em 31/12/2013

Convivendo e Aprendendo - PEFI –convênio rescindido em 2014

Rede de Proteção Especial - Média Complexidade

1. Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua

2. Serviço de Inclusão Social e Produtiva

3. Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua/TENDA-**serviços sendo desativados**

4. Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua

5. **Bagageiro**

Rede de Proteção Especial - Alta Complexidade

1. Centro de Acolhida para Catadores

2. Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês

3. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 Anos

4. Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência –**reordenado como residência**

inclusiva

5. Complexo de Serviços à População em Situação de Rua - Boraceia

6. Complexo de Serviços à População em Situação de Rua - Arsenal da Esperança-desativado

7. Moradias Especiais Provisórias para Pessoas com Deficiência Mental Grave em Situação de Vulnerabilidade Pessoal e Social – SIAI- desativadas

No texto da Portaria 46/2010 foram introduzidas em cor de contraste as alterações realizadas entre 2010 – 2016, pois a citada portaria ainda está em vigência. Há em São Paulo oferta de serviços específicos, em grande parte provocado pelo volume da demanda que passa a exigir, por exemplo, diversidade no sistema de acolhida para responder a diversidade de situações. Outro hábito institucional que já se alastra por décadas na gestão municipal da assistência social é o da diversificação da nomeação dos serviços a partir da diversificação da demanda que é por ele atendida. Ao que se pôde levantar dois fatores estimulam essa diversificação, de um lado, o efeito político para a gestão em inaugurar um novo tipo de resposta, mas de outro, mais jurídico burocrático que se trata da gestão do financiamento de serviços sob convênio.

Ao se tratar de uma nova forma de atenção ela pode implicar em custos até então não computados. A saída para justificar alteração de custo tem sido criar um novo serviço com novo título, novos procedimentos, novo modelo técnico, etc. Avançar nesta discussão supõe algumas outras aproximações relativas à matricialidade familiar e à cultura de proteção social. A família é entendida como núcleo básico de proteção, o Estado se responsabiliza, quando não há fragilidade nesse núcleo. Contudo, há a ideia de que esse núcleo familiar vai dar conta de todas as situações de desproteção social, o que não deixa de ser forte idealização. A renda per capita ou a falta dela não dá conta de garantir as condições protetivas da família.

QUADRO 48 - EXEMPLOS ATUAIS DE USO DE NOMES FANTASIA DESCARACTERIZANDO A REDE SUAS. PDMASp. SMADS.2016

ORGANIZAÇÃO	SERVIÇO	NOME FANTASIA	Vigência INICIO	Vigência TERMINO
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	VÍTIMAS DO SILÊNCIO	01/04/13	31/03/18
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	ANJOS DO SOL	22/05/12	21/05/17
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Centro De Defesa E De Convivência Da Mulher	CASA MARIA DA PENHA	19/07/12	18/07/17
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	SPSCAVV DRA. MARIA AMÉLIA DE AZEVEDO	01/04/14	31/03/19
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	SPSCAVV PEQUENOS SOBREVIVENTES	08/09/14	07/09/19
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço De Assistência Social À Família E Proteção Social Básica No Domicílio	SASF ESTRELA DO AMANHÃ	01/05/16	30/04/18
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	VIDAS PRECIOSAS	01/07/15	30/06/17
Rede Criança De Combate À Violência Doméstica	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	SPVV PEQUENOS GIRASSÓIS	14/07/15	13/07/17

É de lembrar que SMADS criou um nome alternativo ao PAIF, Programa de Atenção Integral à Família do SUAS, que deveria ser efetivado por trabalhadores estatutários. A nomeação aplicada é SASF – Serviço de Assistência Social a Família, sendo que cada unidade de serviço acompanharia 1000 famílias no território onde estão assentadas. O SASF - atende ainda, ao preconizado na Resolução CNAS 109/2009, na condição de serviço de proteção social básica no domicílio - para famílias com membros BPC - Idoso e Deficiente. Nos anos de 2014 e 2016, houve intensificação desse trabalho em SMADS com objetivo de operacionalizar os Programas: BPC Escola e BPC Trabalho, em conjunto com os CRAS. Outra função básica do SASF é a de acompanhar as famílias beneficiárias do PBF que estão em situação de descumprimento de condicionalidades; a rede de SASF conta com 66 unidades, com capacidade de atendimento a 66.000 mil usuários/famílias embora ao passar as informações para o Censo SUAS, SMADS

informe apenas aquelas que são atendidas/acompanhadas pela unidade CRAS/PAIF em atenção por servidores estatutários.

As oitivas chegaram a apontar o programa britânico “famílias fortes” como inspiração. Resgataram o fato de que a família pode ser tão desprotegida quanto o indivíduo. E tornaram claro que aplicar o trabalho com famílias supõe realizar formação continuada para os trabalhadores. Antes a atenção dos serviços era mais individualizada, com a matricialidade familiar ampliou-se a leitura do quadro de desproteção. O vínculo da proteção social à família possibilita melhores condições para visualizar as desproteções.

Essa discussão exige clarear o sentido que está sendo empregado para configurar a proteção social no âmbito da responsabilidade pública estatal e não só das famílias. Na sociedade de mercado uma política social faz um pacto de responsabilidade entre Estado- Sociedade-Mercado-Família, e ao inserir família há sempre uma dimensão de gênero pois é à mulher a quem compete os cuidados no interior da família tradicional. A relação de equilíbrio/desequilíbrio na combinação desses elementos constitutivos poderá significar alguns ismos, como familismo, estatismo, mercantilização, filantropização, etc.

O sentido de proteção social tem por significado contar com apoio quando de uma situação de fragilidade face a fatores agressores. Isolamento, abandono, isto é, manter o indivíduo sob solidão, apartação, segregação, abandono aumentam sua desproteção.

Quanto maior é o acervo ou o cardápio de possibilidades e recursos que cada um possui sobre a quem recorrer desde a família, amigos, instituições mais será sua possibilidade de estar protegido. É preciso ter em perspectiva as expressões de desproteções sociais.

Proteção social é relacional, trata-se, portanto, de ampliar as relações do indivíduo e da família, do grupo de pertencimento para que possam **contar com** em situações de dificuldades/fragilidades/desproteções. Por contraponto esta concepção exige que o gestor e os técnicos tenham observação acurada sobre as formas de desproteção social e poder prevenir seu agravamento. A ideia do

convívio é trabalhar as formas de “com” para que não se chegue ao abandono, é não deixar chegar, por isso é proteção social básica.

A proteção social básica na Cidade de São Paulo tem suas atenções centradas na dinâmica dos CRAS. Portanto, caracterizar seu alcance significa identificar como são e, quantos são, os técnicos que realizam o trabalho nos CRAS é nesse lugar que se pode estimar o volume de benefícios, de serviços de proteção social básica e de demandas já instaladas.

Para estimar a demanda de proteção social básica a fonte de informação é o CAD.Único, ali estão as famílias beneficiárias de transferência de renda e, em parte, as que recebem o BPC. O cadastramento das famílias usuárias dos serviços por distrito de modo a se identificar o que ainda falta para poder construir a relação serviço- benefício incluído nesses serviços os SASF.

Quando todo esse estudo estiver concluído será possível dimensionar o que ainda falta de CRAS e de SASF a ser instalado na cidade. A equipe de proteção social básica busca com essa análise provocar o envolvimento da equipe e a inclusão dos técnicos da rede socioassistencial, para que juntos possam concluir sobre o Suas que está instalado na cidade de São Paulo, garantindo nesse movimento o envolvimento das forças gerenciais de SMADS.

A Proteção Social Especial trabalha com a segurança de acolhida enquanto a básica com a segurança de convívio, ao mesmo tempo que abrange os benefícios de prestação de serviços. SMADS instalou a regulação de concessão de benefícios pelas organizações da sociedade civil com convênios. Isto exige uma frente de análise de monitoramento desses benefícios eventuais. Por outro lado, não existem benefícios em situações específicas como em reintegrações de posse. Neste caso não há como acolher demandas emergentes.

A proteção social especial não está presente em todos os territórios da cidade. É preciso ampliar seu quadro de pessoal e de serviços. Há ainda demandas não cobertas como o público LGBT.

Este formato de gestão dificulta a noção de gestão em rede, pois cada serviço fica unitário sem articulação com os demais. Torna-se necessário constituir uma nova forma de gestão da rede de serviços que alargue a leitura da rede do órgão e supere sua leitura fragmentada em propostas isoladas que se configuram mais com projetos do que serviços continuados.

A rede de serviços deveria apresentar seu resultado nas seguranças de acolhida, de convívio e de sobrevivência, ou como já assinalado em **serviços de referência, serviços de acolhida, convívio e de defesa socioassistencial**.

Esse vínculo com a segurança social não deveria ser rompido pelo uso de um nome fantasia. Os objetivos da segurança de convívio, de acolhida devem ser afirmados para todos os serviços que são parte da concretização dessa segurança. As diferenças ou características específicas do público dos serviços de acolhida ou de convívio, são complementares e não podem ocupar o lugar principal sob pena de incorrer na diluição de um direito que precisa ser universalizado²⁷.

• *A capacidade da rede Suas na cidade de São Paulo*

Os serviços e benefícios socioassistenciais que compõem o SUAS na cidade dentro de suas características gerais, ou seja, gratuidade, continuidade, regularidade e permanência, estão aqui localizados nos distritos da cidade; pelo segmento de usuários a quem se destinam e pela oferta de vagas em razão de sua responsabilidade e garantia frente à diversidade dos territórios e as situações de desproteção social.

²⁷ Lembra-se como exemplo, os ajustes de custos na gestão pública em que as tabelas de custos de construção de prédios (como uma escola), ou de execução de uma obra, como asfaltamento incluem custos unitários que permitem agregar valores a obra que por evidência terá variação de valores de custo em função do tipo de solo, das suas características físicas e mecânicas que exigirão insumos que lhe deem por resultado a solidez exigida além de outros resultados esperados da obra como a durabilidade. Teríamos que usar na gestão social modelos de unidades de custo que permitissem agregações sem desconfigurar o principal. Tipo escola com quadra, escola com escada, escola com salas de laboratório de informática, etc. Essas já seriam características secundárias das unidades da rede, que pertenceriam ao processo de trabalho e não, sua característica principal.

Desde a regulamentação nacional pela tipificação dos serviços²⁸ que a SMADS vem se estruturando, mas ainda persiste parte dos serviços cuja tipologia não se encontra regulamentada. A resultante é a falta de coesão pela fragmentação e diferenciação, expressando uma concepção equivocada de rede de serviços. Com o objetivo de ser fiel às características básicas dos serviços e de suas demandas adotou-se nomenclatura simplificada caracterizando-os em cinco grandes grupos: serviços de prontidão, serviços de referência, serviços de acolhida, serviços de convívio e serviços de defesa socioassistencial.

QUADRO 49 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS PELA CATEGORIZAÇÃO.
SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSp. 2016.

SERVIÇOS	QTDE		CAPACIDADE	
SERVIÇOS DE CONVÍVIO	753	54,5%	115.712	51,4%
SERVIÇOS DE ACOLHIDA	270	19,5%	16.549	7,3%
SERVIÇOS DE REFERÊNCIA	183	13,2%	67.900	30,2%
SERVIÇOS DE DEFESA	138	10,0%	14.975	6,7%
SERVIÇOS DE PRONTIDÃO	38	2,7%	10.030	4,5%
São Paulo	1.382	100,0%	225.166	100,0%

A distribuição revela que a maior incidência, 54,5% é de serviços de convívio com a oferta de 51,4% das vagas. A segunda incidência são serviços de acolhida, 19,5%, oferecendo 7,3% de vagas; os serviços de referência são 13,2%, e com 30% de vagas ofertadas. As menores incidências tanto de serviços como de vagas são os de defesa (10%) e de prontidão (2,7%), com ofertas de vagas de 6,75% e 4,5%, respectivamente.

A presença dos serviços socioassistenciais nos distritos da cidade assinalam que o Jardim Ângela tem 51 serviços, com ausência dos serviços de prontidão, sendo o distrito com maior frequência, concentrando 3,7% dos mais de 1.300 serviços da cidade. Consolação e Moema são distritos com menor concentração de serviços, apenas dois serviços.

²⁸ Resolução Nº 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

QUADRO 50 - DISCREPÂNCIA DA PRESENÇA DOS SERVIÇOS ENTRE DISTRITOS.
SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016

DISTRITO	ACOLHIDA	CONVÍVIO	DEFESA	PRONTIDÃO	REFERÊNCIA	TOTAL	IDI
1 Jardim Ângela	2 3,9%	39 76,5%	5 9,8%		5 9,8%	51 3,7%	51
2 Sapopemba	5 10,9%	28 60,9%	8 17,4%		5 10,9%	46 3,3%	46
3 Capão Redondo	2 5,7%	23 65,7%	3 8,6%	1 2,9%	6 17,1%	35 2,5%	35
4 Cidade Ademar	3 9,1%	17 51,5%	5 15,2%	1 3,0%	7 21,2%	33 2,4%	33
5 Jardim São Luís	1 3,0%	23 69,7%	3 9,1%	1 3,0%	5 15,2%	33 2,4%	33
6 São Mateus	11 33,3%	16 48,5%	3 9,1%		3 9,1%	33 2,4%	33
7 Itaquera	7 21,9%	21 65,6%	2 6,3%		2 6,3%	32 2,3%	32
8 Grajaú	3 10,0%	20 66,7%	1 3,3%		6 20,0%	30 2,2%	30
9 Campo Limpo	3 11,5%	20 76,9%	2 7,7%		1 3,8%	26 1,9%	26
10 Cidade Tiradentes	1 4,0%	15 60,0%	3 12,0%	1 4,0%	5 20,0%	25 1,8%	25
11 Jabaquara	4 16,7%	12 50,0%	3 12,5%	1 4,2%	4 16,7%	24 1,7%	24
12 Parelheiros	1 4,2%	17 70,8%	2 8,3%		4 16,7%	24 1,7%	24
13 Sacomã		18 75,0%	2 8,3%		4 16,7%	24 1,7%	24
14 Cidade Dutra	4 17,4%	9 39,1%	5 21,7%	1 4,3%	4 17,4%	23 1,7%	23
15 Vila Maria	2 8,7%	15 65,2%	2 8,7%		4 17,4%	23 1,7%	23
16 Bom Retiro	8 36,4%	7 31,8%	1 4,5%	2 9,1%	4 18,2%	22 1,6%	22
17 Brasilândia		17 77,3%	2 9,1%		3 13,6%	22 1,6%	22
18 Itaim Paulista	5 23,8%	7 33,3%	2 9,5%	1 4,8%	6 28,6%	21 1,5%	21
19 Ermelino Matarazzo	4 20,0%	9 45,0%	5 25,0%		2 10,0%	20 1,4%	20
20 Jaçanã	4 20,0%	10 50,0%	3 15,0%		3 15,0%	20 1,4%	20
21 Bela Vista	6 31,6%	7 36,8%	2 10,5%	2 10,5%	2 10,5%	19 1,4%	19
22 Cidade Líder	1 5,3%	13 68,4%	1 5,3%	1 5,3%	3 15,8%	19 1,4%	19
23 Guaianases	6 31,6%	6 31,6%	3 15,8%		4 21,1%	19 1,4%	19
24 Santo Amaro	9 47,4%	5 26,3%	1 5,3%	1 5,3%	3 15,8%	19 1,4%	19
25 São Miguel	7 36,8%	8 42,1%	2 10,5%		2 10,5%	19 1,4%	19
26 São Rafael		15 78,9%	2 10,5%		2 10,5%	19 1,4%	19
27 Freguesia do Ó	3 16,7%	8 44,4%	3 16,7%		4 22,2%	18 1,3%	18
28 Jaraguá	4 22,2%	11 61,1%	1 5,6%		2 11,1%	18 1,3%	18
29 Lajeado	1 5,6%	10 55,6%	4 22,2%		3 16,7%	18 1,3%	18
30 Santa Cecília	12 66,7%	3 16,7%		3 16,7%		18 1,3%	18
31 Casa Verde	8 47,1%	3 17,6%	2 11,8%	1 5,9%	3 17,6%	17 1,2%	17
32 Pedreira	2 11,8%	13 76,5%	1 5,9%		1 5,9%	17 1,2%	17
33 Santana	9 52,9%	1 5,9%	2 11,8%	2 11,8%	3 17,6%	17 1,2%	17
34 Tremembé	2 11,8%	10 58,8%	2 11,8%		3 17,6%	17 1,2%	17
35 Vila Jacuí	1 5,9%	13 76,5%	1 5,9%		2 11,8%	17 1,2%	17
36 Vila Prudente	5 31,3%	6 37,5%	2 12,5%		3 18,8%	16 1,2%	16
37 Vila Curuçá		11 73,3%	1 6,7%		3 20,0%	15 1,1%	15
38 Cachoeirinha		10 71,4%	2 14,3%		2 14,3%	14 1,0%	14
39 Parque do Carmo	5 35,7%	7 50,0%	1 7,1%		1 7,1%	14 1,0%	14
40 Perus	1 7,1%	9 64,3%	1 7,1%		3 21,4%	14 1,0%	14
41 São Lucas	3 21,4%	8 57,1%	1 7,1%		2 14,3%	14 1,0%	14
42 Vila Formosa	6 42,9%	3 21,4%	1 7,1%	1 7,1%	3 21,4%	14 1,0%	14
43 Vila Sônia	2 14,3%	7 50,0%	3 21,4%		2 14,3%	14 1,0%	14
44 Belém	9 69,2%	3 23,1%			1 7,7%	13 0,9%	13
45 Jardim Helena		9 69,2%	2 15,4%		2 15,4%	13 0,9%	13
46 José Bonifácio	1 7,7%	7 53,8%	4 30,8%		1 7,7%	13 0,9%	13
47 Penha	6 46,2%	5 38,5%	1 7,7%		1 7,7%	13 0,9%	13
48 Tatuapé	4 30,8%	3 23,1%	2 15,4%	1 7,7%	3 23,1%	13 0,9%	13
49 Iguatemi		8 66,7%	2 16,7%		2 16,7%	12 0,9%	12
50 Limão	1 8,3%	11 91,7%				12 0,9%	12
51 República	3 25,0%	4 33,3%	2 16,7%	2 16,7%	1 8,3%	12 0,9%	12
52 Saúde	4 33,3%	5 41,7%	1 8,3%	2 16,7%		12 0,9%	12

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

	DISTRITO	ACOLHIDA	CONVÍVIO	DEFESA	PRONTIDÃO	REFERÊNCIA	TOTAL	IDI
53	Anhanguera		8 72,7%	1 9,1%		2 18,2%	11 0,8%	11
54	Campo Grande	3 27,3%	7 63,6%	1 9,1%			11 0,8%	11
55	Ipiranga	4 36,4%	4 36,4%	2 18,2%	1 9,1%		11 0,8%	11
56	Vila Andrade	1 9,1%	7 63,6%			3 27,3%	11 0,8%	11
57	Vila Mariana	3 27,3%	2 18,2%	3 27,3%		3 27,3%	11 0,8%	11
58	Cangaíba		8 80,0%	1 10,0%		1 10,0%	10 0,7%	10
59	Pari	8 80,0%	2 20,0%				10 0,7%	10
60	Pirituba		5 50,0%	1 10,0%		4 40,0%	10 0,7%	10
61	Vila Guilherme	5 50,0%	3 30,0%		1 10,0%	1 10,0%	10 0,7%	10
62	Vila Matilde	5 50,0%	2 20,0%		1 10,0%	2 20,0%	10 0,7%	10
63	Artur Alvim	1 11,1%	6 66,7%	1 11,1%		1 11,1%	9 0,7%	9
64	Lapa	4 44,4%	3 33,3%		1 11,1%	1 11,1%	9 0,7%	9
65	Mandaqui	1 11,1%	4 44,4%			4 44,4%	9 0,7%	9
66	Mooca	5 55,6%	3 33,3%	1 11,1%			9 0,7%	9
67	Pinheiros	3 33,3%	1 11,1%		2 22,2%	3 33,3%	9 0,7%	9
68	Vila Medeiros		7 77,8%	1 11,1%		1 11,1%	9 0,7%	9
69	Água Rasa	3 37,5%	5 62,5%				8 0,6%	8
70	Campo Belo		5 62,5%	2 25,0%	1 12,5%		8 0,6%	8
71	Ponte Rasa	3 37,5%	4 50,0%			1 12,5%	8 0,6%	8
72	Raposo Tavares	1 12,5%	6 75,0%			1 12,5%	8 0,6%	8
73	Butantã	2 28,6%	2 28,6%	1 14,3%	1 14,3%	1 14,3%	7 0,5%	7
74	Liberdade	2 28,6%	5 71,4%				7 0,5%	7
75	Morumbi		7 100,0%				7 0,5%	7
76	Rio Pequeno		6 85,7%	1 14,3%			7 0,5%	7
77	Sé	2 28,6%	5 71,4%				7 0,5%	7
78	Vila Leopoldina	3 42,9%	2 28,6%	1 14,3%	1 14,3%		7 0,5%	7
79	Brás	4 66,7%	1 16,7%		1 16,7%		6 0,4%	6
80	Cambuci	2 33,3%	2 33,3%		1 16,7%	1 16,7%	6 0,4%	6
81	Perdizes		4 66,7%	1 16,7%	1 16,7%		6 0,4%	6
82	São Domingos	3 50,0%	2 33,3%	1 16,7%			6 0,4%	6
83	Socorro		3 50,0%	2 33,3%		1 16,7%	6 0,4%	6
84	Alto de Pinheiros	2 40,0%	3 60,0%				5 0,4%	5
85	Aricanduva	1 20,0%	2 40,0%	1 20,0%		1 20,0%	5 0,4%	5
86	Barra Funda		5 100,0%				5 0,4%	5
87	Cursino	2 40,0%	3 60,0%				5 0,4%	5
88	Jaguara		5 100,0%				5 0,4%	5
89	Jaguaré		5 100,0%				5 0,4%	5
90	Marsilac		4 80,0%			1 20,0%	5 0,4%	5
91	Carrão	1 25,0%	3 75,0%				4 0,3%	4
92	Itaim Bibi		3 75,0%	1 25,0%			4 0,3%	4
93	Jardim Paulista	1 25,0%	3 75,0%				4 0,3%	4
94	Tucuruvi	2 66,7%			1 33,3%		3 0,2%	3
95	Consolação	2 100,0%					2 0,1%	2
96	Moema		1 100,0%				1 0,1%	1
	São Paulo	270 19,5%	753 54,5%	138 10,0%	38 2,7%	183 13,2%	1382 100,0%	-

Em análise específica sobre os serviços de acolhida verifica-se que estão presentes em 74 (77%) dos 96 distritos, isto é cerca de ¼ dos distritos não possuem em sua área geográfica serviços de acolhida. A maior concentração está em Santa Cecília, com 13% do total de serviços da cidade, sendo sua principal demanda a população em situação de rua. Em 25 distritos os serviços de acolhida

são dirigidos somente a adolescentes, em 16 são dirigidos sobre tudo a população em situação de rua e em 33 há acolhida para diferentes segmentos.

É a Supervisão Regional da Mooca que concentra o maior número de vagas de acolhida, quase 1/3 de toda a cidade com um total de 4.655 vagas. É seguida pela Supervisão da Sé com 4303 vagas, ou 26% do total. Essas duas supervisões ativam 54% das vagas de colhida na cidade.

QUADRO 51 - DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PELA CATEGORIZAÇÃO.
SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.

SERVIÇOS	QTDE	CAPACIDADE
SERVIÇOS DE ACOLHIDA (assinalados com * são de média complexidade)	270 19,5%	16.549 7,3%
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	33 2,4%	8.295 3,7%
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	131 9,5%	2.595 1,2%
Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas	9 0,7%	1.392 0,6%
Centro de Acolhida Especial para Mulheres	9 0,7%	1.146 0,5%
Centro de Acolhida Especial para Idosos	7 0,5%	702 0,3%
Centro Dia para Idoso*	13 0,9%	390 0,2%
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	10 0,7%	360 0,2%
Bagageiro*	1 0,1%	272 0,1%
República para Adultos	13 0,9%	260 0,1%
Projeto Família em Foco	4 0,3%	210 0,1%
Residência Inclusiva	14 1,0%	168 0,1%
Centro de Acolhida Especial para Famílias	2 0,1%	155 0,1%
Centro de Acolhida Especial para Gestantes, Mães e Bebês	1 0,1%	100 0,0%
Centro de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Violência	5 0,4%	100 0,0%
Centro de Acolhida Especial para Pessoas em Período de Convalescença	2 0,1%	93 0,0%
Centro de Acolhida para Imigrantes	1 0,1%	80 0,0%
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 anos	3 0,2%	60 0,0%
Abrigo Especial para Catadores	1 0,1%	55 0,0%
Casa Lar	4 0,3%	50 0,0%
República para Jovens	6 0,4%	36 0,0%
Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais	1 0,1%	30 0,0%
SERVIÇOS DE CONVÍVIO	753 54,5%	115.712 51,4%
Centro para Crianças de 6 a 11 anos e Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos	492 35,6%	73.010 32,4%
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	96 6,9%	12.910 5,7%
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	56 4,1%	11.380 5,1%
Centro para Juventude - CJ	73 5,3%	7.710 3,4%
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	10 0,7%	2.872 1,3%

CONTINUA

SERVIÇOS	QTDE	CONTINUAÇÃO	
		CAPACIDADE	
Centro Convivência Intergeracional - CCINTER	3 0,2%	2.280	1,0%
Circo Social	4 0,3%	2.000	0,9%
Serviços de convivência Municipalizados	6 0,4%	1.560	0,7%
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens	1 0,1%	540	0,2%
Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua - TENDA	1 0,1%	300	0,1%
Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua	1 0,1%	300	0,1%
Projeto Autonomia em Foco	2 0,1%	300	0,1%
Serviço de Inclusão Social e Produtiva	2 0,1%	200	0,1%
Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social	1 0,1%	150	0,1%
Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	1 0,1%	80	0,0%
Restaurante Escola	1 0,1%	60	0,0%
SCFV - MODALIDADE CCA: CENTRO para CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ATENDIMENTO DE 06 A 14 ANOS E 11 MESES	1 0,1%	60	0,0%
Projeto de Economia Solidária	2 0,1%		
SERVIÇOS DE DEFESA	138 10,0%	14.975	6,7%
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - MSE - MA	62 4,5%	6.225	2,8%
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	15 1,1%	1.610	0,7%
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	20 1,4%	1.560	0,7%
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência II e III	21 1,5%	1.500	0,7%
Núcleo do Migrante	1 0,1%	1.500	0,7%
Centro de Referência da Diversidade - CRD	1 0,1%	1.000	0,4%
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência III	10 0,7%	700	0,3%
Centro de Referência do Idoso	1 0,1%	400	0,2%
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência II	4 0,3%	240	0,1%
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência	1 0,1%	120	0,1%
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência I	2 0,1%	120	0,1%
SERVIÇOS DE PRONTIDÃO	38 2,7%	10.030	4,5%
Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua	11 0,8%	4.400	2,0%
Serviço Especializado de Abordagem às Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua	13 0,9%	3.210	1,4%
Serviço Especializado de Abordagem - Modalidade 4	7 0,5%	1.600	0,7%
Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	5 0,4%	740	0,3%
Acolhida Emergencial	2 0,1%	80	0,0%
SERVIÇOS DE REFERÊNCIA	183 13,2%	67.900	30,2%
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	64 4,6%	64.000	28,4%
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	31 2,2%	3.720	1,7%
Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa	1 0,1%	180	0,1%
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	54 3,9%		
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	28 2,0%		
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP	5 0,4%		
São Paulo	1.382 100,0%	225.166	100,0%

QUADRO 52 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIDA. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016

	DISTRITO	SERVIÇOS DE ACOLHIDA	CAPACIDADE SERV. ACOLHIDA	IDI
1	Santa Cecília	12	2.123 12,8%	354
2	Mooça-2 e 40 vagas adolescentes	5	1.525 9,2%	254
3	Pari	8	1.469 8,9%	245
4	Vila Guilherme-2 e 40 vagas adolescentes	5	1.190 7,2%	198
5	Bom Retiro-1 com 20 vagas adolescentes	8	1.112 6,7%	185
6	Brás	4	662 4,0%	110
7	Belém- 2 e 40 vagas adolescentes	9	554 3,3%	92
8	República	3	500 3,0%	83
9	Santo Amaro -2 e 40 vagas adolescentes	9	450 2,7%	75
10	Tatuapé	4	395 2,4%	66
11	Casa Verde-2 e 40 vagas adolescentes	8	380 2,3%	63
12	São Mateus- 6 e 115 vagas de adolescentes	11	323 2,0%	54
13	Santana- 5 e 100vagas adolescentes	9	310 1,9%	52
14	Penha-2 e 40 vagas adolescentes	6	310 1,9%	52
15	Vila Prudente	5	300 1,8%	50
16	Jabaquara-- 3 com 60 vagas adolescentes	4	290 1,8%	48
17	São Miguel– 5 e 100 vagas para adolescentes	7	270 1,6%	45
18	Bela Vista-2 com 40 vagas adolescentes	6	243 1,5%	41
19	Jaçanã-1 com 20 vagas adolescentes	4	230 1,4%	38
20	Ermelino Matarazzo-1e 20 vagas adolescentes	4	230 1,4%	38
21	Cambuci-1 com 20 vagas adolescentes	2	220 1,3%	37
22	Ipiranga- 2 e 40 vagas adolescentes	4	220 1,3%	37
23	Pinheiros-1 com 20 vagas adolescentes	3	190 1,1%	32
24	Vila Leopoldina	3	162 1,0%	27
25	Saúde-2 e 40 vagas adolescentes	4	160 1,0%	27
26	Itaquera/ todos para adolescentes	7	140 0,8%	23
27	Guaianases 5 com 100 vagas para adolescentes	6	130 0,8%	22
28	Itaim Paulista- 4 com 80 vagas adolescentes	5	110 0,7%	18
29	Sapopemba- 4 com 80 vagas para adolescentes	5	110 0,7%	18
30	Cidade Ademar-2 e 40 vagas adolescentes	3	102 0,6%	17
31	Vila Matilde –todos adolescentes	5	100 0,6%	17
32	Parque do Carmo- todos adolescentes	5	100 0,6%	17
33	José Bonifácio	1	100 0,6%	17
34	Lajeado	1	100 0,6%	17

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

	DISTRITO	SERVIÇOS DE ACOLHIDA	CAPACIDADE SERV. ACOLHIDA	IDI
35	Lapa-2 e 40 vagas adolescentes	4	90 0,5%	15
36	Vila Formosa-1 com 20 vagas adolescentes	6	86 0,5%	14
37	Tucuruvi	2	80 0,5%	13
38	Butantã-1 com 20 vagas adolescentes	2	80 0,5%	13
39	Cidade Dutra -3 com 60 vagas adolescentes	4	80 0,5%	13
40	Grajaú-2 e 40 vagas adolescentes	3	80 0,5%	13
41	Vila Mariana-2 e 40 vagas adolescentes	3	70 0,4%	12
42	Jaraguá-- 3 com 60 vagas adolescentes	4	70 0,4%	12
43	Campo Grande- todos adolescentes	3	60 0,4%	10
44	São Domingos- todos adolescentes	3	60 0,4%	10
45	São Lucas- todos adolescentes	3	60 0,4%	10
46	Freguesia do Ó- todos adolescentes	3	60 0,4%	10
47	Campo Limpo- todos adolescentes	3	60 0,4%	10
48	Água Rasa-2 com 40 vagas adolescentes	3	50 0,3%	8
49	Vila Sônia-1 com 20 vagas adolescentes	2	50 0,3%	8
50	Capão Redondo-1 com 20 vagas adolescentes	2	50 0,3%	8
51	Ponte Rasa	3	42 0,3%	7
52	Alto de Pinheiros- todos adolescentes	2	40 0,2%	7
53	Consolação- todos adolescentes	2	40 0,2%	7
54	Cursino- todos adolescentes	2	40 0,2%	7
55	Tremembé- todos adolescentes	2	40 0,2%	7
56	Pedreira	2	40 0,2%	7
57	Jardim Ângela-- todos adolescentes	2	40 0,2%	7
58	Liberdade-1 com 20 vagas adolescentes	2	36 0,2%	6
59	Mandaqui	1	30 0,2%	5
60	Vila Andrade	1	30 0,2%	5
61	Sé	2	29 0,2%	5
62	Jardim Paulista-- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
63	Carrão- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
64	Limão- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
65	Artur Alvim- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
66	Raposo Tavares- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
67	Vila Maria- todos adolescentes	2	20 0,1%	3
68	Perus- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
69	Cidade Líder- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
70	Vila Jacuí- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
71	Parelheiros- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
72	Cidade Tiradentes- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
73	Jardim São Luís- todos adolescentes	1	20 0,1%	3
74	Aricanduva	1	6 0,04%	1
	São Paulo	270	16.549 100,0%	

MAPA 9 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIDA PELOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.



Os **serviços de convívio** têm maior incidência no distrito de Jardim Ângela, tanto em serviços quanto em capacidade são: 39 serviços (5,2%) e 5.630 vagas (4,9%). São 94 vezes mais ofertas de vagas que em Santana que 60 (0,1%).

MAPA 10 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CONVÍVIO NOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016.



Os **serviços de prontidão**, estão distribuídos na proteção social especial de média e de alta complexidade e são destinados a abordagem da população em situação de rua, tanto adultos quanto crianças e adolescentes. A média complexidade responde por 94% desses serviços, com capacidade de 99,2%, ficando o restante para a alta complexidade (5,3% e capacidade de 0,8%. A CAPE-Central de Atenção a Emergências, pertence a esse conjunto.

MAPA 11 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE PRONTIDÃO.
SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



Os **serviços de defesa** se concentram na Proteção Social Especial de média complexidade alcançando 98,6% do total de 138 serviços, com 87,3% da capacidade de 14.975, e apresentam dois serviços vinculados à proteção Básica: Núcleo do Migrante e Centro de Referência do Idoso. Os serviços na área de defesa vêm sendo considerados somente como aqueles destinados à atenção prestada, principalmente concentrados nas demandas de medidas socioeducativas em meio aberto e de pessoa com deficiência, por outro lado, não têm tido a compreensão que a defesa é muito mais que a prestação de serviços, pois a defesa é uma função da política de Assistência Social (SPOSATI, 2016).

MAPA 12 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE DEFESA. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



Desde a PNAS/2004 que os **Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)**, unidade estatal da proteção social básica, têm sido implantadas no país. De acordo com o Censo Suas/2015, o Brasil conta com 8.155 CRAS. São Paulo é o município brasileiro com o maior número deles. No Censo Suas/2015, a cidade aparecia com 51 unidades, mas no momento, já soma 54, ainda não alcançou um por distrito e tem expectativa de alcançar no mínimo essa meta. Os tipos instalados na cidade são: 2 (4%) Rurais, 1 (2%) urbano central, 51 (94%) urbano periférico.

A localização das unidades teve a acessibilidade por meio de transporte como um dos critérios para definir o local de instalação. Além disso, a instalação na periferia encontrou obstáculos decorrente da falta terrenos públicos disponíveis, terrenos privados legalizados, imóveis regularizados para locação, levando a

gestão municipal a instalar os CRAS nos Centro de Educação Unificado (CEU). São 46 distritos sem CRAS e 4 distritos com 2 CRAS. Portanto a meta a atingir indica a instalação necessária de mais 46 CRAS e a curto prazo. Pois se trata da porta de do SUAS.

Em relação aos **Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)**, de acordo com Censo Suas/2015, o total no território nacional alcançou 2.435 unidades. A defasagem do número de CREAS na cidade entre o Censo Suas/2015, que aponta 27 unidades, e os 29 instalados e mais 5 Centros Pop direcionados à população em situação de rua somam 34 Centros Especializados instalados em São Paulo. A expectativa em relação aos CREAS é a de que seu número alcance o número de um por Supervisão Regional, faltando somente 3 para atingir essa meta.

MAPA 13 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



A análise da cobertura dos serviços e não só seu espalhamento pela cidade implicaria em se ter um dimensionamento mais claro da demanda a esse conjunto de atenções. A base dessa análise é o CAD.Único no sentido de que eles contem a auto declaração de famílias que manifestam interesse e necessidade em ser incluídas em processo de proteção social.

Todavia, como e sabe a implantação do CAD.Único ficou muito atrelada ao programa federal de transferência de renda Bolsa Família. Para que ele seja ferramenta de dimensionamento de demanda será preciso que o CAD.Único seja municipalizado, isto é, que o CAD.Único não tenha por referência tão só as orientações federais, ou ainda, que sua orientação básica seja a de incluir todas as famílias com ganho até ½ salário mínimo per capita. A inclusão das famílias que frequentam serviços, benefícios continuados e eventuais, atenções emergenciais, entre outras atenções que cada cidade oportuniza no SUAS. A partir dessa compreensão ela passaria de fato a ser ferramenta do SUAS e não mais de exclusividade de um programa federal.

O CAD.Único já funciona com demanda maior do que o Programa Bolsa Família, pois este recorta as famílias nele cadastrada até o per capita de 1/4 salário mínimo enquanto a CAD.Único absorve até ½ salário mínimo. Com esta preocupação foi relacionado o número de famílias cadastradas na área de abrangência de cada CRAS. Não foi realizado por distrito visto que só 48 distritos é que possuem CRAS restando 48 sem. A cobertura é de 50%.

QUADRO 53 - HIERARQUIZAÇÃO DOS CRAS PELA INCIDÊNCIA DE FAMÍLIAS COM MEIO SALÁRIO MÍNIMO NO CAD. ÚNICO. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016

	CRAS	Cad.Único	Pbf	Pbf X Cad.Único	Fam ½ SM	Fam 1/ 2 CAD.Único	% Fam ½ SM	Idi	
1	Grajaú	45.437	4,7%	21.049	46,3%	38.883	85,6%	4,7%	29
2	São Miguel Paulista	40.584	4,2%	20.638	50,9%	36.370	89,6%	4,4%	28
3	Jardim Angela	40.101	4,1%	20.322	50,7%	35.431	88,4%	4,3%	27
4	São Mateus	39.001	4,0%	18.661	47,8%	34.904	89,5%	4,2%	26
5	Capão Redondo	36.821	3,8%	15.406	41,8%	31.146	84,6%	3,8%	24
6	Vila Prudente	32.436	3,3%	14.716	45,4%	27.166	83,8%	3,3%	21
7	Itaquera	30.800	3,2%	14.132	45,9%	26.000	84,4%	3,1%	20
8	Cidade Tiradentes	26.433	2,7%	13.483	51,0%	24.084	91,1%	2,9%	18
9	Butantã	29.019	3,0%	10.817	37,3%	23.917	82,4%	2,9%	18

CONTINUA

CONTINUAÇÃO									
	CRAS	Cad.Único		Pbf	Pbf X Cad.Únic o	Fam ½ SM	Fam 1/2 CAD.Únic o	% Fam ½ SM	Idi
10	Ipiranga	28.813	3,0%	11.707	40,6%	23.733	82,4%	2,9%	18
11	Lajeado	24.576	2,5%	11.358	46,2%	21.895	89,1%	2,6%	17
12	Campo Limpo	22.223	2,3%	7.223	32,5%	18.209	81,9%	2,2%	14
13	Capela do Socorro	22.147	2,3%	8.478	38,3%	18.089	81,7%	2,2%	14
14	Sé	22.768	2,3%	12.465	54,7%	17.397	76,4%	2,1%	13
15	Iguatemi	18.708	1,9%	11.373	60,8%	17.017	91,0%	2,1%	13
16	Jaraguá	18.559	1,9%	10.916	58,8%	16.746	90,2%	2,0%	13
17	Parelheiros	18.631	1,9%	10.556	56,7%	16.630	89,3%	2,0%	13
18	Cidade Ademar	19.157	2,0%	8.171	42,7%	16.139	84,2%	1,9%	12
19	Cidade Líder	18.254	1,9%	8.895	48,7%	15.787	86,5%	1,9%	12
20	Penha	18.266	1,9%	8.487	46,5%	15.068	82,5%	1,8%	11
21	Pedreira	17.371	1,8%	8.480	48,8%	14.926	85,9%	1,8%	11
22	Vila Curuçá	17.121	1,8%	7.353	42,9%	14.516	84,8%	1,8%	11
23	Brasilândia I	16.151	1,7%	7.599	47,0%	14.512	89,9%	1,8%	11
24	Ermelino Matarazzo	17.057	1,8%	8.454	49,6%	14.114	82,7%	1,7%	11
25	Jardim São Luis	15.870	1,6%	7.167	45,2%	13.896	87,6%	1,7%	11
26	Tremembé	15.503	1,6%	7.234	46,7%	13.688	88,3%	1,7%	10
27	Pirituba	15.056	1,6%	6.491	43,1%	12.917	85,8%	1,6%	10
28	Jabaquara	16.199	1,7%	6.905	42,6%	12.653	78,1%	1,5%	10
29	Itaim Paulista II	14.175	1,5%	7.464	52,7%	12.618	89,0%	1,5%	10
30	Mooca	15.147	1,6%	8.920	58,9%	12.534	82,7%	1,5%	9
31	M'Boi Mirim	14.489	1,5%	6.982	48,2%	12.466	86,0%	1,5%	9
32	Itaim Paulista	13.586	1,4%	7.110	52,3%	11.843	87,2%	1,4%	9
33	Guaianases	13.001	1,3%	5.798	44,6%	11.283	86,8%	1,4%	9
34	Cachoeirinha	11.670	1,2%	4.888	41,9%	10.066	86,3%	1,2%	8
35	Cidade Ademar II	11.737	1,2%	5.297	45,1%	10.058	85,7%	1,2%	8
36	Vila Andrade	10.896	1,1%	4.361	40,0%	9.882	90,7%	1,2%	7
37	Artur Alvim	11.801	1,2%	5.063	42,9%	9.306	78,9%	1,1%	7
38	Aricanduva	11.033	1,1%	4.680	42,4%	8.664	78,5%	1,0%	7
39	Brasilândia II	9.813	1,0%	4.306	43,9%	8.642	88,1%	1,0%	7
40	Vila Prudente II	10.880	1,1%	4.994	45,9%	8.536	78,5%	1,0%	6
41	Perus	9.492	1,0%	5.312	56,0%	8.500	89,5%	1,0%	6
42	Vila Maria	10.123	1,0%	4.191	41,4%	8.162	80,6%	1,0%	6
43	Brasilândia III	8.240	0,8%	4.482	54,4%	7.403	89,8%	0,9%	6
44	Anhanguera	7.522	0,8%	4.460	59,3%	6.547	87,0%	0,8%	5
45	Lapa	8.606	0,9%	2.846	33,1%	6.442	74,9%	0,8%	5
46	Casa Verde	8.105	0,8%	3.814	47,1%	6.412	79,1%	0,8%	5
47	Freguesia do Ó	7.171	0,7%	3.815	53,2%	6.013	83,9%	0,7%	5
48	Jaçanã	6.917	0,7%	3.363	48,6%	5.915	85,5%	0,7%	4
49	Santana	7.671	0,8%	3.170	41,3%	5.690	74,2%	0,7%	4
50	Santo Amaro	6.261	0,6%	2.834	45,3%	4.986	79,6%	0,6%	4
51	Vila Medeiros	6.316	0,7%	2.404	38,1%	4.801	76,0%	0,6%	4
52	Pinheiros	3.651	0,4%	1.981	54,3%	2.743	75,1%	0,3%	2
53	Vila Mariana	3.586	0,4%	1.464	40,8%	2.375	66,2%	0,3%	2
54	Marsilac	1.461	0,2%	990	67,8%	1.322	90,5%	0,2%	1
	Não localizados	44.128	4,5%	17.914	40,6%	39.404	89,3%	4,8%	
São Paulo		970.540	100,0%	451.439	46,5%	828.446	85,4%	100,0%	

A distribuição das famílias cadastradas no CAD Único e georreferenciadas por CRAS (considerado que ocorreu a não localização de 5%), mostra que é a maior concentração de cadastrados, todavia a maior cobertura entre os que recebem benefício de transferência de renda está em Marsilac (67,8%) e no Iguatemi com 60,8%. A média de cobertura na cidade é de 46,5%, mas esta varia entre cada CRAS.

Com estes dados pode-se estimar que cerca de 3 milhões de pessoas estão inseridas em São Paulo na proteção social básica. Todavia esse número deve ser bem maior no momento em que nele for incluído todos os beneficiários de BPC e usuários dos serviços de acolhida.

QUADRO 54 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELO PREDOMÍNIO DO BPC CONCEDIDOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO A IDOSOS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016.

DISTRITO	TOTAL BPC	BPC PCD	BPC IDOSOS	PREDOMÍNIO DO BPC PCD X BPC IDS
1 Santo Amaro	9.199 4,9%	7.744 84,2%	1.455 15,8%	68,4%
2 Anhanguera	400 0,2%	203 50,8%	197 49,3%	1,5%
3 Vila Andrade	1.019 0,5%	499 49,0%	520 51,0%	-2,1%
4 Jardim Ângela	5.619 3,0%	2.739 48,7%	2.880 51,3%	-2,5%
5 Grajaú	6.215 3,3%	2.958 47,6%	3.257 52,4%	-4,8%
6 Lajeado	3.362 1,8%	1.583 47,1%	1.779 52,9%	-5,8%
7 Jardim Helena	2.942 1,6%	1.375 46,7%	1.567 53,3%	-6,5%
8 Parelheiros	2.462 1,3%	1.147 46,6%	1.315 53,4%	-6,8%
9 Iguatemi	1.947 1,0%	890 45,7%	1.057 54,3%	-8,6%
10 Morumbi	453 0,2%	203 44,8%	250 55,2%	-10,4%
11 Guaianases	1.871 1,0%	827 44,2%	1.044 55,8%	-11,6%
12 Cidade Tiradentes	3.196 1,7%	1.402 43,9%	1.794 56,1%	-12,3%
13 Jardim São Luís	4.853 2,6%	2.109 43,5%	2.744 56,5%	-13,1%
14 São Rafael	2.249 1,2%	977 43,4%	1.272 56,6%	-13,1%
15 Capão Redondo	5.335 2,9%	2.305 43,2%	3.030 56,8%	-13,6%
16 Pedreira	2.546 1,4%	1.096 43,0%	1.450 57,0%	-13,9%
17 Itaim Paulista	4.033 2,2%	1.727 42,8%	2.306 57,2%	-14,4%
18 Jaraguá	2.377 1,3%	1.000 42,1%	1.377 57,9%	-15,9%
19 Pari	481 0,3%	200 41,6%	281 58,4%	-16,8%
20 Brasilândia	4.357 2,3%	1.810 41,5%	2.547 58,5%	-16,9%
21 Ermelino Matarazzo	2.332 1,2%	966 41,4%	1.366 58,6%	-17,2%
22 Perus	1.015 0,5%	420 41,4%	595 58,6%	-17,2%
23 Vila Jacuí	2.381 1,3%	983 41,3%	1.398 58,7%	-17,4%
24 Cidade Ademar	5.629 3,0%	2.296 40,8%	3.333 59,2%	-18,4%
25 Itaquera	4.075 2,2%	1.648 40,4%	2.427 59,6%	-19,1%
26 Vila Curuçá	3.142 1,7%	1.268 40,4%	1.874 59,6%	-19,3%
27 Cachoeirinha	2.521 1,3%	1.002 39,7%	1.519 60,3%	-20,5%

CONTINUA

DISTRITO		TOTAL BPC		BPC PCD		BPC IDOSOS		CONTINUAÇÃO PREDOMÍNIO DO BPC PCD X BPC IDS
28	Jaguará	466	0,2%	185	39,7%	281	60,3%	-20,6%
29	Campo Limpo	3.881	2,1%	1.535	39,6%	2.346	60,4%	-20,9%
30	Sé	538	0,3%	212	39,4%	326	60,6%	-21,2%
31	Bom Retiro	424	0,2%	166	39,2%	258	60,8%	-21,7%
32	São Miguel	2.057	1,1%	798	38,8%	1.259	61,2%	-22,4%
33	Sapopemba	5.377	2,9%	2.082	38,7%	3.295	61,3%	-22,6%
34	Marsilac	211	0,1%	81	38,4%	130	61,6%	-23,2%
35	José Bonifácio	1.582	0,8%	605	38,2%	977	61,8%	-23,5%
36	Barra Funda	205	0,1%	78	38,0%	127	62,0%	-23,9%
37	Parque do Carmo	1.365	0,7%	517	37,9%	848	62,1%	-24,2%
38	São Mateus	3.393	1,8%	1.285	37,9%	2.108	62,1%	-24,3%
39	Raposo Tavares	1.614	0,9%	610	37,8%	1.004	62,2%	-24,4%
40	Cidade Dutra	3.845	2,1%	1.452	37,8%	2.393	62,2%	-24,5%
41	Tremembé	2.291	1,2%	863	37,7%	1.428	62,3%	-24,7%
42	Sacomã	3.209	1,7%	1.154	36,0%	2.055	64,0%	-28,1%
43	Jabaquara	3.800	2,0%	1.353	35,6%	2.447	64,4%	-28,8%
44	Jaçanã	1.734	0,9%	617	35,6%	1.117	64,4%	-28,8%
45	Bela Vista	686	0,4%	243	35,4%	443	64,6%	-29,2%
46	Cangaíba	2.607	1,4%	918	35,2%	1.689	64,8%	-29,6%
47	Santa Cecília	1.370	0,7%	471	34,4%	899	65,6%	-31,2%
48	Brás	636	0,3%	218	34,3%	418	65,7%	-31,4%
49	São Domingos	1.056	0,6%	357	33,8%	699	66,2%	-32,4%
50	Pirituba	2.432	1,3%	818	33,6%	1.614	66,4%	-32,7%
51	Rio Pequeno	1.723	0,9%	578	33,5%	1.145	66,5%	-32,9%
52	Cidade Líder	2.487	1,3%	831	33,4%	1.656	66,6%	-33,2%
53	Ponte Rasa	1.955	1,0%	648	33,1%	1.307	66,9%	-33,7%
54	República	974	0,5%	316	32,4%	658	67,6%	-35,1%
55	Vila Sônia	1.249	0,7%	396	31,7%	853	68,3%	-36,6%
56	Belém	682	0,4%	212	31,1%	470	68,9%	-37,8%
57	Casa Verde	1.289	0,7%	399	31,0%	890	69,0%	-38,1%
58	Limão	1.172	0,6%	362	30,9%	810	69,1%	-38,2%
59	Liberdade	797	0,4%	246	30,9%	551	69,1%	-38,3%
60	Freguesia do Ó	2.024	1,1%	623	30,8%	1.401	69,2%	-38,4%
61	Vila Maria	2.036	1,1%	626	30,7%	1.410	69,3%	-38,5%
62	Artur Alvim	2.084	1,1%	637	30,6%	1.447	69,4%	-38,9%
63	Ipiranga	1.384	0,7%	420	30,3%	964	69,7%	-39,3%
64	São Lucas	2.589	1,4%	783	30,2%	1.806	69,8%	-39,5%
65	Vila Medeiros	2.780	1,5%	836	30,1%	1.944	69,9%	-39,9%
66	Vila Guilherme	887	0,5%	264	29,8%	623	70,2%	-40,5%
67	Penha	2.444	1,3%	726	29,7%	1.718	70,3%	-40,6%
68	Jaguara	345	0,2%	102	29,6%	243	70,4%	-40,9%
69	Aricanduva	1.754	0,9%	518	29,5%	1.236	70,5%	-40,9%
70	Vila Matilde	2.137	1,1%	626	29,3%	1.511	70,7%	-41,4%
71	Cursino	1.446	0,8%	420	29,0%	1.026	71,0%	-41,9%
72	Campo Grande	1.197	0,6%	346	28,9%	851	71,1%	-42,2%
73	Mandaqui	1.503	0,8%	427	28,4%	1.076	71,6%	-43,2%
74	Cambuci	561	0,3%	158	28,2%	403	71,8%	-43,7%

CONTINUA

DISTRITO	TOTAL BPC	BPC PCD	BPC IDOSOS	CONTINUAÇÃO	
				PREDOMÍNIO DO BPC PCD X BPC IDS	
75 Butantã	682 0,4%	189 27,7%	493 72,3%	-44,6%	
76 Vila Formosa	1.587 0,8%	437 27,5%	1.150 72,5%	-44,9%	
77 Vila Prudente	1.365 0,7%	374 27,4%	991 72,6%	-45,2%	
78 Socorro	601 0,3%	160 26,6%	441 73,4%	-46,8%	
79 Carrão	1.440 0,8%	383 26,6%	1.057 73,4%	-46,8%	
80 Mooca	961 0,5%	255 26,5%	706 73,5%	-46,9%	
81 Vila Leopoldina	276 0,1%	73 26,4%	203 73,6%	-47,1%	
82 Vila Mariana	961 0,5%	243 25,3%	718 74,7%	-49,4%	
83 Água Rasa	1.264 0,7%	311 24,6%	953 75,4%	-50,8%	
84 Saúde	1.181 0,6%	284 24,0%	897 76,0%	-51,9%	
85 Campo Belo	565 0,3%	132 23,4%	433 76,6%	-53,3%	
86 Santana	1.366 0,7%	318 23,3%	1.048 76,7%	-53,4%	
87 Tucuruvi	1.404 0,8%	314 22,4%	1.090 77,6%	-55,3%	
88 Jardim Paulista	440 0,2%	96 21,8%	344 78,2%	-56,4%	
89 Pinheiros	512 0,3%	110 21,5%	402 78,5%	-57,0%	
90 Tatuapé	1.079 0,6%	229 21,2%	850 78,8%	-57,6%	
91 Consolação	360 0,2%	75 20,8%	285 79,2%	-58,3%	
92 Itaim Bibi	665 0,4%	134 20,2%	531 79,8%	-59,7%	
93 Alto de Pinheiros	246 0,1%	48 19,5%	198 80,5%	-61,0%	
94 Perdizes	628 0,3%	122 19,4%	506 80,6%	-61,1%	
95 Lapa	674 0,4%	116 17,2%	558 82,8%	-65,6%	
96 Moema	387 0,2%	52 13,4%	335 86,6%	-73,1%	
São Paulo	186.933 100,0%	73.950 39,6%	112.983 60,4%	-20,9%	

O distrito de Marsilac tem a melhor cobertura de benefícios federais por unidades domésticas, mas a maior incidência é de distritos com baixa (47,9%) e baixíssima cobertura (33,3%) que juntos somam 81%.

Buscar a universalidade da demanda do SUAS mostra que estão no CAD.Único quase 1/3 das famílias assentadas em São Paulo. Sabe-se, porém, que nem todos os beneficiários de BPC e de benefício eventual estão inseridos no CAD.Único. Outro fato é também relativo aos usuários de serviços socioassistenciais que estão em processo de inserção na base de CAD. Tem-se ainda os componentes de grupos específicos como população de rua, ou vítimas de emergências que não foram ainda, objeto de ação incisiva para inserção no CAD. Portanto, obter que todos os usuários estejam no CAD é um dos objetivos a alcançar.

Os 28 CREAS na cidade estão implantados em 27 das 32 Supervisões Regionais, e sua maioria (88%) é do tipo urbano periférico, sendo somente 12%

do tipo urbano central. Esse número ultrapassa, guardadas as proporções populacionais, a quantidade de pelos menos cinco estados da região norte do país: Tocantins (22 unidades), Rondônia (20), Acre (13), Amapá (9) e Roraima (7).

A distribuição na cidade configura escala territorial de agregação que permite a articulação regional dos distritos, embora, principalmente na região sul II, Subprefeituras de Parelheiros e Marsilac por terem grandes extensões, supõe-se que haja dificuldades no acesso aos CREAS mais próximos.

Ao considerar o número de beneficiários do BPC pessoa com deficiência, enquanto a média do país é de 948 para cada CREAS (SUAS10, p. 56), na cidade de São Paulo a média é de 2.641. A realidade de implantação em cada unidade da federação resulta em que São Paulo concentra 3 vezes mais beneficiários, o que exige proporcionalidade em equipe e serviços que respondam a esse nível de demanda. Apesar dessa média na cidade, em 9 CREAS o número de beneficiários BPC/PCD por CREAS permanece a maior que a média, registrando entre 2.907 a 8.222 beneficiários. É no CREAS Santo Amaro, que está a maior demanda potencial superando 3 vezes a média da cidade.

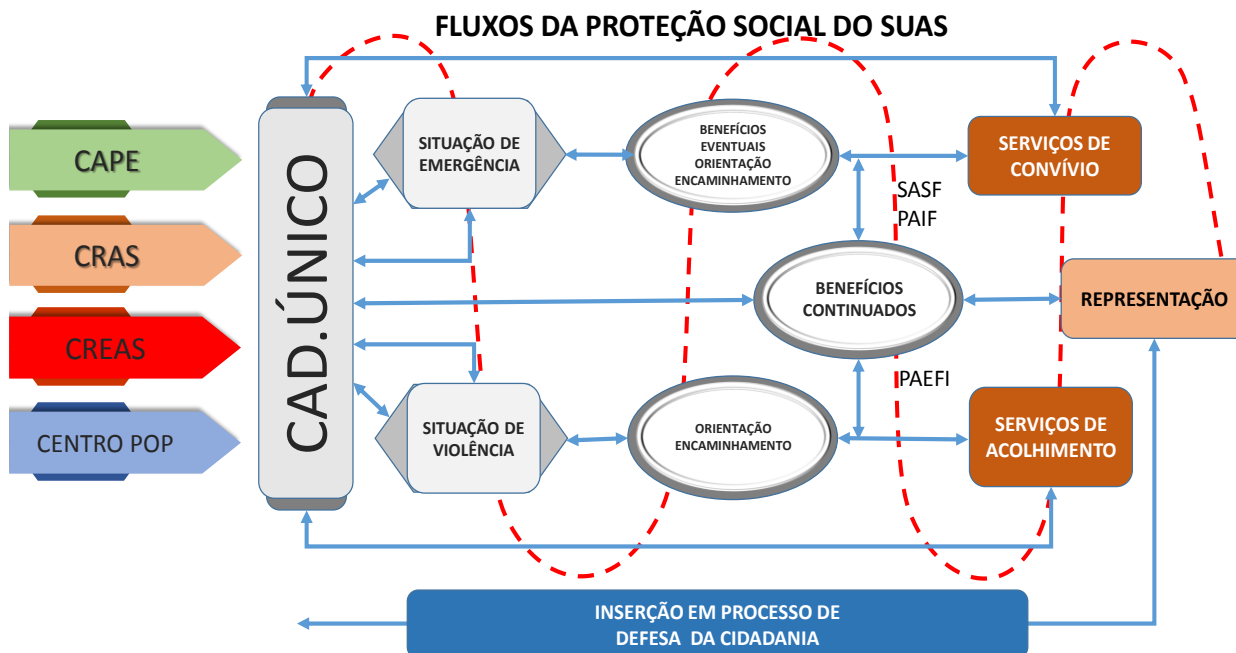
QUADRO 55 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS.
SÃO PAULO. PDMASPP. SMADS. PMSP. 2016

VARIÁVEL	MAIO	MENOR	IDI
% Famílias com ½ salário mínimo (distrito) x Cad.Único	91,2% São Rafael	51,6% Perdizes	2
% da capacidade dos serviços de acolhida	12,8% Santa Cecília	0,04% Aricanduva	354
% da capacidade dos serviços de convívio	4,9% Jardim Ângela	0,1% Santana e Consolação	94
% da capacidade dos serviços de prontidão	17,9% Santa Cecília	0,8% Brás	23
% da capacidade dos serviços de defesa	10,5% Santana	0,3% Itaim Bibi	39
% da capacidade dos serviços de referência	7,4% Grajaú	0,2% Vila Prudente	42
% da presença de serviços	3,7% Jardim Ângela	0,1% Moema	51
% Presença de CRAS e CREAS	3,4% Cidade Ademar	1,1% Vila Medeiros	3
% Incidência de famílias com meio salário mínimo por CRAS	4,7% CRAS Grajaú	0,2% CRAS Marsilac	29
% Incidência dos beneficiários do BPC por CREAS	8.222 CREAS Santo Amaro	374 CREAS Vila Prudente	22

Conceber a capacidade da rede socioassistencial implica, para além do acesso a ferramenta do CAD.Único, construir o entendimento integral da proteção socioassistencial, isto é, ao longo dos anos de implantação do SUAS, foi ocorrendo a fragmentação programática da demanda, fragilizando a construção da unidade territorial dos demandantes. Superar essa situação implica em que se desenvolva o sentido da unidade integrada entre os serviços e benefícios da proteção socioassistencial, entendendo-os como mutuamente reforçadores do resultado de proteção social.

Entende-se que há um fluxo entre as duas proteções básica e especial, entre serviços e benefícios, entre as atenções do SUAS nos encaminhamentos para outras políticas e sobretudo no exercício cidadão de garantia de direitos e da representação dos usuários nas decisões da política exercendo controle social.

FIGURA 3 - FLUXO DE INTEGRAÇÃO DAS ATENÇÕES DO SUAS. PDMASSP .2016



5 - Diretrizes do Plano Decenal de São Paulo

São três as diretrizes fundamentais do PDMASsp: Unidade, Universalidade Alcance de Direitos Socioassistenciais. Essas diretrizes foram formuladas a partir da análise do Suas que se tem em 2016 em São Paulo e as perspectivas alcançadas nas oitavas realizadas.

A análise das características da governança de SMADS estruturada em um núcleo central, 32 unidades regionais e, no interior destas, um conjunto de 54 CRAS e 28 CREAS que operam a gestão regional dos benefícios e serviços permitiu identificar a ausência de relações horizontais, que assegurem a presença identidades e construção mais unitária na dinâmica de equipes espalhadas em toda a cidade. Em outros termos que o subjetivismo de técnicos se subordine a pactuações estabelecida entre trabalhadores, usuários e as regras institucionais.

Há forte ausência de coletivos de gestão que permitam manter a dinâmica de inter-relação nessas diversas unidades entre assemelhadas e diferenciadas. Essa constatação fez distinguir a necessidade de superação da presença da fragmentação que isola e gera múltiplos referenciais para ação e decisão.

Identificou-se com destaque:

- a ausência de parâmetros comuns para referência da ação;
- a necessidade de vínculos mais explícitos e duradouros na gestão de benefícios e serviços;
- padrões mais igualitários com a realidade para implantação de CRAS e CREAS;
- demanda por referências claros e nova lógica de operação da proteção social especial;

Primeira grande diretriz se expressa por: **UNIDADE: Construção da unidade da governança do SUAS na cidade de São Paulo com capacidade articuladora da esfera central e regional, construindo bases para o desenvolvimento da proteção social de assistência social assentada na realidade dos seus 96 distritos.**

São estratégias decorrentes dessa diretriz:

- a- Introduzir **PROCESSOS COLETIVOS DE GOVERNANÇA** que aproximem as forças internas e externas de SMADS com articulação entre o regional e o central e a articulação interna e externa na qual se inclui a articulação federativa.
- b- Estabelecer e operar **LÓCUS INTERNO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO** com capacidade de articular os vários saberes em atenções básicas e especiais por tipo de serviços e de benefícios.
- c- Considerar a rede de serviços socioassistenciais como **REDE PÚBLICA CONSTITUÍDA POR TRABALHADORES ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS** pautada em relação horizontal de conhecimentos e saberes.
- d- Manter compromisso com o aperfeiçoamento institucional contínuo do SUAS na próxima década.

Segunda grande diretriz se expressa por: **UNIVERSALIDADE:** Identificação unitária da demanda da assistência social tendo por base o CAD.Único que deve se expandir para que todos os usuários de benefícios e serviços de SMADS estejam nele cadastrados e que esse cadastro possa dar transparência ao conhecimento distrital, regional, em macrorregiões e geral sobre as desproteções sociais e o resultado das respostas que são construídas para superá-las.

São estratégias decorrentes dessa diretriz:

- e- Obter a **SISTEMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO DE CONHECIMENTOS**, em caráter contínuo, que tenha presença na prática exercida pelo conjunto de trabalhadores envolvidos em atenções e serviços e, no processo de supervisão dos trabalhadores da rede de serviços nos distritos, na região e na cidade;
- f- Ampliar as condições de manter o **PLANEJAMENTO DA AÇÃO DA POLÍTICA** com atividade contínua que supõe avaliação e monitoramento e disseminação em todas as esferas de gestão do domínio de procedimentos, de normas, de custos unitários;

- g- Instalar LÓCUS DE PLANEJAMENTO EM SMADS com esfera regional e central e processo contínuo de decisão;**
- h- Efetivar as três funções da política em SMADS: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos em mútua completude;**
- i- Tornar as atenções de assistência social na cidade de São Paulo geridas pelo SUAS acessíveis a todos.**

Terceira grande diretriz se expressa por **ALCANCE DE DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: Instalar no órgão esfera de defesa de direitos que opere em direção a preservação dos direitos dos usuários em toda a operação da rede de serviços e benefícios, ampliando o acesso aos direitos, apoie os processos de regulação da política interna e externamente ao órgão, oriente os trabalhadores em sua conduta ética pessoal e institucional.**

Esta diretriz deverá orientar estratégias de:

- j- Proceder a instalação de LÓCUS DE DEFESA NO ÓRGÃO, orientando a construção de protocolos de atenção;**
- k- Desenvolver protocolo de acolhida/acolhimento para detalhar o processo de atenção do usuário desde seu primeiro contato no campo de defesa de seus direitos;**
- l- Pautar os conteúdos das seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência no âmbito de direitos socioassistenciais;**
- m- Caracterização ética da provisão de direitos socioassistenciais na ação do órgão.**

6 - Objetivos do Plano Decenal de Assistência Social de São Paulo

A partir das diretrizes estabelecidas são considerados como objetivos do PDMASsp:

- 1- Alcançar o reconhecimento do SUAS e da política de assistência social desde os distritos até a cidade;**
- 2- Alcançar o reconhecimento da diversidade dos distritos e regiões no planejamento e execução da política;**
- 3- Consolidar os saberes da prática dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, considerando que a cidade de São Paulo tem a maior e mais diversificada rede de atenções socioassistenciais no país;**
- 4- Superar o pragmatismo e reducionismo na qualidade da atenção aos usuários substituindo-os por conhecimentos e presença da efetivação de direitos em conteúdos e respostas;**
- 5- Consolidar sistema de vigilância socioassistencial de âmbito local, regional e central com capacidade de sistematizar e unificar processos e procedimentos superando burocracias, dualidades, e introduzindo indicadores de efetivação de respostas em todos os níveis.**
- 6- Obter a entrada de novos trabalhadores, pois o quadro atual ao final da década estará reduzido a cerca de 70 servidores.**
- 7- Consolidar o fluxo de trabalho e decisão na governança da política em SMADS para que tenha por pauta o equilíbrio entre relações verticais e horizontais evitando o subjetivismo resultante do predomínio da hierarquia decisória;**
- 8- Introduzir nas ações do órgão o reconhecimento do gênero no desenvolvimento das ações e decisões;**
- 9- Operar a governança do órgão com a presença de comitês gestores desde os serviços;**
- 10- Fortalecer a presença do controle social pela presença da ação planejada com transparência e a transparência e disseminação de informações.**

7 - Metas para o PDMASsp

A construção de metas para o PDMAS resultou de intenso trabalho de oitivas realizado nas áreas regionais²⁹, em área central, em oficinas, e em consulta digital. O conteúdo discutido foi organizado em 16 blocos temáticos e no interior de cada bloco são apresentadas 148 metas do PDMASsp distribuídas em curto médio e longo prazo. As metas caracterizadas em curto prazo equivalem a previsão de 2 anos, a de médio prazo a 4 anos e a de longo prazo entre 5 a 10 anos.

Finaliza esse conjunto a apresentação de 46 utopias que percorreram as discussões travadas nas oitivas. Elas reforçam a direção do SUAS que é desejado para que se constitua nos próximos 10-anos em São Paulo.

BLOCO 1 - GOVERNANÇA DO SUAS EM SMADS

Longo Prazo

1-Ampliar, a longo prazo, a Rede de Serviços Socioassistenciais de forma equânime, considerando as especificidades dos territórios;

Médio Prazo

2-Implantar, a médio prazo, as equipes volantes de proteção Social Básica e Especial nos territórios com incidência de: maior violência, áreas de risco, áreas de concentração de famílias beneficiárias, territórios de povos e comunidades

²⁹ As 32 Supervisões construíram cada qual o PDMASsp em seu território, através das Oitivas Regionais. Foi criada em cada uma delas uma Comissão Regional do PDMASsp. Iniciaram as atividades do Plano Decenal no dia 15 de setembro com término no dia 15 de novembro. As Comissões foram constituídas por três técnicos, dentre eles o Supervisor, que realizaram o chamamento de representantes locais para participação em encontros regionais com forças internas e externas ao SUAS, tais como: trabalhadores do SUAS, usuários dos serviços (idosos, jovens, chefes de família e crianças). As Supervisões fizeram uma programação de reuniões e encontros para discutir os dois grandes eixos de análise: **O SUAS que temos na região e a utopia do SUAS que queremos construir em 10 anos.** A estratégia de oitiva mais frequente foi a de encontros, que em média chegaram a cinco por região e contaram com a presença de trabalhadores, usuários, organizações da sociedade civil, rede socioassistencial e outros. A SAS de Cidade Ademar realizou 32 encontros com discussão em todos os CRAS, CREAS e serviços, mobilizando mais de 980 pessoas no seu território. No primeiro encontro apresentava-se o SUAS, procedia-se ao diagnóstico sócio territorial da região na qual situava a supervisão, posteriormente explicava-se o Plano Decenal, seus objetivos, pontos de discussão sobre Gestão, Vigilância Socioassistencial, Intersetorialidade, Defesa de Direitos, Proteção Social, Territorialização, Financiamento, Controle Social, Gestão do Trabalho e Comunicação. Os presentes dividiam-se em grupos de estudos, e em encontros seguintes apresentavam as conclusões das discussões dos temas e suas propostas. Dentre todas foram 19 Supervisões (Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianazes, Ipiranga, Itaquera, Jabaquara, M'Boi Mirim, Mooca, Penha, Pirituba, São Mateus, Sé e Vila Mariana) que encaminharam sua contribuição final para o PDMASsp.

tradicionais, áreas mais remotas, áreas de alta densidade, áreas de fronteiras com outros municípios.

Curto Prazo

3-Pactuar, a curto prazo, a relação do SUAS na cidade de São Paulo com o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos, estabelecendo fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências;

4-Fortalecer, a curto prazo, as estratégias de erradicação do Trabalho Infantil em 100% dos distritos da cidade com incidência desta situação de desproteção social;

5-Construir, a curto prazo, protocolos de ações intersecretariais, visando uma ação protetiva intersetorial atendendo as necessidades do cidadão;

6-Promover, a curto prazo, efetivação do trabalho em rede, de modo que a dignidade humana seja garantida em todas as expressões da questão social;

7-Criar, a curto prazo, Lei Municipal do SUAS, especificando a forma de Gestão, com destaque na sua Regulação.

BLOCO 2 - FLUXOS DE GESTÃO A ADOTAR PARA GARANTIR O AVANÇO DO SUAS EM SÃO PAULO.

Longo Prazo

8-Assegurar, a longo prazo, a gestão regional por distritos;

Médio Prazo

9-Garantir, a médio prazo, a unidade de conhecimento no SUAS na estrutura administrativa de SMADS, provocando nela a busca de alternativas para qualificar as atenções da PNAS;

10-Garantir, a médio prazo, a unidade de gestão do SUAS na rede pública de serviços socioassistenciais, de gestão direta e conveniada;

11-Aprimorar, a médio prazo, a referência e contra referência na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

12-Reordenar, a médio prazo, os serviços, assegurando o atendimento integral território;

Curto Prazo

13- Alterar, a curto prazo, estrutura administrativa interna, construir fluxos de tomada de decisão para operar o SUAS de forma integrada;

14-Introduzir, a curto prazo, três novas áreas de gestão: Defesa de Direitos, Colegiado Decisório de Planejamento; Gestão de conhecimento;

- 15-Criar, a curto prazo, a área de Defesa do órgão sob três eixos: defesa, arbitragem e regulação;
- 16-Aprimorar, a curto prazo, os circuitos de trocas de informações entre a gestão central e a regional;
- 17-Ofertar, a curto prazo, número de serviços e de profissionais em condições adequadas para que seja garantido de fato e de direito as atenções conforme descritas na política de assistência social.
- 18-Desburocratizar, a curto prazo, a gestão da assistência social aplicando sistema unificado, e ferramentas de trabalho mais adequadas e qualificadas;
- 19-Implantar, a curto prazo, conselhos gestores das unidades CRAS, CREAS e Centro Pop, em todas as regionais;
- 20-Aprovar, a curto prazo, ato normativo que estabeleça a institucionalização de SAS, CRAS, CREAS e Centro Pop na Cidade de São Paulo;
- 21-Possibilitar, a longo prazo, autonomia e empoderamento das SAS na gestão descentralizada;
- 22-Instituir, a médio prazo, mecanismos de regulação no que tange às relações macrorregionais que provoque entre outros feitos, a orientação para o uso dos moradores de serviços de localização limítrofe entre áreas das SAS;
- 23-Implantar, a curto prazo, um sistema de vigilância socioassistencial com dados empíricos dos territórios incorporando as especificidades locais no olhar da cidade;
- 24-Consolidar, a curto prazo, as comissões gestoras das unidades CRAS, CREAS e Centro Pop em todas as regionais;
- 25-Consolidar, a curto prazo, protocolos interinstitucionais na rede de serviços das regionais.

BLOCO 3 - GOVERNANÇA INTERINSTITUCIONAL DO SUAS EM SÃO PAULO.

Curto Prazo

- 26-Ampliar, a curto prazo, e consolidar em âmbito interinstitucional a compreensão da responsabilidade social e estatal do SUAS, evitando o recebimento de atribuições que não são próprias da PNAS e que chegam as SAS, por determinação do Poder Judiciário e da própria SMADS;
- 27-Retomar, a curto prazo, os diálogos com os municípios da Região Metropolitana sobre o SUAS;

28-Aperfeiçoar, a curto prazo, a relação do SUAS com o Sistema de Garantia de Direitos e com o Sistema de Justiça;

BLOCO 4 - GOVERNANÇA FEDERATIVA DO SUAS EM SÃO PAULO

Curto, Médio e Longo Prazo

29-Fortalecer, a curto, médio e longo prazos a participação do Município no FONSEAS e no CONGEMAS;

BLOCO 5 - GOVERNANÇA INTERSETORIAL DO SUAS NOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Médio Prazo

30-Garantir, a médio prazo, a implantação de protocolos e fluxos de referência e contra referência, a saber:

- a- com a Secretaria de Habitação, para inclusão de usuários da assistência social e para concessão de auxílio aluguel para pessoas que estão em república de adulto por tempo determinado;
- b - com a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho para priorizar os usuários da assistência social em programas de emprego e geração de renda e a inclusão dos adolescentes;
- c- com a Secretaria de Transporte para atender a demandas de transporte público dos usuários;
- d- com a SPTRANS garantir o acesso e transporte à rede socioassistencial para os usuários dos serviços socioassistenciais;
- e- com a Secretaria de Educação para facilitar transferência entre escolas e creches de crianças dos SAICAS;

Médio e Curto Prazo

31-Ampliar, a curto e médio prazos, o conceito de intersectorialidade, articulando fóruns de diversos segmentos, fortalecendo-os como espaço de controle social, avaliação e monitoramento das atenções das diversas políticas;

Curto Prazo

32-Elaborar, a curto prazo, o plano municipal de metas a ser elaborado em consonância com as demandas do território;

33-Participar, a curto prazo, das reuniões intersetoriais e bimestrais do governo local;

34-Construir, a curto prazo, unidade de referência de divisão administrativa em regiões da cidade entre as secretarias municipais para viabilizar o trabalho integrado no território, de forma democrática e respeitando os princípios norteadores de cada política;

35-Garantir, a curto prazo, os encontros regionais, intersetoriais e semestrais para integração, avaliação e construção de novas propostas com a presença trabalhadores sociais e usuários;

36-Estabelecer, a curto prazo, diretrizes e definir alinhamentos intersetoriais para consolidar o SUAS e ampliar as condições de preservação da dignidade humana;

BLOCO 6 - SENTIDO PÚBLICO DO SUAS NOS SERVIÇOS CONVENIADOS

Longo, Médio e Curto Prazo

37-Desenvolver, a curto, médio e longo prazos, na gestão da rede direta e sob convênio o sentido de gestão pública de serviços;

38-Manter, a curto, médio e longo prazos, o diálogo horizontal com a Rede Pública Conveniada;

39-Intensificar e aprimorar, a curto, médio e longo prazos, o processo de supervisão junto aos Serviços Conveniados com vistas a educação permanente;

40-Formação, a curto, médio e longo prazos, para os supervisores poderem acompanhar o trabalho realizado nos serviços, para saber o que olhar e como ver, ter parâmetro, principalmente sobre cobrar e orientar a importância do prontuário do cidadão;

41-Desenvolver, a curto, médio e longo prazos, na gestão regional da rede direta e sob convênio o sentido de gestão pública de serviços;

42-Manter, aprimorar e ampliar, a curto, médio e longo prazos o sistema informatizado para que os gestores possam monitorar de forma sintética os serviços da rede direta e conveniada.

Médio Prazo

43-Contratação, a médio prazo, de Incubadoras Sociais com oferta de horas técnicas especializadas a serem acionadas para suporte profissional a atenções que exijam o domínio de saberes complexos e especializados;

Curto Prazo

44-Promover, a curto prazo, os ajustes nos termos atuais de conveniamento para melhor objetivar o que nova lei do MROSC está dispondo e adotar procedimentos de transição para evitar solução de continuidade nos convênios em execução;

BLOCO 7 - PROTEÇÃO SOCIAL:SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E BENEFÍCIOS

Curto, Médio e Longo Prazo

45-Universalizar, a curto, médio e longo prazos, os serviços e unidades de proteção social básica e especial face às demandas garantindo qualidade na expansão e manutenção.

46-Construir, a médio e longo prazos, imóveis próprios municipais para a instalação de serviços da rede socioassistencial;

Médio Prazo

47-Ampliar, a médio prazo, o acompanhamento social das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades.

48-Centralização, a médio prazo, do atendimento: CRAS e CREAS no mesmo endereço;

Curto Prazo

49-Garantir, a curto prazo, a interlocução entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

50-Atribuir a SMADS, a curto prazo, a competência de identificar e definir os espaços de locação de imóveis destinados à instalação de serviços;

51-Dar, a curto prazo, maior velocidade no processo de implantação de serviços;

52-Implantar, a curto prazo, novos CRAS e CREAS conforme índice populacional preconizado na NOB SUAS e divisão territorial de São Paulo com 96 distritos e 32 subprefeituras;

53-Repensar, a curto prazo, os limites territoriais para inscrição da população nos serviços;

54-Ampliar, a curto prazo, a rede CRAS sendo 1 para cada Distrito;

BLOCO 8 - PROTEÇÃO SOCIAL: BENEFÍCIOS

Curto Prazo

55-Priorizar, a curto prazo, a regulação do benefício eventual à atenção a demandas territoriais e desenvolver protocolos que superem a condição em que a assistência social pelo benefício eventual pague contas de serviços e taxas públicas;

BLOCO 9 - PROTEÇÃO SOCIAL: PROTEÇÃO BÁSICA

Médio Prazo

56-Instalar, a médio prazo, mecanismos de agilização no atendimento à demanda em fila de espera;

57-Melhorar, a médio prazo, o processo de acompanhamento e atendimento das condicionalidades dos PTR's para as famílias atendidas;

Curto Prazo

58-Fortalecer, a curto prazo, o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social;

59-Alterar, a curto prazo, a faixa etária dos CJ's de 12 anos a 17 anos e 11 meses;

BLOCO 10 - PROTEÇÃO SOCIAL: PROTEÇÃO ESPECIAL

Longo, Médio e Curto Prazo

60-Implantar, a curto, médio e longo prazos de novos serviços da Proteção Social Especial:

61-Fomentar e ampliar, a curto, médio e longo prazos, os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano nacional de Garantia à Convivência Familiar e Comunitária;

62-Ampliar e implantar, a curto, médio e longo prazos, serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e

atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada, viabilizar recursos financeiros e humanos;

Médio Prazo

63-Construir, a médio prazo, espaços adequados e específicos para acolhimento de pessoas transexuais, no campo de defesa de direitos de acordo com as propostas que já existem dentro das SUAS;

64-Garantir, a médio prazo, a inclusão de adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial através da atuação de equipe multidisciplinar, além de possibilitar a interlocução efetiva com a rede de proteção;

65-Implantar, a médio prazo, repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem;

66-Ampliar, a médio prazo, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família;

67-Criar a médio prazo repúblicas para acolher mulheres, jovens e idosos e ampliar número de vagas na República;

68-Ampliar a médio prazo o número de vagas no Centro de Acolhida;

69-Diminuição, a médio prazo, do número de atendidos nos SAICAs para 15;

70-Incluir, a médio prazo, o item Transporte, da Portaria 46/47/SMADS, para garantir o transporte porta-porta para usuários dos serviços NAISPCD;

71-Inverter, a médio prazo, a taxa de população fixa em abrigos que atinge a 70% das vagas demandando soluções habitacionais;

72-Ofertar, a médio prazo, o número determinado de pernoites limitando o alargamento da permanência na vaga de abrigo;

73-Garantir, a médio prazo, transporte adaptado para passeios, eventos e lazer aos usuários dos serviços NAISPCD;

Curto Prazo

74-Ampliar, a curto prazo, a rede de serviços híbridos entre assistência social e saúde, com destaque para os serviços que atende pessoas com deficiência e idosos;

75-Ampliar, a curto prazo, albergues para moradores de rua e para famílias;

76-Criar, a curto prazo, unidades descentralizadas da CAPE e Centro de acolhida;

77-Ampliar, a curto prazo, os ILPI – Instituto de Longa Permanência para Idosos.

78-Qualificar, a curto prazo, o acolhimento para o adolescente com problemas de saúde e drogadição;

79-Fornecer, a curto prazo, transporte para garantir atividades socioeducativas para pessoas com deficiência e pessoas idosas;

80-Fomentar, a curto prazo, a participação de pessoas com deficiência dos serviços NAISPCD na construção do processo de mobilidade urbana do território (acessibilidade);

81-Garantir, a curto prazo, a acessibilidade a todos os serviços socioassistenciais em consonância com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão);

82-Melhorar, a curto prazo, o processo de acompanhamento e atendimento das condicionalidades dos PTR's para as famílias atendidas, em se tratando de casos que sejam constatadas situações de violência;

BLOCO 11 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Longo, Médio e Curto Prazo

83-Ampliar, a curto, médio e longo prazos, o alinhamento entre os aspectos quantitativos e qualitativos para a sistematização, análise e avaliação da operacionalização da política;

84-Criar e monitorar, a curto, médio e longo prazos, novos indicadores de gestão;

85-Manter, a curto, médio e longo prazos, a listagem de busca ativa atualizada com objetivo de minimizar inconsistências;

86-Alcançar, a curto, médio e longo prazos, a demanda “invisível”, ou seja, a existente nos “vazios assistenciais” ainda não alcançada pelas políticas públicas, as quais não conseguem acessar os espaços através da demanda espontânea;

87-Identificar, a curto, médio e longo prazos, as diversas formas de expressão e diversidades culturais existentes;

Longo e Médio Prazo

88-Formalizar, a médio e longo prazos, junto ao CNPQ, grupo de estudo para produção sistemática de artigos que agrupem as experiências e metodologias produzidas, bem como avançar na participação em congressos e seminários e no estabelecimento de parcerias com Universidades, Institutos de Pesquisas e Centros de Estudos, visando à produção de informações relevantes para a compreensão, análise, planejamento e gestão da Política de Assistência Social no Município de São Paulo;

89-Implantar a médio e longo prazo Sistema de Prontuário Digital com acesso universal (rede direta e conveniada) propiciando a leitura e análise das vulnerabilidades e riscos e facilitando o cruzamento de dados entre serviços, com definição de níveis de acesso.

Médio Prazo

90-Efetivar, a médio prazo, o prontuário informatizado e unificado para todos os serviços;

Curto Prazo

91-Reforçar, a curto prazo, os observatórios locais;

92-Construir, a curto prazo, a metodologia de capacitação e capacitar todos os usuários dos sistemas informatizados possibilitando o alinhamento dos técnicos dos observatórios locais para promover estudos que possibilitem diagnóstico constante da realidade dos territórios;

93-Participar, a curto prazo, de processos de implantação, adequação, ampliação e melhoria de sistemas informatizados que atuam como ferramentas de monitoramento da gestão;

94-Atualizar, a curto prazo, sistematicamente o georreferenciamento de benefícios, programas e serviços;

95-Rever, a curto prazo, os contratos firmados com a Prodam de modo que os serviços contratados sejam efetivamente prestados nos prazos estabelecidos para implantação, adequação, ampliação e melhoramentos dos sistemas informatizados;

96-Disseminar, a curto prazo, para os diversos setores de SMADS os conhecimentos resultantes da produção de dados, monitoramento e avaliação para que, efetivamente, subsidiem suas decisões e ações e aperfeiçoem e qualifiquem sua argumentação técnica com a análise de dados.

97-Potencializar, a curto prazo, o Cad. Único como instrumento de gestão, possibilitando a extração de dados para a elaboração de diagnósticos mais compatíveis com a realidade territorial;

98-Considerar, a curto prazo, como grupo específico a concentração de “não-brancos”, que estão presentes como maioria em situação de rua, maioria dos jovens assassinados nas periferias;

99-Criar, a curto prazo, um sistema informatizado que aponte as vagas disponíveis para a Proteção Social Básica;

100-Manter, a curto prazo, a análise histórica da proporcionalidade dos tipos de beneficiários do BPC (Idoso e PCD) verificando eventuais alterações;

BLOCO 12 - DEFESA DE DIREITOS

Longo Prazo

101-Executar, a longo prazo, 100% das obras de acessibilidade e garantir a acessibilidade da demanda quanto a disponibilidade de vagas, acessos físicos, mobilidade e transporte;

102-Atender, a longo prazo, 100% da população visando a prevenção a violação de direitos;

Longo, Médio e Curto Prazo

103-Garantir, a curto, médio e longo prazos, o caráter reclamável dos direitos socioassistenciais por meio de ampla divulgação de canais de ouvidoria, etc. em toda a rede direta e indireta de serviços;

Curto Prazo

104-Criar, a curto prazo, um Centro de Defesa e Convivência da Mulher e Núcleo de Proteção jurídica social;

105-Ampliar, a curto prazo, o canal de comunicação e atendimentos, onde cada SAS possa ter uma referência em Direitos, assim com os acompanhamentos dos processos;

106-Adotar, a curto prazo, medidas para que denúncias anônimas não serem atendidas pela Assistência Social;

107-Organizar, a curto prazo, os espaços de arbitragem central com capacidade de impactar as SAS regionais e a dinâmica das atenções dos CRAS e CREAS;

108-Efetivar, a curto prazo, os trabalhos com as tribos indígenas, pois não há um trabalho presente de proteção social, com os índios.

BLOCO 13 - FINANCIAMENTO**Longo Prazo**

109-Assegurar, a longo prazo, no orçamento destinado ao fundo municipal de assistência social o percentual de 5% com aumento gradativo de 0,5% ao ano, alcançando o percentual de no mínimo 10% em 2026.

Longo e Médio Prazo

110-Garantir, a médio e longo prazos, o aumento gradativo em 5% ao ano do orçamento público municipal oriundo do fundo municipal de assistência social (FMAS) para os próximos dez anos;

111-Desenvolver, a médio e longo prazos, articulações para que os entes federativos, considerem para financiamento tanto a prestação direta como a conveniada;

112-Construir, a médio e longo prazos, a relação de serviço/hora na licitação de serviços;

Longo, Médio e Curto Prazo

113-Obter, a curto, médio e longo prazos, a maior presença dos entes estaduais e federal no cofinanciamento de emergências;

114-Formular, a curto, médio e longo prazos, o orçamento do órgão considerando a manutenção e a demanda;

Curto Prazo

115-Realizar, a curto prazo, maiores investimentos na Política de Assistência Social;

116-Considerar, a curto prazo, o ESPASO-Espaço Público do Aprender Social como unidade de despesa, pois não possui gestão ou acompanhamento de seus gastos o que impede o planejamento da ação;

117-Aumentar, a curto prazo, o percentual orçamentário para a área da assistência social;

118-Criar, a curto prazo, em SMADS um setor de custos;

119-Dar possibilidade, a curto prazo, do uso da verba para adquirir determinados itens dos convênios;

120-Garantir, a curto prazo, recursos financeiros para o coordenador do CRAS aplicar na execução do PAIF, através do planejamento de ações específicas de acordo com as particularidades do território;

121-Manter, a curto prazo, UPC descentralizado por CRAS, provida de profissionais com formação específica em contabilidade;

BLOCO 14 - COMUNICAÇÃO

Longo Prazo

122-Facilitar, a longo prazo, a informação para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação em todos os serviços públicos socioassistenciais, da rede direta e indireta;

Longo, Médio e Curto Prazo

123-Criar, a curto, médio e longo prazos, em linguagem simples e lúdica, materiais didáticos, peças\campanhas publicitárias, com veiculação em vários meios midiáticos para divulgação da política de Assistência Social (que vai além da vulnerabilidade de baixa renda);

124-Melhorar, a curto, médio e longo prazos, a comunicação/divulgação do que está acontecendo na Assistência Social;

125-Criar, a curto, médio e longo prazos, ferramenta que amplie a constância do diálogo no processo de trabalho;

Longo e Médio Prazo

126-Implantar, a médio e longo prazos, sistema de informação sobre demandas de vagas dos serviços;

Curto Prazo

127-Tornar, a curto prazo, o caráter da comunicação no órgão no sentido proativo e não reativo, atualmente não há publicização dos fatos que ocorrem, só da falta deles;

128-Fortalecer, a curto prazo, a divulgação dos serviços;

129-Realizar, a curto prazo, a publicização do SUAS;

BLOCO 15 - GESTÃO DO TRABALHO

Curto, Médio e Longo Prazo

130-Fomentar, a curto, médio e longo prazos, a educação permanente do SUAS para toda rede pública de serviço socioassistencial e aprimorar as ações de capacitação e de formação;

Longo Prazo

131-Instalar, a longo prazo, núcleos descentralizados por Supervisão Regional para manter processos formativos e educação permanente;

132-Ampliar, a curto prazo, o quadro de profissionais do cargo de Analista de Assistência e Desenvolvimento Social – Serviço Social, inicialmente provendo 300 cargos, com a perspectiva de atingir o número necessário para atender à demanda existente na SMADS até 2017;

133-Ampliar, a curto prazo, o quadro de AGPP.

134-Criação, a curto prazo, de Tabela de Lotação de Pessoal.

BLOCO 16 - CONTROLE SOCIAL

Longo e Médio Prazo

135-Manter, a médio e longo prazos, encontros regionais regulares com usuários e profissionais da área da Assistência social, para ampliar conhecimentos em relação ao SUAS, e seus direitos;

Médio Prazo

136-Criar, a médio prazo, Grupo Gestor como forma de assegurar condições de participação efetiva para a sociedade civil, poder público, trabalhadores e usuários, CRAS, CREAS, CENTRO POP E REDE;

Curto Prazo

137-Fortalecer, a curto prazo, com princípios e diretrizes democráticos e participativos o conselho municipal e as conferências municipais;

138-Possibilitar, a curto prazo, a participação coletiva na gestão e no planejamento;

139-Retomar, a curto prazo, o diálogo com os movimentos de base, com o desafio de torná-los orgânicos;

140-Ampliar, a curto prazo, espaços de discussões com usuários e profissionais referente a Política de Assistência Social;

141-Criar, a curto prazo, espaços de troca de informações e participação contínua para criança/ adolescentes a respeito da Assistência Social;

142-Assegurar, a curto prazo, maior adesão e presença nos fóruns e nas demais instâncias participativas;

143-Incentivar, a curto prazo, e conscientizar a participação nos diversos fóruns (trabalhadores do SUAS e usuários);

144-Garantir, a curto prazo, o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

145-Fortalecer, a curto prazo, o incentivo à participação popular na gestão das políticas sociais;

146-Estimular, a curto prazo, o crescimento da participação dos trabalhadores do SUAS nos Conselhos e Conferências;

147-Ampliar, a curto prazo, as discussões nos serviços que provoquem os usuários a refletir sobre as demandas do território onde vivem;

148-Assegurar, a curto prazo, a participação dos usuários (Gestão Democrática) através da implantação do Conselho Gestor.

Desejos e utopias nas oitivas do PDMASsp

Para além das oitivas com as comissões central e regionais foram realizadas oficinas com usuários reveladoras de mais elementos orientadores para a próxima década na gestão do SUAS na cidade de São Paulo.

FIGURA 4 - DESENHO DE JOVEM PARA NOVA DÉCADA: O FUTURO EM 10 ANOS.



Cena 1- ao reproduzir a abordagem agressiva de um jovem por policiais. Surge a menção ao despreparo dos profissionais que atuam nos serviços: *na cena uma psicóloga passa mal ao ser questionada sobre qual orientação dar ao jovem que procura o serviço; a assistente social sai chorando diante da demanda de duas mães para atender os seus filhos e a impossibilidade do serviço de atender pela falta de vagas. A Gestora do serviço apenas diz para a Assistente Social voltar*

para seu local de trabalho sem dar uma orientação de como proceder diante das mães.

Cena 2- demanda ética na ação de uma educadora, em relação a um aluno negro: *Precisam se unir mais, ter mais ética, ouvir uns aos outros e entrar em consensos. O policial atende muito melhor o jovem, com muito mais respeito e atenção.*

Cena 3- os serviços são vistos como possibilidades de oferta de ferramentas para um futuro melhor, ainda que de maneira utópica. Como no caso de uma usuária que acredita que após participar da oficina de culinária, e em dez anos, terá conseguido concretizar o sonho de ter sua própria padaria e oferecer empregos: *Montei a padaria e pude oferecer empregos a outros.* Os idosos acreditam que as atividades físicas lhes proporcionarão estarem ativos daqui dez anos e que continuarão usufruindo do serviço, como forma de convivência e manutenção da atividade e produtividade: *Eu continuei frequentando o serviço e ainda vou sozinho! Os funcionários estão mais felizes, mais capacitados e acolhedores na relação com os usuários devido à experiência adquirida ao longo dos anos. Além disso, estão mais integrados e trabalhando em equipe.*

Cena 4- Muitas mulheres usuárias queixaram-se da falta de divulgação dos serviços em suas respectivas comunidades. Referem que lhes falta informação sobre a existência dos serviços e sobre o que oferecem. O conhecimento dos serviços se dá por meio dos próprios usuários que encaminham familiares e amigos em situação de vulnerabilidade psicossocial, para o serviço onde são atendidas. Todos relatam que o acesso ao serviço foi feito por intermédio de amigos, familiares (irmã, mãe), profissionais (terapeutas, médicos). Não foi mencionado nenhum profissional do Serviço (por exemplo em busca ativa).

Cena 5- uma usuária que procura o serviço, queixando-se de dificuldades financeiras e conflitos familiares. A técnica oferece a possibilidade de participar da oficina de dança para relaxar. A mãe aceita a proposta, entretanto ambas reconhecem que não atende as demandas que a fizeram buscar o serviço. A técnica enfatiza que seria um tempo para ela relaxar, mas como relaxar com o barulho que interferia na atividade?

Cena 6- cena dramatizada expressa **dificuldade de inserção de uma usuária ao grupo do NCI**. Demonstra preconceito em relação à nova usuária, e termina com um diálogo onde tanto o grupo quanto a usuária reconhecem que precisam rever

suas posturas. Chama atenção o fato de que a maior parte dos usuários frequenta o Centro de Convivência há muitos anos, sendo alguns há vinte anos. Referem que **atualmente é difícil conseguir vagas no serviço** pois não há rotatividade nem aumento do número de vagas.

Cena 7- a gestora do NCI alegou falta de verba para compra dos materiais, os usuários fazem sugestões de como arrecadar dinheiro: fazer festas abertas à comunidade, vendas de rifas, “vaquinha” e um abaixo assinado. Foi questionado a quem iriam direcionar o abaixo assinado, mas demonstraram dúvida e preocupação de prejudicar os gestores do serviço.

Observações gerais:

Acesso: Todos os usuários reconhecem o quanto o acesso aos serviços fez diferença em suas vidas. Há uma preocupação em ampliar o acesso para o maior número de pessoas da comunidade nos diferentes serviços ofertados pela Assistência Social. Todos acessam os serviços via familiares, amigos. Mesmo quando solicitado, o que aparece são os próprios usuários fazendo propaganda do serviço. Em nenhuma das oficinas foi possível perceber a ação de profissionais do serviço para facilitar o acesso.

Acolhida: Importância do respeito ao usuário e do fornecimento de informações adequadas por parte dos profissionais que fazem a acolhida.

Convivência: O serviço que parece ter maior clareza da importância do fortalecimento da convivência é o NCI que tem como referência a ampliação de relações dos usuários nas suas atividades. Chama a atenção o quanto um espaço adequado contribui para que as atividades possam ocorrer da melhor maneira possível contribuindo para o desenvolvimento da convivência entre os usuários.

Atendimento intergeracional: parece ser uma “grande sacada” na convivência: tanto jovens quanto idosos relatam a descoberta de aprendizados conjuntos.

Capacitação da equipe -Os usuários apontam de diversas maneiras, o quanto a equipe técnica, melhor capacitada, atuando conjuntamente e consensualmente em

um trabalho multidisciplinar, fica mais feliz e com isso contribui para um melhor relacionamento com o usuário.



Expectativas dos trabalhadores

1-Efetivação da gestão do SUAS na cidade sob os princípios do estado democrático de direito;

2-Reconhecimento pleno pelos órgãos gestores da cidade de São Paulo do espaço institucional específico do SUAS nas ações municipais e de suas responsabilidades;

3-Execução do SUAS na cidade de São Paulo em plena concordância com a NOB/SUAS 2012;

4-Direito da população a ter acesso aos serviços socioassistenciais no próprio distrito onde está assentada;

5-Acesso integral à rede de serviços socioassistenciais pelas famílias no CAD.Único;

6-Presença da rede de defesa dos direitos socioassistenciais instalada em toda a cidade de São Paulo, central e regiões;

7-Capacidade de operação em rede setorial e intersetorial instalada, onde referência e contra referência funcionem, superada incidência de equívocos;

8-Garantia de que a cada dois anos ocorram na cidade Conferências de Assistência Social em âmbito Regional e Municipal, e que o município participe das Conferências Estadual e Nacional, e que em todas seja assegurada a instância da participação popular e dos trabalhadores;

9-Contar com a oferta de serviços socioassistenciais em quantidade e qualidade compatível com a população assentada em cada uma das regiões da cidade e seus distritos atentando para a diversidade e a equidade da população usuária;

10-Instalação e funcionamento de espaços de gestão operando com dinâmica democrática entre os pares para definição da implantação de serviços socioassistenciais, seu monitoramento, supervisão e presença de conselho de gestão;

11-Unidade de divisão administrativa regional entre as secretarias municipais para viabilizar o trabalho integrado no território, de forma democrática e respeitando os princípios norteadores de cada política;

12-Relações intersetoriais planejadas de forma institucional pelas próprias secretarias;

13-Governo local como instância articuladora, com diretrizes claras para o planejamento de ações intersetoriais, investindo na institucionalização da comunicação intersetorial regional, com manutenção de fórum intersetorial com encontros regulares e socialização das decisões na rede regional intersetorial.

14-Definir e consolidar a proteção social básica e especial em uma metrópole buscando pactuar essa compreensão com o Ministério Público e o Sistema Judiciário;

15-Espraiar na sociedade, na gestão municipal, na gestão interinstitucional do SUAS e demais órgãos a clareza do conteúdo da responsabilidade da política de assistência social e do SUAS em uma metrópole;

16-Dar conhecimento público das expressões e incidência das desproteções sociais configurando nesse processo papel especial do gestor regional de SMADS que deve se mostrar informado e informar a sociedade e os órgãos gestores das expressões de desproteção social que ocorrem em seu campo de gestão;

17-Considerar a proteção social a partir da complexidade e da diversidade da cidade de São Paulo e do ângulo das especificidades da política de assistência social;

18-Criar novos referenciais na proteção social básica face às demandas dos movimentos a população da cidade;

19-Aprofundar o sentido intergeracional como premissa dos serviços, considerado que a dinâmica intergeracional é a dinâmica da família;

20-Flexibilizar horários de funcionamento dos serviços para que possam responder com maior adaptação às demandas das famílias;

21- Universalizar o atendimento do PAIF para os beneficiários;

22-Identificar a dinâmica dos serviços e suas relações em rede territorial e por especificidade;

23-Priorizar a família na atenção, pois ela pode estar tão desprotegida quanto o indivíduo e considerar o acompanhamento familiar como um ciclo com início, meio e fim;

24-Reformatação geral da gestão de SMADS na Proteção Social Especial;

25-Reconcepção da dinâmica dos serviços de proteção social especial;

26-Não permitir que a atenção dos serviços seja limitada por cláusulas conveniais;

27- Manter os serviços de proteção social especial com quadro suficiente de pessoal;

28-Superar o retrocesso que ocorreu na cidade na atenção à população em situação de rua;

29-Repensar a institucionalização da CAPE - Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência entendendo-a como uma função do órgão e da política;

30-Qualificar a equipe de CAPE que conta com 11 trabalhadores dos quais poucos tem nível superior;

31-Instalar macrorregiões de atenção a emergências e calamidades, constituindo quatro a cinco unidades macrorregionais que se localizam mais próximas de ocorrências;

32-Qualificar o processo de comunicação entre CAPE e regionais;

33-Implantar e manter com equipe necessária no mínimo um CRAS por distrito, considerando sempre a densidade territorial de famílias beneficiárias, espalhamento ou agregação de famílias assentadas nos territórios de cada distrito;

34-Em área/distritos de maior densidade populacional de famílias inscritas no CAD. Único preceder a instalação de equipes técnicas de referência na unidade física de CRAS existente. Instalar mais equipes do que prédios tanto para atenção no imóvel como na atenção móvel;

35-Implantar sob critérios objetivos o CRAS itinerante/Móvel em que os usuários são espalhados pelo chão do distrito com isso promovendo a atenção dos usuários que não chegam até o atendimento;

36-Fortalecer a efetivação do protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS, **bem como na não articulação entre CRAS e CREAS nos territórios;**

37-Criar unidade na gestão e operacionalização da rede pública conveniada, preservando a diversidade da cidade de São Paulo entre os serviços semelhantes;

38-Alcançar a unidade de gestão entre serviços semelhantes considerada a heterogeneidade territorial;

39-Manter a rede de serviços sob nomenclatura compatível com a tipologia do SUAS, superando o equívoco em atribuir nomenclatura diversificada para serviços continuados;

40-O sentido de rede não significa um conjunto de atenções individuais, necessidade em construir o sentido de público junto à rede pública do SUAS;

41-Rever o plano quadrienal de SMADS ao apresentar desproporcionalidade entre propostas de extensão da rede de serviços e cálculo de demandas que deve ser reconsiderada. Há demandas desconsideradas e propostas de instalação de novos serviços sem demanda;

42-Superar as distâncias entre a capacidade instalada nos serviços e o padrão básico de seu funcionamento alcançando a universalização;

43-Estabelecer o sentido de universalização na realidade do SUAS em São Paulo;

44-Alcançar a manutenção de vínculos/intercâmbio entre os serviços da rede, sobretudo entre aqueles que têm as mesmas finalidades, que passarão a manter encontros regulares na região e na cidade;

45-Manter modo de gestão dos serviços que permita a aproximação da realidade da vida do usuário pois isso é determinante para os resultados do serviço;

46-Instalar em SMADS sistema permanente de avaliação física da rede de serviços, identificando sua qualidade e manutenção face ao serviço prestado.

8 - Avaliação e monitoramento

As diretrizes, objetivos e metas do Plano Decenal de Assistência Social de São Paulo - serão monitorados em conformidade com o período de alcance de suas metas, curto prazo, médio prazo e longo prazo. Para que isto seja possível a função de Vigilância Socioassistencial deverá criar uma ferramenta que emita relatórios distritalizados anuais sobre o andamento das alterações de governança, das funções da política, do alcance das metas e do controle social.

Os avanços da cobertura do CAD.Único em busca da sua completude deverá ser meta de curto prazo que permitirá continuamente dimensionar características das demandas distritais e dos usuários.

A partir do estabelecimento das metas distritais, regionais, macrorregionais e gerais da cidade o PDMASsp terá condições de ser continuamente atualizado. A cada ano será possível conhecer os avanços por meio de análises simplificadas

que mostrem o estágio alcançado, bem como indiquem os desafios que estão sendo enfrentados para o cumprimento das metas esperadas.

Com a ação de monitoramento das diretrizes, objetivos e metas do PDMASsp realizado por SMADS, COMAS e outras instâncias de controle social o plano será gradualmente conhecido e de domínio dos trabalhadores do SUAS e da sociedade.

As metas do PDMASsp deverão ser contempladas nas peças como Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e LOA para que ocorra a efetivação dos gastos, previstos orçamentariamente.

Relembra-se como orienta o Plano Decenal Nacional que a valorização da gestão democrática no SUAS e a participação popular na efetivação do controle social são primordiais de maneira a **“transpassar as barreiras da máquina pública e alcança os usuários da política”**

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **SUAS 10**. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. – Brasília, DF: MDS, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único** - Respeitar e Incluir. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSUAS. **Caderno 3: Vigilância Socioassistencial: garantia do caráter público da Política de Assistência Social**. Brasília, MDS: 2013.

RIO DE JANEIRO. **O Ministério Público e o SUAS**. Fiscalização do Sistema Único de Assistência Social. CAO Cidadania. MPRJ.2014. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/112957/1483675/cartilha_suas_v_logo.pdf. Acesso em 29 nov.2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Assistência Social. **Reordenamento de Abrigos Infante Juvenis da cidade de São Paulo**. São Paulo: SAS, 2004.

SPOSATI, Aldaiza. O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº.87. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SPOSATI, Aldaiza. **Vida Urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

Listagem de quadros, mapas, gráficos, figuras, e tabelas

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS 96 DISTRITOS DE SÃO PAULO POR PORTE POPULACIONAL SIMILAR AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NO SUAS-. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	22
QUADRO 2- INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS POR PORTE POPULACIONAL, EM COMPARAÇÃO COM MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	23
QUADRO 3 - 96 DISTRITOS DE SÃO PAULO CLASSIFICADOS POR PORTE E QUANTIFICADOS PELA SUPERVISÃO REGIONAL A QUE PERTENCEM. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	24
QUADRO 4 - DISCREPÂNCIA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	26
QUADRO 5 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS E DISTRITOS FRONTEIRIÇOS POR CARACTERÍSTICA DA ÁREA DE FRONTEIRA. SMDU, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	32
QUADRO 6 - INCIDÊNCIA E QUANTIDADE DE ÁREA RURAL NOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	34
QUADRO 7 - DISCREPÂNCIA DA ÁREA RURAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, AGREGADOS POR SUPERVISÃO REGIONAL. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	36
QUADRO 8 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELA PRESENÇA DE ÁREA URBANA NÃO-URBANIZADA. IBGE, CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	37
QUADRO 9 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS NA DIMENSÃO TERRITÓRIO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	37
QUADRO 10 - QUANTIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA POR DISTRITOS. SMADS/FIPE/2015. PDMASSP. PMSP. SÃO PAULO.2016.....	42
QUADRO 11 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RURAL. IBGE, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	42
QUADRO 12 - INCIDÊNCIA DE ENCHENTES E DESABAMENTOS, POR OCORRÊNCIAS, SEGUNDO REGIÕES. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	44
QUADRO 13 - INCIDÊNCIA DAS SUPERVISÕES REGIONAL POR QUANTIDADE DE ENCHENTES E DESABAMENTOS. SP. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	44
QUADRO 14 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELO NÚMERO DE FAVELAS E ESTIMATIVA DOS DOMÍCIOS EM FAVEAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	45
QUADRO 15 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELA ESTIMATIVA DE DOMÍCIOS EM FAVELAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	46

QUADRO 16 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELA ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS DE FAVELAS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	48
QUADRO 17 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS NA DIMENSÃO PRECARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. SÃO PAULO. PDMASP. SMADS. PMSP. 2016.....	49
QUADRO 18 - INCIDÊNCIA DE GRUPOS ESPECÍFICOS NAS REGIÕES DA CIDADE. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	50
QUADRO 19 - DIMENSÕES E VARIÁVEIS UTILIZADAS NO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL. SP. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	51
QUADRO 20 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS PELO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL IGDI, AGREGADOS POR CATEGORIAS. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	52
QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS PELO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL (IGDI), AGREG. POR CATEGORIAS. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	53
QUADRO 22 - INCIDÊNCIA DO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, POR SUPERVISÃO REGIONAL. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	54
QUADRO 23 - HOMOGENEIDADE/HETEROGENEIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DOS DISTRITOS QUE COMPÕEM CADA SUPERVISÃO REGIONAL. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	55
QUADRO 24 - DOMICÍLIOS IDENTIFICADOS A PARTIR DAS UNIDADES DOMÉSTICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO, AGREGADAS PELOS TIPOS DE FAMÍLIAS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	60
QUADRO 25 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS NA COBERTURA DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES DOMÉSTICAS. SUAS 10, MDS, SNAS, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016....	63
QUADRO 26 - HIERARQUIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM UNIDADES DOMÉSTICAS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	63
QUADRO 27 - INCIDÊNCIA DE TRABALHADORES PELO PADRÃO DE ESTABILIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	90
QUADRO 28 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	90
QUADRO 29 - INCIDÊNCIA NOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	92
QUADRO 30 - DISCREPÂNCIA DO NÚMERO DE TRABALHADORES PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO, SEGUNDO A SUBPREFEITURA. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	93
QUADRO 31 - INCIDÊNCIA DOS TRABALHADORES PELA ESCOLARIDADE ASSOCIADA AO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	94

QUADRO 32 - INCIDÊNCIA DOS DISTRITOS NA TAXA DE TRABALHADORES NÍVEL SUPERIOR POR MIL HABITANTES. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	96
QUADRO 33 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELO PREDOMÍNIO DE TRABALHADORES DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A TRABALHADORES DE NÍVEL SUPERIOR. SMADS/CGP/COPS. SP. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	97
QUADRO 34 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL GERIDOS SOB CONVÊNIO. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	100
QUADRO 35 - INCIDÊNCIA DE TRABALHADORES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE GESTÃO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	100
QUADRO 36 - INCIDÊNCIA DA ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DOS CREAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	101
QUADRO 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELOS CREAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	101
QUADRO 38 - EQUIPES DE REFERÊNCIA DE CRAS DEFINIDAS NA NOBRH.....	103
QUADRO 39 - INCIDÊNCIA DA ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DOS CRAS. SMADS/CGP/COPS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	104
QUADRO 40 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL GERIDOS SOB CONVÊNIO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	107
QUADRO 41 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DAS UNIDADES DE REFERÊNCIA SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL COM GESTÃO DIRETA. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	107
QUADRO 42 - PARÂMETROS DO CUSTO MÉDIO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA APLICADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. ESTUDO PARA O PDMSDSP PREPARADO POR SMADS.2016.....	112
QUADRO 43 - PARÂMETROS DO CUSTO MÉDIO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL APLICADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. ESTUDO PARA O PDMASSP PREPARADO POR SMADS.2016.....	113
QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROTEÇÃO SOCIAL/ FMAS. PDMASSP. SMADS. FONTE: SOF/ATF.*DADOS REFERENTES A AGOSTO/2016.....	117
QUADRO 45 - PARÂMETRO DE GASTO COM TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL CONVENIADA. SP. PDMASSP.SMADS.2016.....	120
QUADRO 46 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS CONVENIADOS SUPERVISÃO REGIONAL. PDMASSP. FONTE SMADS. 2016.....	121
QUADRO 47 - TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E VALOR TRANSFERIDO POR ANO. PROGRAMA RENDA MÍNIMA, BOLSA FAMÍLIA, RENDA CIDADÃ E AÇÃO JOVEM. SMADS/CGB. SÃO PAULO. PDMASSP - SETEMBRO DE 2016.....	123
QUADRO 48 - EXEMPLOS ATUAIS DE USO DE NOMES FANTASIA DESCARACTERIZANDO A REDE SUAS. PDMASSP. SMADS.2016.....	144

QUADRO 49 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS PELA CATEGORIZAÇÃO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	148
QUADRO 50 - DISCREPÂNCIA DA PRESENÇA DOS SERVIÇOS ENTRE DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	149
QUADRO 51 - DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PELA CATEGORIZAÇÃO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	151
QUADRO 52 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIDA. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	153
QUADRO 53 - HIERARQUIZAÇÃO DOS CRAS PELA INCIDÊNCIA DE FAMÍLIAS COM MEIO SALÁRIO MÍNIMO NO CAD. ÚNICO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	160
QUADRO 54 - HIERARQUIZAÇÃO DOS DISTRITOS PELO PREDOMÍNIO DO BPC CONCEDIDOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO A IDOSOS. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	162
QUADRO 55 - MAIORES E MENORES DISCREPÂNCIAS DOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	165
QUADRO 56 - OITIVAS TEMÁTICAS DA COMISSÃO GERAL E DAS REGIONAIS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS 2016.....	205
QUADRO 57 - OFICINAS COM USUÁRIOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS 2016.....	206
QUADRO 58 - CARTOGRAFIA DA FORÇA DAS DELIBERAÇÕES AGREGADAS POR TEMAS AVALIADA PELA FERRAMENTA DIGITAL. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. 2016.....	207
MAPA 1 - 96 DISTRITOS CLASSIFICADOS PELO PORTE POPULACIONAL COM BASE NO SUAS10. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	21
MAPA 2 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	29
MAPA 3 - DISTRITOS DE FRONTEIRA E SUA TIPOLOGIA. SMDU, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	31
MAPA 4 - INCIDÊNCIA DE ÁREAS RURAIS NOS DISTRITOS DE SÃO PAULO. IBGE, 2016. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	34
MAPA 5 - INCIDÊNCIA DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA PELOS 96 DISTRITOS. SMADS/FIPE, 2015; SÃO PAULO. PDMASSP. PMSP. 2016.....	41
MAPA 6 - INCIDÊNCIA DE FAVELAS NOS DISTRITOS. SEHAB, 2015. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	45
MAPA 7 - INCIDÊNCIA DO ÍNDICE GERAL DE DISCREPÂNCIA INTERDISTRITAL DOS DISTRITOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, POR CATEGORIA DE DISCREPÂNCIA. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	57
MAPA 8 - INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DE COBERTURA DO CAD. ÚNICO PELO VOLUME DE FAMÍLIAS MORADORAS EM CADA DISTRITO. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	66
MAPA 9 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIDA PELOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	155

MAPA 10 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CONVÍVIO NOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	156
MAPA 11 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE PRONTIDÃO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	157
MAPA 12 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE DEFESA. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	158
MAPA 13 - INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	159
GRÁFICO 1 - VARIÁVEIS DAS DIMENSÕES DA DIVERSIDADE DOS DISTRITOS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	19
GRÁFICO 2 - TIPOS DE UNIDADES DOMICILIARES, POR REGIÃO DA CIDADE. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	61
GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD. ÚNICO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM UNIDADES DOMÉSTICAS DOS DISTRITOS AGREGADOS POR REGIÃO. IBGE/CENSO, 2010. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	65
GRÁFICO 4 - FORMAS INSTITUCIONAIS DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE S. PAULO. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	76
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO SMADS/FMAS NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL. R\$ EM VALORES NOMINAIS. FONTE: SMADS SOF/ATF. DADOS DE AGOSTO DE 2016.....	115
GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DE GASTOS- ANO POR TIPO DE PROTEÇÃO SOCIAL E EM EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DE SMADS. PDMASSP. SMADS. 2016. FONTE: SOF/ATF.....	118
GRÁFICO 7 - SEQUÊNCIA DE OITIVAS REALIZADAS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	203
FIGURA 1 - PLANOS MUNICIPAIS. SP. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	13
FIGURA 2- PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DA CIDADE. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS. PMSP. 2016.....	40
FIGURA 3 - FLUXO DE INTEGRAÇÃO DAS ATENÇÕES DO SUAS. PDMASSP .2016.....	166
FIGURA 4 - DESENHO DE JOVEM PARA NOVA DÉCADA: O FUTURO EM 10 ANOS.....	185
FIGURA 5 - VOLUME DE PARTICIPANTES POR MACRORREGIONAIS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS.....	203
FIGURA 6 - VOLUME DE PARTICIPANTES POR REGIONAIS EM VARIOS TIPOS DE OITIVAS. SÃO PAULO. PDMASSP. SMADS 2016.....	204

TABELA 1 - OSCILAÇÃO ANO A ANO DO MONTANTE ALOCADO NA LOA PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE SP (2003-2016)..... 115

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO (SMADS/FMAS) EM VALORES EMPENHADOS. R\$ EM VALORES NOMINAIS. FONTE: SMADS SOF/ATF. DADOS DE AGOSTO DE 2016..... 116

TABELA 3 - GASTOS COM CONVÊNIOS DOS ENTES FEDERATIVOS EM 2016 POR PROTEÇÃO SOCIAL. PDMASSP. SMADS.2016..... 117

Anexo I - As oitivas realizadas

Adotou-se na elaboração do Plano Decenal a nomeação geral de oitivas como identificação dos vários momentos em que a consultoria pode estar em audiência com os vários segmentos que compõem SMADS- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e seus entes relacionados. A construção do PDMAS sob o formato participativo desenvolveu-se por meio de consultas, ou escutas, coletivas nominadas de oitivas.

Como já afirmado a construção do PDMAS foi demarcada por duas fases: análise de situação³⁰ e a utopia das metas. As oitivas aqui analisada referem-se à primeira fase, isto é, a leitura da situação atual. Todavia, como previsível, a indicação de como está uma dada situação, facilmente resvala para a informação do desejo de que ela passasse por algumas, ou muitas, modificações ou a exposição sobre desejos de alterações ou mesmo mudanças.

A construção das utopias em boa parte derivou da análise da situação, pois nas oitivas realizadas a análise do hoje ultrapassa a análise do presente, apontando ao mesmo tempo, para um novo futuro, o que leva ao campo da utopia. De fato, a capacidade projetiva humana olha o presente não só como é, mas também sob o parâmetro de como desejaria que fosse.

³⁰ A análise de situação ocorre em três principais dimensões: Análise da realidade do município e suas demandas, partindo de seus 96 distritos como se São Paulo fosse formada por 96 cidades. Esta decisão deriva do Plano Decenal Nacional do SUAS que orienta a análise da realidade socioassistencial pela diversidade, o que demarca uma nova fase do SUAS- 2016-2026. Na **primeira** dimensão analítica, cada um dos 96 distritos da cidade de São Paulo é examinado e pelas suas características e sua diversidade, posta pelo tipo de território abrangido e presença dos grupos específicos. A centralidade da análise não é a renda per capita embora quase todas as atividades na assistência social se apresentem centradas nela. Desloca-se esse sentido para a relação desproteção/proteção social. Na **segunda** dimensão a centralidade é o conhecimento da rede de serviços socioassistenciais localizados nos distritos e sua cobertura; o que existe efetivamente em presença nos serviços de proteção social básica e especial em cada uma dessas 96 cidades. A **terceira** dimensão se dedica ao trabalho e aos trabalhadores do Suas na cidade. São mais de 16.000 trabalhadores do SUAS na cidade dos quais 1.400 são estatutários e o restante celetistas contratados pelas organizações conveniadas.

Chama-se atenção a esse movimento, pois o exercício das oitavas ao desenvolver uma leitura crítica do presente, termina por apontar o desejo de alteração o que nos encaminha para metas e utopias. Outra aproximação das utopias realizada ocorreu pela localização e exame dos seis planos de assistência social da cidade realizados no período de 2000 a 2014. O plano quadrienal 2014-2017 por coincidir em dois anos com o período do PDMAS tornou-se uma segunda fonte de manifestação de utopias. A terceira fonte decorre das discussões sobre o **SUAS que queremos** realizadas nos encontros regionais. A quarta fonte procede dos resultados de ferramenta digital que foi aberta aos trabalhadores com aplicação no período de 13 a 21 de outubro. Como já adiantado este produto centra na análise de conteúdo das oitavas temáticas nelas destacando eventuais manifestação de um vir a ser para a política em São Paulo.

Cabe ainda ressaltar nesta análise a conjuntura histórica do momento em que se constrói o PDMASsp, marcada pela alta turbulência política desde o nível de gestão do governo federal, por ocorrência de votação de processo de impedimento presidencial, até as eleições municipais que concluíram em 2 de outubro pela não reeleição do prefeito em exercício. Os meses de setembro e outubro de que se ocupa este relatório são marcados por instabilidades e descontinuidades na gestão do país e da cidade de São Paulo o que sem dúvida veio a refletir, direta ou indiretamente, na dinâmica do processo de elaboração do PDMASsp em curso.

GRÁFICO 7 - SEQUÊNCIA DE OITIVAS REALIZADAS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. PMSP. 2016



Foram realizadas 18 oitivas temáticas entre 1º de setembro de 2016 a 5 de outubro de 2016, que envolveram cerca de 60 horas gravadas (transcritas e sintetizadas) com a presença de cerca de 500 participantes. Algumas oitivas foram alargadas de uma sala para um espaço de plenário ou auditório.

FIGURA 5 - VOLUME DE PARTICIPANTES POR MACRORREGIONAIS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS



FIGURA 6 - VOLUME DE PARTICIPANTES POR REGIONAIS EM VARIOS TIPOS DE OITIVAS. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS 2016.

SAS	Participantes Oitiva Digital	Participantes Oitivas Regionais	Total de Participantes	Produto Final
Cidade Ademar	127	978	1105	X
Casa Verde/ Cachoeirinha	68	334	402	X
Penha	212	153	365	X
Sé	124	185	309	X
Mooca	100	179	279	
Vila Maria	159	0	159	
Santana	42	96	138	
Ipiranga	39	98	137	X
Guaianases	64	68	132	X
Ermelino Matarazzo	46	86	132	
São Mateus	20	111	131	X
Vila Mariana	69	61	130	X
Campo Limpo	94	34	128	X
São Miguel Paulista	123	0	123	
Freguesia do Ó	26	96	122	X
Pirituba	45	62	107	X
Jabaquara	39	65	104	X
Perus	30	63	93	
Jaçanã/ Tremembé	37	38	75	
Butantã	67	0	67	X
Parelheiros	67	0	67	
Aricanduva/ Formosa/Carrão	54	5	59	
Santo Amaro	49	9	58	
Vila Prudente	50	0	50	
M' Boi Mirim	46	0	46	X
Itaquera	31	8	39	X
Itaim Paulista	21	5	26	X
Pinheiros	21	0	21	
Sapopemba	21	0	21	
Capela do Socorro	11	0	11	X

As oitivas regionais registraram múltiplos formatos e foram realizadas entre os meses de setembro e outubro 195 encontros locais³¹ que debateram as formas com que se apresenta o Sistema Único de Assistência Social- SUAS na região abrangida pela respectiva Supervisão. Esses encontros, que mobilizaram cerca de 3000 participantes, foram fotografados, gravados e suas conclusões registradas de forma a compor o conteúdo do PDMAS.

Foi na região norte que ocorreram oitivas com maior volume de participantes. Foram realizadas em média 6 oitivas em cada uma das 32 regionais de SMADS.

A 10ª oitiva, sobre proteção social, foi a que apresentou o maior número de indicações, (14% do total) o que se justifica por se tratar da área fim na atenção do órgão ao usuário. No conjunto das manifestações a gestão do trabalho e o

³¹ Os 195 encontros ocorreram nas 32 regionais e cinco macrorregiões, a partir de 15 de setembro. Com certeza foram mais de 2965 participantes nesses encontros, todavia não se teve acesso a todas as listas de presença.

processo de governança da pasta receberam significativo destaque dentre as manifestações, pois juntas cobrem 60% das manifestações.

QUADRO 56 - OITIVAS TEMÁTICAS DA COMISSÃO GERAL E DAS REGIONAIS.
SÃO PAULO. PDMASp. SMADS 2016.

SAS	CAPE	Coordenação Administrativa	Coordenação Central	CRAS	CREAS	Outros	Representante de associações conveniadas	Representante de associações sem convênio	Representante de trabalhadores	Representante de usuários	Serviço de Proteção Social Básica	Serviço de Proteção Social Especial	Supervisão Regional	Total
Aricanduva		2		8	4	2	7		2		20	7	2	54
Butantã			1	16	1	4	10		1		25	5	4	67
Campo Limpo		1		9		5	4		9		52	11	3	94
Capela do Socorro							1			1	7		2	11
Casa Verde/Cachoeirinha		1	2	7	3	9	7		6		5	25	3	68
Cidade Ademar				19	3	8	6		19		52	17	3	127
Cidade Tiradentes				3	1	1					3		1	9
Ermelino Matarazzo				5	2	4					20	12	3	46
Freguesia do Ó				9	3		2		2		7		3	26
Guaianases				16	3	2	3		9		18	7	6	64
Ipiranga		1		8	6	4	3				9	5	3	39
Itaim Paulista		1		2			4	1	2		7	1	3	21
Itaquera		2		3	1	3	2		1		7	8	4	31
Jabaquara		3		5	3	2	3		2		5	13	3	39
Jaçanã/Tremembé				10	2	1	14	1			5	2	2	37
Lapa				1	1		2				1	5	1	11
M' Boi Mirim				8	2	5	3		5		19	2	2	46
Mooca			1	39	16	1			7	6	15	14	1	100
Parelheiros				12		1	2	1	2		43	5	1	67
Penha				6	7	6	25	7	10	4	69	75	3	212
Perus				7			4		3		11	2	3	30
Pinheiros				4	2	3	3				6	3		21
Pirituba				9	1		4		1		23	5	2	45
Santana				7	4	7	1		2		4	16	1	42
Santo Amaro				5	4	4	4		3		11	12	6	49
São Mateus		2		4		2	3		2		5	1	1	20
São Miguel Paulista		2	2	15	5	8	11		12	5	51	9	3	123
Sapopemba				1	5	3	2		1		7		2	21
Sé	14		23	5	6	9	12		6		15	30	4	124
Vila Maria		1	1	36	4	7	3		4		75	25	3	159
Vila Mariana		7	2	7	7	4	7		8		3	14	10	69
Vila Prudente			1	6	4	2	2				19	10	6	50
Grand Total	18	21	31	292	100	107	154	10	119	16	619	341	94	1922

É de se concluir que se tem nestes dois pontos a maior força em proposição de mudanças que deverão estar presentes no PDMASsp.

QUADRO 57 - OFICINAS COM USUÁRIOS. SÃO PAULO. PDMASsp. SMADS 2016.

Utopia – Intergeracional (Jovens e Idosos)			
Participantes	Data	Dinâmica	Local
5 jovens CJ Arrastão; 5 jovens CJ Paris; 4 mães de usuários do CCA Quadrangular, 4 mães de usuários do CCA Ingá, 4 usuários do NCI Vida Ativa, 4 usuários do NCI São Francisco de Assis, 4 usuários do CCInter (Centro de Convivência Intergeracional).	08/11	Psicodrama com Jovens e Idosos	Arrastão Movimento de Promoção Humana / End. Rua Dr. Joviano Pacheco de Aguirre, 255 – Campo Limpo
Utopia – Adultos - SASF			
Participantes	Data	Dinâmica	Local
Mulheres do SASF Vila Andrade, SASF Paraisópolis, SASF CR I e SASF CR III, 4 crianças, de 2 a 8 anos Técnicas e coordenadora do SASF.	08/11	Psicodrama com adultos	Arrastão Movimento de Promoção Humana / End. Rua Dr. Joviano Pacheco de Aguirre, 255 – Campo Limpo
Utopias – Jovens CCA, CJ, CEDESP e SAICA			
Participantes	Data	Dinâmica	Local
30 jovens, sendo 26 de uma mesma instituição, mas de diferentes serviços (CCA, CJ e Cedesp) e 3 de Saica.	10/11	Oficina de cartografia com adolescentes e jovens	Fundação Lar São Bento / End. Rua Amambaí, 1415 - V. Maria Baixa
Utopias – Idosos NCI			
Participantes	Data	Dinâmica	Local
34 idosos usuários do NCI Edith de Azevedo Marques, 2 profissionais da equipe técnica	11/11	Psicodrama com idosos	NCI Edith de Azevedo Marques. Local: Centro Social Leão XIII ; Rua Santa Maria Goretti, 179 - Vila Maria

QUADRO 58 - CARTOGRAFIA DA FORÇA DAS DELIBERAÇÕES AGREGADAS POR TEMAS AVALIADA PELA FERRAMENTA DIGITAL. SÃO PAULO. PDMASp. SMADS. 2016.

FUNÇÃO X FORÇA	+ 80%	76 a 79%	70 a 75%	66 a 69%	60 a 65%	49 a 59%	TOTAL
Função governança	1	4	12	8	11	2	38
Função proteção social	0	1	4	10	9	1	25
Função vigilância socioassistencial	0	0	10	10	6	2	28
Função defesa de direitos	1	1	2	1	0	0	5
Função financiamento	0	0	2	2	5	0	9
Função comunicação	0	1	5	2	0	0	8
Função gestão do trabalho	0	1	6	5	6	0	18
Função controle social	0	0	0	1	8	1	10
TOTAL	1.4%	6%	29%	28%	32%	4.25%	100%

Anexo II - Desproteções da proteção social especial e seus protocolos

CREAS /PAEFI	<p>Documento norteador Caderno CREAS 2011- Plano de implementação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social/CREAS – conceitos, metodologia e protocolos para ação.</p> <p>TR UNESCO – PAEFI- Capacitação realizada pela CEDEPE-PUCSP junto a equipe técnica dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e dos Núcleos Psicossocial e Jurídico - NPJ no que se refere às metodologias de trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI a fim de atender as orientações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.</p>	<p>Demanda reprimida para inclusão no atendimento;</p> <p>Atualmente, quase 100% dos NPJ atendem acima da capacidade conveniada, 120 atendimentos mensais;</p> <p>Demandas que recorrem ao CREAS/PAEFI pela questão social estão sendo ultrapassadas pelas judicializadas;</p> <p>Alta demanda oriunda do Sistema de Justiça que estipula prazos exíguos às equipes, exigindo devolutivas sob pena de responsabilização, em detrimento do PAEFI.</p>
NPJ- NÚCLEO DE PROTEÇÃO JURÍDICO SOCIAL) - “BRAÇO DA ATUAÇÃO DO CREAS NO TERRITÓRIO”	<p>Defasagem da tipificação, Portaria nº46 versus a realidade vivida pelos serviços. Ex: NPJ's referem que segundo a tipificação não lhes compete a execução do PAEFI, por sua vez os CREAS entendem que cabe ao NPJ tal execução e aos CREAS (Trabalhadores estatutários) cabe a supervisão técnica. Esse descompasso notado nas supervisões que realizamos aos CREAS, denota um cenário que favorece desproteções sociais.</p>	<p>Ausência de normatização. Notamos que os NPJ, apesar da tipificação municipal, requerem detalhamento quanto aos processos de trabalho;</p>
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E NA RUA	<p>-Atualmente há um GT publicado em DOM, sob a coordenação do COMAS e CMDCA discutindo uma proposta de política de atendimento à crianças e adolescentes em Situação de Rua, inclusive realizando audiências públicas.</p> <p>-Cabe destacar que boa parte dos participantes desse GT detêm pouquíssimo ou nenhum conhecimento das características que permeiam essa política</p> <p>- CAPE/SEAS – acolhimento em baixas temperaturas sem requisição do conselho tutelar</p>	<p>Ausência de Políticas Públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua, assim como para suas famílias;</p> <p>Concentração de renda;</p> <p>Dependência Química/uso abusivo de entorpecentes;</p> <p>Falta de articulação entre as pastas, principalmente entre a Saúde e Assistência;</p> <p>Exploração Sexual e violação de outros direitos, formação do SEAS - Serviço -especializado de Abordagem Social não “dá” conta desse recorte;</p> <p>Fragilidade técnica dos CRAS/CREAS/SEAS em razão da ausência ou baixa capacitação;</p>
FORMAS DE DESPROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	<p>Comissão Municipal de Erradicação ao trabalho infantil constituída a partir de Decreto Municipal;</p> <p>Elaboração do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil em Parceria com a UNESCO e que se encontra em fase de publicação. Importante observar a fragilidade na intersetorialidade, algumas representações de secretarias, ficaram a cargos de profissionais que não estavam ligados ao gabinete do secretário, o que dificultava os acordos necessários entre as pastas;</p> <p>Caderno de Fluxo interno PETI</p>	<p>Ausência de Campanha Permanente;</p> <p>Subregistro do trabalho infantil, resultado da falta de entendimento do conceito de trabalho infantil entre as autoridades e técnicos da esfera municipal, estadual e federal;</p> <p>Critérios não uniformes para identificá-lo, embora o país tenha avançado muito tanto na legislação como na formulação de políticas públicas para prevenção e erradicação do problema;</p> <p>Falta de condições para reverter a invisibilidade das condições do trabalho adolescente que muitas vezes fica à margem das ações governamentais;</p> <p>Fragmentação das iniciativas governamentais e a deficiência de capacitação dos profissionais para lidar com o problema;</p>

**FORMAS DE
DESPROTEÇÃO
DE
ADOLESCENTES E
JOVENS
EM MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS
EM MEIO
ABERTO**

Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Fundação CASA, objetivando assegurar a matrícula do adolescente/jovens que cumpriu ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas e sua permanência na escola.

DOE 30/01/2015
Vigência: 3 anos

Termo de Cooperação celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU e a Prefeitura da Cidade de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, visando a colaboração mútua para a formação profissional de adolescentes

DOC 01/03/2016
DOE 11/03/2016
Vigência: 24 meses

Termo de Convênio Firmado entre Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, objetivando a conjugação de esforços para o fornecimento de informações para a melhor execução das medidas socioeducativas em meio aberto, por meio de acesso ao Portal da Fundação Casa.

DOC 19/08/2016
Vigência: 60 meses

Termo de Cooperação com o Instituto Sou da Paz cujo objeto a conjugação de esforços para realização de diagnósticos e pesquisas a serem registradas e sistematizadas pelo ISDP para cooperar com os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto

DOC 11/06/20156
Vigência: 1 ano

Protocolo firmado com a Universidade Anhanguera (concretizado) para assessoramento pontual no Seminário de Elaboração do Plano Decenal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da Cidade de São Paulo.

Ausência de instrumentos e mecanismos para viabilizar a intervenção articulada dos órgãos públicos e instituições privadas do município, com abordagem intersetorial, definição de metas e estratégias conjuntas para prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, bem como a interação de procedimentos e fluxos de notificações e encaminhamentos;

Cultura que naturaliza e incentiva o trabalho infantil “trabalhar é melhor que roubar”, “trabalho desde criança e olha em quem me transformei”;
Extrema pobreza, pobreza e questões socioeconômicas invisíveis às políticas sociais básicas;

Fragilidade técnica dos CRAS/CREAS/SEAS em razão da ausência ou baixa capacitação;
Ausência de Campanha Permanente sobre essa temática

Presença deficitária e/ou ausência de políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer para adolescentes e jovens nos territórios onde existe maior concentração de adolescentes e jovens;

Desigualdades de renda, raciais, de gênero, de orientação sexual;

Falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho;

Defasagem escolar, dificuldade de inserção e permanência nas escolas públicas;

Ausência de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades específicas de aprendizagem de adolescentes e jovens;

Insuficiência de vagas em EJA, CIEJA e educação profissional;

Aliciamento de adolescentes e jovens para o tráfico de drogas;

Violência policial e institucional;

Fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários;

Políticas públicas destinadas a adolescentes e aos jovens ainda não conseguem responder às demandas desse público.

FORMAS DE DESPROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, comissão publicada em DOM de 17 de maio de 2007 e regulamentada por Decreto, nº48.358, sob coordenação da SMADS/CPSE – atualmente a tarefa principal dessa comissão é a Revisão do Plano Municipal de Enfrentamento a Violência. As reuniões ocorrem uma vez por mês e as ações têm sido discutidas visando ampliar a efetividade destas.

A CMESCA realiza ao menos três campanhas por ano: Carnaval / 18 de maio e Fórmula I, renovando sua estratégia no ano de 2016, via parceria com a Educação, realizando processo formativo com Professores Titulares de Ensino Fundamental II e Médio em regência; Coordenador de Educação de CEU, Professor Orientador de Sala de Leitura, Professor Orientador de Informática Educativa, Professor Orientador de Educação Integral, quanto ao fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

Essa política tem sido conduzida na esfera federal pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Os serviços de Proteção às Vítimas de Violência (tipificados na 46, como SPVVs), apresentam lista de espera para atendimento, e em algumas regiões os serviços estão atendendo acima da capacidade conveniada, remetendo aos trabalhadores sobrecarga de trabalho, face a uma temática tão complexa como as questões de violência;

Regiões da cidade sem cobertura de atendimento, a saber: Perus, Pirituba (vazios de Serviços: Básica e Especial), Vila Maria, Santana, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Pinheiros e Mooca;

Ausência de normatização;

Defasagem da tipificação do SPVVs na Portaria nº46 versus a realidade vivida pelos serviços, a exemplo do SPVV de São Miguel, que expõe que a falta de concessão de vale transporte para as famílias, dificulta a vinda destes aos atendimentos, fato destacado como principal motivo para não ida ao serviço;

Horário de atendimento incompatível à carga de trabalho das famílias atendidas por esse serviço.

FORMAS DE DESPROTEÇÃO DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Proposta de alteração de Lei da Família Guardiã para Família Acolhedora (Desde março 2016);

Serviços que compõe a rede de acolhimento: SAICAS, Repúblicas Jovem e Serviços de Acolhimento de Apoio a CAPE (Porta de entrada) - Acolhimento de crianças e adolescentes com transtorno mental, suporte da Saúde das RAPs, fragilização nessa parceria;

Ameaçados de morte (inclusos ou não no PPCAAM);

Dificuldade de inclusão no mercado de trabalho;
Alto índice de adolescentes com uso abusivo de drogas;

Omissão da escola (meninos convidados a se retirar da escola, gerente sendo chamados diariamente para buscar as crianças);

Violação de direitos por parte dos CT (acolhimentos desnecessários, omissão de atendimento);

Omissão do Poder Judiciário (desmembramento do grupo de irmãos, transferência de serviços inclusive para outras regiões, transferência de SAICA regular para serviço Porta de Entrada, falta de audiência concentrada dos acolhidos nos Portas de Entrada etc.);

Violação dos direitos por parte dos SAICAS (indisponibilidade frequentes de vagas para adolescentes, vagas de adolescentes "transformadas" em vagas de berço, "transferência" de um SAICA regular para um Porta de Entrada, lavraturas de BOs frequentes, etc.);

Rejeição/preconceito e discriminação por parte dos vizinhos (denúncias e acionamento de polícia frequentes, ameaças, agressões físicas e verbais);

Proibição de acesso em lugares públicos (parques, bibliotecas, escola, espaços de lazer e cultura);

Ameaças veladas de policiais;

Fluxo migratório de mulheres gestantes estrangeiras sem suporte de parentes para cuidar dos filhos já nascidos durante a internação no momento do parto e dificuldades para garantir o acolhimento sem a judicialização dos casos.

A **pessoa com transtorno mental** e o acolhimento em Residência Inclusiva.

FORMAS DE DESPROTEÇÃO A PESSOAS COM

Atualmente não há nenhum protocolo entre SMADS e SMS para a atendimento àqueles com deficiência mental com

DEFICIÊNCIA

sintomas de transtornos psiquiátricos. Tivemos apenas um protocolo em 2008 para a Moradia Especial Provisória para PcD (Projeto SIAI - que pretendia parceria entre Saúde e Assistência Social / Estado e Município); o Protocolo não foi publicado, ficou no âmbito do Processo Administrativo de conveniamento do serviço com a organização social. Foram publicadas duas Portarias conjuntas.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à legislação brasileira em 2008, define que "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".

As demais legislações – LBI - Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e a Minuta do Decreto que institui a Política Municipal para a Pessoa com Deficiência (que esteve em consulta pública entre agosto e setembro) seguem o mesmo princípio. Não sabemos, ainda, se trará a concepção e caracterização que diferencie deficiência mental e deficiência intelectual.

A Norma Técnica do SNAS/2012 para Residência Inclusiva traz que "O conceito de "Pessoa com Deficiência" está em evolução". Mas, também, na Questão 16 diz que as "pessoas com transtorno mental devem ser atendidas pela rede de saúde mental que contempla serviços exclusivos nos municípios e na comunidade.

A Política Nacional de Saúde Mental possui uma rede de serviços voltados para as pessoas com transtorno mental como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura, os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III)".

A descrição da RT II, que na política de Saúde Mental também se constitui como moradia é muito semelhante à RI da Assistência Social (ou vice e versa porque a RT veio primeiro) – a maior diferença é que a RT possui um profissional Técnico de Enfermagem diário.

A Portaria Interministerial MDS/MS nº 03, de 21/9/2012, dispõe sobre a parceria entre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito das Residências Inclusivas.

O atendimento a pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista, tanto nos NAIS PcD que atendem grupos de 10 pessoas (pessoa com TEA requer atuação em grupo reduzido), quanto nas RIs - pela escassez ou ausência de outros equipamentos que deem suporte durante o dia. A Saúde diz que são os CAPS que atendem. Temos a Lei nº 12.764, de 27/12/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA – Artigo 1º - § 2º) A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Em relação aos NAIS PcD, em alguns serviços tem casos bastante graves, mas, essa modalidade de atendimento deve ser revista por ocasião da revisão do próprio serviço entre PSE e PSB.

FORMAS DE DESPROTEÇÃO MULHERES VÍTIMAS DE

Protocolo intersecretarial (Habitação/Secretaria de Política para Mulheres e SMADS) aguardando parecer jurídico;

Inexistência de protocolo com Educação e Saúde do Município e do Estado, que garanta o sigilo dos atendimentos (a não localização das crianças e adolescentes que acompanham a mulher vítima de

VIOLÊNCIA

Grupo de trabalho com a Justiça, envolvendo discussões e atuação com agressores do sexo masculino não publicado em DO;

Protocolo de Procedimentos entre SMADS e Secretaria de Políticas para Mulheres, sem publicação aguardando manifestação jurídica.

violência);

Necessária capacitação de todos os técnicos da rede de Assistência para os novos paradigmas no atendimento da Mulher vítima de violência;

Normatizar os serviços de CDCM e Casa Sigilosa (CAE para mulheres vítimas de violência);

Inexistência de protocolo com as diferentes Secretarias Municipais e Estaduais afetas à questão do Trabalho e Empreendedorismo para capacitação das mulheres e colocação no mercado formal ou informal, empoderando-as para o rompimento do ciclo de violência;

Não há uma ação de atendimento/acolhimento com os agressores, diminuindo a possibilidades de rompimento do ciclo de violência;

Movimento desencadeado pela Secretaria de Mulheres para passagem dos serviços de acolhimento sigilosos àquela pasta, no entanto, essa ação desencadeada pela Secretaria de Mulheres, não se concretizou até a presente data, em razão da competência apontada nas diferentes legislações. Em consequência ocorreu uma estagnação na rede de acolhimento da SMADS.

Falta de protocolos com a saúde para o atendimento integral no Centro Dia, Centro de Acolhida Especial e na ILPI, inclusive com orçamento das duas Secretarias, que garanta profissionais de acordo com sua competência (enfermeiros, auxiliares de enfermagem, nutricionista, fisioterapeuta, etc.);

Quantidade de vagas insuficientes para o acolhimento do idoso na rede socioassistencial;

É necessário melhorar a estrutura da Divisão de Manutenção da SMADS para priorizar a busca e adequação de imóveis para os serviços de idosos, atendendo o Estatuto do Idoso;

FORMAS DE DESPROTEÇÃO DE IDOSO

Protocolo de acesso ao Centro Dia elaborado pela CPSE e Coordenadoria do Idoso na Saúde
Resolução conjunta SMS e SMADS Sobre a Atuação em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) sob Gestão Municipal, aguardando no Jurídico da Saúde

Garantia de imóveis adequados para o atendimento do idoso, respeitando suas especificidades com planejamento, em conjunto com as implantações;

Excesso de ofícios do Ministério Público solicitando vaga;

Falta de responsabilização dos familiares frente à negligência ao idoso pelo Ministério Público;

Falta de responsabilização dos diretores de ILPIs ilegais, motivando a abrir nova ILPI, sempre que a anterior é interditada. A SMADS acaba por acolher os idosos da ILPI interditada, por determinação judicial, porém os responsáveis pela ILPI Particular abrem nova ILPI, sem prejuízo legal.

Revisão da portaria 46/47 que garanta o custo necessário para esta tipologia.

Espaços adequados, preferencialmente térreos para a implantação dos serviços, evitando-se problemas com a manutenção dos elevadores;

Falta de conhecimento e apropriação das legislações vigentes que se refere ao atendimento deste público;

FORMAS DE DESPROTEÇÃO AO PÚBLICO LGBT

Falta de formação contínua dos profissionais da rede direta e indireta (Básica e Especial) para o atendimento LGBT, com respeito à orientação sexual e identidade de gênero; Garantia de Espaços adequados (estrutura) para as Mulheres Travestis, Transexuais e Homens Trans. na rede socioassistencial, principalmente no atendimento à população em situação de rua, como exemplo, nos Núcleos de Convivência, Espaços de Convivência e Centros de Acolhida, com a garantia de quartos específicos e banheiros privados;

Falta de discussão da temática LGBT junto aos usuários da rede socioassistencial (adolescentes, adultos, famílias e

idosos) a fim de ampliar o conhecimento e diminuir a discriminação;

Garantia em toda rede socioassistencial direta e indireta, da utilização do nome social, inclusive com a atualização dos Banco de Dados da Assistência Social, conforme previsto em lei;

Garantia de ações intersetoriais descentralizadas em todo o município, envolvendo prioritariamente Assistência Social e Saúde no atendimento ao público LGBT.

O quadro de Trabalhadores Sociais não está caracterizado de acordo com a equipe de referência para Centro POP com capacidade para 80 famílias/ indivíduos em municípios de gestão plena. Faltam: 01 Psicólogo, 01 Auxiliar Adm., 01 Advogado e 04 Profissionais de nível superior ou médio.

Diferentes modelos de Centros POP, dos cinco existentes, dois são executados com NPJ – Núcleo de Proteção Jurídica, dificultando o acesso do usuário as ofertas previstas no UAS, tais como: espaços para higiene pessoal, banheiros individualizados com chuveiros e com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; sem refeitório e cozinha para usuários; oferta de alimentação; lavanderia e espaço para guarda de pertences com armários individualizados. Um Centro POP executado em parceria com Núcleo de serviços que embora garanta as ofertas acima elencadas, não atua de forma articulada com a equipe de trabalhadores estatutários, que fazem a gestão estatal do Centro POP, fato que prejudica a execução do Serviço Especializado para População em Situação de Rua. Temos ainda um Centro POP que atende sem Núcleo e NPJ, não garantindo as ofertas citadas, no mesmo espaço e um Centro POP executado com a modalidade Tenda, por vias de ser finalizado.

Face as três formas distintas de execução dos Centros POP em São Paulo, avaliamos que o Serviço Especializado para População em Situação de Rua não é realizado conforme preconizado pelo SUAS e suas legislações correlatas. Identificamos que as ações são assistemáticas, gerando desproteção aos usuários/as.

Desarticulação entre Centros POP e rede socioassistencial referenciada a este. Devido a essa realidade paulistana, nota-se que as equipes de trabalhadores estatutários não conseguem fazer a gestão da rede de serviços, visando afiançar os serviços ofertados aos usuários/a. Face a essa lacuna nesta vigilância socioterritorial, as ações ficam cada vez mais fragmentadas.

Coordenação da Política sob responsabilidade da SDHC;

Ausência de outras políticas públicas:

- SEHAB - moradia pop rua
- SMS - saúde mental/transtorno; dependência química (álcool/outras drogas)

Preconceito/discriminação;

Falta de Serviços nas demais políticas públicas a exemplo de acolhida de casos graves após alta hospitalar;

Rejeição de serviços pop ruas pela cidade (acolhimento/núcleos - são rejeitados);

Ausência de banheiros públicos;

Dificuldades de acesso em outras políticas a exemplo da Educação

Lei de Drogas em vigência no Brasil desde 2006 provocou um sério encarceramento em massa (com um aumento de 600% desde então).

O estigma sobre esta população encarcerada é um sério desafio criando novas demandas de atenção social a partir dos estigmas via política de Segurança Pública com nenhuma oferta de reparação de danos.

FORMAS DE DESPROTEÇÃO DO CENTRO POP

FORMAS DE DESPROTEÇÃO DE POP RUA

POP RUA X USO ABUSIVO DE DROGAS

O ato do uso de drogas e seus rituais (pessoais e intransferíveis), os quais, por utilizarem substâncias ilícitas levam ao usuário preferir colocar-se em más situações higiênicas para fazer seu uso de droga frente ao medo encontrado na repressão às drogas, a chamada Guerra às Drogas. Mas mesmo com o álcool, uma droga lícita, o estigma leva ao usuário a fugir das ofertas de ajuda oferecidas.

Forte impacto nas populações pobres das periferias incidindo sobre grande parte da população negra.

Podemos aqui destacar a desproteção a qual atinge a prole das mulheres chefes de família e único sustento do lar.

DESPROTEÇÕES E PROTOCOLOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

DEMANDAS

**CRAS
SASF/PAIF**

Necessidade de regulação de padrões de benefícios eventuais antes os CRAS/SAS

-transporte para frequência em atividades socioeducativas para pessoas com deficiência e pessoas idosas;

- gás de conta de luz e de água, compra de material para pequenos reparos, equipamentos para inclusão produtiva;

-ausência de meios para nutrição de pessoas acamadas com sonda nasogástrica que demanda alimentação especial ao custo de 40 reais a unidade,

- forte demanda para auxílio aluguel, mas ausência de interlocução com habitação para aluguel social;

-demandas de fraldas geriátricas;

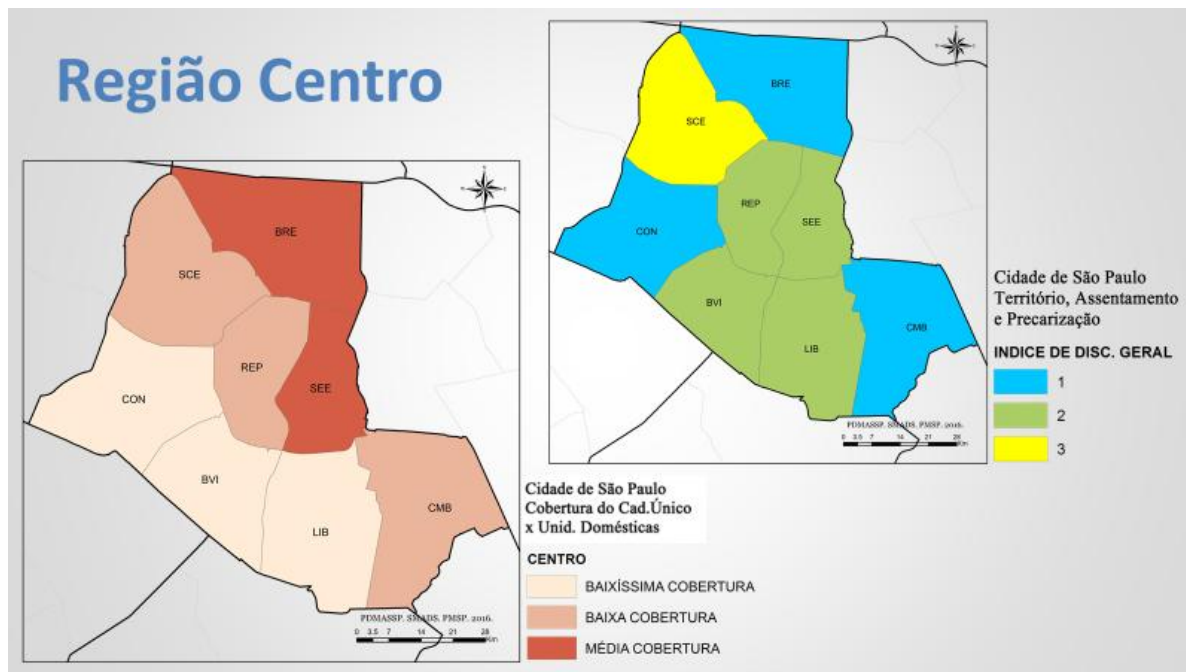
-ausência de cesta básica para atenção em situações de emergência;

-prazo longo de um mês para obter documentação regularizada para migrantes;

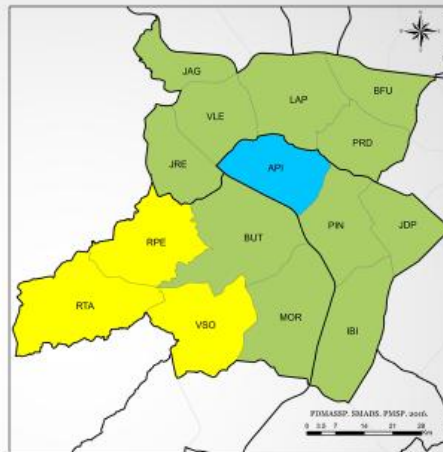
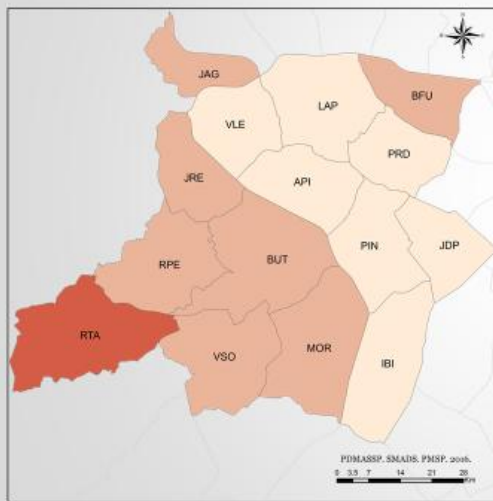
-necessidade de presença de cuidador para idosos que vivem sozinhos com vários problemas de cuidados cotidianos desde higiene até administração de medicação e alimentação.

<p>CCCAJ Centro de convivência para crianças, adolescentes e jovens. CCA CCJ</p>	<p>Atendimento no contra turno escolar em grupos: 6-12 e 11 meses; 13 a 17 e 11 meses, em situação de isolamento, expressões de ruptura de vínculos, desfiliação, solidão, apartação, exclusão, abandono. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - material produzido pelo MDS e disponível no site: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/concepcao-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/concepcao-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos.</p>	<p>-prevenção de vivências de isolamento e situações de risco social, -favorecer por meio de experiências o desenvolvimento de sociabilidades -fortalecer vínculos familiares e comunitários; - ajuste com os novos períodos escolares face a jornada ampliada a ser implementada em escolas,</p>
<p>Clube da Turma/Centro intergeracional</p>	<p>1. Traçado Metodológico do Projovem Adolescente: material produzido pelo MDS e disponível no link: http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf</p>	<p>- equalizar a oferta de convivência em São Paulo;</p>
<p>Circo Escola SOS Bombeiros SCFV-Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos</p>	<p>Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos (prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Disponível em www.mds.gov.br Portaria 25/13 de SMADS-Reordenamento dos serviços de convívio.</p>	<p>-priorizar o acesso de famílias inscritas no CAD. Único em situação de vulnerabilidade e risco social; -complementar o tralho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social</p>

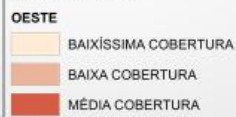
Anexo III - Índice geral de discrepância interdistrital e cobertura do CAD. ÚNICO por região.



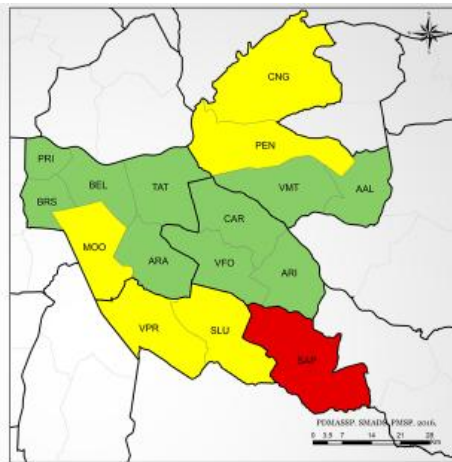
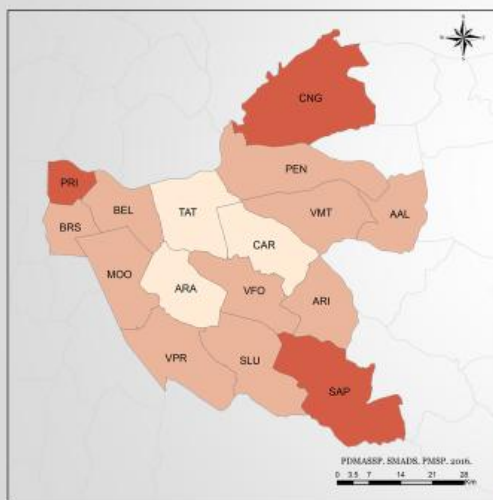
Região Oeste



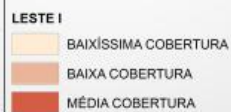
Cidade de São Paulo
Cobertura do Cad.Único
x Unid. Domésticas



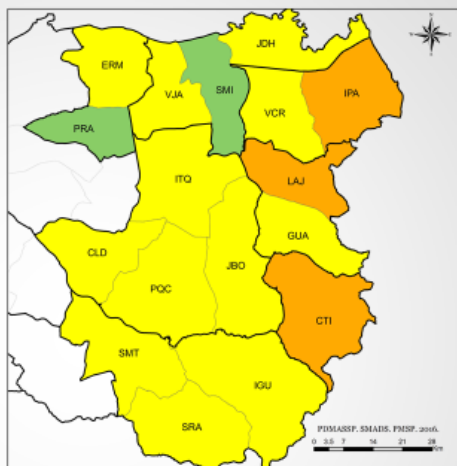
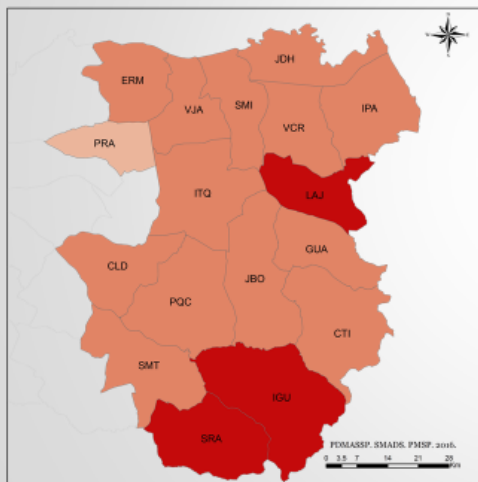
Região Leste I



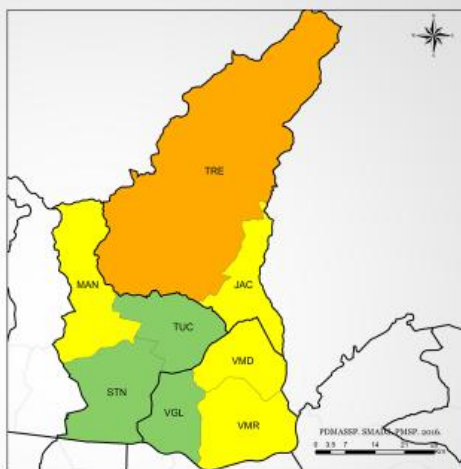
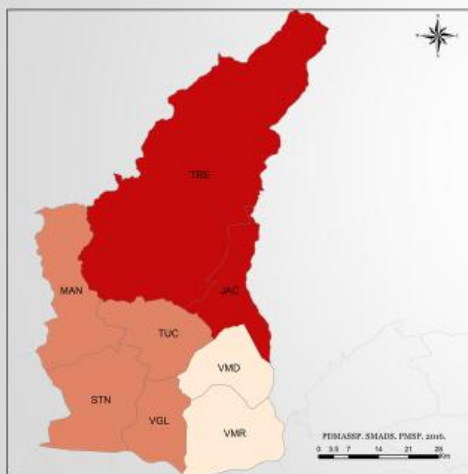
Cidade de São Paulo
Cobertura do Cad.Único
x Unid. Domésticas



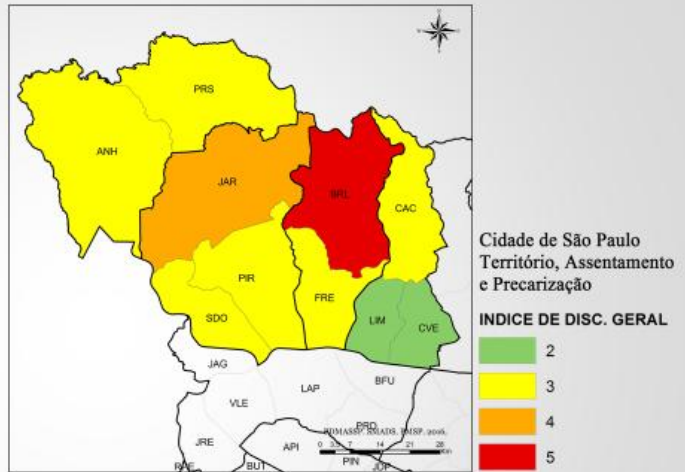
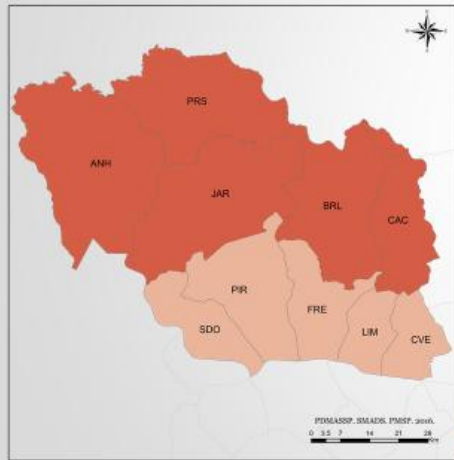
Região Leste II



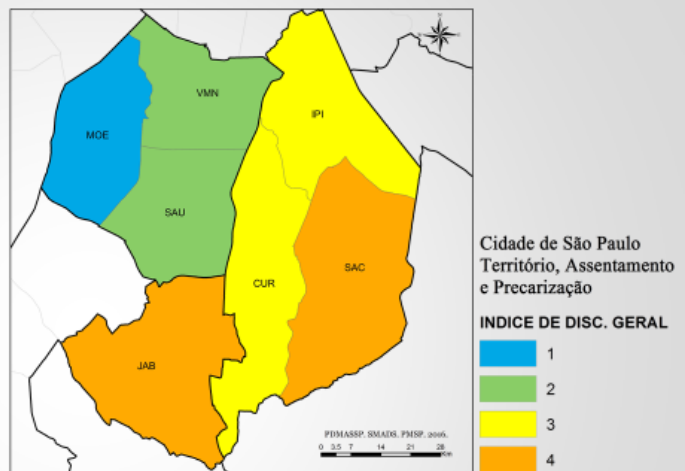
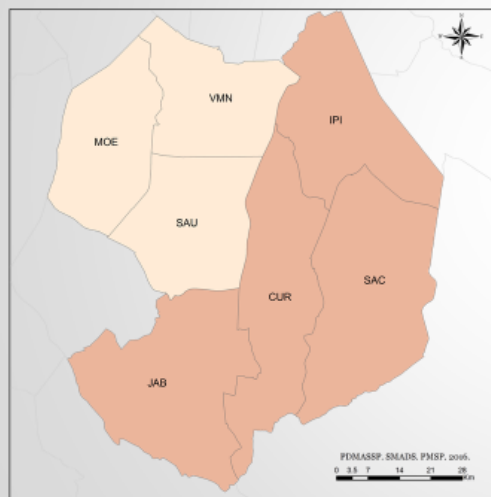
Região Norte I

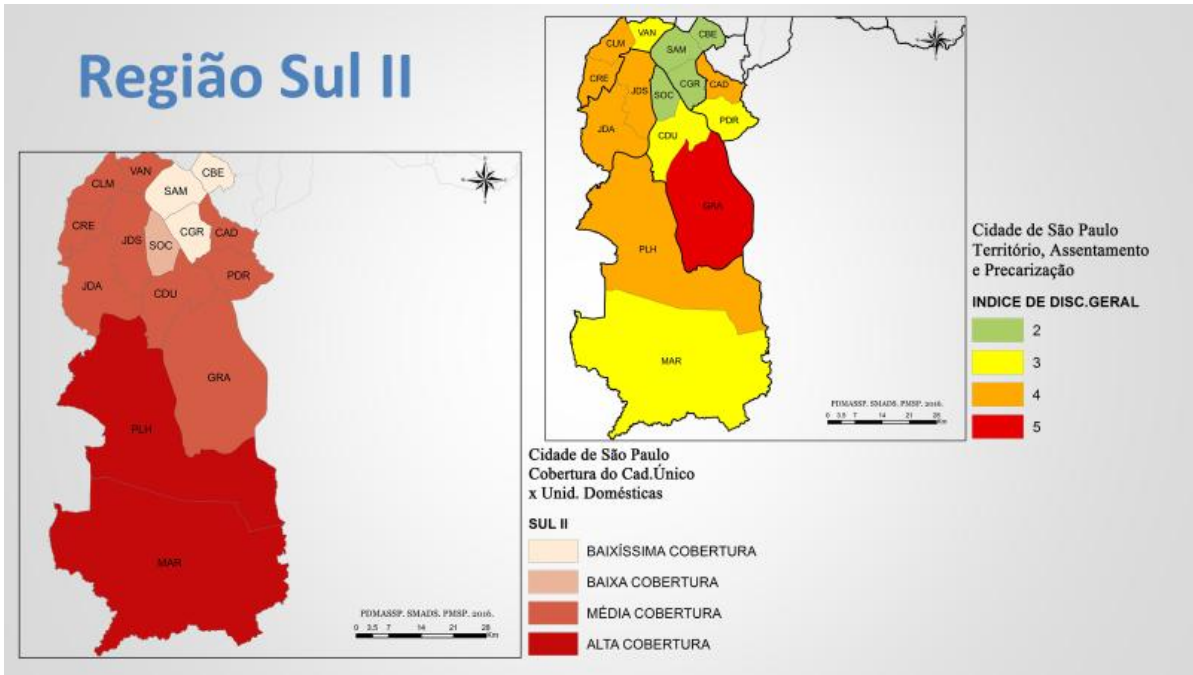


Região Norte II



Região Sul I





PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

Distrito	Domicílios renda até 1/2 SM per	Famílias CadÚnico	Famílias CadÚnico	Famílias CadÚnico	CRAS	Valor transferido	SISC x	PAIF Média	SCFV PSB	SASF	Recursos Humanos (julho 2016)	
Parque do Carmo	3.515	8.501	7.353	1.148	Cidade Lider	R\$ 1.213.056,00	1.408	2.168	16	1	6	3
Cidade Lider	5.739	9.753	8.434	1.319								
Jabaquara	7.330	16.199	12.653	3.546	Jabaquara	R\$ 954.251,00	1.842	971	13	1	7	1
Jaçanã	4.169	6.917	5.915	1.002	Jaçanã	R\$ 487.234,00	1.172	718	12	1	4	4
Tremembé	9.281	15.503	13.688	1.815	Tremembé	R\$ 940.929,00	1.086	725	10	1	4	8
Lapa	591	1.232	837	395	Lapa	R\$ 370.931,00	2.321	867	25	0	6	2
Jaguara	632	957	671	286								
Jaguaré	1.990	3.768	3.173	595								
Barra Funda	193	728	516	212								
Vila Leopoldina	450	926	732	194								
Perdizes	666	995	513	482								
Jardim Angela	21.663	40.101	35.431	4.670	Jardim Angela	R\$ 2.877.973,00	0	301	38	4	6	0
Jardim São Luis	13.929	30.359	26.362	3.997	Jardim São Luis	R\$ 1.105.357,00	0	581	13	2	3	0
					M'boi Mirim	R\$ 967.534,00	781	875	10	0	3	0
Mooca	760	4.273	3843	430	Mooca	R\$ 1.013.084,00	1.947	1.007	15	0	7	2
Água Rasa	1.412	2.392	1.674	718								
Brás	658	2.124	1759	365								
Pari	516	1.732	1451	281								
Tatuapé	850	2.106	1751	355								
Belém	778	2.520	2056	464								
Parelheiros	11.329	18.631	16.630	2.001	Parelheiros	R\$ 1.534.535,00	1.761	1.172	18	3	8	3
Marsilac	768	1.461	1322	139	Marsilac	R\$ 148.003,00	447	115	4	0	2	0
Artur Alvim	3.533	7.669	6.058	1.611	Artur Alvim	R\$ 738.778,00	1.631	739	8	0	3	1
Vila Matilde	2.822	4.132	3.248	884								
Cangaíba	6.140	12.295	10.382	1.913	Penha	R\$ 1.144.033,00	1.771	484	13	1	4	2
Penha	3.154	5.971	4.686	1.285								
Anhanguera	3.689	7.522	6.547	975	Anhanguera	R\$ 634.672,00	766	419	7	0	3	2
Perus	5.124	9.492	8.500	992	Perus	R\$ 668.312,00	793	451	10	1	7	1
Jaraguá	9.995	18.559	16.746	1.813	Jaraguá	R\$ 1.757.523,00	1.183	945	11	1	3	4
Pirituba	5.687	10.380	8.825	1.555	Pirituba	R\$ 924.811,00	777	1.009	7	1	6	4
São Domingos	3.244	4.676	4.092	584								
Alto de Pinheiros	187	253	137	116	Pinheiros	R\$ 190.815,00	999	125	11	0	5	0
Pinheiros	505	966	576	390								
Jardim Paulista	611	1.810	1571	239								
Itaim Bibi	750	622	459	163								
Santana	1.226	2.611	2.116	495	Santana	R\$ 372.133,00	487	1.016	7	1	3	0
Mandaqui	2.120	3.214	2.290	924								
Tucuruvi	1.635	1.846	1.284	562								
Santo Amaro	506	1.792	1497	295	Santo Amaro	R\$ 358.582,00	1.213	1.157	16	0	4	4
Campo Belo	903	1.649	1443	206								
Campo Grande	1.843	2.820	2.046	774								
São Mateus	7.443	17.448	15.255	2.193	São Mateus	R\$ 2.446.693,00	1.902	3.423	32	2	8	5
São Rafael	10.567	21.553	19.649	1.904								
Iguatemi	9.392	18.708	17.017	1.691	Iguatemi	R\$ 1.480.029,00	929	2.047	12	1	4	1
São Miguel Paulista	5.103	8.277	7.214	1.063	São Miguel Paulista	R\$ 2.805.477,00	3.394	2.235	28	4	6	4

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

Distrito	Domicílios renda até 1/2 SM per	Famílias CadÚnico	Famílias CadÚnico	Famílias CadÚnico	CRAS	Valor transferido	SISC x	PAIF Média	SCFV PSB	SASF	Recursos Humanos (julho 2016)	
Vila Jacuí	9.140	13.750	12.426	1.324								
Jardim Helena	10.271	18.557	16.730	1.827								
Sapopemba	16.069	32.436	27.166	5.270	Vila Prudente	R\$ 2.057.745,00	2.427	1.277	30	3	7	1
Sé	573	2.580	2.004	576	Sé	R\$ 1.462.112,00	326	2.314	21	3	8	2
Bom Retiro	971	2.874	2.280	594								
Bela Vista	680	2.494	1.800	694								
Cambuci	540	1.370	1.072	298								
Consolação	357	346	187	159								
Liberdade	780	1.642	1.238	404								
República	964	4.668	3.213	1.455								
Santa Cecília	804	6.794	5.603	1.191								
Vila Maria	4.785	8.412	6.849	1.563	Vila Maria	R\$ 573.616,00	2.444	626	18	1	1	6
Vila Guilherme	1.070	1.711	1.313	398								
Vila Medeiros	4.717	6.316	4.801	1.515	Vila Medeiros	R\$ 345.745,00	1.054	532	7	0	2	2
Vila Mariana	634	1.429	1.056	373	Vila Mariana	R\$ 208.480,00	513	581	7	0	5	1
Moema	359	214	125	89								
Saúde	1.181	1.943	1.194	749								
Vila Prudente	2.559	4.430	3.476	954	Vila Prudente II	R\$ 640.162,00	1.496	389	13	1	6	1
São Lucas	3.940	6.450	5.060	1.390								
Não localizados		44.128	39.404	4.724		R\$ 2.562.064,00						
Total	476.337	970.540	828.446	142.094		R\$ 61.304.691,00	70.653	54.894	747	64	255	119

Fonte: Cadunico Janeiro 2016/ Base SISC Julho 2016/ Folha Pagamento Bolsa Família Janeiro 2016
Elaboração: SMADS/CPSB/CGB



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Líbero Badaró, 561/569
Centro - São Paulo - CEP 01009-000
Fone: 3291-9666
Site: prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/